

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
RODRIGO MEIRA MARTONI



**POR UMA ONTOLOGIA DO ESPAÇO TURÍSTICO:
CONTRIBUIÇÕES PARA UMA CONSCIÊNCIA DO REAL E DO POSSÍVEL**

CURITIBA
2014

RODRIGO MEIRA MARTONI

**POR UMA ONTOLOGIA DO ESPAÇO TURÍSTICO:
CONTRIBUIÇÕES PARA UMA CONSCIÊNCIA DO REAL E DO POSSÍVEL**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná, como requisito à obtenção do título de doutor.

Linha de pesquisa: Produção e transformação do espaço urbano-regional

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira

**CURITIBA
2014**

M387p

Martoni, Rodrigo Meira

Por uma ontologia do espaço turístico: contribuições para uma consciência do real e do possível. / Rodrigo Meira Martoni. – Curitiba, 2014.

335f. : il. [algumas color.] ; 30 cm.

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2014.

Orientador: Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira

Bibliografia: p. 321-335.

1. Turismo – Aspectos sociais. 2. Turismos – Aspectos econômicos. I. Universidade Federal do Paraná. II. Silveira, Marcos Aurélio Tarlombani da. III. Título.

CDD: 338.4791

RODRIGO MEIRA MARTONI

**POR UMA ONTOLOGIA DO ESPAÇO TURÍSTICO:
CONTRIBUIÇÕES PARA UMA CONSCIÊNCIA DO REAL E DO POSSÍVEL**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná, como requisito à obtenção do título de doutor.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira
(Orientador) - UFPR - Curitiba-PR

Prof. Dra. Maria Aparecida Bridi - UFPR - Curitiba-PR

Prof. Dr. Walter Praxedes - UEM - Maringá-PR

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa - UNB - Brasília-DF

Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques - UFSC - Florianópolis-SC

CURITIBA, 01 DE DEZEMBRO DE 2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me situar no caminho do esclarecimento e de refutação a qualquer religião; à minha esposa, Valéria, pelo companheirismo e dedicação; à minha mãe, Astrid, pelo embasamento de vida e encorajamento; à minha irmã, Lígia, pelas sugestões gramaticais; ao meu pai, Raul, pela atenção. Ao professor Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira pela orientação e contribuição para a realização de parte do doutoramento na França. À professora Maria Gravari-Barbas pela receptividade e disponibilização da estrutura do Instituto de Pesquisa e de Estudos Superiores do Turismo da Universidade de Paris I, Panthéon-Sorbonne (IREST). Ao Departamento de Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto pelo tempo. Por fim, à CAPES pela ajuda financeira no período de desenvolvimento da pesquisa em Curitiba e em Paris.

Os utópicos, obedecendo a uma lei da razão, querem colocar no mundo algo melhor do que o existente até então. Marx quer com seu pensamento apenas contribuir para que aquilo que existe como ente no processo de surgimento da humanidade – como sempre –, seja capaz de realizar no ser social o próprio ser autêntico. Naturalmente, isso na realidade não é possível sempre e de qualquer modo. Mas tem de ser precisamente observado e entendido cientificamente, para que, no momento dado, se possibilite, se facilite essa liberação de tendências latentes no ser social. Esse é também o sentido da teoria marxiana da origem da adequada generidade humana: o surgimento daquele nível de desenvolvimento econômico que, como base, possibilita “o reino da liberdade”, o fim da pré-história, o começo da história do gênero, jamais poderia se tornar realidade se já não pudesse liberar “apenas” tendências já existentes, por vezes há muito tempo, se primeiro as tivesse de arquitetar e depois “criar”. György Lukács.

Está na luta, no corre-corre, no dia a dia. Marmita é fria, mas se precisa ir trabalhar. Essa rotina em toda firma começa às sete horas da manhã. Patrão reclama e manda embora quem atrasar [...]. Jorge Mário da Silva (Seu Jorge).

L'espace apparaît comme “réalité” en tant que milieu de l'accumulation, de la croissance, de la marchandise, de l'argent, du capital ; mais cette “réalité” perd l'apparence substantielle et autonome quand l'expose suit sa genèse : sa production. Henri Lefebvre.

Não há nada mais tediosamente árido do que as fantasias do “l'ocus communis”. Karl Marx.

RESUMO

Contando com atributos que devem ser absorvidos como valores para a troca, o espaço adjetivado como turístico é tratado de acordo com critérios que garantam os fluxos. Nesse contexto, fatos que qualificam sociabilidades e espacialidades ganham visibilidade, ao mesmo tempo em que se promove a disjunção e projeção de indícios como se fossem totalidades. Ocorre que o alicerce socioprodutivo dessa dinâmica, orientada à ampliação dos circuitos de diferentes capitais nas e a partir de localizações que lhe são mais vantajosas, tende a se pautar em relações estabelecidas para a valorização do valor - interações estas que dissolvem ou deixam à margem atividades antes centradas no trabalho útil improdutivo. Tanto no sentido do consumo, como no da produção, o turismo pode ser entendido, então, como um controlador social, mas é preciso verificar *como* isso se efetiva. Considerando que as abordagens que proclamam a desvinculação entre “cultura” e economia política não teriam como apontar esclarecimentos que estivessem além das dimensões em que trabalham, para buscar respostas é necessário empreender uma análise acerca da forma como o espaço é produzido, sendo este o objetivo principal do estudo que foi dividido em três partes. Na primeira é evidenciada a atualidade e urgência do método Dialético segundo a concepção do Materialismo Histórico, na qual se demonstra a prioridade ontológica do produzir e do reproduzir-se socialmente frente às ideias. Na segunda parte, a atividade de trabalho é apontada como ação teleologicamente orientada para um fim, mas que gera desdobramentos não inteiramente mensuráveis. Entre teleologia e causalidade, inscreve-se a liberdade em se optar por alternativas criadas pelos sujeitos, a qual está vinculada antes a um quadro social do que a uma opção individual. Nesta etapa assinalam-se as reais possibilidades de liberdade de uso do tempo, com o aprofundamento e avanço geográfico de interações centradas no dinheiro que se transforma em capital, assim como busca-se situar epistemologicamente certas abordagens “dominantes” no turismo. Na terceira parte são tratadas as categorias que conformam o espaço apropriado pelo turismo, o que envolve o valor, o trabalho em seu caráter útil produtivo, as formas de acumulação, a ideologia, o Estado. Verifica-se que as reestruturações alavancadas por atividades ligadas à hospitalidade-produtiva estão firmadas em condições precárias de trabalho, fato que se amplifica com o crescimento do setor e alcança o conjunto das relações sociais em espaços que devem manter o semblante de liberdade e de festividade. Além disso, diante desta e de outras contradições levantadas, bem como de proposições que são combativas, mas que ficam restritas ao mundo das ideias, salienta-se que a ideologia que fragmenta o espaço e deve ser enfrentada não é somente a da superestrutura, mas fundamentalmente aquela associada às interações laborativas reificadas. Com isso, longe de buscar constituir um “receituário” para um “outro turismo”, pretende-se neste estudo vislumbrar o campo do possível, reproduzindo idealmente a prática socioespacial concreta - o que significa uma contribuição para se transladar do pensamento referencial apegado à facilidade das aparências naturalizadas e fetichizadas para o conhecimento da realidade em sua dimensão de essência.

Palavras-chave: espaço turístico; valor-capital; trabalho produtivo no turismo; Dialética do Materialismo Histórico

RÉSUMÉ

En s'appuyant sur des attributs qui doivent être absorbés comme des valeurs d'échange, l'espace caractérisé comme touristique est traité selon des critères qui assurent les déplacements. Dans ce contexte, les faits qui qualifient sociabilités et spatialités gagnent une certaine visibilité, en même temps que se promeuvent la disjonction et la projection des formes apparentes comme si elles étaient totalités. Il faut tenir compte que le fondement socioproductif de cette dynamique, orientée pour l'élargissement des circuits des différents capitaux dans et à partir d'emplacements plus avantageux, tend à se baser sur des relations établies pour la valorisation de la valeur - ce sont ces interactions qui dissolvent ou laissent de côté des activités auparavant centrées sur le travail utile improductif. Tant dans un sens de consommation, que de production, le tourisme peut être compris, alors, comme un contrôleur social, mais il faut vérifier *comment* cela se produit. Si l'on considère que les approches qui proclament la déconnexion entre "culture" et économie politique ne sont pas en mesure de clarifier les aspects qui dépassent leurs dimensions d'étude, on doit procéder, pour chercher des réponses à cette question, à une analyse sur la *façon* dont l'espace est produit - l'objectif principal de cette étude divisée en trois parties. La première partie met en évidence l'actualité et l'urgence de la Méthode Dialectique selon la conception du Matérialisme Historique, qui vise à démontrer la priorité ontologique de la production et de se reproduire socialement avant les idées. La deuxième partie propose de considérer l'activité de travail comme une action téléologiquement orientée vers un objectif, mais qui engendre des répercussions pas entièrement mesurables. Entre la téléologie et les liens de causes à effets qui ne sont pas entièrement prévisibles et contrôlables, s'inscrit la liberté de choisir des alternatives créées par les sujets. Elle sera davantage liée à un cadre social qu'à une option individuelle. À cette étape, nous soulignons les possibilités réelles de liberté dans l'utilisation du temps avec l'approfondissement et l'avancement géographique des interactions centrées sur l'argent devenant capital, tout comme on cherche à situer épistémologiquement certaines approches "dominantes" dans le tourisme. Dans la troisième partie on traite les catégories qui constituent l'espace approprié pour le tourisme, ce qui implique : la valeur, le travail productif pour le capital, les formes d'accumulation, l'idéologie, l'Etat. On constate que les restructurations productives orientées sur les activités liées à l'hospitalité-productive se basent sur des conditions de travail précaires. Il s'agit d'un fait qui s'amplifie avec la croissance du secteur, touchant l'ensemble des relations sociales, tandis que les espaces doivent maintenir un semblant de liberté et de célébration. En outre, à ce sujet et au regard d'autres contradictions soulevées, ainsi que des propositions qui sont combatives, mais limitées au monde des idées, il faut mettre l'accent sur le fait que l'idéologie qui fragmente l'espace et qu'on doit affronter n'est pas uniquement de la superstructure, mais fondamentalement celle qui s'associe aux interactions de travail réifiées. Si on ne cherche donc pas ici à constituer une forme de "prescription" pour un "autre tourisme", on veut dans cette étude de s'approcher du champ du possible, en reproduisant idéalement la pratique socio-spatiale concrète - ce qui signifie une contribution visant à s'affranchir de la pensée référentielle attachée à la facilité des apparences naturalisées et fétichisées pour une connaissance de la réalité dans sa dimension de l'essence.

Mots-clés : espace touristique ; valeur-capital ; travail productif dans le tourisme ; Dialectique du Matérialisme Historique

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------|--|
| BID - | Banco Interamericano de Desenvolvimento |
| CAGED - | Cadastro Geral de Empregados e Desempregados |
| CEE - | Cadastro de Empresas e Estabelecimentos |
| CBO - | Classificação Brasileira de Ocupações |
| CGT - | Confédération Générale du Travail |
| IBGE - | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| INSEE - | Institut National de la Statistique et des Études Économiques de la France |
| ICMbio | Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade |
| MTUR - | Ministério do Turismo |
| MTE - | Ministério do Trabalho e Emprego |
| OMT - | Organização Mundial do Turismo |
| PNAD - | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios |
| RAIS - | Relação Anual de Informações Sociais |
| SIMT - | Sistema Integrado de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor de Turismo |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES | 9 |
| Explicações acerca dos procedimentos e da metodologia desta investigação | 16 |
| PARTE I O MÉTODO | 22 |
| 1.1. Referencial epistemológico | 23 |
| 1.2. O Materialismo Histórico | 33 |
| 1.3. A peculiaridade do método marxiano e sua essencialidade para uma ontologia do espaço turístico | 47 |
| PARTE II TRABALHO, LIBERDADE E TEMPO LIVRE | 58 |
| 2.1. Trabalho e causalidades | 59 |
| 2.2. A questão da liberdade em diferentes realidades socioespaciais e as possibilidades do tempo livre | 69 |
| 2.3. A ascensão do turismo como forma de consumo do tempo livre e restrição à liberdade do ser que trabalha e a do turista | 83 |
| 2.4. Observações quanto ao “saber” dominante no turismo | 128 |
| PARTE III CATEGORIAS E MEDIAÇÕES CONFORMATIVAS DO ESPAÇO TURÍSTICO | 139 |
| 3.1. Do valor ao valor-capital | 140 |
| 3.2. O trabalho produtivo e o improdutivo no turismo | 159 |
| 3.3. Outras formas de acumulação: espoliação, rendas, monopólios e a questão contraditória das proposições de turismo com base comunitária | 214 |
| 3.4. Componentes ideológicos | 254 |
| 3.5. O Estado | 295 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 309 |
| REFERÊNCIAS | 321 |

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Sabe-se que na adjetivação de porções do espaço como “turísticas” está implicada a inserção de seus atributos em uma rede de interações, as quais devem tratá-los e prepará-los enquanto entes a serem comercializados como possibilidades de lazer ou uso do tempo livre. Muitos são os sujeitos e instituições que, partindo de referenciais materiais e/ou imateriais e procurando definir suas particularidades, se empenham em enquadrá-los nos mais variados planos, programas e projetos com vistas a uma funcionalidade-produtiva ou a uma hospitalidade com esse predicado. Neste processo, descrições são conjugadas com ideias contemplando o social e o patrimonial, na tentativa de elevá-los ao patamar de atrativos.

Para isso, efetivam-se estudos mais ou menos pormenorizados, mais ou menos recortados e individualizados, cada qual comportando “uma parcela de verdade empírica ou conceitual” (LEFEBVRE, 1999, p.14). Mas a questão que se coloca é: como são empreendidas tais averiguações? Pode-se dizer que muitas contemplam o espaço em suas formas de manifestação, permanecendo geralmente nessa dimensão de abstração com detalhamentos e dados alicerçados em estatísticas para a operacionalização e a gestão; ao passo que outras convertem ou adequam o empírico a um sistema-mental-ideal que passa a se movimentar de maneira independente. A fim de ajustar a demanda à oferta ou vice-versa - e, não raras vezes, permeadas pela preocupação da “inclusão social” ou do “desenvolvimento com bases locais”, - elas tratam os indivíduos que corporificam e dinamizam o espaço social como fatores produtivos, ao mesmo tempo em que colocam em suspenso suas vinculações em uma sociedade de classes.

Assim, tornou-se corriqueira a projeção das formas pelo e para o turismo, incrementadas por ações públicas e privadas com vistas a concretizar os diferenciais socioespaciais: o centro preservado; o antigo caminho recomposto; os circuitos delimitados (gastronômico, cultural, religioso, paisagístico, artístico, cemiterial); as boas práticas ecológicas; as especificidades socioculturais e laborativas de comunidades tradicionais; as unidades de conservação; uma favela; o conjunto arquitetônico. Este fato, ou a separação e/ou espetacularização não pelo e para o valor

de uso, mas para a produção e realização (venda), levou Christin e Bourdeau (2011, p.08) a caracterizarem o turismo como uma espécie de controlador social “en capturant le désir touristique pour le fixer dans certaines pratiques, en certaines lieux, à certaines conditions”¹. Ora, se averiguações delimitam diferentes escalas de acordo com certas qualificações e buscam regulá-las e harmonizá-las via planificações e/ou por uma “cultura” emancipada da economia política, tal afirmação é procedente. Isso significa que, se “l’tourisme s’empare [...] de la réalité afin de lui donner une allure convenable, selon des critères partagés et jugés acceptables en termes esthétiques, sécuritaires, économiques, environnementaux [...]” (CHRISTIN, 2011, p.25)², é possível falar do espaço assim caracterizado enquanto instrumento para se exercer controle sobre a sociedade.

Trata-se, aqui, do espaço como “meio” ou “mediação”, conforme explica Lefebvre (2008, p.44), não somente para garantir a “reprodução dos meios de produção”, tal como era corrente entre a revolução industrial e o início do século XX. Nesse período do capitalismo concorrencial, a paulatina institucionalização do controle em relação aos afazeres do trabalhador em seu (diminuto) tempo livre, associada, sobretudo, ao “sistema contratual (o contrato de trabalho) [e ao] sistema jurídico (o código civil e o código penal) quase bastavam para assegurar, com a venda da força de trabalho, essa re-produção dos meios de produção” (LEFEBVRE, 2008, p.47). Mas, se tal interação social (produção socializada - apropriação privada - salário/pagamento - troca - consumo) é permeada por inovações laborativas absolutas e relativas, continuando mais válida do que nunca, Lefebvre evidencia que os mecanismos para a “re-produção das relações de produção” se impõem paralelamente, não coincidindo mais “com a reprodução dos meios de produção, [mas efetuando-se] através da cotidianidade, através dos lazeres e da cultura [...]”. Sendo o espaço “elemento necessário a toda produção e a toda atividade humana” (MARX, 2008, v. VI, p.1026), ele constitui-se, então, como veículo para essa reprodução, servindo não somente à produção do capital (o trabalho útil produtivo), que subordina outras atividades (o

¹ “capturando o desejo turístico para fixá-lo em certas práticas, em certos lugares, à certas condições”. Tradução nossa, assim como as seguintes.

² “O turismo se vale [...] da realidade a fim de lhe dar uma aparência adequada, conforme os critérios partilhados e julgados aceitáveis em termos estéticos, de segurança, econômicos e ambientais [...]”.

trabalho útil improdutivo) e institui novas para se expandir, resguardando o capitalismo (de que são exemplos os serviços turísticos gestados e estendidos principalmente após a década de 1950), mas à perpetuação das relações sociais vigentes via disjunção e projeção de indícios como se fossem totalidades:

Esse espaço, homogêneo e contudo deslocado, recortado e entretanto ordenado, desarticulado e todavia conservado, [efetiva-se como] um cenário e um estetismo não-funcionais, com simulacros de festas e uma simulação do lúdico. É o espaço onde a conexão coercitiva se efetua por meio de um sistema de acessos às partes deslocadas: o espaço, ao mesmo tempo informe e duramente constrangedor das periferias e dos subúrbios; onde os cortiços, as favelas, as cidades de urgência completam os subúrbios residenciais; onde as normas reinam, prescrevendo as utilizações do tempo, enquanto se devota ao espaço toda espécie de discursos, interpretações, ideologias e valores “culturais”, artísticos, etc. (LEFEBVRE, 2008, p.49).

Diante do espaço, também como uma mediação-controladora, que serviria à burguesia e às relações que a favoreçam enquanto classe, abre-se a seguinte indagação: *como isso se efetiva?* Posto que, tanto as descrições da empiria como as concepções idealistas não teriam como apontar esclarecimentos que estivessem além das dimensões em que trabalham (e para quem trabalham), consideramos que, a reboque deste questionamento, impõe-se a necessidade de *conhecer e explicar a forma como o espaço é produzido*. Para este desafio, Lefebvre (2008, p.22-24 passim) faz duas advertências preliminares: 1) sempre que o enfoque científico é parcelar, tanto do ponto de vista de um campo do conhecimento como de uma porção do espaço recortada e delimitada em suas singularidades (culturais, ecológicas, sócio-organizativas, arquitetônicas, históricas) por si mesmas - e, portanto, desconectadas da formação social (capitalista) - fatalmente concretiza-se uma “[...] falsa análise [...] que se julga precisa, porque visual, dos lugares e localizações”; 2) frente à questão da fragmentação, que se firma habilidosamente para a “reprodução das relações de produção” ou contribui casualmente com ela diante da “consciência ingênua” (KOSIK, 1976, p.15), a reflexão abrangente em relação à produção do espaço não diz respeito ao empreendimento intelectual de se “localizar no espaço preexistente uma necessidade ou uma função, mas, ao contrário, [...] de espacializar uma atividade social, ligada a uma prática no seu conjunto [...]”. Nesse sentido, Lefebvre (2008, p.55)

complementa: “[...] não consideramos o espaço como um dado a priori, seja do pensamento (Kant), seja do mundo (positivismo). Vemos no espaço o desenvolvimento de uma atividade social”.

Ao espaço natural está conjugada uma história que somente se constitui enquanto história por causa das relações entre os seres, envolvendo, assim, as relações de “primeira ordem” (os vínculos com a natureza via trabalho voltado aos valores de uso e suas consequências como a linguagem, a arte, o lazer, a hospitalidade), bem como as de “segunda ordem”, apontadas por Mészáros (2006, p.179) como aquelas que permeiam as primeiras e caracterizam um “tempo histórico” – do qual são exemplos o trabalho escravo para o ócio do cidadão na antiguidade e a atividade laborativa-produtiva para o capital na atualidade. As primeiras não podem deixar de ter suas dinâmicas atreladas às últimas, mas estas são alteráveis socialmente tal como constatado ao longo do tempo.

Quanto a isso, a partir do final do século XVIII, com o revolucionamento nas formas de se produzir e com os levantes burgueses, a junção de duas questões essenciais adquire nova roupagem e se sobressai: a extensão e o aprofundamento de contradições e antagonismos próprios a uma sociedade com interesses díspares perante sua hierarquização produtiva, a qual fundamenta um mapa específico de desigualdades em termos distributivos diante de uma produção que seria inimaginável há cerca de poucas décadas; além da impossibilidade de resolução qualitativa de acontecimentos que se impõem como resultados de uma força anterior e estranha aos sujeitos, à qual Marx e Engels (2007, p.105) se referem como “objetal” ao tratarem da formação social “[...] mais desenvolvida e diversificada [enquanto] organização histórica da produção” (MARX, 2011, p.58) - a sociedade capitalista. Isso significa a sobreabundante mediação do capital nas relações humanas como jamais experimentado em outras formações sociais, reificando-as ou coisificando-as.

Se, conforme indica Harvey (2009, p.51), “[...] o globo nunca foi um campo nivelado em que a acumulação capitalista pudesse jogar seu destino”, o espaço contém as propriedades desse tempo histórico numa interação chamada por Lefebvre (2008, p.51) de “esquema do tempo e do espaço”, sendo que é a partir das configurações socioespaciais que fazemos a nossa história. No entanto, a forma como

elas se apresentam e a maneira como os seres se organizam para “fazer história” corporificam um alto grau de alienação na atualidade, fenômeno este que é diretamente proporcional à preponderância dos valores de troca na vida cotidiana, envolvendo: a divisão *social* do trabalho, os meios e os produtos gerados (posto que a produção não prioriza as necessidades humanas, mas as considera tão somente sujeitas aos processos de valorização do valor ou do dinheiro que é capital), bem como a consciência atrelada ao fragmento (científico/operacional) e/ou apegada à dimensão aparential das coisas. Kosik (1976, p.15) explica: “a ‘praxis’ utilitária cotidiana cria ‘o pensamento comum’ [...]. O pensamento comum é a forma ideológica do agir humano de todos os dias. Todavia, o mundo que se manifesta ao homem na ‘praxis’ fetichizada [...] não é o mundo real”. Ou seja, as relações socioprodutivas efetivas, *como* elas operam e em benefício de *quem* estão edificadas compõem a realidade, mas não aquela acessível aos sentidos. Aqui está a relação e, ao mesmo tempo, a diferença, entre a essência e a aparência das coisas - e, nesse caso, do espaço turistificado.

Partindo do princípio de que há uma diversidade de questões para além das formas aparentes (que Kosik chama de pseudoconcreticidade), o ponto a ser observado e compreendido para se começar a empreender uma ultrapassagem rumo à realidade concreta-pensada do espaço é justamente aquele concernente às interações e divisões estabelecidas entre os sujeitos ao levarem a cabo sua produção material e imaterial, as quais os sustentam enquanto seres sociais que respondem a certas condições de existência. Trata-se do pensamento que se posiciona a partir do que efetivamente tem prioridade ontológica e que não desconsidera as ideias, os projetos e os potenciais humanos, mas situa suas forças transformativas junto a uma totalidade de relações de fundo histórico-social.

Enfatizamos que a produção do espaço é a produção do tempo histórico com certas nuances, aqui e ali, mas suas diversas conformações contraditórias (que fogem às mãos dos sujeitos) agem de forma a contribuir com movimentos conflitivos que, por um lado, conduzem à reprodução da forma societária via renovadas tentativas de naturalizá-la e eternizá-la por uma ideologia *no* e *do* espaço, e, por outro, tendem a solidificar ações que questionem tais tentativas quando exacerbadas, principalmente

naqueles momentos em que as promessas e ações políticas paliativas-reformistas (tanto da direita como da “esquerda” governante) e o poder de polícia não se mostram suficientes frente a um alto grau de exploração do trabalho e da consequente disparidade-degradação que os processos de acumulação estampam nas tramas sociais e geográficas. Para entendê-los, assim como para enxergar o campo do possível, importa transladar o pensamento referencial apegado à facilidade do aparential naturalizado-fetichizado para o conhecimento da realidade concreta, o que envolve categorias e relações:

Ni la nature – le climat et le site – ni l’histoire antérieure ne suffisent à expliquer un space social. Ni la ‘culture’. De plus, la croissance des forces productives n’entraîne pas la constitution d’un space ou d’un temps que en resulteraient selon un schéma causal. Des médiations et médiateurs s’interposent : groupes agissants, raisons dans la connaissance, dans l’ideologie, dans les représentations. Un tel space contient des objets très divers, naturels et sociaux, des réseaux et filières, véhicules d’échanges matériels et d’information. Il ne se réduit ni aux objects, qu’il contient ni à leur somme. Ces objects ne sont pas seulement des choses, mais des relations (LEFEBVRE, 2000, p.93, 94)³.

Isso quer dizer que a dialética social correspondente à sociedade de classes, para ser reproduzida mentalmente ou teorizada em sua dinâmica concreta, requer um método, também dialético. Se *teoria* significa fundamento e/ou princípio explicativo de um fato ou conjunto de fatos, não seria possível especificar como tal uma produção/exposição que não se constitua como um retrato fiel de um dado momento do objeto em sua realidade socioespacial efetiva; afinal, conforme nos explica Lefebvre, “no seio do espaço percebido e concebido já se encontra o espaço teórico e a teoria do espaço [...]. É preciso aí revelá-la”. Paralelamente a esse exercício intelectual de superação, é urgente a desmistificação daquelas proposições (tão comuns no turismo) que, por estarem ancoradas na “praxis fetichizada” (KOSIK, 1976),

³ “Nem a natureza – o clima e o lugar – nem a história anterior são suficientes para explicar o espaço social. Nem a cultura. Além disso, o crescimento das forças produtivas não engendra a constituição de um espaço ou de um tempo que resultaria em um esquema causal. As mediações e mediadores intervêm: grupos atuam e influenciam, motivados pelo conhecimento, pela ideologia, pelas representações. Tal espaço contém objetos diversificados, naturais e sociais, redes e hierarquias, veículos de trocas materiais e de informações. Ele não se reduz nem aos objetos contidos nele e nem a soma deles. Esses objetos não são somente as coisas, mas as relações”.

se mostram para a mente reificada como uma teoria a ser posta no mundo, a fim de transformá-lo pela força das ideias puras; e, ainda, daquelas da doutrina positivista, tão em voga na atualidade, que separam a teoria da prática ao considerarem a realidade como correspondente somente ao perceptível, incluindo aí as metodologias e a subjetividade desligada da materialidade que consubstancia-se pelas informações expressas de livros que se repetem, revistas semanais e redes sociais.

Nesses casos, suspende-se (estrategicamente) o caminho para as relações reais (ou para a concreticidade) do fato ou objeto composto não por um fatalismo da base produtiva (econômica) sobre a superestrutura política, filosófica e cultural a ela correlata, mas por uma complexidade de interações, as quais, conforme relatou Marx (2011, p.59) nos Manuscritos Econômicos de 1857-58, podem ser entendidas como “uma iluminação universal em que todas as demais cores estão imersas e que as modifica em sua particularidade”. O método (ou procedimento epistemológico) *Dialético* que tem como referência analítica o *Materialismo Histórico* traduz-se como o necessário ajuste relacional entre pensamento e prática social, afastando a assimilação isolada ou superficial ao decompor “[...] o todo para poder reproduzir espiritualmente [idealmente] a estrutura da coisa” (KOSIK, 1976, p.14). Considerando a super-subjetividade e as “leituras” de mundo que colaboram com a intensificação e extensão das mediações mais ou menos violentas do valor-capital, bem como aquelas que se dizem críticas, mas ficam restritas aos limites do próprio campo de análise ao preterirem o modo de produção da vida social, fica evidente que a revelação das relações concretas que definem e redefinem espacialidades e sociabilidades constitui-se, sobretudo, como um exercício ético.

Diante dessa primeira aproximação do leitor com o que será detalhado adiante e considerando que “[...] em grego ‘ser’ se diz ‘on’ e ‘os seres’ se diz ‘ta onta’, [significando **ontologia** aquele] conhecimento da realidade última de todos os seres, ou da essência de toda a realidade [...]” (CHAUÍ, 2000, p.50, grifo nosso), nesta pesquisa busca-se efetivar *uma* ontologia do espaço turístico, a fim de traçar as mediações das categorias que o compõem para explicar de que maneira(s) essa prática social tragada como força produtiva vigora-se como um meio de controle social.

Mas, antes de prosseguirmos, convém explicar pontualmente os procedimentos e intenções com o presente estudo.

EXPLICAÇÕES ACERCA DOS PROCEDIMENTOS E DA METODOLOGIA DESTA INVESTIGAÇÃO

Tendo em vista que “uma ciência repetitiva é uma ciência estagnada” (ROBERT MORAIS, 1989, p.17), a possibilidade de avanço e renovação dos estudos no campo do turismo está atrelada ao embate de diferentes análises ou métodos acerca do fenômeno. Nesse sentido, consideramos que, a princípio, não existe conhecimento errado, mas sim questionável, sendo que a superação e/ou desmistificação de certas posições e “leituras” dependerá daqueles fundamentos de argumentação que efetivamente deem conta de situar e explicar o objeto (o espaço adjetivado como turístico) em sua natureza social. Os saberes promovidos por meio da Dialética do Materialismo Histórico, para além de uma crítica (ou teorização) aos encaminhamentos e formulações de outras vertentes epistemológicas, constituem-se como possibilidade de levantar, esclarecer e expor o fundamento dos processos contraditórios para orientar a prática de coletividades, em que o turismo já se configura como elemento marcante, ou naquelas onde suas diretrizes são vistas em um horizonte próximo.

É preciso ressaltar que o caminho escolhido para a efetivação de um trabalho científico é composto por três elementos: 1) a matriz filosófica que o orienta; 2) o método que o organiza; e 3) as metodologias necessárias para o levantamento de dados e informações, sendo essencial que não se confunda método e metodologia. O *método* está relacionado à concepção filosófica do pesquisador, possível a partir de suas vivências e experiências, podendo-se afirmar que “ele é o arcabouço estrutural sobre o qual repousa qualquer conhecimento científico” (ROBERT MORAIS, 1989, p.27). Já a *metodologia* de pesquisa engloba o conjunto de técnicas para a obtenção e tratamento de informações, advindas de dados primários e/ou secundários.

Todo e qualquer estudo científico apoia-se em uma determinada epistemologia ou método, fazendo com que o sujeito-pesquisador exponha, por meio dos seus princípios analíticos ou mesmo das técnicas utilizadas, a vertente à qual se vincula.

Isso engloba até mesmo aqueles indivíduos que não afirmam o uso de um método e, erroneamente, entendem as técnicas como únicos componentes de estudo. Este fato demonstra a importância de se compreender e considerar a semântica atribuída ao método e à metodologia. Fernandes (1978, p.13) relata que tal equívoco é recorrente nas ciências sociais e, por isso, propõe uma diferenciação: ao “método de investigação” estaria vinculado o conjunto de técnicas ou a metodologia; enquanto que o “método de interpretação” corresponderia à orientação fundamental para a produção do conhecimento.

Conforme salientado, na presente pesquisa a matriz filosófica que orienta o uso do *método Dialético* é a do *Materialismo Histórico*. Mas, se considerarmos que a *Dialética* fora dessa perspectiva perde o seu poder analítico-construtivo real (e isso será explicado adiante), pode-se dizer que o método condiz com “um procedimento epistemológico, na medida em que ele define como o conhecimento é produzido, sistematizado e transmitido” (FARIA, 2011, p.01). Nesse sentido, e, tendo em vista a substancial e necessária diferenciação, faremos referência ao *método* como fundamentação de argumentação ou procedimento epistemológico, ao passo que trataremos a *metodologia* como conjunto de técnicas.

Este estudo tem como ponto de partida para a elaboração teórica o questionamento anteriormente apresentado: sendo controladores sociais o turismo e o espaço por ele apropriado, de que forma(s) isso se efetiva? Para buscar respostas a tal indagação é necessário levantar as categorias que conformam o turismo, pontuar suas conexões reais a partir da perspectiva da totalidade (unidade contraditória) e traçar as bases referenciais para uma ontologia do espaço turistificado, sendo este o objetivo principal. Consideramos como categorias essenciais deste objeto: o trabalho, a liberdade, o valor, a ideologia, o Estado, as rendas. Ao tratar de suas relações, buscou-se alcançar também os seguintes objetivos específicos: 1) apresentar a pertinência do método Dialético na perspectiva do Materialismo Histórico para a análise que se quer concreta (na parte primeira do trabalho); 2) detectar contradições que dinamizam realidades alcançadas pelo turismo; e 3) apontar algumas das fragilidades e limites explicativos dos procedimentos epistemológicos que constituem o “saber” dominante no turismo. Para todas as questões aqui colocadas, contemplou-se

o complexo de complexos, ou seja, a produção do espaço pelo turismo (um complexo) gestado e configurado por complexidades (categorias), as quais, por sua vez, são mediadas e dinamizadas em suas interações na e com a forma de produção material e imaterial da vida social.

Na abordagem inicial acerca da categoria trabalho e de sua plasticidade no tempo histórico - o que envolve as categorias causalidade, liberdade e turismo - é traçado um histórico da conquista pelo tempo livre, associada ao turismo como uma de suas possibilidades (parte segunda). Ao exame de cada categoria principal (especificamente nos itens que compõem a parte terceira) estão integrados exemplificações ou casos empíricos particulares associados a processos significativos que definem e/ou redefinem realidades socioespaciais, apontando o papel (mutante) das categorias em sua relação com o objeto “turismo”, no sentido de fornecer uma explicação ao fenômeno, e que pode ser estendida, em termos gerais, a todas as realidades passíveis de turistificação.

Por exemplo: a categoria *valor* em sua forma *capital* não era pertinente às relações sociais em Jericoacoara-CE na década de 1970, mas o turismo a fez brotar quando os fluxos passaram a ser regulares, ao passo que as regulamentações e incentivos à produção por parte do Estado, atrelados às suas especificidades naturais, desenvolveram naquela realidade a possibilidade de se auferir rendas diferenciais. Ao incremento dessas formas ou categorias (Estado, valor, rendas) no espaço estão engatadas as contradições próprias à sociedade de classes. Mas a forma capital do valor e as rendas de monopólio podem ser enfrentadas por grupos sociais e até mesmo com certo respaldo do Estado em termos conjunturais e em escalas pontuais, o que pode dar margem a uma ideologia que, ao desconsiderar a formação social e a relação capital *versus* trabalho, propaga a noção de desenvolvimento com bases locais como “modelo” a ser generalizado e garantido pela razão, adequação e planificação. Tal questão, ao fim e ao cabo, contribui com a efetivação de representações invertidas, para as quais tudo seria suscetível de manejo, independentemente dos processos dominantes de produção, distribuição, troca e consumo em localidades “eleitas” como destinação. Verificaremos essas nuances categoriais ao tratarmos de casos diversos, tal como o da Prainha do Canto Verde, em Beberibe-CE.

Quanto às exemplificações levantadas ao se abordar as categorias, deve ser feita exceção para a análise do Estado, uma vez que nela não serão encontrados casos particulares: a intenção com sua exposição, ao final do trabalho, é a de esclarecer sua mediação nas categorias anteriores, pois tal estrutura é citada ao longo da reflexão. Entretanto, *deve-se salientar que os referenciais empíricos apresentados não são averiguados por eles mesmos como “estudos de casos”, ou seja, não são os fatos elencados como exemplos o alvo desta pesquisa, mas as dinâmicas que os movimentam e os transformam.* Essa abordagem é necessária para explicar as processualidades para além de universos empíricos específicos, uma vez que “não é o número de casos ou de instâncias [empíricas], porém, o modo de tratá-los que nos permite conhecer a natureza das coisas [...]” (FERNANDES, 1978, p.119). *O modo de tratamento refere-se essencialmente ao método, que contempla um mosaico de fatos, no qual operam as categorias autoimplicadas (com seus devidos graus de desenvolvimento) na produção do espaço pelo e para o turismo. Mas, associado ao método, está a metodologia de pesquisa ou conjunto de técnicas.* Em relação à obtenção de dados, intercalaram-se as fontes primárias com as secundárias. As técnicas de pesquisa utilizadas foram:

Especificamente na Ilha do Mel, no Paraná, procedeu-se à observação direta participante sem a demonstração da prática da pesquisa. Concordamos com Fernandes (1978, p.09) que tal procedimento, ao dissimular os “propósitos reais do investigador [...], reduz as barreiras emocionais ou morais à observação [...]”, auxiliando na obtenção de informações, as quais devem ser prontamente anotadas. Para isso, perguntas dissimuladas foram formuladas pelo autor no papel de um turista, as quais envolveram a intensidade, polivalência e extensão do trabalho em meios de hospedagem. Em relação ao *resort* localizado nas proximidades de Porto Seguro-BA, ao complexo no interior paulista e ao hotel de lazer no litoral do Paraná, optou-se pela observação indireta por meio de depoimentos construídos a partir de questões abertas acerca da política de emprego das empresas e do dia a dia de trabalho. A situação geral dos sujeitos em ocupações no campo do turismo na França foi levantada, em parte, por meio da participação no evento intitulado 2^{eme} *Forum Social des Saisonniers* realizado em Aubagne (Departamento de Bouches-du-Rhône) em novembro de 2012,

e do depoimento de uma trabalhadora em contrato sazonal em um centro de férias da EDF (*Électricité de France*).

Os exemplos pontuais e sem relação *direta* com desdobramentos socioespaciais em suas áreas de abrangência serviram para confrontar tais situações com levantamentos e estudos quanto às configurações e especificidades das Atividades Características do Turismo (ACT's) em termos gerais, envolvendo o Brasil e, também, a França. À luz das categorias, de suas possíveis operacionalidades e de suas conexões foi possível inferir as repercussões socieespaciais advindas do fomento e desenvolvimento do turismo. Tendo em vista que a observação indireta refere-se também à consulta bibliográfica e documental, as outras exemplificações foram levantadas em teses, dissertações e artigos, com exceção parcial para Ouro Preto-MG e Porto Seguro-BA, localidades que foram tratadas também mediante observações diretas. Deve-se pontuar, igualmente, que tais estudos não foram averiguados como objetos por si mesmos, mas como meios para os propósitos da presente pesquisa. Paralelamente às análises qualitativas, foram realizados levantamentos em documentos com dados quantitativos, contemplando revistas e relatórios na internet. No que se refere aos dados estatísticos, estes foram considerados principalmente como referências complementares no processo de abstração - mesmo porque compreendemos que não se trata de “[...] factos reais, mas sim [de] factos construídos, isto é, abstracções que supostamente representaram factos reais” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2008, p.205) - servindo tão somente como elementos expositivos de situações mais amplas, as quais não estariam acessíveis ao pesquisador sem que se recorresse ao método.

Todas as exemplificações elencadas, seja a partir de dados primários com a observação direta e indireta, seja com os dados secundários envolvendo a consulta bibliográfica e documental, são representativas das dinâmicas concernentes à produção do espaço pelo turismo, não em suas particularidades, mas como resultados - e, ao mesmo tempo, agentes da forma social e espacial que se pretende explorar, detalhar e esclarecer. Tendo como eixo-referencial o método Dialético, tal como enfatizado, e valendo-se “dos procedimentos e operações clássicas, a dedução e a

indução [...]” (LEFEBVRE, 1999, p.16)⁴, pretende-se expor o real-concreto com revelações que o expressem como real-pensado (Fig. 1).

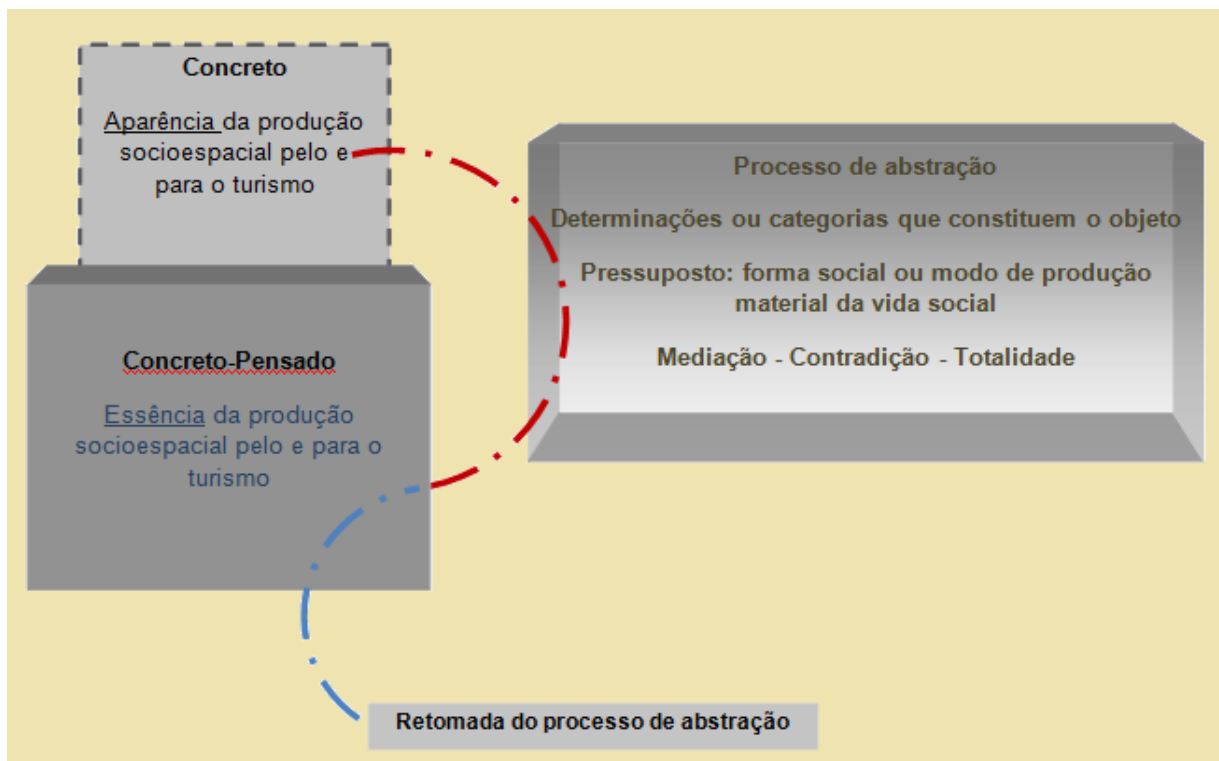


Figura 1 - Processo de abstração do real-representado a um momento do real-concreto. Elaboração do autor.

⁴ Fernandes (1978, p.45) explica que “tornou-se um truísmo, na lógica das ciências, que não existe ciência exclusivamente indutiva ou exclusivamente dedutiva. Todos os esquemas lógicos de formação de inferência envolvem o recurso concomitante à indução e à dedução”. Ainda segundo Fernandes (1978, p. 117), a explicação deve ter um “caráter geral e não um caráter particular”, de forma que de nada adianta reunir e apresentar dados se os processos sociais ou as leis histórico-sociais forem desconsiderados em suas operacionalidades reais. Nesse sentido, ressaltamos que a indução e a dedução podem adquirir potência explicativa se atreladas ao método Dialético do Materialismo Histórico.

PARTE I O MÉTODO

Suponhamos, pois, mesmo sem admitir, que a investigação contemporânea tenha provado a inexatidão prática de cada afirmação de Marx. Um marxista “ortodoxo” sério poderia reconhecer incondicionalmente todos esses novos resultados, rejeitar todas as teses particulares de Marx, sem, no entanto, ser obrigado, por um único instante, a renunciar à sua ortodoxia marxista. O marxismo ortodoxo não significa, portanto, um reconhecimento sem crítica dos resultados da investigação de Marx, não significa uma “fé” numa ou noutra tese, nem a exegese de um livro “sagrado”. Em matéria de marxismo, a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao método. György Lukács.

O método dialético busca penetrar – sob as aparências de estabilidade e de equilíbrio – naquilo que já tende para o seu fim e naquilo que já anuncia o seu nascimento. Henri Lefebvre.

1.1. REFERENCIAL EPISTEMOLÓGICO

Seriam as concretizações ou realizações humanas nada mais do que respostas efetivadas pelos sujeitos a partir de materialidades e imaterialidades socioespaciais, ou seriam elas elaborações que têm como princípio fundamental a razão? Tal questão expõe sinteticamente dois pontos de vista conflitantes, os quais irão nortear os embates epistemológicos e as tomadas de posição nas mais diversas áreas, envolvendo a filosofia, a política, as ciências e, por extensão, a vida cotidiana. Em outras palavras, Lukács (1981, p.13) evidencia essa oposição: de um lado está a posição realista ou empirista, a qual não aceita “a possibilidade de uma teleologia realmente efetiva”; e, de outro, a idealista, que “proclama a superioridade da teleologia sobre a causalidade⁵”.

A primeira compreende a teleologia como possibilidade humana que se efetiva em termos práticos a partir da realidade vivida, sendo, portanto, materialista, no sentido de que tudo o que ocorre na razão (ou no pensamento) tem fundamento no mundo real material e/ou imaterial. Já a segunda defende que a realidade é a manifestação da razão, sendo a ideia o princípio do conhecimento. Antes de se proceder a uma explicação da Dialética na perspectiva do Materialismo Histórico, a qual é o caminho analítico-construtivo do presente trabalho, convém abordar ambas as posições como forma de situar as bases referenciais dessa reflexão. Trata-se de concepções que foram formuladas e discutidas pelos gregos, os quais lançam os fundamentos das diferentes filosofias que irão orientar as elaborações teóricas e ações de vários pensadores.

Verifica-se que Platão (427 – 348 a.C.) foi um dos mais expoentes filósofos a defender que a realidade vivida é resultante das ideias. Em linhas gerais, para os idealistas, o pensamento formataria as coisas de acordo com encaminhamentos próprios: o mundo real é referencial, mas assim o é como produto das ideias, sendo

⁵ O ser humano se caracteriza como um ser teleológico, ou seja, possui a capacidade de projetar e antever algo em sua mente antes da execução. Já as causalidades são relações de causa e efeito que partem tanto dos pores teleológicos (atividade humana) como dos processos naturais, ou, conforme aponta Lukács (2013, p.89), “a causalidade pode operar como posta ou não posta”. As *causalidades* em seu automovimento conformam *casualidades*. A princípio convém esclarecer que a relação entre teleologia e causalidade é a mesma coisa que relação entre sujeito social e seu ambiente.

que as objetivações humanas⁶ estariam conectadas primordialmente a elas e não seriam desencadeadas pelo conjunto de relações estabelecidas a partir do ambiente social. Faria (2011, p. 02) explica que mesmo em sua manifestação mais simplificada, o idealismo aponta que “[...] a condição da realidade é essencialmente racional ou mental” e, por partir desse pressuposto, visualiza o ajustamento e a transformação das condições de um momento histórico como possibilidades que não somente dependem, mas partem da razão. Por assim dizer, a concepção idealista constitui-se em uma tomada de posição a favor da superioridade da ideia em relação a realidade socioespacial e ao seu movimento, ou, em outras palavras, é o entendimento de que tais dinâmicas são produtos do próprio pensar.

Ao discorrer sobre os limites do idealismo, Lukács (2010, p.78) diz que o seu engano “consiste em não ver na universalidade da genericidade⁷ uma expressão do ser, mas apenas uma determinação do pensamento (abstração)”. E, adiante, justifica sua colocação evidenciando que o pensamento ou a abstração “jamais é separável da verdadeira essência da objetividade existente, é uma determinação do pensamento somente em termos secundários, derivados” (LUKÁCS, 2010, p.78). Nesse sentido, para a concepção materialista, de uma forma geral, a sociabilidade é que antecede a razão. Demócrito (460 a.C.- 370 a.C.), Épicuro (341 a.C. - 270 a.C.) e Aristóteles (384 - 322 a.C.) foram filósofos gregos que partiam do entendimento de que a ideia é formatada pela materialidade (ou elementos realmente existentes) resultante das atividades empreendidas pelos indivíduos frente ao seu ambiente, ou seja, ela é socialmente fundada sob circunstâncias as quais se deparam os sujeitos. Para o Materialismo na concepção marxiana (ou o Materialismo Histórico, tratado posteriormente), o qual difere do materialismo em geral, o papel da atividade humana faz parte da realidade independentemente da noção que se tenha da sua dinâmica concreta, mas fundamentalmente é o ser social que a movimenta e pode transformá-la a partir de certas condições, sendo, portanto, a ideia ontologicamente posterior à

⁶ De acordo com Lukács (2012a, p.27), “a objetificação é, de fato, um modo de exteriorização insuperável na vida social dos homens. Quando se considera que na práxis tudo é objetificação, principalmente o trabalho, que toda forma de expressão, inclusive a linguagem, objetiva os pensamentos e sentimentos humanos, então torna-se evidente que lidamos aqui com uma forma humana universal de intercâmbio dos homens entre si”.

⁷ Conforme será verificado, a genericidade refere-se ao gênero humano e aos pores teleológicos que se universalizam como respostas, sendo que isso somente é possível pelo fato de os sujeitos serem animais sociais.

sociedade. Assim, em relação ao idealismo, tanto o materialismo em geral como o Materialismo Histórico constituem-se em uma inversão, uma vez que situam a realidade como o ponto de partida da averiguação e do conhecimento e não a ideia; e, frente ao materialismo em geral, o Materialismo Histórico considera o caráter transformador que os seres humanos exercem ou podem desempenhar sobre a matéria.

Tal concepção fica explícita em “A Ideologia Alemã”, obra escrita por Marx e Engels entre 1845 e 1846 e publicada somente em 1932. Com o intuito de ser um auto-esclarecimento e, por isso, nunca fizeram questão de a levarem integralmente ao conhecimento do público, o livro marca a transição dos pensadores para uma discussão da sociedade com bases invertidas da filosofia que anteriormente lhes deu suporte (inicialmente Hegel e, depois, Feuerbach) e tendo como eixo-norteador de análise a ciência no campo da crítica à economia política. Conforme relata Konder (1981, p.35), quando Marx e a esposa se mudam para Paris em 1843, o pensador já havia elaborado alguns manuscritos de auto-esclarecimento em relação à filosofia hegeliana e “aos poucos ia sentindo a necessidade de corrigir a dialética idealista de Hegel com o materialismo do filósofo Feuerbach”.

Pode-se apontar três fases da dialética antecedentes às de Hegel e Marx: a primeira corresponde a dialética da sucessão, elaborada pelos filósofos jônicos que buscavam compreender a natureza da matéria, a qual era “representada por Heráclito e sua conhecida observação de que a água que corria sob a ponte não era a mesma que ele havia visto anteriormente” (FARIA, 2011, p.06); a segunda fase é também grega e compreende a inter-relação entre os sujeitos através de perguntas e respostas para se alcançar a verdade, chamada de dialética da “coexistência”; e a terceira diz respeito a dialética de Kant, “usada para descrever a necessária lógica da razão pura [onde] a confiança nas ideias autocontraditórias e nos silogismos não está baseada em premissas empíricas para passar para a ‘grande certeza’” (FARIA, 2011, p.06). A quarta fase seria a hegeliana e a quinta a marxiana.

Em relação a Hegel, deve-se evidenciar que há uma similaridade de método entre ele e Marx nem sempre considerada, muito embora sob bases distintas de análise e, portanto, dos resultados de suas reflexões. Mas pode-se afirmar que sua

filosofia idealista constituiu-se como sustentáculo para a concepção materialista do método em Marx. Lukács (2012b, p.225) relata que Hegel era um pensador atento aos acontecimentos de sua época e via neles a inter-relação das objetividades humanas ou das materialidades com o desenvolvimento das ideias. A dialética seria o método que abriria possibilidades para o conhecimento absoluto dos fatos, mediante a diferença, mas também relação, entre sujeito e objeto do conhecimento:

Na ‘Fenomenologia’ Hegel expõe o processo por meio do qual a consciência do homem surge da interação entre suas aptidões e o mundo ambiente, o qual foi em parte gerado por sua própria atividade, em parte dado por natureza; além disso expõe como essa consciência – após inter-relações análogas, mas de tipo mais elevado – se desenvolve até chegar à autoconsciência; e mostra também como, desse desenvolvimento do ser humano, deriva o espírito [a ideia ou a razão] enquanto princípio determinante do caráter essencial da genericidade humana (LUKÁCS, 2012b, p.201).

Muito embora Lukács identifique em Hegel o reconhecimento das contradições dos processos reais e não somente como fatos-motores do pensamento ou das ideias, ele relata que houve um “enrijecimento” da razão nas obras “Filosofia da História” e “Filosofia do Direito” em relação a “Fenomenologia”, sendo que, nessas, Hegel trata o espírito como ente ainda mais “despojado dos vínculos dinâmicos [...] com a atividade dos indivíduos, adquirindo por consequência uma autoconsciência em termos de puro existente para si, [e onde] a dialética conceptual das formas do espírito que se apoia em si mesmo substitui a dialética real do histórico-social” (LUKÁCS, 2012b, p.202, 203). Isso significa que, se na “Fenomenologia” as determinações do pensamento estão inter-relacionadas com o contexto social, o que levou Ranieri (2011, p.12) a afirmar que Hegel baseou sua teoria em “estruturas de caráter marcadamente materialista”, nas obras posteriores o seu entendimento do real firma-se no idealismo puro, pois a razão seria o próprio sustentáculo das determinações.

Importa observar nessa breve menção acerca da filosofia hegeliana que sua dialética funda-se e explica-se em uma autonomia do processo teleológico sobre as causalidades. Trabalhando com categorias compostas em conexões lógicas e hierarquizadas em um sistema ideal, Hegel [...] “busca partir da gênese do ser, que se desdobra em essência e aí se reflete a si mesmo em um elemento responsável pelo

condicionamento de todo o restante das existências [...]” (RANIERI, 2011, p.14). As categorias ou elementos constituintes de algo (da política, do espaço apropriado pelo turismo, por exemplo) seriam relacionados para a formulação daquilo que ele chama de “conceito”, o qual pode ser compreendido como o saber que se tem em relação a um dado objeto do conhecimento. Esse objeto, por sua vez, teria a sua essencialidade a ser apreendida pelo pensamento em um movimento de verificação de correspondência em relação a um momento do saber.

A comparação entre um e outro (conceito e objeto) e a possibilidade de falta de similaridade em um determinado estágio levaria “a consciência [a] mudar o seu saber para adequá-lo ao objeto. Porém, na mudança do saber, de fato se muda também para ele o objeto, pois o saber presente era essencialmente um saber do objeto [...]” (HEGEL, 1992, p.71). Dessa interação dialética “que a consciência exercita em si mesma, tanto em seu saber como em seu objeto, [emana] um novo objeto verdadeiro para a consciência [e que] se chama experiência” (HEGEL, 1992, p.71). O apropriar-se do objeto tal como ele é, seguido da correspondência ou inovação conceitual, dar-se-ia pelo “espírito” ou pensamento através de um “longo caminho” (HEGEL, 1992, p.35) rumo ao vir-a-ser ou ao saber absoluto em que as experiências se elevam à ciência, tratando-se de um processo contraditório entre a abstração inicial e aquelas que se apresentam no curso da evolução do “espírito”. Com a mediação das contradições desvendar-se-ia o conteúdo das formas, assim como surgiria o novo ou o pensamento mais evoluído que, uma vez alienado ou exteriorizado, conformaria um estado de coisas a ele ajustado. Sobre essa especificidade que trata o conteúdo social como resultado da razão, Lefebvre (s.d., p.55) explica que “en lugar de expresar y de reflexionar sobre el movimiento del contenido, la dialéctica [de Hegel] produce esse movimiento. No es tanto un método de construcción sintético y sistemático del contenido [mas] es considerada como resultante de la alienación de la idea”.

Verifica-se, então, que a sua dialética “opera a partir de uma tese que contém dentro de si uma antítese. O choque destes contrários resultará em uma síntese. Tal síntese conterà sua própria contradição, ou seja, transformar-se-á em uma tese com sua antítese do que resultará nova síntese” (FARIA, 2011, p.07). A síntese seria a negação da negação, e a antítese a negação da tese, mas é preciso evidenciar que

esse movimento dar-se-ia na esfera da razão ou da consciência que teria a “responsabilidade pela transformação do mundo à medida que o incorpora” (RANIERI, 2011, p.15). Trata-se, portanto, de uma construção do pensamento concomitante à compreensão de uma fase histórica, a qual, por sua vez, seria a concretização de um momento da razão universal a ser transformada pelo desenvolvimento do pensar⁸, o que envolveria tanto a sociedade como a natureza. Sendo a ideia (e não a formação social) o ente primordial, em Hegel ela não condiz com a “[...] reprodução de objetos sensíveis, sensoriais, mas, ao contrário, todo objeto correspondente à ideia pura é determinado por sua própria ideia ou conceito” (RANIERI, 2011, p.28).

Não é por outro motivo que Hegel entendia que o Estado liberal expressava a concretização da ideia universal em sua forma mais desenvolvida e acabada, ou seja, o Estado liberal seria, para ele, “detentor de toda consciência e, portanto, da Verdade Absoluta, do Espírito Absoluto, no qual não haveria mais lugar para as contradições, pois todos os interesses, necessidades e desejos resultariam em sua constituição” (FARIA, 2011, p.08). Nas palavras de Hegel (1997, p.117): “[...] o Estado [é a] objetividade do princípio da razão”. Mas, se conforme apontado, a dialética hegeliana consiste em uma lógica e o pensamento como o elemento primordial de sua dinâmica, as categorias por ele desenvolvidas, uma vez “subordinadas à lógica [ideal], aparecem quase sempre generalizadas para muito além dessa esfera do ser [a ontológica] e, desse modo, resultam deformadas do ponto de vista da ontologia do ente-em-si” (LUKÁCS, 2012b, p.220).

Essa “deformação” significa que o ponto de partida hegeliano para a análise da sociedade e da história não se refere às conexões reais movidas pela produção material e imaterial da vida social a ao fato concreto de que elas conformam um conteúdo que opera anteriormente a consciência, mas as conexões de uma lógica-mental-ideal constituída por componentes instituídos pelo pensamento com vistas a se auferir um constante progresso, justamente pelo fato de que, para Hegel, a consciência tem existência autônoma frente ao ser social. Ainda em relação à lógica ou ao ordenamento, no pensamento, de uma realidade que se busca formatar, Lukács (2012b, p.221,222) expõe uma importante reflexão:

⁸ Bottomore (2012, p.257) explica que, para Hegel, “a mais íntima estrutura da realidade corresponde à do Espírito humano que se autoconhece”.

A lógica é um dos mais importantes meios homogêneos criados pela práxis e pelo trabalho mental do homem. Não existem nela elementos e relações que não possam e não devam ser reconduzidos – em última instância – a elementos e relações da realidade. Todavia, a eficácia histórica da lógica no desenvolvimento da humanidade repousa no fato de que tais pontos de partida parecem se extinguir no meio homogêneo da lógica; no fato de que esse meio homogêneo parece se condensar num sistema acabado em sua imanência, apoiado sobre si mesmo, cujo caráter sistemático homogêneo forma a base de sua universalidade. Embora não seja possível examinar aqui a fundo as complicadíssimas questões da concordância com a realidade e dos desvios em relação a ela, temos porém de sublinhar como esse caráter sistemático homogêneo provocou frequentemente nos pensadores a ilusão de poder, mediante um sistema bem acabado do universo do pensamento homogeneizado em termos lógicos, dar respostas, a partir dele, a todas as questões que nascem das relações dos seres humanos com a realidade.

O que Lukács aponta acerca do problema da lógica ou do “meio homogêneo” de uma estrutura mental independente como mediação entre os sujeitos e o seu ambiente ou objeto de pesquisa condiz com a questão da “problemática do espaço” levantada por Lefebvre, a qual não tem como ser devidamente averiguada no que se refere às suas instâncias constitutivas quando se parte de um recorte subjetivo a fim de “inserir elementos parciais cuja racionalidade ‘ou irracionalidade’ derivaria [da] suposição [de um sistema mentalmente ordenado para um fim]” (LEFEBVRE, 2008, p.38). Com isso, o pensador denuncia que a lógica por si e para si atribui ou tenta “atribuir a esta sociedade, a sociedade neocapitalista, uma coerência já alcançada, uma coesão já efetuada” (LEFEBVRE, 2008, p.38) e, paralelamente, desenvolve a sua competente análise acerca de questões que alicerçam as contradições do espaço, comprovando que as categorias coerência, coesão e homogeneidade em uma sociedade de classes somente podem ser obtidas no espaço fracionado como fruto de respostas ou planificações que se traduzem na dissimulação de tais processos.

Os estudos de Lukács e Lefebvre não abandonam por um instante sequer o modo de produção da vida social e, justamente por isso, têm possibilidades de fundamentar as explicações acerca das relações socioespaciais reais, fato que propicia aos sujeitos que deles se valem um embasamento analítico tanto do ponto de vista científico como para a vivência cotidiana. Contudo, atualmente, muitos são os que seguem o princípio orientador da filosofia hegeliana mesmo sem saber de onde

vem e para onde vai e, portanto, se movem tendo como referência a subjetividade como categoria ontológica anterior ao produzir e ao reproduzir-se (a forma social capitalista), o que leva Faria (2011, p.09) a afirmar que “os fundamentos de sua proposta continuam a habitar o mundo da filosofia, da política e das ciências sociais em geral”.

Muito embora sua importância não possa ser desconsiderada, principalmente como base para reformulações invertidas de sua dialética, tal como apontaremos adiante, a concepção de Hegel e o idealismo filosófico levam à formulações que, baseadas em procedimentos epistemológicos que consideram a primazia das ideias (fenomenologia, estrutural-funcionalismo)⁹ abarcam as representações dos sujeitos como se essas estabelecessem vínculos *diretos* com os condicionalismos socioespaciais reais ou entendem que o pensar os sobrepõe, pois eles próprios seriam resultantes das ideias puras associadas a processos naturais. Devido a isso, tais abordagens buscam compreender e legitimar a ideia como reflexo fiel da realidade produzida por ajustamentos e avanços sucessivos da própria razão e, justamente por isso, somente têm condições de reproduzir certas configurações sem nexos efetivos com as condições concretas dos entes que as constituem e as operacionalizam.

Considerando a primazia da lógica, abordagens que seguem o eixo do idealismo tentam homogeneizar um mundo heterogêneo ou buscam operar o equilíbrio de um sistema mediante entradas e saídas onde os indivíduos, centrados em suas subjetividades e potencialidades, devem vislumbrar a otimização de suas atividades, o que se estenderia para o conjunto da sociedade. Trata-se de uma tendência em que se despreza os fundamentos reais e, portanto, a perspectiva ontológica do ser, destoando, em muitos casos, até mesmo da proposição hegeliana em que ainda se tem a diferenciação entre formas fenomênicas e a essencialidade. Lukács (2012b,

⁹ Conforme aponta Triviños (1987, p.41) “a fenomenologia representa uma tendência dentro do idealismo filosófico e, dentro deste, ao denominado idealismo subjetivo”. Tal procedimento epistemológico busca a essência das coisas, mas, conforme explica Faria (2011), chega-se a ela por meio do “universo do outro, [sendo a realidade] sempre uma parcela do mundo vista pelos olhos do sujeito”. Assim, parte-se da razão e valoriza-se a subjetividade no contato com o mundo vivido, tratando-se de “uma descrição direta de nossa experiência tal como ela é, sem nenhuma consideração com a sua gênese psicológica e com as explicações causais que o sábio, o historiador, o sociólogo podem fornecer dela [...]” (TRIVIÑOS, 1987, p.43). Em relação ao estrutural-funcionalismo, enfatiza-se os elementos e as relações (funcionalismo), bem como as estruturas (estruturalismo), mas, de uma forma geral, mesmo sendo a realidade empírica o ente referencial para a constituição de modelos-estruturas, “o pensamento que produz o modelo afasta-se do real para operar no plano da razão [e], neste momento, ao trabalhar o modelo, também o analisa em uma perspectiva subjetiva” (FARIA, 2011). Nesse sentido, tem-se a primazia da ideia frente a realidade social.

p.221) assim se refere a tais propensões de análise: “[...] encontramos tendências [...] muito difundidas ainda hoje, pelo neopositivismo, como teorias da manipulação universal [e onde não há] qualquer referência ontológica”¹⁰. Lukács (2012b, p.228) também faz um alerta quanto às averiguações que se firmaram no puro idealismo lógico e acabaram por compactuar com a possibilidade de um “sistema logicista universal”: “a influência de Hegel sobre o pensamento de sua época e sobre o de épocas posteriores até os nossos dias foi enorme e extraordinariamente fecunda; porém, onde esse sistema foi atuante sempre se fez sentir também uma influência que inibiu o desenvolvimento das ideias”.

Tais ideias, aqui referenciadas por Lukács, abarcam aquelas que surgem como respostas, não das próprias representações dos sujeitos ou do puro desenvolvimento da razão, mas dos processos decorrentes da produção material e imaterial da vida social como dado primário e ponto de partida para se compreender um determinado fato. Com isso, Lukács pretende dizer que, cada vez mais, os indivíduos consideraram como verdade as suas próprias percepções, leituras e formas de olhar em detrimento da busca pela análise acerca da dinâmica real da sociedade, sendo que esse processo inibe ou anula o surgimento de proposições efetivamente fundamentadas, contribuindo com o *status quo* e, portanto, com abstrações sem sentido que somente tem possibilidades de atingir as formas. As concepções hegelianas propiciam o suporte para o que Harvey visualiza como a ultrapassagem forçada da economia política pela cultura, sendo essa “muito mais diversão que absorção no doloroso mundo e nas esmagadoras realidades da exploração capitalista” (HARVEY, 2009, p.18). Como é possível notar, não são raras as produções no campo do turismo¹¹ que, se não estão embasadas em concepções positivistas¹², firmam-se em vertentes fenomenológicas e/ou estrutural-funcionalistas e entendem a ideia como princípio motor de tudo justamente por não compreenderem (intencionalmente ou não) o dado primordial ou ontologicamente precedente: o produzir e o reproduzir-se

¹⁰ Conforme o sentido posto por Lukács, referência ou prova ontológica significa prova de existência que contemple a gênese e desenvolvimento do ser social.

¹¹ Alguns autores serão teoricamente confrontados em capítulo posterior.

¹² Que se atém a descrição pura dos fatos observáveis, onde a dimensão da essência não é aceita: no positivismo, parte-se da realidade (e não do pensamento), mas “a realidade é percebida pelo que ela mostra, o que permite sua representação sistemática e positiva” (FARIA, 2011).

atrelados a uma hierarquização social que conforma uma organização de sociedade específica – o modo de produção e constituição socioespacial capitalista.

Contudo, é preciso salientar que Hegel foi a referência de outros pensadores que se mantiveram na vertente idealista e, também, daqueles que compreenderam sua teoria e a reformularam sob bases materialistas. A concepção de história e a dialética de Hegel foram apropriadas por Marx e invertidas, o que demonstra a importância do seu pensamento. Dentre as categorias que foram pensadas, formuladas e expostas por Hegel e, depois, apropriadas e reformuladas por Marx, convém salientar: 1) a de totalidade, compreendida por Hegel como “uma totalidade que se constrói com as inter-relações dinâmicas de totalidades relativas, parciais, particulares” (LUKÁCS, 2012b, p.238); 2) Associada à totalidade está a concepção das diferenças entre a forma e o conteúdo, sendo que a essencialidade pode ser desvendada somente por um movimento de aprimoramento da razão e efetivo conhecimento do objeto; e 3) a categoria determinação (ou determinações do pensamento), entendida pelo filósofo como os elementos constituintes da razão e, portanto, da aproximação entre forma e conteúdo. Tais categorias serão retomadas ao longo deste estudo sob bases materialistas. Lukács (2012b, p.220) adverte que a crítica desenvolvida acerca do pensamento de Hegel não pode desconsiderar a sua teoria: “[...] tinham razão os clássicos do marxismo quando falavam não de rechaçar a dialética hegeliana, mas de ‘invertê-la’, de ‘colocá-la sobre os pés’”.

Conforme exposto de forma generalizada, em Hegel o movimento da razão produz a história, sendo, portanto, “a história [um] processo de autoconsciência do espírito [ou da ideia]” (FERNANDES, 1978, p.103). É justamente por isso que Hegel via em fatos como a Revolução Francesa a ideia desenvolvida posta no mundo: tratava-se “de um grande período de florescimento que aparentemente se iniciava, guiado pelo ‘espírito do mundo’, que Hegel viu em lena montado a cavalo [Napoleão], e que parecia vocacionado a varrer do mapa por completo toda a miséria alemã” (LUKÁCS, 2012b, p.193). Porém, a realidade da Alemanha de então se mostrava diferente da ideia que se tinha dela ou que a formataria, o que fez com que “sua teoria da história entrasse num doloroso contraste com a história real” (LUKÁCS, 2012b, p.193).

1.2. O MATERIALISMO HISTÓRICO

Em um primeiro momento, Marx e Engels irão empreender uma análise da filosofia hegeliana e atribuir dinâmica materialista a sua dialética a partir das reflexões de Ludwig Feuerbach; posteriormente, eles irão visualizar Feuerbach como um filósofo que desconhecia os fundamentos sociais de suas próprias ideias, rompendo também teoricamente com ele. Essa síntese teórica, primeiramente com Hegel e, depois, com Feuerbach, assim se explica: a filosofia desenvolvida até Hegel não possuía os alicerces necessários para explicar a sociedade, o Estado e a história, uma vez que buscava fundamentar as ideias no interior delas próprias, tal como verificado. Em relação a filosofia e sua análise de mundo, Marx e Engels faziam referência ao idealismo de Hegel, mas incluíam também os seus discípulos que formavam a esquerda e a direita hegeliana, sendo Feuerbach um dos representantes do primeiro grupo. Tal como Hegel, Feuerbach foi um importante pensador no processo de amadurecimento e fundamentação intelectual de Marx e Engels, mas esses vão apontar também em “A Ideologia Alemã” que a filosofia materialista desenvolvida até então (de Feuerbach), coloca a essência do homem em sua natureza orgânica, como sujeito isolado e impotente frente ao conjunto das relações socioespaciais.

Assim, a concepção de homem fauerbachiana abarcaria as relações humanas de um lado e, de outro, o indivíduo, sendo a sua formação determinada pela natureza orgânica e não pela atividade laborativa e transformadora *a partir* de um estado de coisas. Conforme explica Lukács (2010, p.73), “quando Feuerbach separa aqui, conceitualmente, aquilo que ontologicamente coexiste de modo inseparável [essência humana e conjunto das relações sociais], é forçado a interpretar de modo totalmente errôneo essa essência humana, a genericidade do homem”. Por não compreender o ser humano como produtor ativo da vida social, ele o via como um ser meramente contemplativo, fato que fica claro na 3ª tese de Marx (2007, p.28) acerca do materialismo de Feuerbach: “a doutrina materialista da transformação das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias são transformadas pelos homens e que o próprio educador tem de ser educado”. Diferentemente de Feuerbach, Marx ressalta o ser ativo a partir de sua capacidade teleológica expressa pelo trabalho

e pela práxis, ao mesmo tempo em que denuncia um materialismo onde o ser está isolado e vive uma adaptação passiva ao seu meio, ou, como coloca Lukács (2010, p.77), onde se conhece no ser “apenas a genericidade muda”. Desse modo, o determinismo de Feuerbach é desmistificado e a dialética de Hegel invertida:

Assim como o materialismo de Feuerbach é um trampolim para a superação da filosofia hegeliana, a dialética de Hegel - fundamental no desenvolvimento de ambos os autores - é a catapulta para superar o materialismo apenas contemplativo de Feuerbach, que observa o mundo em sua imutabilidade sem buscar transformá-lo [...]. Aplicada ao materialismo, a dialética hegeliana concede a base para o materialismo dialético. ‘Grosso modo’, a síntese entre o idealismo hegeliano e o materialismo feuerbachiano dá a dialética materialista de Marx (BACKES, 2007, p.14)¹³.

O que seria então o Materialismo Histórico e Dialético ou a dialética na perspectiva marxiana? Faria (2011, p.19) explica que “o método é o Dialético e a epistemologia ou a ciência geral que orienta a produção do conhecimento é o Materialismo Histórico”. Em “A Ideologia Alemã”, Marx e Engels explicam a concepção materialista da história, a qual é a base do método de investigação, apontando inicialmente os limites das discussões que somente ocorrem no campo das ideias. Isso porque os debates a partir da filosofia (hegeliana) levados a cabo pelos chamados ideólogos havia provocado uma verdadeira revolução na Alemanha, contudo, todo o processo havia ocorrido “no terreno do puro pensamento” (MARX, ENGELS, 2007, p.37). Assim, Marx e Engels denunciam os limites da primazia das ideias na constituição da vida social, abarcando aqueles que produzem a ideologia, os ideólogos, bem como expõem o verdadeiro materialismo.

À época, a ênfase atribuída à palavra ideologia¹⁴ era a de falsa consciência em relação à realidade vivida, onde a falta de conexão entre o que se pensa e a materialidade histórica e espacial formataria uma representação parcial do todo e levaria à sua incompreensão: “[...] a ideologia inteira se reduz ou a uma compreensão invertida [da história dos homens] ou à abstração total dela. A ideologia, ela mesma, é apenas um dos lados dessa história” (MARX, ENGELS, 2007, p.39). Observa-se que

¹³ Em abordagem introdutória à obra “A Ideologia Alemã”, de Marx e Engels (2007).

¹⁴ Em relação à categoria ideologia, é realizada uma abordagem detalhada em capítulo específico.

Marx e Engels apontam a ideologia como uma *inversão* do mundo real, no sentido de que os ideólogos¹⁵, ao fundamentarem suas ideias em representações não correspondentes aos fundamentos das operacionalidades sociais, constroem uma visão que propicia um entendimento desconexo com a realidade e cumpre a função de fazer com que as pessoas se movam a partir de uma compreensão invertida, onde o pensamento ou a idealização se constituem como a base para todas as coisas e transformações¹⁶. A ideologia, nesse contexto de 1844-46, corresponde aos limites da filosofia de então em explicar a totalidade do processo histórico justamente por encaminhar os debates e soluções para os problemas alicerçados nas ideias que se têm deles. O Materialismo Histórico empreende uma reinversão e, em conjunto, a desmistificação dessa ideologia:

Bem ao contrário do que acontece com a filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui se sobe da terra para o céu. Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam, ou engendram mentalmente, tampouco do homem dito, pensado ou engendrado mentalmente para daí chegar ao homem em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e de seu processo de vida real para daí chegar ao desenvolvimento dos reflexos ideológicos e aos ecos desse processo de vida. Também as formações nebulosas que se condensam no cérebro dos homens são sublimações necessárias de seu processo material de vida, processo empiricamente registrável e ligado a condições materiais. A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia e as formas de consciência que a elas possam corresponder não continuam mantendo, assim, por mais tempo, a aparência de sua própria autonomia. Elas não têm um desenvolvimento próprio delas, mas os homens que desenvolvem sua produção material e sua circulação material trocam também, ao trocar esta realidade, seu pensamento e os produtos de seu pensamento. Não é a consciência quem determina a vida, mas a vida que determina a consciência (MARX, ENGELS, 2007, p.48,49).

De forma generalizada, ou seja, contemplando a filosofia idealista de Hegel e a materialista de Feuerbach, Marx e Engels apontam as distorções entre o que se pensa

¹⁵ O ideólogo viaja todos os anos para *Resorts* no nordeste brasileiro, desfruta do aparato de lazer e se diverte. Contudo, ele desconhece os bastidores da produção dos serviços por ele consumidos. Da mesma forma, ele come carne todos os dias, muito embora nunca tenha entrado em um matadouro para saber como ela chegou ao seu prato.

¹⁶ Nesse sentido, por exemplo, a evolução de um país comparativamente com outro, dar-se-ia exclusivamente pelo aprimoramento da razão e seu grau de civilização estaria conectado a ela, desconsiderando-se as contradições do mundo real ou de uma sociedade de classes movidas pela força objetual do capital, tal como será abordado.

e o que efetivamente ocorre no mundo prático real e, principalmente, evidenciam que a realidade não é fruto das ideias de alguns personagens expoentes, mas é feita por homens e mulheres em seu cotidiano e, portanto, em suas atividades práticas. É por meio da crítica da economia política ou o efetivo entendimento das relações estabelecidas a partir da produção para a manutenção da própria existência que o movimento real pode ser conhecido: “os críticos filosóficos alemães afirmam, todos eles, que ideias, noções e conceitos dominaram e determinaram a conduta dos seres humanos reais até agora, que o mundo real é um produto do mundo ideal. Isso acontece até o presente momento, mas a partir de agora deve mudar” (MARX, ENGELS, 2007, p.36).

Nesse sentido, Marx e Engels apontam algo elementar para iniciarem a explicação da concepção materialista da história: “[...] devemos começar constatando que a primeira premissa de toda a existência humana, e portanto também de toda a história, é a premissa de que os homens para ‘fazer história’ se achem em condições de poder viver” (MARX, ENGELS, 2007, p.50). Para isso, a base essencial ou o dado ontologicamente fundamental é a atividade de trabalho, compreendido não em sua forma restrita¹⁷, mas como *atividade transformadora da realidade dada* que abarca as mais diversificadas objetivações e as quais está ancorada a própria vida. Trata-se do “primeiro ato histórico” (MARX, ENGELS, 2007, p.50) que firma-se com a obtenção de um suporte material para a reprodução que se deve buscar cotidianamente desde que existem seres humanos, incluindo a alimentação, o abrigo, a segurança. Atrelado a ele, está o “primeiro fato histórico” (MARX, ENGELS 2007, p.51), o qual se materializa no tempo e no espaço quando o primeiro conjunto de necessidades é satisfeito, caracterizando-se pela busca de outros e novos meios a fim de que os sujeitos tenham atendidas as necessidades que aparecem no decurso de sua necessária interação com o ambiente.

Porém, o modo como os seres produzem seus meios de sobrevivência, “não deve ser observado apenas sob o ponto de vista que faz dele a reprodução da existência física [...]. Ele é, muito antes, uma forma determinada de expressar sua vida, uma forma de vida determinada do mesmo” (MARX, ENGELS, 2007, p.42). Isso

¹⁷ O trabalho assim compreendido contempla as atividades mais básicas do dia a dia de cada sujeito, ultrapassando a referência que se tem do trabalho formal. Tal categoria será abordada posteriormente.

significa que a produção material ou o suporte que possibilita a existência é proveniente de relações entre sujeitos que se firmam como um acontecimento social, o qual, “desde o princípio intervém no desenvolvimento histórico” (MARX, ENGELS, 2007, p.51) a começar pela constituição da família, uma vez que não se busca somente a reprodução do grupo (comida, morada), mas a reprodução enquanto espécie, sendo essa tanto uma necessidade biológica como social. Então, se a primeira relação entre os sujeitos é aquela baseada em laços familiares, essa se estende e se modifica enquanto interação cooperativa com o aumento populacional até a formação de nações. Acerca do primeiro *ato* e do primeiro *fato* histórico, bem como em relação à *reprodução dos sujeitos para a propagação da espécie*, trata-se de “três momentos que coexistiram desde o princípio da história e desde o primeiro homem, e que até hoje seguem se mostrando válidos na história” (MARX, ENGELS, 2007, p.52).

Assim, a expressão da existência humana (sua generidade) se dá pelo fato de se estruturar e de se expressar como uma vida interativa ou social, sendo que às relações de caráter natural (de reprodução física e descendência) estão imbricados modos de cooperação para o atendimento das necessidades que se apresentam em épocas e espaços diversos. Para se compreender a vinculação entre os indivíduos que a princípio é materialista e seguirá sendo enquanto houver seres humanos sobre a terra, deve-se considerar a conexão entre eles e os meios que lhes dão suporte, fato que baseia e ao mesmo tempo envolve as concretizações humanas em vários campos. Mas não se trata do predomínio das ideias no que tange as objetivações humanas ou das ideias que se têm quanto às relações daí provenientes, e sim da construção da história a partir da produção mesma, história essa que não se resume a uma descrição de fatos e ações, mas contempla o conjunto de interações sociais somente possíveis a partir de processos produtivos que se efetivam como respostas dos sujeitos frente ao ambiente em que vivem. Ou, conforme distingue Lukács (2010, p.110), “a história não é [...] um simples saber, mas o esclarecimento dos motivos traduzidos na práxis [e que propiciam] expressão plástica à relação presente dos seres humanos com sua própria generidade [...]”.

O desenvolvimento dos meios para a produção constitui-se em um processo que demanda inovação constante e abarca um conjunto de elementos chamados de

forças produtivas, sendo que a tendência crescente do aumento da produtividade do trabalho está diretamente a elas relacionada. Ao operacionalizarem tais forças, os sujeitos interagem para atingir finalidades, mas essa interação será formatada ou estabelecida de acordo com a divisão do trabalho, formando as *relações técnicas* e, também, *sociais de produção*. Desse modo, o que caracteriza o trabalho desde os primórdios de uma forma geral é a sua possibilidade de produzir ou gerar elementos que ultrapassem a necessidade imediata dos seres (ele tende a gerar reservas); e a questão que permeia a história é que, dada a possibilidade de produzir excedentes, quem irá deles se apoderar. Trata-se de uma obviedade que quem produz é o produtor direto e, se em tempos remotos a divisão do trabalho era sexual ou natural, sendo que essas formas podem persistir de maneira atrofiada na estrutura que se ampliou com o avanço das forças produtivas, o fato é que “com a divisão do trabalho está dada, ao mesmo tempo, a contradição entre o interesse do indivíduo [...] e o interesse comum de todos os indivíduos relacionados entre si [...]” (MARX, ENGELS, 2007, p.55).

Os interesses diversos citados por Marx e Engels estão atrelados não ao fato de o trabalho evoluir mediante a divisão de tarefas, mas dizem respeito a base social dessa divisão, ou seja, ao fato de que a operacionalização das forças produtivas ocorre nos marcos de certas *relações de propriedade* que irão definir como se dá a apropriação do excedente e, além disso, justificar a produção. Se as relações sociais estão ligadas e marcadas pelo regime de propriedade (comunal, privada)¹⁸ dos meios de produção, é preciso salientar que a forma como se dá essa relação modificou-se ao longo da história, sendo que a inter-relação entre *forças produtivas* e *relações sociais de produção* irão configurar um *modo de produção* que se especifica no tempo e no espaço, o qual, uma vez dominante, exerce seu poder sobre outras organizações em escala reduzida. Uma formação social ou modo de produção específico possui as mesmas bases ou características essenciais, mas temporal e geograficamente há configurações que o diferenciam pelo seu nível de penetração e desenvolvimento, não havendo um mesmo arranjo em todos os espaços.

¹⁸ Marx (2011, p.43) esclarece que “toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo no interior de e mediada por uma determinada forma de sociedade. Nesse sentido, é uma tautologia afirmar que propriedade (apropriação) é uma condição da produção. É risível, entretanto, dar um salto daí para uma forma determinada de propriedade, por exemplo, para a propriedade privada”.

Com isso, chega-se a uma questão essencial na concepção do Materialismo Histórico para a orientação analítica: *uma ontologia do espaço turístico (que significa a compreensão dos processos e dinâmicas socioespaciais) depende não do conhecimento acerca dos avanços tecnológicos, das formas organizativas pontuais ou dos meios de produção por si mesmos, mas essencialmente da forma social em que a produção ocorre. Importa saber a configuração da hierarquia social, a qual irá definir quem produz e aqueles que possuem os instrumentos necessários ao conjunto da produção e, fundamentalmente, como se efetiva a relação entre esses diferentes grupos no que se refere ao processo produtivo e distributivo. Além disso, importa saber como são travadas as interações entre a produção material/imaterial e as formas de consciência, bem como com as expressões políticas e filosóficas a ela correspondentes, incluindo o papel do espaço nos processos de reprodução da forma social:*

O fato é o seguinte, portanto: determinados indivíduos, que são ativos na produção de determinada maneira, contraem entre si essas determinadas relações sociais e políticas. A observação empírica tem de, necessariamente, provar empiricamente e sem nenhum tipo de mistificação ou especulação, em cada caso concreto, a relação existente entre a estrutura social e política e a produção (MARX, ENGELS, 2007, p.47).

Conforme será detalhado posteriormente, o processo de produção e as relações intrínsecas a esse movimento envolvem muitas outras questões além das materialidades advindas do trabalho, uma vez que a práxis humana é rica e expressa, por meio de suas concretizações, uma diversidade de materialidades e imaterialidades que caracterizam os grupos na política, na arte, na música, nas festividades, na culinária, nas formas de interagir, enfim, em sua cultura. Por exemplo: ao se empreender uma análise com o intuito de se compreender como opera o turismo em uma dada porção do espaço, tais expressões humanas não deixam de ser importantes, mas elas não têm prioridade ontológica. Por elas mesmas ou desconectadas da produção material e imaterial, a qual não é apenas produção instrumental, mas *produção da vida social*, tem-se uma representação sem sentido do todo e, portanto, com restrito poder explicativo do real. Isso significa que o produzir (o

trabalho sempre social) e o reproduzir-se (natural e socialmente), são ontologicamente precedentes às ideias, às expressões diversas, ao pensar e às representações. Nesse sentido, Lukács (2012, p.307) alerta:

[...] é preciso distinguir claramente o princípio da prioridade ontológica dos juízos de valor gnosiológicos, morais, etc. inerentes a toda hierarquia sistemática idealista ou materialista vulgar. Quando atribuímos uma prioridade ontológica a determinada categoria com relação a outra, entendemos simplesmente o seguinte: a primeira pode existir sem a segunda, enquanto o inverso é ontologicamente impossível. É o que ocorre com a tese central de todo materialismo, segundo a qual o ser tem prioridade ontológica com relação à consciência. Do ponto de vista ontológico, isso significa simplesmente que pode haver ser sem consciência, enquanto toda consciência deve ter como pressuposto, como fundamento, algum ente. Mas disso não deriva nenhuma hierarquia de valor entre ser e consciência.¹⁹

As expressões culturais ou as formas organizativas de um grupo que os especificam ou eventualmente os caracterizam como diferentes estão entrelaçadas a uma forma social, a qual sempre irá implicar interações firmadas para se levar a cabo empreendimentos humanos. A produção material e imaterial não é, portanto, o único elemento a ser considerado na averiguação de realidades socioespaciais e, nesse caso, do turismo, mas é por meio dela que se terá acesso ou será possível compreender as expressões da vida social e a dinâmica constitutiva de um fato ou conjunto de fatos. Conforme explica Netto (2007)²⁰, “o dado primário é a produção material, mas o dado primário não significa nem único e muito menos exclusivo [...]. O fato de os homens pensarem, articularem, fantasiarem [...] se é ontologicamente secundário [...], não é menos ponderável”. Daí que a prioridade ontológica não significa uma condição determinada ou uma “hierarquia de valor entre ser e consciência” (LUKÁCS, 2012, p.307), mas tão somente que existe uma diversidade de elementos fundamentais em que a questão primária é a forma social e as relações de produção que a especificam.

¹⁹ Por exemplo: uma casa pode existir sem que eu tenha a consciência sobre ela, mas a minha noção em relação às suas características e particularidades somente é possível a partir da sua existência. Isso é prioridade ontológica da matéria ou da realidade em relação à consciência.

²⁰ Em curso intitulado “O método em Marx”, 2007.

Encontra-se aqui e acolá, por exemplo, famílias que abrem suas casas como meios de hospedagem fundamentalmente para interagir com outras pessoas, sendo que o propósito material adquire um caráter secundário, tal como é possível observar em alguns poucos “*Chambres D’Hôtes*” encontrados na França. Mas, se essas iniciativas podem ser explicadas a partir do todo social, não é correto afirmar que seja possível partir delas para se compreender a totalidade da produção socioespacial pelo turismo, uma vez que as relações sociais estabelecidas com a produção em seu conjunto efetivam condições ontologicamente precedentes e essas precisam ser conhecidas. Por isso, as pesquisas que se baseiam na concepção materialista da história devem necessariamente lidar com questões complexas, totalidades no interior de uma totalidade, ou, como explica Lukács (2012b, p.307), todo fato “é sempre um complexo com propriedades concretas, qualitativamente específicas, um complexo de forças e relações que agem em conjunto”. Não é preciso salientar que tal compreensão não condiz com um entendimento das categorias segundo conexões lógico-sistemáticas-ideais, mas de acordo com conexões reais formadas por totalidades de uma totalidade:

É sobretudo importante o fato de ele [Marx] considerar ‘o conjunto das relações de produção’ a ‘base real’ a partir da qual se explicita o conjunto das formas de consciência; e que estas, por seu turno, são condicionadas pelo processo social, político e espiritual da vida. [...] Desse modo, o mundo das formas de consciência e seus conteúdos não é visto como produto imediato da estrutura econômica, mas da totalidade do ser social. A determinação da consciência pelo ser social, portanto, é entendida em seu sentido mais geral. Só o marxismo vulgar ‘desde a época da Segunda Internacional até o período stalinista e suas consequências’ é que transformou essa determinação numa relação causal declarada e direta entre economia, ou mesmo entre alguns momentos desta, e ideologia (LUKÁCS, 2012b, p.308)²¹.

²¹ Netto (1981) evidencia que o marxismo institucional ou o principal conjunto de elaboração teórica que se efetivou com a II Internacional foi denominada de vulgar por Lukács justamente pelo fato de não contemplar ou absorver a dialética marxiana e seus traços filosóficos fundamentais. Tal “marxismo”, expressão que causava repulsa em Marx conforme aponta Netto (1981, p.21), “rompe a conexão entre o sujeito e o objeto da prática social, interdita o âmbito da práxis e aceita a factualidade imediata do ser social como um dado [...]”. Trata-se de uma “concepção [que] compreendia a obra de Marx como uma sociologia científica que desvende o mecanismo da evolução social a partir da análise da situação econômica” (NETTO, 1981, p.19), desprezando-se o fato de que a base econômica ou produtiva é ela mesma uma totalidade social. O rompimento e desmistificação desse marxismo vulgar será efetivado entre 1919 e 1929, sendo que em “História e Consciência de Classe” (de 1923), Lukács mostra as suas limitações, parcialidades e deturpações em relação ao pensamento marxiano. Verifica-se que intelectuais como Lukács e Lefebvre foram perseguidos por dirigirem críticas fundamentadas e severas ao socialismo real, além de utilizarem o método marxiano para análises que aquele marxismo considerava secundárias, como, por exemplo, o

Isso significa que: 1) as interações entre forças produtivas, sendo o trabalho o seu ente fundamental, as relações sociais que baseiam a produção e as formas de consciência devem ser investigadas e compreendidas em seus aspectos processuais e relacionais, não sendo simplista ou mecânica a relação entre base produtiva (econômica) e a superestrutura correlata (Estado, ideologia, política); 2) a categoria totalidade colocada por Marx e evidenciada por Lukács não faz referência a um conjunto de *fatores* fixos que se movem em uma unidade, mas a uma diversidade de *relações* entre *categorias* dinâmicas como “diferenças dentro de uma unidade” (MARX, 2011, p.53). Se há uma “influência recíproca” (LUKÁCS, 2012, p.85) entre categorias (Estado, turismo, ideologia) e dessas com o todo (a forma social ou base econômica), a noção de totalidade está para além da soma das partes, mas diz respeito a *relação* como ente que “torna-se a determinação que condiciona a ‘forma de objetividade’ de todo objeto [...]”. Qual a *relação* da produção do turismo em um determinado momento e país e as políticas públicas ou como ele é ideologicamente disseminado como prática social é uma questão ampla que pode ser colocada, o que não condiz com a afirmação fatalista ou mesmo simplista de que a base econômica ou produtiva formata a “mercadoria turismo” da mesma maneira em todos os espaços. Citando a colocação de Marx de que “um negro é um negro [e] somente em certas condições torna-se um escravo [; e] uma máquina de tecer algodão é uma máquina de tecer algodão [e] somente em certas condições ela se torna capital”, Lukács (2012, p.85) refere-se da seguinte forma a questão da totalidade marxiana:

Essa mudança contínua das formas de objetividade de todos os fenômenos sociais em sua ação recíproca, dialética e contínua, e o surgimento da inteligibilidade de um objeto a partir de sua função na totalidade determinada na qual ele funciona fazem com que a concepção dialética da totalidade seja a única a compreender a realidade como devir social.

ser social, o urbano, o cotidiano, sendo que o partido russo, com a chamada “autocracia stalinista [acabou por neutralizar] os críticos da concepção teórica da II Internacional” (NETTO, 1981, p.25). Não é preciso salientar que pensadores como Lukács e Lefebvre foram competentes teóricos que embasaram suas produções até o final de suas vidas no método marxiano. Em relação a isso, serão pontuadas outras poucas questões no capítulo acerca da categoria Ideologia. Para mais detalhes, consultar: NETTO, José Paulo. Capitalismo e reificação. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

Assim, o turismo em todo e qualquer contexto precisa ser estudado como categoria de um período, envolvendo essencialmente as *relações* entre a forma como ele é produzido e as configurações do espaço, as ideologias, o papel do Estado. Se a concretização dessa prática social alcançada como atividade econômica acabou por gerar níveis de desigualdade consideráveis entre os sujeitos, a formatação entre espaços de produção (receptivos) e os de reprodução (da classe trabalhadora) podem ser flagrantes (Porto Seguro-BA, por exemplo); mas essa mesma desigualdade pode ser menos explícita em outras realidades onde os de produção confundem-se com os de reprodução em certos períodos (como a Ilha do Mel, em Paranaguá-PR). Com isso pretende-se adiantar somente que a forma social capitalista não alcança as realidades socioespaciais da mesma maneira, mas ela trava *relações*.

Nesse sentido, as categorias constitutivas de um fato ou conjunto de fatos precisam ser analisadas conforme suas complexidades interativas e “não [como] uma interação simples de fatores fixos (do tipo ‘os homens produzem a sociedade e são produzidos por ela’ ou X influencia Y que influencia Z) [...]” (FARIA, 2011, p.13). Lukács (2010, p.125) relata que “por um lado, nada no ser social pode tornar-se uma categoria determinante da práxis se não tiver efetivas raízes na economia; de outro lado, e ao mesmo tempo, essa determinidade econômica não pode, de modo algum, tornar-se uma determinação linear, univocamente ‘necessária’”. Isso se explica pelo fato de que não há um *fatalismo* da base, mas uma *interação*, a qual coloca determinações (compreendida como gérmen ou entes constituintes de algo) que servirão de alicerce para que os sujeitos se movimentem e a movimentem. Por isso, o entendimento de totalidade é o que alcança a realidade como uma construção social, onde os *momentos* e *relações* das categorias em uma forma de sociedade devem ser compreendidos como condições tal como Marx demonstrou nos manuscritos econômicos de 1857-1858²².

²² A questão da totalidade de totalidades como um complexo de interações dos sujeitos sociais pode ser esclarecida aqui por alguns fragmentos dos manuscritos: Marx (2011, p.44-52 passim) relata que “a produção cria os objetos correspondentes às necessidades; a distribuição os reparte segundo leis sociais; a troca reparte outra vez o já repartido segundo a necessidade singular; finalmente, no consumo, o produto sai desse movimento social, devém diretamente objeto e serviço da necessidade singular e a satisfaz no desfrute”. A forma como esse processo ocorre – produção, distribuição, troca, consumo – possui configuração específica e caracteriza uma forma de sociedade (escravismo, feudalismo, capitalismo), sendo que cada uma delas “forja suas próprias relações jurídicas, formas de governo, etc”. A relação e não imposição da base produtiva se dá, pois ela pode ser redimensionada pela superestrutura a depender dessa relação em espaços e momentos específicos: “Na França, a pequena agricultura

Feitas as necessárias considerações acerca da noção de totalidade, verifica-se que a concepção materialista da história norteia o método dialético de forma invertida ao de Hegel justamente no sentido de estabelecer as conexões a partir da vida prática ou das relações engendradas pelo movimento de trabalho de homens e mulheres (a produção) e a sociedade civil a ela correlata com suas expressões políticas, culturais, filosóficas, ideológicas. Trata-se da produção material e imaterial que sempre condiciona (mas não fixa como algo uniforme em todos os tempos e espaços) a vida social e, portanto, a práxis. Enfim, o Materialismo Histórico significa justamente a produção da história não pelas ideias, mas pelas atividades humanas que criam materialidades e imaterialidades *a partir* de certas condições, as quais, todas elas, permitem tanto a existência física como a base real das interações, noções, sistema de ideias e ações²³.

Compreende-se, então, que a forma social opera e é ontologicamente precedente ao pensar e isso significa que os sujeitos devem dar respostas às circunstâncias que lhes são relegadas pelas gerações anteriores e as quais se deparam ao nascerem e no curso de suas vidas. Tais respostas demonstram o caráter ativo dos seres, sendo que elas irão compor uma infinidade de mediações do indivíduo com sua realidade natural e social. Mas o fato é que, para haver respostas deve haver questionamentos, os quais são colocados essencialmente pela estrutura sócio-produtiva e sua formação em um dado momento. As perguntas são ontologicamente precedentes às respostas e não desconsideram a importância dessas últimas, mas ressaltam a sua necessária vinculação aos questionamentos que a realidade coloca independentemente de os sujeitos quererem ou não. Por isso, Marx (2007, p.29)

era praticada apesar da grande propriedade fundiária, daí porque esta última foi destruída pela Revolução. Mas e a perpetuação do parcelamento, por exemplo, pelas leis? A despeito dessas leis, a propriedade se concentra novamente. A influência das leis [superestrutura] na manutenção das relações de distribuição e, daí, seu efeito sobre a produção [base econômica ou infraestrutura] devem ser particularmente determinados”.

²³ Quanto a realidade social da economia ou o grau de desenvolvimento das categorias sociais e suas interações, Marx (2008, v.I, p.104) empreende uma explicação: ao rebater uma crítica de que sua colocação de que “o modo de produção da vida material [condiciona] o processo da vida social, política e intelectual em geral” seria condizente somente com a sociedade moderna capitalista, mas não com civilizações antigas baseadas no escravismo como os Gregos e onde a política dominava, ou mesmo o Feudalismo, onde o catolicismo era um importante determinante social, assim ele se refere ao periódico e ao crítico: “De início, é estranho que alguém se compraza em pressupor o desconhecimento por outrem desses lugares-comuns sobre a Idade Média e a Antiguidade. O que está claro é que nem a Idade Média podia viver do catolicismo, nem o mundo antigo, da política. Ao contrário, é a maneira como ganhavam a vida que explica por que, numa época, desempenhava o papel principal a política, e, na outra, o catolicismo”.

aponta que “toda vida social é essencialmente ‘prática’. Todos os mistérios, que levam a teoria do misticismo, encontram sua solução racional na práxis humana e no ato de compreender essa práxis”. Tal ato seria o próprio método.

Nos Manuscritos de Paris, Marx (2010, p.123) reconhece a “grandeza da ‘Fenomenologia’ hegeliana e de seu resultado final, a dialética”. Mas a epistemologia que irá norteá-la será a do Materialismo Histórico, onde, conforme apontado, a primazia é a da realidade produzida pelo trabalho e pela práxis em uma considerada formação social (a capitalista) e onde o “ser social do homem [e não o ser individual] condiciona a sua consciência [sendo que] a condicionalidade anuncia que há um sujeito social, sujeito ativo e condicionante [...] da construção social [...]” (FARIA, 2011, p.19). Dizer que as objetivações humanas têm como fundamento a realidade socioespacial não retira de cada indivíduo as suas possibilidades de ação mediante seu talento, preparação, disposição, mas somente demonstra que as *ideias* não têm prioridade ontológica frente às relações sociais que as provocam²⁴. A forma social precede o eu subjetivo, de maneira que “mesmo o modo como cada um desses pode se manifestar [o talento, a disposição moral], como agem também em direção ao exterior, como, por sua vez, repercutem sobre os homens que põem, é impossível de ser compreendido separadamente das reações sociais que os desencadeiam” (LUKÁCS, 2010, p.106).

O método seria a mediação operada pelo pensar entre o objeto e a realidade histórica e socialmente construída, incluindo todo um conjunto de representações e interações, quer dizer, a totalidade do ser que se projeta espacialmente. Cabe compreendê-la como um processo social e não ideal, sendo que a sua dinâmica pode ser inteligível *a partir* de elementos empíricos que se apresentam travestidos em suas formas fenomênicas. É digno de nota, conforme será posteriormente detalhado, que a aparência é somente o ponto de partida da abstração, a qual, se descontextualizada dos seus elementos constituintes e desconectada da base real, aparece por ela mesma como se não houvesse a dimensão da essência. As pesquisas que se valem de métodos que desprezam a forma social e contemplam as representações ideais

²⁴ Bottomore (2012, p.269) explica: “O anti-idealismo ou ‘materialismo’ de Marx não pretendia negar a existência e/ou a eficácia causal das ideias (pelo contrário, por oposição ao materialismo reducionista, insistia nisso), mas apenas a autonomia e/ou o primado explicativo a elas atribuído”.

como pressupostos básicos, não têm condições de tornar inteligível a dinâmica do seu objeto, permanecendo e se aprofundando tão somente no campo das ideias que se têm acerca dele.

E essa é a diferença essencial quando se considera o método em Marx: se, para Hegel, a dialética consiste no movimento do pensar onde as contradições são antíteses que agem para o aprimoramento da razão ou conhecimento absoluto, o qual, por sua vez, se externalizaria com a formatação de situações ideais ou uma síntese social mais avançada; para Marx tal movimento é o da própria realidade histórica e social, onde a tese ou uma situação socioespacial concreta contém sua antítese e que, no decurso do tempo, irá necessariamente gerar condições para uma síntese que se converta em nova tese. A forma social, ou seja, a interconexão contraditória entre relações sociais de produção e forças produtivas constituem o movimento. Em relação a essa inversão, Fernandes (1978, p.104;105) explica:

O aproveitamento construtivo das perspectivas abertas por Hegel às ciências da sociedade e da história dependia de uma inversão completa de sua orientação, através da qual se substituísse a especulação pela investigação empírica, o idealismo especulativo pela ciência [...]. Em Marx, o método dialético e a doutrina hegeliana dos conceitos são reelaborados de forma radical. Não havia outra alternativa para quem pretendesse explorá-los no conhecimento científico do real.

Em Hegel é a razão que se modifica e transforma a realidade; em Marx, são as contradições do tempo histórico que a movimenta e estabelecem caminhos para uma síntese ou uma nova situação, tratando-se de uma dinâmica impelida pela sociedade de classes e, portanto, que não é condicionada pela realidade como se essa não fosse formada por sujeitos sociais ativos tal como no materialismo de Feuerbach. *Transformações efetivas, qualitativas ou fundamentais, as quais são sempre coletivas, não podem ser alcançadas a partir do aperfeiçoamento da razão e por ela mesma, mas somente por um aprimoramento ajustado, ou seja, aquele que se dá entre a consciência e os componentes contraditórios e efetivamente operantes da base econômica real, uma vez que as processualidades independem das ideias ou noções que os sujeitos têm delas. Os projetos que são críticos às interações humanas sob o capitalismo, mas que desconhecem, divagam ou desconsideram as relações sociais*

em que a produção ocorre, somente têm possibilidades de formular cartilhas em que a aplicabilidade fica no campo das ideias ou alcançam transformações que ficam circunscritas às formas ou a dimensão da aparência. Pretende-se salientar, com isso, que foi somente com Marx que a dialética pôde ter uma aplicação *prática* no sentido de se constituir no ato que irá estabelecer a intermediação entre o sujeito-pesquisador e o seu objeto situado em uma forma histórico-social e, portanto, não ficando restrita a uma lógica da razão.

1.3. A PECULIARIDADE DO MÉTODO MARXIANO E SUA ESSENCIALIDADE PARA UMA ONTOLOGIA DO ESPAÇO TURÍSTICO

A especificidade do método Dialético conforme o Materialismo Histórico deve ser conhecida a partir das explicações do próprio Marx, muito embora ele não tenha publicado algo específico a respeito do tema. Referências e esclarecimentos em relação ao método podem ser encontrados em obras distintas de Marx, mas também em pensadores que o pormenorizaram sem modificá-lo, tal como Lukács em “História e consciência de classe”, obra na qual afirma que o seu objetivo é o de “compreender corretamente a essência do método em Marx e de aplicá-lo corretamente, sem nunca corrigi-lo, em qualquer sentido que seja” (2012, p.53). Deve-se partir, portanto, do próprio Marx. Ainda que extensa, a referência ao método na introdução dos manuscritos de 1857-58 contém elementos essenciais de esclarecimento e, portanto, ao procedimento utilizado em suas pesquisas e nesta análise (2011, p.54,55):

Se considerarmos um dado país de um ponto de vista político-econômico, começamos com sua população, sua divisão em classes, a cidade, o campo, o mar, os diferentes ramos de produção, a importação e a exportação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias, etc. Parece ser correto começarmos pelo real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo, e, portanto, no caso da economia, por exemplo, começarmos pela população, que é o fundamento e o sujeito do ato social de produção como um todo. Considerando de maneira mais rigorosa, entretanto, isso se mostra falso. A população é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída. Essas classes, por sua vez, são uma palavra vazia

se desconheço os elementos nos quais se baseiam. p.ex., trabalho assalariado, capital, etc. Estes supõem troca, divisão do trabalho, preço etc. O capital, p. ex., não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc. Por isso, se eu comesse pela população, esta seria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado ‘chegaria’ a conceitos abstratos [...] cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples. Daí teria de dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo à população, mas desta vez não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações [...] O último é manifestamente o método cientificamente correto. O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. Na primeira via, a representação plena foi volatizada em uma determinação abstrata, na segunda, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento. Por isso, Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que sintetiza-se em si, aprofunda-se em si, e movimenta-se a partir de si mesmo; enquanto o método do ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como concreto mental. Mas de forma alguma é o processo de gênese do próprio concreto. P. ex., a categoria econômica mais simples, digamos, o valor de troca, supõe a população, população produzindo em relações determinadas; ‘supõe’ também um certo tipo de família – ou comunidade – ou de Estado etc. Não pode jamais existir, exceto como relação abstrata, unilateral, de um todo vivente, concreto, já dado.

A partir dessa explicação, é possível considerar:

- a) que a abstração sempre necessita de uma base ou referencial empírico, de um ponto de partida, do elemento concreto ou de questões realmente existentes, seja uma dança folclórica ou um conflito social decorrente do estabelecimento de uma praia privativa por um *resort*, seja do crescimento do turismo e o consequente aumento dos postos de trabalho. A abstração é compreendida como “capacidade analítica de lidar com materiais empíricos, na reconstrução de situações histórico-sociais [...]” (FERNANDES, 1978, p.107). É por via da abstração que se pode verificar o sentido do objeto de pesquisa: “para ‘refletir’ é

preciso, 'abstrair. E abstrair é o mesmo que tornar simples algo que é em si mesmo mais complexo; trata-se de tornar o concreto, no conjunto de suas atribuições, objeto de 'análise'" (RANIERI, 2011, p.52);

- b) no exemplo apontado por Marx (2011, p.54), "a população é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída". A conotação de abstração, aqui, se refere a uma ideia vaga, imprecisa ou desconectada da base real ou desvinculada da forma social que a dinamiza. Desconhecendo "os elementos nos quais se baseiam p.ex., trabalho assalariado, capital, etc", tem-se apenas uma "representação caótica do todo", onde os fatos não são mediados, mas descritos por eles mesmos ou simplesmente relacionados. Esse trecho expressa que o eixo-norteador do método é o Materialismo Histórico;
- c) deve-se destacar que há substanciais diferenças entre as formas aparentes ou o concreto e a sua essência e, para fins desta análise, entre o espaço turístico tal como se apresenta e a teia de relações que conformam a sua essencialidade. O fato é que o ponto de partida (o concreto) nunca corresponde ao núcleo do objeto (o que pode se constituir em um obstáculo epistemológico) e, por isso, não revela aí a sua estrutura essencial. O mundo fenomênico se apresenta e passa a fazer parte das representações dos sujeitos como circunstâncias naturais (e não sociais), as quais são absorvidas e mesmo manejadas sem que se tenha a real noção delas. O trabalho de todos os dias serve como exemplo: as pessoas interagem, produzem, recebem seus salários ou pagamentos, mas não efetivam uma ligação de suas atividades com a apropriação por um terceiro (direta ou indiretamente) do seu valor de uso, desconhecendo, portanto, como se dá o processo de produção do valor e como ele domina as interações sociais. Kosik (1976, p.10) observa que "a 'praxis' utilitária imediata e o senso comum a ela correspondente colocam o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporcionam a compreensão das coisas e da realidade". Nesse mesmo sentido, Lefebvre (2008, p.34) aponta que as ciências que

desconsideram a dialética das dinâmicas constitutivas do espaço (as relações sociais e as forças produtivas com suas devidas associações temporais e espaciais, além das expressões de vida dos sujeitos) acabam formatando tão somente “[...] considerações variadas sobre o que há no espaço (os objetos, as coisas), ou sobre o espaço abstrato, [sendo que] tais descrições de fragmentos são, elas próprias, fragmentárias, segundo os compartimentos das ciências especializadas”. O fato é que a observação e a descrição positiva do objeto, mesmo que pormenorizada, não tem condições de estabelecer os nexos com a sua estrutura fundamental, consistindo somente em um indício ou um vestígio dos processos que o determinam. Por isso, “o mundo da pseudo-concreticidade [ou das formas aparentes ou fenomênicas do concreto] é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde” (KOSIK, 1976, p.11). Lukács (2012a, p.75) alerta que não é possível iniciar uma pesquisa sem o estabelecimento da diferença relacional entre a *aparência* e a *essência*, sendo esse o caminho necessário da abstração *com sentido*:

Por um lado, trata-se [...] de destacar os fenômenos de sua forma aparente dada como imediata, de encontrar as mediações pelas quais eles podem ser relacionados ao seu núcleo e à sua essência e nela compreendidos; por outro, trata-se de compreender o seu caráter e a sua aparência de fenômeno, considerada como sua manifestação necessária.

Nota-se que a essência não é algo que está “por trás” do objeto, mas trata-se das próprias *relações* que somente podem ser desvendadas por um pensamento que não acredita na sua independência e não se contenta com a sua imediatez. Portanto, não é possível “considerar a destruição da pseudoconcreticidade como o rompimento de um biombo e o descobrimento da realidade que por trás dele se escondia, pronta e acabada [...]”. A pseudoconcreticidade é justamente a existência autônoma dos produtos do homem [...]” (KOSIK, 1976, p.19), ou seja, ela se constitui a partir da compreensão (invertida ou parcial) de que os resultados provenientes das

atividades humanas ocorrem independentemente do modo de produção material e imaterial da vida social – a forma social capitalista;

- d) o método dialético se caracterizaria por promover aproximações sucessivas do sujeito-pesquisador ao objeto, as quais conectam o particular (o objeto) ao geral (as múltiplas determinações), sendo que todas elas (objeto e traços constitutivos) têm como pressuposto a forma social: “esse conhecimento parte daquelas determinações simples, puras, imediatas e naturais ‘no mundo capitalista’ [...] para alcançar o conhecimento da totalidade concreta enquanto reprodução intelectual da realidade” (LUKÁCS, 2012a, p.76). Por exemplo: não se conhece a produção do espaço pelo turismo pelas políticas públicas, seu planejamento, as impressões parcelares ou a cultura de um povo, mas essencialmente ao se considerar as mediações entre essas e suas outras determinações (ou elementos constituintes) com as relações sociais de produção vigentes. Nesse sentido, Marx (2011, p.41) esclarece que “quando se fala de produção, sempre se está falando de produção em um determinado estágio de desenvolvimento social – da produção de indivíduos sociais”. Trata-se de processos interligados a outros processos que a abstração intelectual deve desvendar. Marx (2011, p.54) relata que, partindo-se do objeto tal como ele se apresenta ou do “concreto representado”, busca-se os elementos que o fundamentam ou o constituem, ou seja, “as determinações mais precisas” permitem uma reprodução ou uma abstração mais circunstanciada. É preciso salientar que o objeto pode ser apropriado e reproduzido pelo pensamento, mas não se trata, ele próprio, de um produto da ideia, ou, nas palavras de Marx, “de forma alguma é o processo de gênese do próprio concreto”;
- e) o objeto ou fato existe e opera de forma autônoma em relação ao conhecimento que se tem dele, pois é o resultado de múltiplas ações (e relações) humanas que adquirem automovimento. Assim, “o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade”. O concreto é a referência inicial e necessária para a abstração, a qual fica sem sentido ou é vaga (ou é somente uma abstração) quando não se conecta, no exemplo de

Marx, a “população” às classes sociais, ao trabalho, ao regime de propriedade, às políticas, ao capital. O percurso analítico para se compreender o objeto pode: 1) esvaecer a representação inicial (do concreto) ou; 2) reproduzir a sua dinâmica constitutiva no pensamento. O primeiro método seria aquele que até pode considerar um determinado fato em sua inter-relação com outros elementos, mas sem a mediação de suas conexões com a base real. Nesse caminho, o entendimento fica circunscrito às formas fenomênicas ou somente a uma “determinação abstrata”. Determinação abstrata significa, aqui, determinação do pensamento onde a interação de elementos se explica por si mesma (uma lógica-sistêmica que passa a ser a base referencial dos sujeitos tal como alertam Lukács e Lefebvre) e não pelo seu fundamento social (o modo de produção). Sem a consideração acerca da natureza das coisas, os fatos aparecem por eles mesmos e formatam, assim, uma abstração sem sentido. Em relação ao segundo método (ou a via de apropriação do objeto pelo pensar) em que “as determinações abstratas levam a reprodução do concreto por meio do pensamento” (MARX, 2011, p.54), parte-se igualmente do objeto, encontra-se as mediações com a base real e procura-se saturar as suas determinações ou os fatos elementares de sua constituição;

- f) não existem regras específicas ou um receituário em relação a esse método, uma vez que o procedimento depende das especificidades do objeto de pesquisa, ou seja, das categorias que o formatam. Para isso é necessário: 1) não ter ideias fixas de processos que são dinâmicos; 2) trabalhar com o entendimento de que os conceitos possuem validade no tempo e no espaço; 3) ter a real noção da dupla dimensão dos fatos (essência e aparência); e 4) buscar um suporte teórico e cultural para enxergar e verificar as mediações que fazem do objeto algo complexo, de forma que seja possível explicar essa complexidade. O “concreto mental” (MARX, 2011, p.54) é, portanto, o resultado somente possível pela mediação, enquanto que o concreto não pensado refere-se ao que é místico ou a própria aparência. Fernandes (1978, p.111) explica que o Método Dialético “procura [...] ajustar a inteligência aos fatos de maneira a permitir a compreensão deles em sua complexidade, totalidade e instabilidade”.

Tal relação não é uma mera interpretação do objeto (o espaço turístico), mas uma *interação* que pode aproximar o indivíduo da realidade em sua essência ao mesmo tempo em que, negando a empiria, o afasta das representações construídas pelo senso comum, pela ideologia dominante, pelas inversões ou mesmo aquelas advindas de uma primeira aproximação. Isso não significa que as descrições e os detalhamentos da empiria não são importantes, mas eles não constituem o efetivo conhecimento. Trata-se, aqui, de interagir ou ser ativo com a realidade que se apresenta e não com as ideias que dela se tem, questionando e desmistificando os entendimentos que a situam “como resultado do pensamento que sintetiza-se em si, aprofunda-se em si e movimenta-se a partir de si mesmo” (MARX, 2011, p.54);

- g) a apropriação da matéria (ou a descoberta das mediações entre as múltiplas determinações e o objeto) não se dá pela simples descrição, tal como no positivismo que desconsidera a existência de algo que esteja para além do plano da aparência e confunde os sujeitos com formulações desconexas do plano real, mas pela compreensão de categorias determinantes²⁵ conforme mencionado. As *determinações* são os *elementos constitutivos* do objeto e devem ser compreendidas como *categorias*. Nesse sentido, as categorias são essenciais para a reprodução mental do real, ou, como explica Marx (2011, p.59), as categorias “expressam formas de ser, determinações da existência [...]”. Não é possível uma ontologia do espaço turístico se a esse não forem conectadas as categorias valor e ideologia, sendo que essas precisam estar integradas à sua materialidade histórica e espacial, ou seja, ao turismo na forma social capitalista e às demais categorias que o constituem e o dinamizam, como o Estado. As categorias de análise se configuram, também, como “a expressão de relações nas quais o concreto pouco desenvolvido pode ter se realizado sem haver estabelecido ainda a relação ou o relacionamento mais complexo” (MARX, 1987, p.18). Com isso, Marx evidencia que as categorias que se

²⁵ Fernandes (1978, p.115) explica que Marx diferencia determinações comuns e determinações particulares. As comuns correspondem às “condições elementares e [aos] processos sociais que se repetem ou recorrentes [e as particulares são aquelas chamadas de] condições sociais emergentes e processos sociais ‘in flux’”.

entrecruzam com o ente empírico são dinâmicas e, por isso, devem ser “concebidas como representações que precisam ser constantemente redefinidas, quer dizer, como ‘categorias histórico-sociais’” (FERNANDES, 1978, p.113). A categoria trabalho, por exemplo, ao ser um elemento explicativo da apropriação e produção do espaço pelo turismo, precisa ser analisada em sua constituição histórica, mas com ênfase em seu caráter contemporâneo e na sua inter-relação com outras categorias determinantes na configuração socioespacial pelo e para o turismo, tal como as relações que geram o capital nesse setor. Faria (2011, p.26) evidencia que, para o Materialismo Histórico, “as categorias são expressões de relações concretas, reais, históricas, que correspondem à determinada materialidade e não o fruto da imaginação [no caso, do pesquisador], de um pensamento exterior ao real, de um esquema mental pré-existente [...]”. As categorias, portanto, não podem ser estabelecidas à priori, mas devem ser buscadas no próprio objeto. O intuito é o de alcançar a compreensão da totalidade e das múltiplas relações contraditórias, tendo como fundamento a sua natureza social ou o entendimento das questões que são precedentes na constituição do fato;

- h) a *mediação* pode ser compreendida como o papel de diferentes categorias que permitem a efetivação de conexões de um dado objeto com a realidade socioespacial, enquanto a *totalidade* corresponde ao conjunto dessas inter-relações, ou seja, “existe nas e através das mediações e transições múltiplas pelas quais suas partes específicas ou complexas, isto é, as ‘totalidades parciais’ – estão relacionadas entre si [...]” (BOTTOMORE, 2012, p.562). Cabe complementar que totalidade não significa o conhecimento de todas as questões ou fenômenos, o que seria humanamente impossível diante das dinâmicas socioespaciais movidas e moventes de contradições e processos ininterruptos. Conforme observações anteriores, a categoria totalidade corresponde a um conjunto de complexidades que formam o objeto em um dado momento e que, uma vez compreendidas suas mediações, podem torná-lo inteligível. Kosik (1976, p.35) explica que totalidade tem o sentido de “realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer

(classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente conhecido”. Já a dialética refere-se às contradições da forma social próprias de uma sociedade de classes, ou, nos dizeres de Lefebvre (2000, p.409) “La liaison dialectique [est la] contradiction dans l’unité”²⁶;

- i) é preciso considerar que se o movimento da realidade socioespacial se dá mediante *contradições*, nas ciências que analisam a sociedade organicamente ou fazem uma analogia com o funcionamento biológico (funcional-estruturalista), essas significariam a falta de amadurecimento das ideias no sentido de que, aprimorando a razão (e o sistema), seria possível colocar fim às contradições. Já para a Dialética do Materialismo Histórico, as contradições “pertencem, ‘de maneira indissolúvel, a essência da própria realidade, à essência da sociedade capitalista’. Sua superação no conhecimento da totalidade não faz com que deixem de ser contradições” (LUKÁCS, 2012a, p.79). Nessa perspectiva, as contradições são intrínsecas aos desdobramentos dos pores teleológicos dos indivíduos sociais, os quais, uma vez concretizados com vistas a atender a uma finalidade específica, promovem causalidades que podem desfigurar ou subverter a própria finalidade. Conforme explica Bottomore (2012, p.118) a contradição “envolve forças de origens não independentes operando de forma que a força F tenda a produzir ou seja ela mesma o produto de condições que, simultânea ou subsequentemente, produzam uma força F’ contrária que tende a frustrar, anular, subverter, ou transformar F”. É o caso de destinações turísticas em que o aumento dos fluxos, ao mesmo tempo em que promove a ampliação dos meios receptivos, a geração de empregos e um ordenamento do espaço para que esse seja atrativo, favorece a maximização da concorrência e a tendência à diminuição da taxa de lucros, bem como a otimização da produção de serviços via extensão e maximização da intensidade do trabalho social e o redimensionamento do preço dos imóveis mais bem situados. Ao abordar a categoria contradição, Lukács (2012b, p.364) salienta que se trata de algo intrínseco “a estrutura heterogênea da realidade [capitalista], da qual deriva a

²⁶ “A ligação dialética é a contradição na unidade”.

impossibilidade última de eliminar o acaso das inter-relações entre os momentos de um complexo e entre complexos”. Para a compreensão do objeto em sua totalidade, além de verificar as mediações entre as categorias que o determinam ou constituem, é preciso detectar os processos e esclarecer as contradições que o movimentam;

- j) o método proposto por Marx, ao considerar o processo dinâmico das categorias na inter-relação com o objeto analisado e, portanto, o caráter dialético do todo socioespacial (tese, antítese e síntese), condena “a pretensão de construir um sistema de conceitos de aplicação universal [...]” (FERNANDES, 1978, p.113). *A análise Dialética orientada pela concepção do Materialismo Histórico não está preocupada em elaborar modelos, formular estruturas ou prescrever saídas ideais, mas ocupa-se em fornecer aos sujeitos ou à sociedade as explicações do movimento do real com o intuito de orientar as suas ações: “o Materialismo Histórico é uma ciência que não fornece soluções teóricas para problemas reais, mas uma ciência crítica que fornece aos sujeitos reais elementos de análise para a sua prática”* (FARIA, 2011, p.27). É justamente por isso que não há nada de determinista no método formulado por Marx, muito pelo contrário, ao se constituir como um eixo-norteador para a análise da dinâmica das categorias que compõem um dado objeto ou fato, tal procedimento expõe o capital como um complexo de complexidades, não se restringindo somente a essa categoria, mas denunciando o seu próprio determinismo nos espaços em que as interações humanas devem ser travadas para reproduzi-lo enquanto expressão de força produtiva e, ao mesmo tempo, de relação social.

Cabe ao sujeito-pesquisador buscar o efetivo ajuste de seu pensamento com a realidade do seu objeto, onde, aos processos dinâmicos e interativos (tese) estão conectadas situações que o negam ou não condizem com o seu livre trânsito (antítese) e que não podem ser conhecidas inteiramente de forma imediata. Dessas inter-relações contraditórias ou junção de mudanças quantitativas, será formatada uma nova realidade (síntese ou negação da negação), a qual, por sua vez, irá se constituir

em novo processo ou nova tese. As mudanças quantitativas referem-se às “transformações simples que não interferem na natureza essencial do objeto/fato [e as] mudanças qualitativas [correspondem] as passagens de um estado a outro” (FARIA, 2011, p.16). Nesse sentido, as mutações quantitativas podem gerar outras e novas configurações nos marcos de uma formação social, enquanto as qualitativas correspondem a uma alteração de conteúdo, o que significa a alteração da forma socioprodutiva a partir dos próprios elementos que a contradizem e em graus elevados de contradições.

É por isso que Marx e Engels, pesquisadores que buscaram conhecer a gênese, o processo de desenvolvimento, as inter-relações e o declínio da forma social capitalista, evidenciaram que o comunismo não é e nunca foi “um estado que deve ser implantado, um ideal ao qual a realidade haverá de se sujeitar [mas essencialmente é o] movimento real que suspende e supera o estado de coisa atual. As condições deste movimento se desprendem da premissa atualmente vigente” (2007, p.59). Importa salientar que o conhecimento obtido por meio do Método Dialético em relação aos processos desencadeados pela tese-antítese-síntese, pode levantar tendências ao detectar contradições e, assim, “acelerar, em determinadas condições e dentro de certos limites naturais, a própria transformação da realidade” (FERNANDES, 1978, p.117).

PARTE II TRABALHO, LIBERDADE E TEMPO LIVRE

De fato, o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta [...]. Karl Marx.

A produção de tempo livre no curso da história, como a condição necessária da emancipação, é uma grande realização coletiva [...]. Contudo, o capital expropria para si o tesouro de todo o conhecimento humano e, arbitrariamente, atribui legitimidade somente às suas partes passíveis de se explorar lucrativamente – ainda que de maneira mais destrutiva – por seu próprio modo fetichista de reprodução. Naturalmente, o capital se relaciona da mesma forma com o tempo livre historicamente produzido da humanidade. Assim, apenas a sua fração diretamente passível de submeter-se às determinações exploradoras da “indústria do lazer” pode ativar-se por meio da inserção no processo da expansão lucrativa do capital. István Mészáros.

Mas o estudo ontológico do ser social mostra que só de modo bastante gradual, passando por muitíssimas etapas, é que suas categorias e relações adquiriram o caráter de socialidade predominante. György Lukács.

2.1. TRABALHO E CAUSALIDADES

Uma reflexão a respeito da categoria turismo como possível atividade de lazer nos limites do tempo livre deve ser empreendida a partir de uma análise que abarque o seu elemento fundamental, ou seja, o trabalho. Afinal, para que uma localidade seja assim adjetivada, é necessária a atuação e interação de sujeitos na operacionalização de uma estrutura-suporte, o que irá propiciar desdobramentos socioespaciais diversos. Por ora, convém pormenorizar algumas das especificidades do trabalho que não se prendem à sua dimensão técnica e operacional, mas essencialmente o referenciam ontologicamente: o trabalho é a ação que mantém o ser biológico e, ao mesmo tempo, funda o ser social, tratando-se de um movimento necessário a todo e qualquer grupo humano. Marx (2008, v.I, p.64) relata: “o trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem - quaisquer que sejam as formas de sociedade -, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza”.

A atividade de trabalho gera formidáveis repercussões materiais e/ou imateriais, as quais têm a sua concreticidade vinculada à capacidade de ideação que é própria do gênero humano e o caracteriza enquanto ser. A possibilidade que tem de projetar algo antes de sua efetivação com o intuito de atender tanto as suas carências naturais como as necessidades historicamente criadas irá diferenciá-lo de outros animais. Apontamos a distinção citando como exemplo o processo de construção da morada do *Furnarius Rufus*, conhecido por João de Barro, o que inclui a cooperação entre macho e fêmea na busca e preparo dos materiais como o barro e a palha; o posicionamento dos cômodos para proteger os filhotes; a dimensão e localização da entrada. Trata-se de um fato marcante a complexidade de organização do casal nesse trabalho, mas, tanto no caso do João de Barro como no de outros animais, as operações são orientadas biologicamente, sendo que a relação que se estabelece com o ambiente ocorre de acordo com uma consciência mais ou menos rudimentar, própria a cada espécie e ligada às suas necessidades de adaptação. O movimento do ambiente é percebido, mas não racionalizado, fato que acarreta poucas variações tanto nos processos quanto nas formas do produto do trabalho no tempo e no espaço.

Quanto ao trabalho executado pelo gênero humano, ocorre o contrário: as determinações da natureza são largamente dominadas e postas a serviço de homens e mulheres, os quais alcançam e transformam o espaço de acordo com o avanço ininterrupto de suas exigências: “uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade” (MARX, 2008, v.I, p.212). Isso é possível devido à racionalização da consciência e não somente pela tomada de consciência, o que vai gerar o desenvolvimento de relações socioespaciais mais complexas. Justamente por isso, Marx (2010, p.84) relata que “o animal é imediatamente um com a sua atividade vital. Não se distingue dela. ‘É ela’. O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência”.

Verifica-se, então, que “o homem é um ser genérico, não somente quando prática e teoricamente faz o gênero, tanto do seu próprio quanto do restante das coisas, o seu objeto, mas também [...] quando se relaciona consigo mesmo como [...] um ser universal [...]” (MARX, 2010, p.83). Isso significa que em todos os tempos e espaços a genericidade humana caracterizou-se pela capacidade de abstração dos entes empíricos do mundo exterior (materiais ou imateriais, naturais ou artificiais), sendo que, a partir do conhecimento que se tem deles, mesmo que rudimentar, é possível projetar, agir, interagir e universalizar os saberes. A evolução das ideias tem existência concreta pela atividade de trabalho e requer não somente que se busque compreender mais pormenorizadamente os objetos e as próprias atividades laborativas através da reflexão, mas, também, que esse aperfeiçoamento seja estendido a outros e novos processos, os quais, nos momentos mais avançados do desenvolvimento humano serão levados a cabo pela ciência.

Assim, ao mesmo tempo em que se busca o aprimoramento dos atos de reflexão a respeito de processos de trabalho específicos, tais atos acabam absorvidos para o desenvolvimento de outras atividades, fazendo-se o uso dos saberes universalmente: o animal “produz apenas aquilo de que necessita imediatamente para si ou sua cria; produz unilateralmente, enquanto o homem produz universalmente” (MARX, 2010, p.85). Lukács (2010, p.44) refere-se ao trabalho como um “pôr

teleológico conscientemente realizado [...], capaz de trazer à vida processos causais [...], objetos etc. do ser que normalmente só funcionam espontaneamente, e transformar entes em objetividades que sequer existiam antes do trabalho”. Tratando-se de um fato eminentemente humano, os pores teleológicos podem ser compreendidos quanto a sua complexidade e extensão a partir de duas dimensões inter-conectadas, as quais Lukács denomina de “pores teleológicos primários” e “secundários”. Os primários dizem respeito aos processos decorrentes das interações entre sujeitos e objetos; e os secundários referem-se às relações entre os sujeitos. Quanto aos primários, é preciso refletir a respeito de alguns dos elementos operantes e resultantes dessa relação, abarcando os meios, os fins e os objetos.

Os meios englobam os instrumentos desenvolvidos e colocados entre o sujeito e o objeto, sendo esse último formado pelos elementos nos quais incide o trabalho. Tal matéria (objeto) pode constituir-se em matéria-prima se nela houver transformação executada pela ação humana, de forma que “toda matéria prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria prima” (MARX, 2008, v.I, p.212). Os meios de trabalho são desenvolvidos de acordo com os fins que se estabelece, o que leva Lukács (1981, p.19) a afirmar que “o conhecimento mais adequado que fundamenta os meios [...] é, muitas vezes, para o ser social, mais importante do que a satisfação daquela necessidade (finalidade)”, justamente porque se uma satisfação é atendida, serão necessários meios para supri-la novamente para os mesmos e/ou diferentes grupos humanos. Um valor de uso “pode ser considerado matéria-prima, meio de trabalho ou produto, dependendo inteiramente da sua função no processo de trabalho, da posição que nele ocupa, variando com essa posição a natureza do valor-de-uso” (MARX, 2008, v.I, p.216). Um objeto de trabalho, por exemplo, a terra, torna-se meio para a produção de trigo, o qual se constitui como um valor de uso que, por sua vez, será o meio para a feitura do pão. Por isso, é possível compreender o trabalho como um processo ininterrupto entre o homem e a sociedade com a natureza, como uma “condição natural eterna da vida humana [...] comum a todas as suas formas sociais” (MARX, 2008, v.I, p.216).

A elaboração e uso dos meios também especificam e diferenciam o trabalho humano em relação ao dos animais, demonstrando que as relações estabelecidas

entre os sujeitos e os objetos tendem a ser cada vez mais mediadas (e não imediatas), o que promove o constante desenvolvimento da produtividade e a ampliação do domínio da natureza, de acordo com o avanço do conhecimento acerca dos elementos que envolvem os processos²⁷. O ato de preparar um peixe (temperá-lo, assá-lo) é um fato mediado, mas comê-lo assado é um fato tão imediato quanto aquele realizado por seus predadores que o devoram da forma que o encontram para saciar a fome, no entanto, o primeiro é um ato social e o segundo natural. Assim, quanto mais se sociabiliza (desenvolvendo meios, alcançando novos objetos, configurando espaços), menos preponderante é no ser humano a esfera natural, muito embora ele nunca vá dela se desprender.

Deve-se evidenciar que toda essa dinâmica é *social* e não individual, sendo que tanto a sociabilidade como a linguagem são produtos do ato laborativo: a primeira indica que a experimentação e o aprendizado são fatos que se inscrevem no campo da coletividade, revelando que *o desenvolvimento do trabalho não seria factível sem a quebra do isolamento de grupos humanos*; já a segunda surge da interação dos sujeitos pela e para a atividade de trabalho, no momento em que foi necessário se comunicar e transmitir os saberes, mesmo os mais elementares. Assim, pelo trabalho como ação de um ser que responde e interage à realidade socioespacial e a reconfigura, tem-se o ser social: “o homem é no sentido mais literal, um ‘zoon politikon’, não só animal social, mas animal que só pode isolar-se em sociedade. A produção do indivíduo isolado fora da sociedade [...] é uma coisa tão absurda como o desenvolvimento da linguagem sem indivíduos que vivam juntos e falem entre si” (MARX, 1987, p.04).

A partir dessa inter-relação outras objetivações se concretizam, envolvendo a capacidade de ideação prévia, de comunicação, de universalização dos saberes. Trata-se dos pores teleológicos secundários compreendidos como as formas de interação entre os sujeitos que se expressam com a arte, a política, a filosofia, a música, a educação e demais manifestações de uma cultura, compreendida não como expressão pura das ideias, mas como revelações diversas de subjetividades ligadas a

²⁷ Considerando que o ser humano é um ser teleológico, por meio do trabalho é possível concretizar objetivos e aperfeiçoá-los. Nesse sentido, pode-se imaginar: qual a diferença entre uma teia de aranha da mesma espécie hoje e a mil anos; e quais as diferenças entre os meios para se transportar madeira atuais daqueles utilizados a mil anos.

um estado de coisas ou relações socioprodutivas²⁸. Se os pores teleológicos primários referem-se, conforme mencionado, aos processos entre sujeitos e objetos, os secundários abarcam as relações sujeito-sujeito que adquirem autonomia em relação à atividade de trabalho. Com isso, tem-se a chamada *práxis* social, que envolve a atividade de trabalho, mas se projeta para além dela, incluindo uma diversidade de expressões que demonstram a potencialidade da racionalidade humana. A trama de relações entre pores teleológicos primários e secundários é indissociável, fazendo com que a *práxis* educativa, por exemplo, indique, de maneira direta ou indireta, as relações sociais formatadas no campo produtivo e, ao mesmo tempo, constituem relacionalmente um determinado estágio histórico da humanidade.

Com base nas colocações apresentadas acerca do *trabalho concreto*, ou seja, em sua vertente voltada à produção de *valores de uso*, é possível verificar que, por meio dele: 1) o gênero humano se especifica de forma totalmente diferenciada da genericidade que caracteriza os animais; 2) se imprime os projetos elaborados idealmente (os atos teleológicos), os quais têm como princípio a realidade apresentada e assimilada pelos sujeitos para o atendimento de suas necessidades e desejos; 3) são estabelecidas as relações entre os indivíduos e entre esses e o seu espaço, as quais serão determinantes na constituição da individualidade do ser; 4) viabilizam-se as comunicações e a universalização dos saberes; e 5) as alternativas se efetivam com e no conjunto da *práxis* social.

Daí a menção ao ato laborativo como ação que responde ativamente às questões colocadas pela interação sociedade-natureza. Conforme explica Lukács (2010, p.80), “não há ente que não possa existir ao mesmo tempo como exemplar de seu gênero ‘universal’ e como objetividade singular”, de forma que a realidade socioespacial deve ser compreendida como produto e, relacionalmente, produtora do

²⁸ No que diz respeito as relações sociais que caracterizam uma forma de produção, ou, conforme coloca Braverman (1980, p.27) “[...]o desenvolvimento das forças produtivas dentro de um sistema de relações sociais [...]”, é preciso considerar o papel específico e relacional de cada categoria que a constitui e, portanto, seu momento histórico-espacial. Nos Manuscritos econômicos de 1857-58, Marx (2011, p.60) cita que os eslavos (povos indo-europeus que passaram a habitar as regiões da Europa central, oriental e a península balcânica a partir do século VI) mantiveram a propriedade comunal da terra por longo período em regiões da Alemanha, França, Inglaterra e Escandinávia até o século XIX devido as suas tradições. Ou seja, Marx (2011, p.60) aponta que uma categoria econômica se manteve “de acordo com o maior ou menor grau com que esses povos [persistiram] em suas tradições”. Em relação a isso, consultar: ENGELS, Friedrich. “A Marca”. Tradução de Christiana Freitas; João Quartim de Moraes e Lígia Osório Silva. São Paulo: Crítica Marxista, 2006. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/>. Acesso em: 04 fev. 2014.

gênero humano. Trata-se de um conjunto “de forças de produção, capitais e circunstâncias, [de forma que] as circunstâncias fazem o homem na mesma medida em que este faz as circunstâncias” (MARX, ENGELS, 2007, p.51). É preciso considerar, então, que o que faz do ser humano um ser universal diante da diversidade de diferenças entre cada sujeito não é somente a sua capacidade de abstração ou a sua especificidade na relação com um dado objeto e com seus semelhantes, mas essa capacidade inscrita em relações sociais específicas. *A universalidade é possível não pelo ser individual, mas pelo ser social*, o que irá caracterizar a genericidade sempre em relação a um período:

[...] para o homem, em sua práxis, não só as coisas concretas, em cuja existência e elaboração está baseado o metabolismo da sociedade com a natureza, convertem-se em objetos com que ele passa a se defrontar como sujeito da práxis social, mas também as formas de sociabilidade daí resultantes fazem surgir, em última análise, como destacou Marx, a sua própria genericidade como conjunto das relações sociais (LUKÁCS, 2010, p.82).

Conforme apontado, toda e qualquer finalidade, da mais simplificada até a mais complexa é colocada idealmente, sendo que o estabelecimento de um fim têm como referência os objetos e as relações abstraídos da realidade e assimilados via pensamento, podendo constituir outros e novos elementos inteiramente diversos das formas iniciais, sejam eles materiais e/ou imateriais. Assim, desde os estágios mais primitivos de organização social, os seres humanos constituem e partem de alternativas (escolhas) postas pelo ato teleológico para se alcançar finalidades, mas a ideia jamais poderá concretizá-las por ela mesma, uma vez que, para isso, é necessária a sua objetivação por meio do trabalho. As objetivações ou pores teleológicos, uma vez efetivados, geram repercussões que extrapolam focos ou objetivos específicos, sendo que uma questão da atividade de trabalho que merece reflexão é a relação entre causalidade e teleologia: ao se projetar algo e concretizá-lo, os sujeitos trazem à existência outros e novos elementos que passam a interagir com e no seu ambiente, sendo que os seus resultados podem ter implicações que independem da vontade individual ou do grupo que os efetivou inicialmente: “[...] toda práxis, mesmo a mais imediata e a mais cotidiana [...] é sempre um ato teleológico, no

qual o pôr da finalidade precede, de modo objetivo e cronológico, a realização. Isso não quer dizer, porém, que seja possível saber quais serão as consequências sociais de cada ação singular” (LUKÁCS, 2012, p.317).

Isso significa que, muito embora os processos que adquirem automovimento possam ser absorvidos e modificados de acordo com o avanço dos conhecimentos acerca da natureza e das forças produtivas, bem como com a modificação das tramas sociais, em toda atividade de trabalho existe uma dualidade entre o que se projeta e o que se concretiza, fazendo com que os pores teleológicos deixem marcas para as gerações atuais e posteriores em que suas implicações não podem ser totalmente dimensionadas. No que se refere às leis naturais, paulatinamente e a custa de diversas pesquisas, experimentos e consequências, muitas foram postas a serviço dos indivíduos e, ao mesmo tempo, o continuo desenvolvimento do saber apontou os efeitos práticos atuais e futuros das atividades humanas. Contudo, para que os processos causais na natureza se concretizem, pode ou não haver necessidade de pores teleológicos. Quanto às estruturas sociais, ou seja, aquelas que não podem ser determinadas por um ordenamento ideal destoante de seu movimento real, verifica-se que, mesmo que os pores teleológicos partam da compreensão efetiva de como certas questões operam, tais ações estão sujeitas a adquirir um automovimento com repercussões diversas e destoantes das causas originais, fato que se agrava no momento em que as relações sociais passaram a se pautar em processos produtivos com vistas a acumulação ampliada, haja vista a consequente alienação frente as interações humanas e produtos do trabalho²⁹.

Engels (2004, p.25) relata que quando “Colombo descobriu a América não sabia que, ao mesmo tempo, dava nova vida à escravidão, há muito tempo desaparecida na Europa, e assentava as bases do tráfico de negros”. É nesse sentido que a dupla operacionalidade contida no trabalho deve ser compreendida em termos de desdobramentos possíveis, de forma que “a teleologia só pode funcionar na realidade como teleologia posta [ao passo que] a causalidade, ao contrário, pode

²⁹ Por acumulação ampliada compreendemos o capital decorrente do valor produzido a mais para terceiros via amplos processos de desenvolvimento da produtividade do trabalho aos quais estão alicerçadas em substanciais transformações nas relações sociais de produção, principalmente a partir do século XVI. Não se trata, portanto, somente daquele capital proveniente da esfera da comercialização. Em relação a reificação, verificar capítulo acerca da ideologia e notas complementares.

operar tanto quando foi posta como quando não foi posta” (LUKÁCS, 1981, p.54). Eis o fundamento de um mundo que não é ideal, mas social e, portanto, materializado por pores teleológicos que surgem como respostas a uma materialidade histórica e espacial. Dessa forma, entende-se a amplitude da colocação de Marx (2011, p.25): “os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”³⁰.

Isso não diz respeito a uma possível limitação das objetivações humanas ou a uma determinação fatalista da realidade sobre os sujeitos, mas significa que o ser é ativo sempre em referência a alguma coisa, quer ele conheça os pressupostos da forma social em suas ações, quer ele se mova nos limites de representações e/ou de um referencial técnico e operacional, desconhecendo completamente as relações sociais conectadas aos processos de produção material e imaterial. Nesse sentido, a própria base (econômica, produtiva) fornece as condições para que variadas instâncias extra-econômicas se desenvolvam, incluindo as ideologias e ações que irão confirmá-la, escondê-la, refutá-la e/ou aproveitar de condições para transformá-la: “o conhecimento adequado das séries causais sempre foi e será a base da práxis humana, do conhecimento da realidade que a fundamenta, que a partir desse papel torna-se eficaz potência social” (LUKÁCS, 2010, p.340).

A dinâmica entre causalidade e teleologia se inscreve como relação de um momento histórico em que a questão da *liberdade* deve ser considerada. Portanto, se visualizamos uma tendência de ampliação das alternativas com outros e novos pores teleológicos com o intuito de se alcançar finalidades, para se contar com elas, ou mesmo para concretizá-las enquanto alternativas, é preciso considerar a liberdade de ação dos indivíduos, a qual está vinculada ao que Lukács (1981, p.20) chama de “momento da sociedade”:

³⁰ A história consiste na trama de relações sociais e espaciais que gestam e são estabelecidas a partir de pores teleológicos ou do trabalho concretizado, ou, conforme evidencia Lukács (2010, p.331), “quando se fala de processo histórico, via de regra se refere a todo o processo irreversível do universo, do qual em determinadas circunstâncias se desenvolve o período histórico do ser humano, [sendo que] o marxismo não reconhece nenhuma conclusão no interior desse processo [...]”.

[...] o homem só pode por aqueles fins cujos meios adequados à sua efetivação realmente domina – ainda que [...] se trate de fato de um desenvolvimento social, de um complexo, que Marx chama de intercâmbio orgânico do homem, da sociedade, com a natureza, no qual não há dúvida que o momento da sociedade [...] muitas vezes [...] deve ser o fator predominante.

Verifica-se que o “momento da sociedade” se inscreve para além do campo técnico-científico e operacional, compondo não somente as alternativas desenvolvidas, mas essas em um quadro social onde a liberdade de escolha e a ação serão determinadas pelas relações que o caracterizam. Se, conforme exposto, os atos teleológicos podem ampliar as alternativas com outras e novas forças produtivas ou mesmo formas diferenciadas de produção para que os seres tenham suas necessidades e desejos atendidos, essas fazem parte de uma estrutura social que, a depender do momento histórico, pode atuar tanto como uma força propulsora, tanto como um obstáculo ao seu desenvolvimento. Ou seja, a inter-relação entre forças produtivas (ou inovações tecnológicas e organizativas) e relações sociais estabelecidas em um marco histórico e geográfico não se dá de forma simples e harmoniosa, mas é movida por contradições: de uma forma geral, verifica-se claramente que as relações de produção atuais, as quais são exatamente as mesmas de duzentos anos atrás, não estão integradas da mesma maneira com as forças produtivas tal como antes, pois, nesse decurso de tempo, as mediações tornaram essas últimas completamente diferentes e, portanto, evoluíram em vários ou todos os campos. Isso significa que existe um enraizamento (das relações sociais de produção) que, ao se impor como empecilho ao avanço das forças produtivas, acentua processos contraditórios justamente por limitar a liberdade de grupos sociais ampliando o automovimento dos processos causais.

Nesse sentido, entender que a tecnologia teria condições de resolver uma diversidade de problemas criados pela formação social capitalista, constitui-se em uma mera reflexão desconexa ou simplesmente ligada a formas de representações ideais. Exemplos como a compra de patentes e engavetamento de projetos que aumentariam a vida útil de produtos; a impossibilidade de substituição de todos os motores movidos por combustíveis fósseis; as restrições ao uso generalizado de energia solar nas residências populares, indústrias e hotéis; enfim, uma série de inovações que estão

mais do que disponíveis no tempo presente, mas que são apresentadas como possíveis somente para o futuro ou limitadas social e espacialmente, demonstram as imposições da base real ou do conjunto das relações sociais de produção, as quais, se em momentos iniciais incitam a disseminação da inovação, depois acabam atrasando ou mesmo impedido que tecnologias e outras formas organizacionais avancem.

O “momento da sociedade” atual é marcado pela convergência e contradição dos anseios daqueles que produzem; os encaminhamentos dos que ficam com os resultados da produção; as diretrizes políticas, jurídicas e ideológicas que os resguardam; e as formas de consciência coletiva, sejam aquelas conectadas às representações ideais, sejam aquelas que estabelecem vínculos com o movimento prático ou com as conexões reais, as quais são combatidas até mesmo para se formar pela educação formal, pelos meios de comunicação social mais influentes e, também, por uma diversidade de atividades disponíveis no tempo livre, dentre elas, o turismo³¹. Por isso, Marx e Engels (2007, p.54) evidenciam que nesta e em formas organizativas-produtivas passadas “[...] estes três momentos, a força produtiva, o estado social e a consciência podem e devem necessariamente entrar em contradição entre si”.

O fato a ser destacado é que a configuração social coloca lado a lado as alternativas e a liberdade, sendo que a possibilidade que os sujeitos têm para se fazer escolhas está circunscrita a posição social que o mesmo ocupa, mas, essencialmente, envolve as determinações da própria forma social³²: “a liberdade, enquanto característica do homem que vive na sociedade e age socialmente, jamais está totalmente livre de determinação” (LÚKÁCS, 1981, p.109). Não é intenção estabelecer como alvo deste estudo os variados enfoques da liberdade, mas tão somente compreendê-la como um fenômeno que tem como ponto de partida a atividade de trabalho e, a partir daí, apontar as configurações de liberdade do uso do tempo (incluindo o tempo livre) em conformidade com realidades ou momentos socioespaciais específicos, culminando no modo capitalista de produção.

³¹ Em relação a essa questão, verificar os capítulos que tratam da restrição à liberdade e da ideologia.

³² Um sujeito consciente e crítico em relação ao seu tempo e espaço que, digamos, seja o proprietário de uma rede de hotéis poderia triplicar o salário de seus funcionários, condenar as terceirizações e diminuir a composição orgânica do capital em seu empreendimento enquanto a concorrência, cada vez mais acirrada, a aumenta. Contudo, o papel social que desempenha acaba por cercear sua liberdade de ação nessas questões.

2.2. A QUESTÃO DA LIBERDADE EM DIFERENTES REALIDADES SOCIOESPACIAIS E AS POSSIBILIDADES DO TEMPO LIVRE

A liberdade deve ser compreendida como categoria e, portanto, não tem como ser definida ou conceituada de forma única, mas analisada enquanto processo atrelado ao momento da sociedade. Nesse sentido, deve-se ressaltar que a base socioprodutiva com sua superestrutura política, jurídica, moral e ética delimitam o fenômeno da liberdade, fazendo com que haja diferenças conceituais, de aplicabilidade e, inclusive, conflitantes entre eles: a liberdade política pode ser juridicamente aceita, mas não ser ética; assim como a liberdade conferida legalmente ao mercado não teria o mesmo sentido se encarada do ponto de vista da ética. Da mesma forma, a tão propagada liberdade conferida pelo Estado democrático não é extensiva ou aplica-se de maneira uniforme a todos os sujeitos, abrindo-se e variando de acordo com a sociedade de classes, ou seja, em conformidade com o papel socioeconômico dos grupos sociais no que se refere ao que têm condições de produzir, acumular e consumir. Por isso, Lukács (1981, p.108) relata a dificuldade da abordagem, mas ressalta que para se aproximar da “gênese ontológica da liberdade”, é preciso partir do trabalho e “do caráter alternativo das posições teleológicas nele existentes”.

A partir da reflexão de Lukács e no âmbito específico do *trabalho concreto* (*pura e simplesmente para a produção de valores de uso*), verifica-se que a liberdade é a possibilidade que cada ser tem de abstrair elementos do seu ambiente e, via pensamento, deliberar sobre o que irá fazer gerando algo ou uma situação completamente diferente que lhe atenda de alguma maneira, ou agir de forma que as coisas permaneçam como se encontram. A capacidade que o ser humano tem de racionalizar a respeito de sua atividade vital (o trabalho) o especifica em sua genericidade conforme apontado, sendo que enquanto puder se encontrar e se satisfazer com a sua atividade, ele pode se manifestar como um ser livre. Mas é preciso retomar e salientar duas questões: 1) os pores teleológicos individuais e sociais desencadeiam processos que adquirem independência de movimento; e 2) a liberdade “jamais está totalmente livre de determinações” (LUKÁCS, 1981, p.109).

Compreende-se, então, que a liberdade dos sujeitos se desenvolve conforme as tramas sociais e está conectada às possibilidades de escolha entre alternativas, as quais são postas pela atividade de trabalho com o intuito de atender às suas necessidades naturais (também chamadas de carências) e as historicamente criadas.

Importa salientar a diferença entre tais necessidades: a primeira refere-se ao estado biológico do ser e a sua manutenção, das quais não é possível se libertar (comer, repousar, habitar, se movimentar). Nesse caso, o avanço dos pores teleológicos até podem facilitar (e facilitam) o atendimento a tais necessidades, mas jamais eliminá-las, o que demonstra uma oposição fundamental à liberdade o ato de suprir as carências humanas que não se modificam. Já as necessidades historicamente efetivadas³³ são resultantes do próprio curso de evolução da humanidade e podem, inclusive, ser subjugadas e ultrapassadas. Se considerado o trabalho para a produção de valores de uso, uma vez satisfeitas as carências biológicas há plena liberdade de uso do tempo para o usufruto de todo o conjunto de criações humanas.

Isso somente é possível em sociedades pautadas pelo trabalho necessário, onde o aumento da produtividade está voltado às necessidades de desenvolvimento de todos e a liberdade de uso do tempo não se restringe ao ócio ou ao divertimento, mas às possibilidades de se dedicar a algo conveniente à personalidade de cada um e que será útil socialmente. Com essa configuração produtiva, os indivíduos têm condições de desenvolver suas personalidades ou diferenças (subjetividades) em um ambiente onde as objetivações humanas se abrem a todos da mesma maneira. Assim, a práxis se configura como riqueza social e não de um grupo, uma vez que as objetivações são aproveitadas coletivamente justamente porque existe uma racionalidade advinda da base econômica para que ninguém tome posse dos produtos do trabalho do outro.

Essa liberdade do uso do tempo acaba se traduzindo em “nova atividade da força essencial humana e novo enriquecimento da essência humana” (MARX, 2010, p 139). Apontando como exemplo as sociedades tribais, mas desconsiderando as suas

³³ Como, por exemplo, a necessidade do trabalho escravo na Grécia e no Império Romano ou mesmo a necessidade do sobretrabalho de muitos para a acumulação de poucos. Trata-se de determinações ou categorias constituídas histórica e socialmente, portanto, estão conectadas às relações estabelecidas a partir da base produtiva e não são produtos do pensar ou do querer individual.

especificidades, é um fato marcante que, nelas, o trabalho está orientado a suprir carências e necessidades de toda a comunidade, de forma que se há a exigência de se aumentar a produtividade pelo chefe da tribo, isso se justifica com base nos benefícios coletivos e nunca nos individuais. Por isso, o trabalho é “[...] intermitente, esporádico, descontinuo [e não se caracteriza como] um trabalho alienado dos meios de produção ou do produto” (SAHLINS, 1974, p.125). Isso quer dizer que o ato laborativo não está preso a um tempo determinado, mas efetiva-se em conjunto com outras atividades, como os rituais e as festividades: “nesse caso, o trabalho e o não-trabalho aparecem como unidades amalgamadas em um único cotidiano, no qual as atividades de subsistência estão tipificadas em atividades lúdicas e de lazer” (SANTOS FILHO, 2005, p.33).

As práticas que visualizamos atualmente como possíveis nos limites do tempo livre (como, por exemplo, uma festa ou uma visita contemplativa), estão conectadas ao ato laborativo e se inscrevem como alternativas em que a liberdade de opção entre elas não é econômica, mas social. A troca não tem um sentido de se auferir alguma vantagem, assim como a hospitalidade não é exercida com o intuito de se obter algo em troca na relação visitante-visitado, conforme aponta Sahlins (1974, p.20): “em um número incomum de transações tribais, a utilidade material não é valorizada, na medida em que as vantagens principais parecem ser sociais, o ganho resultando em boas relações e não em boas coisas”. Os produtores associados se encontram e se identificam tanto no ato da produção como com os resultados do trabalho, sendo que a generidade humana não lhes é estranha, apresentando-se como uma relação entre seres humanos e não entre os resultados do ato laborativo, ou seja, entre coisas: “[Nessas sociedades] um homem é o que ele faz e o que ele faz é o que ele é. Incapaz de vender-se independentemente dele mesmo, um homem não se separa de sua existência pelo trabalho [...]” (SAHLINS, 1974, p.126).

Não existindo a propriedade em sua forma privada e a divisão classista ou o domínio impositivo do trabalho e, justamente por isso, havendo somente o trabalho sem a exigência do sobretrabalho para a acumulação, os sujeitos estão orientados a ajudar uns aos outros por meio de atividades diversificadas, o que configura a verdadeira sociedade do lazer. O trabalho é tido para a conquista do tempo livre e para

o usufruto com liberdade das riquezas geradas por suas objetivações (os valores de uso), não se restringindo a suprir as mais restritas carências do corpo, mesmo se consideradas as limitações produtivas de alguns desses grupos se comparadas com momentos históricos posteriores e outras formas sociais.

Tal integração pode ser encontrada nas sociedades tribais em que a propriedade é coletiva, mas se fragmenta enquanto relação social a partir dos avanços produtivos que acabam por concretizar produtos que ultrapassam as necessidades dos grupos, fato que é potencializado quando a exploração de um homem pelo outro ou o controle em relação ao trabalho se torna uma alternativa para a produção de excedentes. O trabalho em seu sentido original, como trabalho concreto voltado à produção de valores de uso, “sofre mudanças substanciais quando a posição teleológica [visa] induzir outros homens a realizar por si mesmos determinadas posições deste gênero” (LUKÁCS, 1981, p.121). Esse movimento faz parte do desenvolvimento da humanidade, mas se apresenta de diferentes maneiras de acordo com as estruturas socioprodutivas que surgem, sucumbem e coexistem ao longo da história. Nesse sentido, é possível apontar algumas exemplificações gerais para explicitar os níveis de restrição à liberdade do uso do tempo, incluindo as formas sociais escravista e feudal.

Apesar de o excedente ser um fato concreto na sociedade grega, a qual tinha sua economia movimentada pelo trabalho escravo e, também, por trabalhadores livres, convém salientar que essa ainda não era orientada à produção e expansão de produtos tal como se conhece atualmente, mas buscava “excluir o labor das condições da vida humana” (ARENDT, 2007, p.95). Ao refletir a respeito da condição do ser humano e, mais especificamente, acerca do trabalho e do ócio na Grécia antiga, Arendt (2007, p.15) expõe que a “vita activa” se baseia em três elementos fundamentais do ser: o labor, o trabalho e a ação. Para ela, o labor refere-se às atividades desenvolvidas para suprir as necessidades biológicas do corpo; o trabalho contempla a produção das coisas artificiais; e a ação é a “única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria [...]”. Sua abordagem parte do princípio de que “todas as línguas europeias, antigas e modernas, possuem duas palavras de etimologia diferente para designar o que para

nós, hoje, é a mesma atividade, [ou seja, o trabalho]” (ARENDT, 2007, p.90). Desse modo, o ato de laborar não deixaria qualquer vestígio e possibilitaria o ato de trabalhar que, por sua vez, seria responsável pela materialização das coisas.

Além da observação quanto à diferença etimológica, Arendt (2007, p.96) aponta que sua concepção da “*vita activa*” chama a atenção para o fato de que nenhuma teoria da era moderna teria feito a distinção entre o “‘*animal laborans*’ e o ‘*homo faber*’, entre o labor do nosso corpo e o trabalho de nossas mãos” e, com isso, a filósofa explicita sua crítica a teoria marxiana do trabalho. Conforme compreendemos, Marx não desconsidera tais elementos levantados por Arendt, mas trata dialeticamente a relação entre o gênero humano e seu ambiente (labor, trabalho e ação), assim como utiliza como pressuposto o conceito de valor-de-uso (e não o de valor) para explicar como os sujeitos efetivam suas condições de existência e os resultados dela decorrentes – a constituição do ser social e os pores teleológicos primários e secundários diante das tramas de relações que vinculam os indivíduos ao seu ambiente. Não deriva daí nenhum projeto utópico marxiano, tal como julga Arendt³⁴, mas apenas o destaque ao trabalho como elemento essencial entre os seres e a natureza em todos os modos de manutenção da vida ou organização social.

No entanto, a reflexão de Arendt é assaz importante para esclarecer a abordagem em relação à questão da liberdade. No que se refere à sociedade grega, ela enfatiza que a submissão de alguns grupos por outros ocorria em função da necessidade de liberdade para se exercer o papel de cidadão: era preciso “ter escravos em virtude da natureza servil de todas as ocupações que servissem às necessidades de manutenção da vida [...]. Laborar significava ser escravizado pela necessidade, escravidão esta inerente às condições da vida humana” (ARENDT, 2007, p.94). A significativa distinção entre labor e trabalho mudou com o tempo e também

³⁴ Arendt (2007, p.100) defende que Marx elaborou uma análise do capitalismo para subvertê-lo com um projeto de sociedade “cuja única finalidade [seria] a sustentação do processo vital [sendo esse] o ideal, infelizmente um tanto utópico, que orienta as teorias de Marx”. No entanto, Marx não organiza um projeto utópico, mas tem como objeto de estudo a operacionalidade do capitalismo, forma social a qual estão intrínsecos os elementos que *poderão* formatar, em um determinado tempo histórico, uma sociedade mais avançada e onde haverá o usufruto social imediato das inovações. Ou seja, em uma possível sociedade pós-capitalista, Arendt (2007, p.100) entende que, para Marx, “todo trabalho tornar-se-ia labor”, enquanto que ele verifica as possibilidades efetivas de esgotamento do trabalho abstrato (para a produção de excedentes privados) via contradições criadas pelo próprio modo de produção. Em relação a trabalho abstrato e concreto, teceremos considerações e explicações posteriormente.

variou geograficamente, mas, com os gregos, o desprezo pelo labor tomou proporções cada vez mais amplas, envolvendo, inclusive, as atividades características do trabalho:

O desprezo pelo labor, originalmente resultante da acirrada luta do homem contra a necessidade e de uma impaciência não menos forte em relação a todo esforço que não deixasse qualquer vestígio, qualquer monumento, qualquer grande obra digna de ser lembrada, generalizou-se à medida em que as exigências da vida na 'polis' consumiam cada vez mais o tempo dos cidadãos e com a ênfase em sua abstenção (skhole) de qualquer atividade que não fosse política, até estender-se a tudo quanto exigisse esforço (ARENDT, 2007, p.91).

As carências naturais ou qualquer outra necessidade que impunha esforço, ao cercearem a liberdade exigiam escravos e trabalhadores para que os cidadãos não fossem escravizados por elas, sendo os ofícios mais indignos à vida contemplativa aqueles considerados como os mais importantes para a manutenção do corpo, o que incluía, por exemplo, a pesca e a preparação de alimentos. Havia, nessa sociedade, assim como na romana, uma clara distinção entre o público e o privado, ou seja, do que era realizado em uma esfera e na outra, pois algumas atividades deveriam “ser escondidas na privatividade do lar [enquanto outras] eram dignas de vir a público [...]” (ARENDT, 2007, p.96), sendo que o trabalho não era uma delas.

Nas sociedades escravistas não havia espaço para a cooperação diante do antagonismo entre as classes que a compunham: aquelas que entregavam seu trabalho, seja como escravos, seja como trabalhadores livres; e aquelas que usufruíam dos seus resultados. Mas a submissão não estava posta tal como no capitalismo: “ao contrário do que ocorreu nos tempos modernos, a instituição da escravidão na antiguidade não foi uma forma de obter mão-de-obra barata nem instrumento de exploração para fins de lucro, mas sim a tentativa de excluir o labor das condições da vida humana” (ARENDT, 2007, p.95)³⁵. A liberdade de usufruto do tempo estava assim determinada: os escravos exerciam ofícios para que os cidadãos tivessem atendidas as suas necessidades e pudessem usufruir de tempo para a vida na polis, ou seja, para a vida contemplativa que envolvia a política e a filosofia.

³⁵ É preciso entender a configuração da escravatura em tempos e espaços distintos. Por exemplo: a escravidão é resignificada no Brasil colônia, momento em que se verificam relações entre senhor e escravo semelhantes as da Grécia, mas o intuito econômico-social com o uso dessa força produtiva é totalmente diverso daquele.

Mesmo sem o eixo norteador do lucro, há a nítida separação do trabalho e do não trabalho, sendo o primeiro desprezado em favor do ócio. Em outras palavras: apesar de as alternativas, em termos técnicos e produtivos serem mais amplas do que em sociedades tribais, a liberdade de opção entre elas não mais se configurava de forma igualitária ou estava conectada à hierarquia tribal, sendo que o trabalho obrigatório de uns era a condição imposta para a liberdade (mas não para o lucro) de outros. A liberdade do escravo delimitava-se à alternativa do trabalho, e esse tinha a real noção de que a produção empreendida por ele não lhe pertencia. Já a liberdade do cidadão estruturava-se a partir de inúmeras alternativas para preencher o seu tempo.

A ideia do trabalho de alguns para o ócio de outros vai se reconfigurar a partir do próprio trabalho estranhado (obrigado), do qual irá resultar a propriedade privada. Contudo, é preciso considerar que se trata de um processo que culmina e tem a sua forma mais acabada com o capitalismo. Se no feudalismo o trabalho é imposto aos servos para que se expanda o poder e a liberdade dos nobres e do clero, e tal possibilidade de submissão tem significativo apoio ideológico da instituição católica, verifica-se que a estima ao trabalho não se configura tal como na atualidade. Pelo contrário, perdurava a ideia que o associava a algo a ser evitado, devendo ser executado na medida exata das necessidades do grupo ou conforme as exigências e troca de favores com o senhor de terras. Justamente por isso, “durante a Idade Média, as pessoas raramente trabalhavam mais que a metade dos dias do ano [e contavam com] 141 feriados oficiais” (ARENDR, 2007, p.145).

Nessa estrutura social³⁶, apesar de o servo não se configurar como um escravo, o que se podia fazer (sua liberdade) estava vinculado às relações de subordinação aos senhores. O trabalho estava focado na manutenção e expansão imobiliária e constituía-se em uma espécie de dever, no entanto, o trabalhador não estava posto como uma mercadoria, uma vez que não havia a troca salarial. A referência de poder e riqueza estava associada a quantidade de camponeses em um

³⁶ O Feudalismo perdurou na Alta (aproximadamente do ano 476 ao 1000) e na Baixa Idade Média (de 1000 a 1400) na Europa e teve como fundamento os processos sociais contraditórios das sociedades escravistas, como o crescimento da quantidade de colonos e libertos, as revoltas de escravos, as invasões dos povos estabelecidos para além das fronteiras do Império Romano, sobretudo ao noroeste do continente asiático e ao norte e nordeste do europeu (os chamados Bárbaros).

dado domínio territorial, sendo que o trabalho do servo deveria contribuir com a garantia desse poder. O tempo de trabalho nas terras às quais detinha a posse, diferentemente daquele que era empregado nas do senhor feudal, permitia que a relação de exploração fosse bastante explícita: se o servo dedicava-se por dois dias em sua gleba e três na do senhor, ele tinha a real noção do tempo gasto na produção para o usufruto do outro. A troca de favores, sob o domínio do senhor, compunha a estrutura social que, mesmo sem dinâmica e com imposições opressivas, “era também um sistema de considerável certeza social e, em um nível bastante miserável, de alguma segurança econômica” (HOBBSAWM, 2010, p.253).

Paralelamente às atividades no domínio dos feudos, desenvolvia-se a produção artesanal nas cidades alimentadas pelo trabalho de servos que buscavam tais aglomerações tendo como posse somente sua capacidade laborativa. Tais trabalhadores se organizavam em corporações, caracterizadas como associações que se especificavam por uma determinada produção e eram estruturadas pelos mestres, aprendizes e jornaleiros de cada ofício. Os indivíduos que chegavam às cidades e procuravam algo para fazer se deparavam com tais estruturas, regidas por rigorosos princípios a partir de estatutos que protegiam a profissão e resguardavam as relações entre mestres e aprendizes. Inicialmente, a produção era limitada pelo isolamento, e o trabalhador, ao atender somente a uma baixa demanda local, estava conectado ao processo produtivo:

Cada um que quisesse se tornar mestre um dia tinha de dominar todos os trabalhos que tinham alguma coisa a ver com seu ofício. Por isso, também, ainda pode ser encontrado entre os operários medievais um interesse por seu próprio trabalho especializado e pelo talento em desempenhá-lo [...] (MARX, ENGELS, 2007, p.78)

Desenvolvia-se uma produção mercantil simplificada, movida e movente pelo que Marx e Engels (2007) chamam de “capital natural primitivo”, em que o produtor direto atuava como vendedor e as trocas eram operacionalizadas para se obter dinheiro com vistas a adquirir outras mercadorias. A entrada em cena dos comerciantes irá redimensionar a produção local e acelerar a quebra do isolamento

dos feudos³⁷. Novos processos produtivos-organizativos e outros meios para se produzir incentivados por uma demanda que extrapolava as localidades, incentivaram a formação de uma classe que defendia os interesses comerciais em contra-ponto aos ditames feudais. A efetivação do Estado absolutista foi, em sua formatação inicial, uma forma de manter o poder dos senhores diante das revoltas de camponeses e da nascente burguesia, mas tal mecanismo converteu-se aos interesses de comerciantes no momento em que esses passaram a custeá-lo. Com a expansão comercial, o Estado, compreendido como estrutura que, em termos gerais e não necessariamente conjunturais, resguarda os interesses da classe dominante, acaba tendo um papel fundamental na dinamização do chamado capital móvel, ou seja, aquele obtido ao se comprar mais barato em um local para se vender em outro por um preço mais elevado.

Por meio do aumento da demanda, as rígidas corporações de ofício passaram a conviver, competir ou foram absorvidas pelas manufaturas³⁸, as quais eram caracterizadas pela divisão das tarefas e consequente aumento da produção. A abertura dos mercados beneficiou a lógica manufatureira, fazendo com que aquele “capital natural primitivo” diminuísse e, para além do capital comercial se efetivassem as condições para se extrair um sobretrabalho: “o comércio e a manufatura criaram a grande burguesia, na medida em que nas corporações se concentrava a pequena burguesia, que agora já não dominava mais [e] tinha de se curvar sob a dominação dos grandes comerciantes e ‘manufacturiers’” (MARX, ENGELS, 2007, p.83)³⁹.

³⁷ Tal produção simplificada pode ser verificada antes e durante a Idade Média, com configurações diversas e em espaços diversos. Mas é preciso considerar que o comércio foi reduzido abruptamente nesse período na Europa, sendo reativado com as Cruzadas a partir do final do século XI e fins do XIII. As rotas pelo Mediterrâneo após as cruzadas envolveram cidades que passaram a se configurar como importantes centros de comercialização (como Veneza) de produtos vindos do norte da África e da Ásia, sendo que os trajetos comerciais terrestres conectando localidades ao norte da Europa criaram entroncamentos importantes, como a cidade de Provins no nordeste da França. Tal movimentação dissolveu pouco a pouco o isolamento dos feudos e contribuiu com o aumento das cidades, o uso do dinheiro, as transações a juros. Por isso, Marx (2001, p.829) relata que o modo capitalista de produção começa a ser formatado com o esgotamento do sistema feudal na Europa do século XVI, mas alguns de seus traços já podiam ser verificados em cidades mediterrâneas nos séculos XIV e XV.

³⁸ Se o trabalho artesanal tem continuidade nas manufaturas, nela ele é fragmentado: uma mesma pessoa não realiza a tarefa do início ao fim, mas atividades parceladas, fato que contribui com a produção de um mesmo produto em menos tempo e concretiza o distanciamento dos sujeitos do processo como um todo.

³⁹ A servidão feudal na Inglaterra do século XIV já era uma relação quase inexistente e a maioria dos camponeses eram proprietários de suas terras. Nesse período, os assalariados do campo constituíam “uma classe independente, relativa e absolutamente pouco numerosa” (MARX, 2001, v.II, p.830, 831). É preciso considerar, no entanto, as especificidades geograficamente diferenciadas, pois a realidade na Europa ocidental era diferente da oriental, assim como das colônias movidas pelos interesses dos colonizadores. Em relação a isso, consultar: HOBBSAWM, Eric J. A era das revoluções: 1789-1848. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

Isso significa que a liberdade de uso do tempo, bem como aquela que permitia ao trabalhador se identificar com seu trabalho, foi paulatinamente perdendo campo diante das designações do processo de acumulação que se impunha no tempo e no espaço, mas de formas diferenciadas. O trabalho assalariado que no escravismo e no feudalismo não dominava as relações e se constituía como exceção, passa paulatinamente a ser a regra balizadora da produção. Diferentemente dos escravos nas sociedades gregas e romanas, os quais eram orientados a produzir elementos materiais e imateriais não para eles mesmos, mas para o usufruto e o ócio dos cidadãos; e, também, de forma diferenciada do trabalho dos servos, mestres e aprendizes que não eram movidos pela e para a expansão de valores, os trabalhadores dessa nova relação devem necessariamente gerar produtos para terceiros que ultrapassem a quantia que lhes é repassada, sendo os elos humanos dimensionados e afetados em torno desse ideal.

Essa relação imprime novo marco nas interações entre os seres, uma vez que não se trata de vender uma mercadoria para comprar outra; ou mesmo de comprar com o objetivo de se vender mais caro, mas essencialmente de se gerar valor a mais no processo produtivo, onde o excedente corporifica-se como lucro. Ora, se o domínio do trabalho e dos meios de produção não se restringe à formação social capitalista, é com ela que tais concretizações se particularizam, pois passam a ser mediadas pelo valor para a troca ou uma forma de relação social onde “a venda [...] ao exterior [é] o interesse dominante, [sendo que aos povos submetidos a essa nova força], sobrepõe-se aos horrores bárbaros da escravatura, da servidão etc. **a crueldade civilizada do trabalho em excesso**” (MARX, 2008, v.I, p.274, grifo nosso)⁴⁰. Mas todo esse processo depende do aprofundamento e extensão da separação entre meios essenciais à produção e os produtores diretos, o que firma posições de classes e obriga homens, mulheres (e crianças) a comercializarem suas capacidades laborativas (física e intelectual) para receberem a cota-parte (salário, pagamento por serviço) que lhes darão acesso a alguns dos elementos que eles mesmos produzem.

⁴⁰ Marx (2008, v.I, p.274) ressalta que “o trabalho dos negros nos estados meridionais da América do Norte preservava certo caráter patriarcal enquanto a produção se destinava principalmente à satisfação direta das necessidades. Na medida, porém, em que a exportação de algodão se tornou interesse vital daqueles estados, o trabalho em excesso dos pretos e o consumo de sua vida em 7 anos (sic) de trabalho tornaram-se partes integrantes de um sistema friamente calculado”.

Tal questão será pormenorizada adiante, mas se esse foi o fato que realmente deu sustentação à produção de excedentes e à acumulação⁴¹, teve papel considerável a ideologia que converteu a condenação ao trabalho em virtude humana, reprovando e desprezando o ócio como nunca havia sido feito nas tradições gregas, romanas e judaico-cristãs, sendo que, nessa última, por toda a Idade Média. O mundo das mercadorias, para se expandir a partir da classe trabalhadora contou, desde então, com uma regra de conduta que apontou o trabalho como forma possível de ascensão social, não fazendo distinção das condições que se abrem desigualmente entre os seres. A ideologia protestante, defensora da riqueza individual (e, depois, a católica também, a qual era defensora da riqueza institucional), interligada ao ideal capitalista foi um importante braço operacional para que tal pensamento se firmasse socialmente. Max Weber, referindo-se a condenação ao ócio e a ideologia que passou a fazer apologia ao trabalho, relata que o protestantismo relacionava (e, cada vez mais, relaciona) a bênção pessoal à ascensão material e, por isso, “a perda de tempo [efetiva-se como] o primeiro e o principal de todos os pecados” (WEBER, 1983, p.114).

Contudo, ao entender e tratar o capitalismo como algo que é movido pelas ideias e relações humanas desde que existe a troca e não reconhecê-lo como um modo de produção, que se constituiu a partir das relações inoperantes e envelhecidas da forma social feudal diante da economia que despontava, Weber aponta o protestantismo apenas como algo coincidente a uma suposta fase histórica do capitalismo. Não seria, para ele, uma ideologia relacionada à forma social que emergia a fim de confirmá-la e, por isso, não faz qualquer questionamento se a conduta capitalista, a qual “é racional e racionalizadora para o capital, [também é] racional para os produtores de capital, isto é, a classe trabalhadora, nem indaga como a ética burguesa conseguiu tornar-se ética proletária” (CHAUÍ, 1999, p.16)⁴².

⁴¹ Deve-se considerar que para o modo capitalista de produção se efetivar, foi necessária uma acumulação primitiva, sendo que, conforme aponta Marx (2001, v.II, p.830), “a expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo processo”. Dessa dinâmica Marx evidencia que também faz parte o estabelecimento de colônias nas Américas e África por países como Inglaterra, França, Holanda, Espanha e Portugal a partir do século XVI, assim como a destituição ou transformação dos mestres das corporações de ofício em patrões, onde os aprendizes tornam-se empregados e generaliza-se algo que antes era marginal: o assalariamento. Em relação à acumulação primitiva, verificar o capítulo que trata de outras formas de acumulação e em “O Capital” (v.II, Parte XXIV).

⁴² Em abordagem introdutória à obra “O direito à preguiça”, de Paul Lafargue (1999).

Tal fato está associado a ideologia, mas fundamentalmente a um novo poder que aflorava nas interações humanas: Marx e Engels (2007, p.104) relatam que “no estamento [...] um nobre segue sendo um nobre e um ‘roturier’ segue sendo um ‘roturier’, independentemente de suas outras relações [materiais], por ser aquela uma qualidade inseparável de sua individualidade”. Apesar de os autores mencionarem a divisão da sociedade em classes, mesmo quando fazem referência a formas sociais anteriores ao modo de produção capitalista, sabe-se que aquelas dizem respeito a uma estratificação social onde o indivíduo é enquadrado principalmente em conformidade com a posição em que nasce ou que é posto no conjunto da sociedade, sendo que no feudalismo um servo até poderia tornar-se um pequeno comerciante, mas nunca um nobre.

A diferenciação dos sujeitos não mais pela tradição, mas por sua atuação em um determinado ramo de atividade é impressa paulatinamente naqueles espaços onde as transações comerciais passam a ser mais correntes, mas rompe os laços de uma vez por todas com a feudalidade e outras formas organizativas de produção quando as relações burguesas⁴³ alcançam o todo social, momento em que há a efetiva separação “[...] do indivíduo pessoal do indivíduo de classe [e, por isso] o caráter casual das condições de vida apenas se manifestam com a aparição da classe” (MARX, ENGELS, 2007, p.105). Isso significa que, com as classes sociais associando os sujeitos a atos laborativos diversos, aparece a possibilidade de alteração ou melhoramento de certas circunstâncias de vida ao se trasladar para outra classe. Tal fato, ao mesmo tempo em que promove a distinção entre a vida pessoal e a vida laborativa pela casualidade, eventualidade e esforço pessoal, substitui e anula aquelas antigas relações determinadas pelo mando do senhor e axiomas do clero, por exemplo, as quais estavam postas pela tradição e impediam a casualidade nesses termos.

No entanto, ao se relacionar a vida casual à liberdade, é preciso considerar certas questões que são determinantes quando as mudanças vislumbradas estão situadas nos limites das classes que passam a servir de referência de propósito: 1) o

⁴³ Pode-se citar na atualidade o exemplo da sociedade de castas em regiões com predominância da religião Hindu, como a Índia: tal tradição ou cultura socialmente edificada imprime a desigualdade entre os seres paralelamente a uma sociedade dividida por classes sociais, demonstrando que os modos de vida e de expressão podem ser resquícios que perduram de relações sociais de produção passadas, onde ainda se estabelece relações entre a base econômica ou produtiva atual e componentes da superestrutura que puderam ser mantidos pela tradição.

poder daqueles que podem controlar e/ou se apropriar dos resultados do trabalho e os expedientes impostos e adotados para tal domínio; e 2) para haver alguém que represente ou personifique o capital, sempre haverá necessidade daqueles que sejam responsabilizados pela produção. Trata-se, no fim das contas, do que Marx e Engels (2007, p.105) chamam de “poder objetual”:

A concorrência e a luta [de] uns indivíduos contra os outros é que engendra e desenvolve esse caráter casual como tal. Por isso, na imaginação, os indivíduos pensam ser mais livres sob o poder da burguesia do que antes, porque suas condições de vida são, para eles, algo puramente casual; mas, na realidade são, naturalmente, menos livres, uma vez que se acham mais subsumidos a um poder objetual.

Lukács (2010, p.116) evidencia que essa separação entre a individualidade dos sujeitos e suas atividades produtivas, onde as questões primordiais das relações são as objetividades permutáveis ou vendáveis, não teve como desdobramento uma maior igualdade social, pelo contrário, “o contraste entre rico e pobre é mais claro, mais pleno de consequências no capitalismo, do que em qualquer formação econômica anterior”; com isso, chama a atenção de que as interações sociais anteriores somente tornam-se marginais e/ou deixam de operar com a submissão de todos os sujeitos a esse poder “objetual”. Portanto, se anteriormente a liberdade está associada às tradições da sociedade feudal fundadas sob bases produtivas e de troca, que ainda não dominavam o todo social, no capitalismo ela está atrelada a dominância do econômico como nunca antes na história da humanidade, de forma que “um nobre empobrecido continua sendo nobre, [mas] um capitalista empobrecido cessa de ser capitalista [...]” (LUKÁCS, 2010, p.116). Daí pode-se verificar que as determinações (categorias) econômicas ou produtivas são mais desenvolvidas nessa e com essa forma social e que, portanto, “[...] o programa marxiano é formulado exatamente como a ‘emancipação’ da ação humana do poder das implacáveis determinações econômicas” (MÉSZAROS, 2009, p.72).

As configurações socioespaciais alcançadas pelo rompimento que impediu (e impede) a propriedade fundada e mantida nas fronteiras do trabalho próprio e que opera com diferentes gradações em escala mundial, faz com que os processos, meios e produtos do trabalho tendam a se tornar estranhos ao produtor, por se justificarem

somente para terceiros e às relações societárias as quais ambos estão subordinados. Nesse sentido, não é correto afirmar que “a propriedade privada [seja o] fundamento [ou a] razão do trabalho exteriorizado [estranhado], ela é antes uma consequência do mesmo” (MARX, 2010, p.88). Ao se alastrar a divisão social e, essencialmente, o domínio do trabalho com vistas à geração de excedentes para a acumulação, se expande e fundamenta-se a propriedade privada dos *meios fundamentais de produção*⁴⁴: “[...] divisão do trabalho e propriedade privada são termos idênticos – um deles diz, referido à atividade, o mesmo que o outro diz referido ao produto desta” (MARX, ENGELS, 2007, p.55). Por isso, tal formatação de propriedade não é simplesmente o domínio sobre algo, mas consiste em uma relação entre proprietários do trabalho e proprietários dos meios de trabalho, ou seja, não somente a divisão de tarefas, mas a divisão classista dessas.

A forma social ou o momento que caracteriza a genericidade humana, a qual, conforme já enfatizado, é ontologicamente precedente a qualquer expressão da ideia. Constitui-se, portanto, como pressuposto analítico dos entes empíricos, uma vez que suas determinações ou fatos constituintes agem independentemente do conhecimento que se tem deles ou da vontade dos sujeitos individuais, definindo o papel das diferentes classes sociais em interação. Diante do poder objetual que permeia as relações humanas, o qual faz com que “o trabalhador não precisa necessariamente ganhar com o ganho do capitalista, mas necessariamente perde quando ele perde” (MARX, 2010, p.25), fica explícita a sua fragilidade no que se refere à liberdade diante de uma diversidade de alternativas que ele mesmo cria. Mészáros (2006, p.179) chama a atenção para essa força objetual enquanto um conjunto de “mediações de segunda ordem”, as quais se desenvolvem permeando cada vez mais as mediações primárias entre os seres ou os pores teleológicos primários e secundários (LUKÁCS, 2010).

O que se pretende enfatizar é que com o capitalismo as atividades possíveis nos limites do tempo livre acabam se revestindo de potencialidade para que a produção de valor a mais se concretize por meio delas, o que propicia a extensão da

⁴⁴ Podemos compreender como meios fundamentais de produção aqueles que são essenciais às carências e necessidades historicamente construídas e que, com o capitalismo, se constituem como base para a valorização do valor. Tais meios não contemplam necessariamente os elementos pessoais (unitários) que demandamos em nosso cotidiano, ou seja, o local em que moramos, nosso vestuário ou o meio de transporte que utilizamos.

mercantilização das coisas e das relações humanas. O turismo aparece como uma dessas possibilidades, mas com expressões que dependem de questões diversas, tais como os atributos que caracterizam realidades socioespaciais e a intensidade ou as formas como os processos mercantis-capitalistas as engendram. Agora, importa verificar que, ao se reconfigurar o trabalho e a produção, reestrutura-se o tempo liberado, assim como a liberdade de opção entre alternativas que são gestadas e aperfeiçoadas é colocada de forma cada vez mais desigual entre os sujeitos sociais.

2.3. A ASCENSÃO DO TURISMO COMO FORMA DE CONSUMO DO TEMPO LIVRE E RESTRIÇÃO À LIBERDADE DO SER QUE TRABALHA E A DO TURISTA

A afirmação de Santos Filho (2005, p.28) de que “quando o trabalho se torna uma obrigação, o não trabalho aparece como uma forma de fuga para enfrentar as condições objetivas do trabalho”, necessita ser verificada de acordo com a estrutura socioproductiva que se pretende analisar. De acordo com o que foi exposto até aqui, sabe-se que o trabalho exige descanso, sendo essa uma necessidade biológica de qualquer animal e, se toda formação social (escravista, capitalista) depende do trabalho concreto dos seus membros, ela também precisa que esses possam suprir outras carências naturais e o tempo livre é uma delas.

É possível apontar que o turismo, enquanto uma das possibilidades desse tempo liberado - mas sem contar com tal denominação e as particularidades da atualidade - era empreendido por organizações sociais anteriores à forma social capitalista: o termo francês *tour*, do latim *tornare*, significa giro, limite circular, referindo-se a um percurso onde se retorna ao ponto de partida. Desse, origina-se a palavra *tourisme*⁴⁵ que corresponde a viagem realizada por motivo de prazer a um local diferente daquele em que se habita. O segundo termo, se pensado em sociedades antigas pode se referir, por exemplo, às viagens aos jogos olímpicos na Grécia e aos deslocamentos às arenas espalhadas por todo o Império Romano.

⁴⁵ Le Petit Robert dictionnaire. p. 1445.

Não é nosso propósito descrever práticas análogas de sociedades escravistas com aquele turismo que desponta a partir dos séculos XVIII e XIX, traçando os pontos em comum que podem ser encontrados independentemente das diferentes interações socioprodutivas, tecnologias em transportes e especificidades culturais⁴⁶, mas somente destacar que os deslocamentos por prazer já sinalizavam algo que seria ampliado em uma forma social posterior, tal como será verificado adiante. Convém adiantar somente uma observação de Marx (1987, p.18): “as categorias simples são a expressão de relações nas quais o concreto pouco desenvolvido pode ter se realizado sem haver estabelecido ainda a relação ou o relacionamento mais complexo [...]”.

A partir dessa colocação, pretende-se dizer que as relações de produção, as forças produtivas e a práxis que conformam o capitalismo permearam e redefiniram essa prática, fazendo com que sua limitação como atividade social (ou o concreto pouco desenvolvido) fosse rompida a partir da absorção paulatina e/ou abrupta da estadia, da circulação, da restauração e de particularidades sócio-históricas e naturais nas mais diversificadas escalas como meios produtivos diretos e/ou indiretos. Mas em que período se deu essa absorção e, fundamentalmente, qual seria a pedra de toque para tal assimilação? É possível situar as movimentações trabalhistas que emanam das significativas mudanças nas formas de produção verificadas na Inglaterra na segunda metade do século XVIII como fato primordial, as quais se estendem em território mundial com nuances socioprodutivas que caracterizam diferentes realidades.

Antes disso, posicionar o turismo como força produtiva operada para fins comerciais e, portanto, como um conjunto de iniciativas potentes a desempenhar papel central em substanciais transformações sociais e/ou espaciais seria a-histórico e corresponderia a pretensão de querer enxergar relações capitalistas quando elas ainda não existiam ou não dominavam o todo social, situando categorias do passado como se suas operacionalidades coincidissem com as possibilidades que adquirem na atualidade. Se não compactuamos com a observação de Marutschka (2002) de que o turismo tenha nascido com o capitalismo, é possível concordar com ela de que o seu desenvolvimento, não mais como prática social em si e por si, teve condições de se solidificar como categoria mais avançada e mediada nessa e com essa formação

⁴⁶ Em relação a isso, consultar: SANTOS FILHO, João dos. Ontologia do turismo: estudo de suas causas primeiras. Caxias do Sul: Educs, 2005, 79 p.

social. Trata-se de um processo em que a hospitalidade despretensiosa, autêntica e voluntária é transpassada por uma hospitalidade-produtiva⁴⁷.

Tal como para Marutschka, Boyer (2003, p.22-40 passim) entende que o turismo seria uma “invenção” situada no século XVIII e, mais especificamente, na Inglaterra com o “The Tour”, ou seja, as emblemáticas viagens empreendidas entre os séculos XVII e XVIII por jovens aristocratas ingleses e que serviam como complementação da formação, contemplando “o Continente (a Europa do Oeste com Roma como primeiro destino) [e com duração de] seis meses a dois anos [...]”. Boyer defende que, pelo fato de esse termo “não [ser] compreendido pela ‘Europa francesa’ do século 18”, o turismo com o sentido de deslocamento por prazer e/ou aprendizado somente teria sido assim assimilado depois do empreendimento inglês.

Tal prática elitizada que daria abertura dois séculos depois às viagens e destinações massificadas, não deixava de ter como referencial as impressões de antigos viajantes, tal como o “*Le Guide des Chemins de France*”⁴⁸, de 1551, escrito por Charles Estienne e que se constitui em um retrato histórico-geográfico da França desse período, assim como as observações de Claude-Emmanuel Lhuillier e de François le Coigneux de Bachaumont, no “*Voyage curieux, historique et galant*”⁴⁹, as quais eram uma visão poética da região da Provença e de Languedoc em 1665 (BOYER, 2003). Além disso, não desconsiderava que certas condutas eram concretizações encontradas muito antes, como as temporadas nas “mansões de verão (as villas) em torno das cidades italianas [onde se tem início a] villegiatura [no século XVI]” (BOYER, 2003, p.21), mas, todas as antigas referências apenas serviriam como base para o “fenômeno original” do turismo que, para Boyer, era inglês.

Boyer (2003, p.39) entende que a Inglaterra “que fez todas as revoluções [fez também] a Revolução Turística [...]” e que, por ela, foi possível a sua ampliação como uma espécie de transposição ao que ele chama de “barreiras culturais” postas entre diferentes classes sociais em matéria de atividades de lazer e de turismo. Tal divisão, nos séculos XVIII e XIX situa os camponeses, operários e pequenos artistas como

⁴⁷ Ou seja, a hospitalidade como categoria que, na forma social atual, não está dissociada do capital. A referência à hospitalidade-produtiva está relacionada ao trabalho-produtivo, diferentemente de trabalho útil improdutivo, os quais serão detalhados em capítulos posteriores.

⁴⁸ “Guia dos Caminhos da França”.

⁴⁹ “Viagem curiosa, histórica e elegante”.

grupos que não realizavam viagens por prazer; e a pequena burguesia, juntamente com muitos dos funcionários públicos, se empreendiam deslocamentos com esse propósito, isso não era constante. Já os integrantes da nobreza, os grandes comerciantes, banqueiros, escritores, industriais, o clero e pesquisadores financiados pelo Estado é que desbravavam e “inventavam” os locais que seriam ou poderiam ser turistificados posteriormente: Nice, na costa do Mediterrâneo, “tinha, antes de 1789, 150 famílias inglesas de invernistas; em 1914, Nice recebia, durante seis meses, 20 mil invernistas, e para temporadas mais curtas, no inverno, geralmente de um mês, perto de 100 mil pessoas” (BOYER, 2003, p.33).

Na pirâmide social dos séculos XVIII e XIX desenhada por Boyer em que as viagens eram restritas a uma minoria, pode-se situar no seu topo aqueles estrangeiros de passagem ou que se fixaram no Brasil, como o padre jesuíta italiano João Antônio Andreoni, conhecido por André João Antonil, o qual retrata a economia colonial e os costumes locais entre o final do século XVII e início do XVIII, culminando com a publicação da obra “Cultura e opulência do Brasil: por suas drogas e minas” (de 1711). Décadas depois, o francês Antoine Florence, ao participar da Expedição comandada por Georg Heinrich Von Langsdorff, entre 1825 e 1829, relata hábitos dos povos nativos e estuda a vegetação, assim como o também francês August de Saint-Hilaire que, na década de 1820, percorre trechos do caminho do Viamão no sul e outras partes do país, como Rio de Janeiro e Minas Gerais, pesquisa a fauna e a flora e descreve as cidades e modos de vida de nativos e viajantes. Trata-se somente de alguns dos responsáveis por importantes registros ligados ao clero e a interesses dos Estados, mas poder-se-ia citar diversos, como Jean de Léry e Ulrich Schmidl no século XVI e Johann Moritz Rugendas na primeira metade do XIX.

Em relação ao século XVIII e mesmo nos limites geográficos da Europa ocidental, Hobsbawn (2010, p.30) explica que, realmente, para a maioria das pessoas, “[...] o ato de viajar – exceto o de ir e vir dos mercados – era absolutamente fora do comum, [uma vez que] o fornecimento de transporte de passageiros por terra era pequeno e o de mercadorias, também por terra, era proibitivamente caro”. Apesar de as estradas reais francesas e inglesas serem bem definidas e cuidadas – Boyer aponta que a França contava com cerca de 40 mil quilômetros por volta de 1789 – a falta de

opção e indefinição de horários não favoreciam os deslocamentos, uma vez que eram as diligências dos serviços postais que podiam ser utilizadas. Na França, foi em 1775 que Anne Robert Turgot, por meio de um decreto, “dava às diligências uma regularidade, uma segurança, um conforto que encantavam os viajantes, [no entanto, era um meio de transporte] para os mais ricos [...]” (BOYER, 2003, p.75), enquanto que na Inglaterra, Porter (1995, p.34) relata que em meados do século XVIII já havia um “réseau routier, modernisé par le développement des routes à péage et les progrès techniques introduits par des ingénieurs civils [...]”⁵⁰.

Diferentemente dos séculos XVIII e XIX, na pirâmide social que Boyer (2003, p.36) estabelece referenciando o XX, mesmo que a maioria dos operários, camponeses e pequenos comerciantes que constituem a sua base continuem sem empreender viagens turísticas, agora mais indivíduos podem acessá-las. Nesse processo, muitos dos locais criados ou inventados por “estrelas” e/ou que eram elitizados inicialmente passam a ser frequentados por outros grupos que formavam a classe média e, depois, a média-baixa: Boyer (2003, p.35, 36) fala de uma “imitação por capilaridade” que se amplia com o tempo e a depender do espaço eleito, mais ou menos como ocorreu em Búzios-RJ na década de 1960 com Brigitte Bardot.

Nesse sentido, Boyer fornece indiscutíveis contribuições para se compreender a ascensão turismo, mas em um ponto apresentamos uma divergência em relação a sua abordagem. Mesmo pormenorizando e pontuando as conquistas trabalhistas para o tempo livre, principalmente do início do século XX em diversos países (mas com foco na França), e especificando a sua importância na dinamicidade do turismo, ele coloca tal atividade como um “fenômeno original” inglês a partir do “The Tour” ou, de forma genérica, das diversas ações empreendidas pela aristocracia e classes mais abastadas, as quais teriam criado modelos ou costumes que foram mais ou menos seguidos com a transposição de “barreiras culturais” ao longo do tempo.

Diferentemente do autor, compreendemos que o fenômeno e as suas configurações diversas está alicerçado à atividade de trabalho, firmando-se como força produtiva a partir de certos desdobramentos do capitalismo ao se estabelecer como

⁵⁰ “malha rodoviária, modernizada pelo desenvolvimento dos caminhos pedagiados e pelos progressos técnicos introduzidos pela engenharia”.

modo de produção dominante da vida social, o qual formata à sua maneira as práticas possíveis no tempo livre, absorvendo-as como elementos para a troca. Conforme será verificado, tal modo de produzir e interagir tende a enxugar o tempo liberado conquistado pela classe trabalhadora e, paralelamente, busca enquadrá-lo no rol das possibilidades de produção e expansão do mundo das mercadorias. A transposição seria, então, não de “barreiras culturais” a fim de se imitar práticas inglesas e nem necessariamente das sociais, mas a gestação e aprimoramento de atividades vendáveis com o sentido de acumulação, que se justificam ou se mantêm por compor, resguardar e ampliar esse caráter. Nesse sentido, algumas questões relacionadas ao trabalho e ao não-trabalho precisam ser pontuadas.

Nos séculos XVII e XVIII quando a jovem aristocracia inglesa praticava o “The Tour”, uma sociedade efetivamente urbana estava ainda em gestação. Nos termos de Lefebvre, a sociedade urbana é correspondente ao fato da industrialização, mas, de forma medular, diz respeito às relações cimentadas ou instituídas no e pelo capitalismo. Por isso, quando se fala em urbano não pode haver confusão com “qualquer cidade ou ‘cité’: a *cité* grega, a cidade oriental ou medieval, a cidade comercial ou industrial, a pequena cidade [...]” (LEFEBVRE, 1999, p.13). O fato é que, na década de 1780, “o mundo era essencialmente rural [sendo que as maiores cidades europeias que] podem ser chamadas de genuinamente grandes segundo os nossos padrões [era] Londres, com cerca de 1 milhão de habitantes, e Paris, com meio milhão” (HOBBSAWM, 2010, p.33). Em termos comparativos, nessa época, Curitiba contava com cerca de 3.000 pessoas e a cidade do Rio de Janeiro com aproximadamente 39.000⁵¹ e não se cogitava o empreendimento de outra atividade a não ser a canavieira no Nordeste e o início de plantações de café no Rio, mas, principalmente, aquela que subsidiou a revolução industrial inglesa: a extração aurífera nas Minas Gerais com mão de obra escrava⁵².

⁵¹ Disponível em: <http://www.curitibaantiga.com/fotos-antigas/423/Populacao-de-Curitiba-Antigamente-desde-o-ano-1780-ate-o-ano-1900.html> e <http://www.marcillio.com/rio/his18eur.html>.

⁵² Galeano (1990) relata que o ouro na região mineira era controlado por Portugal, mas ficava com os ingleses. Com o tratado de Methuen de 1703 entre Portugal e Inglaterra, efetivou-se uma associação desigual e comprometedora: “Em troca de algumas vantagens para os seus vinhos no mercado inglês, Portugal abria seu próprio mercado, e o de suas colônias, às manufaturas britânicas. [Tal medida] implicava uma condenação à ruína para as manufaturas locais. Não era com vinho que se pagavam os tecidos ingleses, mas com ouro, com ouro do Brasil [...]. Portugal não se limitou a matar o embrião de sua própria indústria, mas também, de passagem, aniquilou os germes de qualquer tipo de desenvolvimento manufatureiro no Brasil. O reino proibiu o funcionamento de refinarias de açúcar em 1715;

Hobsbawm (2010, p.63) explica que a revolução industrial que começa na Inglaterra entre 1780 e 1800 tem como base não as inovações tecnológicas que já estavam disponíveis a algum tempo em oficinas de artesãos e carpintarias, incluindo “o tear, a fiadeira automática [e] a máquina a vapor rotativa de James Watt (1784), [a qual seria aperfeiçoada mais tarde] pelo francês Carnot [...]”, mas, essencialmente, certas condições sociais deste país associadas a um mercado mundial aberto aos seus produtos:

[...] as condições adequadas estavam visivelmente presentes na Grã-Bretanha, onde mais de um século se passara desde que o primeiro rei tinha sido formalmente julgado e executado pelo povo e desde que o lucro privado e o desenvolvimento econômico tinham sido aceitos como os supremos objetivos da política governamental [...]. Um bocado de resquícios, verdadeiras relíquias da antiga economia coletiva interior, ainda estava para ser removido pelos Decretos das Cercas (Enclosure Acts) e as transações particulares, mas quase praticamente não se podia falar de um ‘campesinato britânico’ da mesma maneira que um campesinato russo, alemão ou francês. As atividades agrícolas já estavam predominantemente dirigidas para o mercado; as manufaturas de há muito se tinham disseminado por um interior não feudal (HOBSEBAWN, 2010, p.63).

Especificamente em relação à condição do trabalhador para o advento e expansão da indústria, Hobsbawm (2010, p.90) revela:

[...] a economia industrial necessita de mão de obra, e de onde mais poderia vir esta mão de obra senão do antigo setor não industrial? A população rural doméstica ou estrangeira (esta sob a forma de imigração, principalmente irlandesa) era a fonte mais óbvia, suplementada pela mistura de pequenos produtores e trabalhadores pobres. Os homens tinham que ser atraídos para as novas ocupações, ou – como era mais provável – forçados a elas, pois inicialmente estiveram imunes a essas atrações ou relutantes em abandonar seu modo de vida tradicional. Por várias razões, as forças capazes de desprender os homens de seu passado sócio-histórico eram ainda relativamente fracas [...], em comparação com a segunda metade do

[...] em 1785 determinou o incêndio aos teares e fiadores brasileiros” (GALEANO, 1990, p.66). O pesquisador chama a atenção que tanto a Inglaterra como a Holanda eram “campeãs de contrabando de ouro [sendo que ambas] açambarcam por meios ilícitos [...] mais da metade do metal que correspondia ao imposto do ‘quinto real’ que deveria receber, do Brasil, a coroa Portuguesa”. Citando Celso Furtado, Galeano aponta, ainda, “que a Inglaterra [...] utilizou o ouro do Brasil para pagar importações essenciais de outros países e pôde concentrar inversões no setor manufatureiro”.

século XIX. Foi necessária uma catástrofe realmente gigantesca como a fome na Irlanda para produzir o tipo de imigração em massa (um milhão e meio de uma população total de 8,5 milhões em 1835-1850) que se tornou comum depois de 1850. Não obstante, essas forças eram mais fortes na Grã-Bretanha do que em outras partes. Se não o fossem, o desenvolvimento industrial britânico poderia ter sido tão dificultado como o foi o da França pela estabilidade e relativo conforto de seu campesinato e de sua pequena burguesia, que destituíram a indústria da necessária injeção de mão de obra.

O processo industrial, possível no referido momento com a separação entre trabalhadores e meios produtivos de forma mais profunda na Inglaterra do que na França, por exemplo, alavanca a urbanização ou o que Lefebvre chama de “tecido urbano”, o qual não corresponde tão somente ao “domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo [...]” (1999, p.15). Trata-se essencialmente de velhas e novas forças produtivas que passam a ser operacionalizadas, incrementadas e revolucionadas por novas relações sociais para a época, as quais se graduam em diferentes ramos e dominam variadas esferas da vida, justamente por se estenderem e configurarem um “tecido” socioproductivo focado na expansão do capital. Ou seja: o urbano significa a fragmentação e aniquilamento da produção cooperativa no seio da família que se dá pela separação cidade-campo, a qual, por sua vez, é promovida pelo advento da indústria e a institucionalização que necessariamente a acompanha com a abertura, ampliação e dominação de um mercado que se estende e contempla o nascimento, a saúde e a morte; a moradia, o transporte, o alimento e o lazer – tudo para os “‘economicamente ativos’ e em ‘funcionamento’” (BRAVERMAN, 1980, p.234). Nesse sentido, tal como aponta Lefebvre (1999, p.15), “crescimento econômico, industrialização, tornados ao mesmo tempo causas e razões supremas, estendem suas consequências ao conjunto dos territórios, regiões, nações, continentes”.

Variadas foram as molas propulsoras da indústria inglesa no século XVIII, mas o trabalho social contratado para fins de terceiros constitui-se a base de todas, seja com o chamado sistema produtivo domiciliar, seja na fábrica. No início, Hobsbawm (2010, p.72) relata que [...] a maneira ‘óbvia’ de se expandir a indústria no século XVIII [...] não era construir fábricas, mas sim o chamado sistema ‘doméstico’, uma vez que, comprando “trabalho acabado [com a] fixação de determinado custo unitário”

(BRAVERMAN, 1980, p.65), os empresários buscavam se precaver ao invés de investirem em unidades produtivas próprias. Tal sistema, também denominado de “indústria a domicílio” (MARX, 2008, v.I, p.525) segue funcionando como apêndice dos empreendimentos que se expandem, principalmente em regiões com contingentes populacionais pobres, de imigrantes sem emprego e/ou em momentos e espaços em que a viabilidade de custo invoca essa forma ou sistema.

Uma vez evidenciado que a Inglaterra foi a precursora da produção em larga escala, não pela tecnologia, mas pelas condições sociais que se alastram como relação socioprodutiva dominante a partir daí, é preciso verificar a situação geral dos trabalhadores e a liberdade que tinham de uso do tempo. Se a produção baseada na unidade familiar para o sustento era regra comum nos tempos pré-industriais e continuou a ser naqueles espaços que não faziam parte do “tecido urbano” (LEFEBVRE, 1999), o advento das fábricas absorve os necessitados de trabalho seis dias por semana, salvo os domingos, considerados como dias santos. Rompe-se com a alternativa do trabalho próprio ou comunitário para fins de sustento, pequenas reservas e necessidades sociais. Por isso, nos dizeres de Hobsbawm (2010, p.60), “se a transformação rápida, fundamental e qualitativa que se deu por volta da década de 1780 não foi uma revolução, então a palavra não tem significado prático”. Mas, também como adverte o autor, não é possível traçar uma linha definida e acabada entre um ponto de partida e um de chegada, pois as mudanças nas formas de se produzir passam a ser revolucionárias desde então.

O fato é que mesmo na segunda metade do século XIX, “à l’usine ou dans la mine, la journée de douze heures était fréquente” (PORTER, 1995, p.30)⁵³. Além disso, o capitalismo concorrencial ou liberal que se configura no final do século XVIII como estágio mais avançado do mercantilismo exige estratégias do Estado focadas no culto ao trabalho: “Au milieu du XVIII^e siècle, la Banque d’Angleterre fermait quarante-sept jours par an; le nombre de jours ferries tomba à quarante-quatre en 1808, à quarante en 1825, à dix-huit en 1830; en 1834, il ne reste que quatre jours fériés” (PORTER, 1995,

⁵³ “na fábrica ou na mina, a jornada de doze horas era freqüente”.

p.30)⁵⁴. A diminuição dos feriados atrelados às festividades católicas está associada ao trabalho esculpido de forma a consumir a quase totalidade da vida ativa dos sujeitos, sendo que tal formato (sempre em transformação) conta com mãos diversas em seus moldes, como a das religiões protestantes. Lafargue (1999, p.89), em seu manifesto intitulado “O direito à preguiça”, evidencia que “o protestantismo, que era a religião cristã acomodada às novas necessidades industriais e comerciais da burguesia, preocupou-se menos com o repouso do povo: destronou os santos do céu a fim de abolir, na Terra, seus festejos”. Dessa forma, “por volta de 1840 restavam apenas dois dias – ‘Christmas’ e ‘Good Friday’ (Sexta-feira Santa) – nas minas e na maioria das indústrias; nenhuma diferença para as mulheres e para as crianças” (BOYER, 2003, p.91).

O ideal de cada classe social em presença é combativo por suas naturezas diversas: “o capitalista afirma seu direito como comprador [...] e o trabalhador afirma seu direito como vendedor quando quer limitar a jornada de trabalho a determinada magnitude normal [...]. Entre direitos iguais e opostos, decide a força” (MARX, 2008, v.I, p.271). Mas o empreendimento industrial posto para acumular e competir e vice-versa, reclama de seus personificadores (empregadores) o empenho na extensão e não somente na intensificação das horas laborais diante do quadro tecnológico específico da época, sendo que, para isso, esses deviam criar e/ou utilizar meios visando a produtividade cada vez mais ampliada, meios esses que nunca cessam de serem revolucionados. Isso fica explícito com a mensagem de um rico fabricante de Marquette-lez-Lille (França) que, ao participar do primeiro congresso para o “bem-estar” realizado em Bruxelas em 1857, diz que as crianças “foram ensinadas a cantar durante o trabalho, a aceitar com coragem essas doze horas de trabalho necessárias à obtenção dos meios de existência” (apud LAFARGUE, 1999, p.71).

Diante de tais expedientes normais, legalmente amparados ou mesmo “combinados” entre patrões e empregados, não para se prover os “meios de existência”, mas para a valorização do valor para terceiros, algumas vozes surgiam do próprio âmbito industrial e do Estado apontando que o excesso de trabalho não ia de

⁵⁴ “Na metade do século XVIII, o Banco da Inglaterra fechava quarenta e sete dias por ano; o número de feriados diminuiu para quarenta e quatro em 1808, para quarenta em 1825, para oito em 1830; em 1834 há somente quatro feriados”.

encontro à sua otimização e eficiência, mas seria o aumento de horas livres e melhores condições no ambiente de trabalho que as garantiriam. Porter (1995, p.31) os enquadra como “utilitaristas esclarecidos” que, a partir de casos concretos da diminuição das horas laborais de 12 para 11 no leste da França ou das proposições Belgas de que 11 horas diárias seria melhor do que 13 (LAFARGUE, 1999, p.101), acabam contribuindo com a implantação de leis que contemplam o trabalhador na medida de seus resultados.

Tais utilitaristas tinham por base complementar as pesquisas sobre a fadiga, as quais eram realizadas com o objetivo principal de “[...] détecter les qualités mentales et les conditions psychologiques que déterminent le meilleur rendement” (CORBIN, 1995, p.371)⁵⁵. Esses estudos se expandem e se aprofundam a partir da década de 1870, frente a uma situação regimental do Estado acerca de horas trabalhadas e livres que, se existia desde a década de 1830, em termos práticos tinham limitado significado e aplicação⁵⁶. La demi-journée de travail le samedi, [...] la fixation de jours fériés officiels et, finalement, le droit à un certain nombre de ‘vacances d’été par an’ (PORTER, 1995, p.31)⁵⁷, foram alcançadas de forma variegada ao longo do século XIX em diversos países e em conformidade com o grau de industrialização, mas concretizados de forma mais ampla somente na primeira metade do século XX.

No entanto, se consideradas pontualmente ou como simples conquistas da classe trabalhadora, não é possível ter uma dimensão do envolvimento de três questões essenciais nos processos por menos horas laborais: a luta de classes; as inovações tecnológicas com o fito de se aumentar a produtividade do trabalho ligada ao aprimoramento do controle ou da “gestão de pessoas”; e o estabelecimento de outros e novos ramos produtivos responsáveis pela expansão e, ao mesmo tempo, resguardo das relações sociais capitalistas. O ideal necessário dos trabalhadores ou produtores-diretos no “tecido urbano” era a possibilidade da venda de suas capacidades, pois delas dependiam sua subsistência. Paralelamente e, tendo em vista

⁵⁵ “[...] detectar as qualidades mentais e as condições psicológicas que determinam o melhor desempenho”.

⁵⁶ Marx (2008, p.313) explica que estatutos de trabalho existem desde o século XIV na Inglaterra, sendo que os do século XVI, que eram parecidos com os da França e Países Baixos, são abolidos em 1813, pois já estavam ultrapassados.

⁵⁷ “O meio período de trabalho aos sábados, [...] a fixação de feriados oficiais e, finalmente, o direito a certo número de dias para as férias de verão anuais”.

o fato da imposição social a essa sujeição, a busca por direitos mais amplos no que se refere às horas livres do trabalho eram proporcionais à exploração do dia a dia e à organização política, as quais passariam a ser travadas em um ambiente permeado pelas crises cíclicas resultantes da concorrência mais acirrada e consequente tendência de redução da lucratividade.

Hobsbawm (2010, p.78) relata que, após 1815, os expressivos lucros das fábricas que eram relativamente pouco dispendiosas para serem instaladas até então, começam a declinar diante da inovação em processos produtivos (maquinaria), os quais “provocaram uma queda dramática e constante no preço dos artigos acabados, mas não em vários custos de produção”. Isso leva à diminuição dos salários, desemprego e outros avanços tecnológicos (além de propiciar as condições iniciais para a formação de oligopólios e monopólios a partir da segunda metade do século XIX com o aproveitamento das falências dos menos “aptos”), mas, também, promove um conflito entre industriais e latifundiários, uma vez que esses últimos eram favorecidos por leis protecionistas (as Leis dos Grãos – *Corn Laws*) que regulavam os preços dos alimentos. Isso colocava barreiras aos mínimos salariais possíveis requeridos por industriais e, por extensão, a manutenção das elevadas taxas de lucro na indústria: “[...] havia um limite fisiológico nessas reduções [de salários], caso contrário os trabalhadores morreriam de fome [...]. Somente se o custo de vida caísse, poderiam também os salários cair além daquele limite” (HOBBSAWN, 2010, p.79). Por isso, a luta entre integrantes ou frações da classe dominante.

No âmbito das lutas de classes, se averiguada a implementação de leis trabalhistas ou mesmo os movimentos para que se fizesse cumprir as existentes, verifica-se que não se tratou de um corte abrupto seguido do rompimento imediato com as condições mais desumanas correntes nas unidades produtivas que se espalhavam, mas um ajuste lento e difícil que não poderia comprometer os resultados do trabalho para o empregador. Marx (2008, v.I, p.321) relata que, “de 1802 a 1833, promulgou o Parlamento [Britânico] cinco leis sobre trabalho, mas, astuciosamente, não votou recursos para sua aplicação compulsória, para o quadro de pessoal necessário à sua execução etc. Eram letra morta”. Com isso, somente em 1833 foi estabelecida uma lei que regulava o trabalho, mas apenas em quatro ramos da

indústria têxtil. Considerando que essa legislação fabril determinava, dentre outras coisas, que menores de 18 anos não mais poderiam trabalhar durante toda a noite; limitava em 8 horas a jornada de crianças de 9 a 13 anos; e estabelecia que os jovens de 13 a 18 anos não poderiam exceder 12 horas diárias, “quando o Parlamento [a promulgou] parecia que o dia do Juízo Final tinha soado para a indústria da Inglaterra” (MARX, 2008, v.I, p.319). Em relação à França, somente no final de 1850 foi decretada uma lei que limitava em 12 horas a jornada, a qual, ao se estender a todos os tipos de indústria, “beneficiava” o conjunto dos assalariados franceses. Marx (2008, v.I, p.319) aponta que, antes disso, “não havia limite à jornada de trabalho [neste país]. Durava nas fábricas 14, 15 e mais horas”. No entanto, quando estabelecido o novo limite, a fiscalização para o seu cumprimento era precária e ineficiente.

Em 1844 a lei fabril inglesa de 1833 é reformulada e enquadra mulheres com mais de 18 anos a uma jornada máxima de 12 horas; em 1846 e 47 as leis protecionistas que beneficiavam os latifundiários reguladores de preços foram abolidas (propiciando mais liberdade ao mercado externo, mas nem por isso a minimização imediata e substancial dos preços dos alimentos que viriam com a ampliação dos transportes) e uma nova lei fabril promulgada em 8 de junho de 1847 estabelecia o dia de trabalho de mulheres e adolescentes de 13 a 18 anos em 11 horas, passando para 10 no ano seguinte (MARX, 2008, v.I, p.326). A cada medida que representava um possível respaldo ao trabalhador, os empregadores da indústria (ou o capital) saíam da defensiva e lançavam-se ofensivamente: eram usuais as ameaças de demissões e os sugestionamentos de que certas fábricas não poderiam mais operar caso as leis trabalhistas restringissem as horas laborais de crianças, por exemplo.

Associado a esses expedientes, se empenhavam em depender menos do trabalho vivo e, alinhados ao Estado e ao sistema judiciário, buscavam desmoralizar e enquadrar na ilegalidade todo o movimento que questionasse as formas de domínio do trabalho vigentes. Sobre isso, Marx (2008, v.I, p.329) esclarece que até 1848, de todas as leis lançadas, “nenhuma delas limita a jornada do trabalhador do sexo masculino de 18 anos [sendo] o período de 15 horas, de 5:30 da manhã às 8:30 da noite [...], o dia legal”. Mas quando a regulação que a diminuía para 10 horas é posta em primeiro de maio de 1848, uma multidão se lança contra os movimentos trabalhistas: líderes

cartistas são presos na Inglaterra e, diante das agitações sociais de 1848 na França, as quais ameaçavam o livre empreendimento capitalista da indústria e questionavam a superexploração do trabalho para além de qualquer princípio moral, se “[...] reuniram, tanto na Europa Continental como na Inglaterra todas as frações das classes dominantes [...] sob a bandeira comum de salvação da propriedade, da religião, da família e da sociedade” (MARX, 2008, v.I, p.328).

Na segunda metade de 1850 é promulgada a lei fabril que reformulava a jornada para adolescentes e mulheres, aumentando para 10 horas e 30 minutos o trabalho durante a semana e reduzindo a sete horas e meia aos sábados (MARX, 2008, v.I, p.336). Contudo, mesmo se consideradas as leis citadas e, inclusive, a de 1850, diversas atividades não eram enquadradas na legislação: se o foco produtivo inglês foi, inicialmente, a indústria algodoeira, após 1830 tal forma produtiva começa a substituir a artesanal em variados ramos, incluindo “[...] outros produtos têxteis, alimentos e bebidas, cerâmicas e produtos domésticos, grandemente estimulados pelo rápido crescimento das cidades” (HOBSBAWM, 2010, p.73). Nessas outras e novas fábricas, Marx denunciava, em 1867, que “não há limites legais à exploração”, citando relatórios (de 1841, 1860 e 1863) de comissões constituídas à época pelo Parlamento Britânico para averiguar as condições do trabalho de crianças (com 7, 9, 13 anos), os quais apontavam jornadas com mais de 18 horas em fábricas de rendas, 15 horas nas de cerâmica, e expedientes parecidos em diversos ramos como os de papel, de vidros e de panificação.

A exploração do trabalho no cotidiano nas fábricas e a insalubridade que caracterizava tanto o ambiente laborativo como as zonas do entorno, materializaram os movimentos contrários, os quais tendiam a se propagar com mais ou menos força a todas às atividades e realidades que se alinhavam à lógica produtiva da indústria e competiam entre si. Marx (2008, v.I, p.273) cita movimentações grevistas empreendidas por trabalhadores da construção em Londres, os quais, dez anos depois da lei de 1850, lutavam pela redução da jornada de 10 para 9 horas diárias e, paralelamente, mostra que as leis existentes também eram constantemente burladas, de que era exemplo a prática de se aumentar alguns minutos ao fim do dia ou retirá-los

em horários destinados às refeições, sendo que esses, somados ao longo do ano, se traduziam em 30 dias ou mais não estipulados em contrato.

As condições de trabalho em cada ramo industrial (metalúrgicas, fábricas algodoeiras) possuíam particularidades que tinham em comum os baixos salários e produziam um espaço que era o espelho dessa organização social: cortiços, bairros miseráveis, aglomerações poluídas. Pelo tempo dedicado ao trabalho e os baixos ganhos registrados à época, é possível supor o que se reservava ao tempo livre da maioria dos sujeitos: a possibilidade de *se recréer*⁵⁸ limitava-se ao atendimento das carências mais essenciais para se continuar vivendo para o trabalho, a alguns divertimentos citadinos e, também, a produção de novos trabalhadores. Mas e o lazer? Afinal, como diriam os liberais, os domingos eram (geralmente) garantidos. Hobsbawn (2010, p.77) relata que “dos 12 mil trabalhadores nas indústrias algodoeiras de Glasgow (Escócia) em 1833, somente 2 mil ganhavam uma média de mais de 11 shillings por semana”. A título comparativo, antes da instalação de linha férrea entre Londres e Brighthon, para percorrer o trajeto de 90 quilômetros era preciso desembolsar cerca de 12 shillings em “[...] une mauvaise place à l’extérieur de la diligence” (PORTER, 1995, p.34)⁵⁹. É preciso considerar, também, que parte expressiva dos empregados à época eram crianças e mulheres que recebiam os mais baixos salários.

Se as classes burguesas se detinham em suas residências secundárias no campo, nas estações termais, em clubes nas cidades e em balneários, ou mesmo procuravam locais exóticos como o Brasil, aos trabalhadores nas indústrias uma possível viagem de retorno ao campo ocorria com o objetivo da visita aos pais (principalmente até o início do século XX na Europa Ocidental). Além disso, tal eventualidade estava associada a sua condição de trabalhador, as possibilidades de regularidade e de pagamento pelo transporte e o direito a férias que, até o início do século XX não era regulamentado pelos Estados, sendo uma garantia possível mediante acordos coletivos entre empregados e empregadores que não se estendiam a todos os ramos produtivos. Por exemplo: na França, um período de férias efetiva-se primeiramente no exército a partir da segunda metade do século XIX, contemplando, inicialmente, os oficiais e, a partir de 1853, “les agents civils de l’État obtiennent, à leur

⁵⁸ Se descontraír com uma ocupação agradável. No entanto, o sentido aqui é o de se reconstituir.

⁵⁹ “[...] um assento ruim localizado na parte descoberta da carruagem”.

tour, la possibilité d'interrompre leur service durant quinze jours, sans retenue de traitement" (RICHEZ; STRAUSS, 1995, p.495)⁶⁰; na Inglaterra, somente no final do século XIX que [...] "la semaine de Conge l'été (la wakes week) se généralisa dans les centres de l'industrie textile du nord [...] (PORTER, 1995, p.31)⁶¹. Em relação ao Brasil, segundo Martins (2014), tinham direito a esse benefício os funcionários do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o qual foi concedido a partir de dezembro de 1889⁶².

Verifica-se que as classes sociais, nas quais estavam enquadrados os produtores diretos, caracterizavam-se por sua fixidez ao espaço, sendo as viagens associadas praticamente a fins utilitários, ou seja, a migração para o trabalho. Além das poucas horas de sono, o entretenimento estava atrelado à bebida, às visitas aos cabarets, às rinhas de galo, às lutas de boxe. Os cabarets, em diversos departamentos franceses (Normandie, Pas-de-Calais, Finistère) era a opção de lazer por excelência dos assalariados da indústria e aqueles que apareciam no campo, sendo que o número de inaugurações de estabelecimentos cresce expressivamente a partir de 1830 (FARCY, 1995). Tais casas de diversão congregavam o jogo de cartas e o bilhar, a iniciação à bebida e eram frequentados majoritariamente por homens, sendo que "la multiplication et la 'démocratisation' du cabaret témoignent de son succès auprès des couches populaires" (FARCY, 1995, p.328)⁶³. As feiras, as festas patronais, os cultos religiosos e os bailes eram também possibilidades de lazer que se estendem durante todo o século XIX, quando, logicamente, restava algum fio de energia após a jornada.

Mas com essas práticas se inscrevem os primeiros mecanismos de controle, uma vez que algumas opções de atividades de lazer circunscritas aos pobres nem sempre eram bem vistas pelo Estado, entidades patronais e instituições religiosas. Assim, na década de 1830 verifica-se uma maior preocupação das classes dominantes com a definição do lazer das classes trabalhadoras, ou seja, as possíveis reestruturações do tempo de trabalho que se concretizavam a passos lentos exigiam o

⁶⁰ "Os funcionários públicos obtêm [...] a possibilidade de interromper o trabalho durante quinze dias, sem desconto no vencimento".

⁶¹ "a semana de férias de verão (la wakes week) se generaliza nos centros industriais têxteis do norte".

⁶² MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho.

Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAgFAMAC/sergio-pinto-martins-direito-trabalho-2000?part=83>. Acesso em: 05 jul 2014.

⁶³ "a multiplicação e a democratização do cabaret testemunham o seu sucesso junto às classes populares".

redimensionamento do que era moralmente aceito de se fazer fora do trabalho. Corbin (1995, p.378) cita como exemplo uma reunião, em 1836, convocada pelo “Comité en faveur de la réduction du temps de travail”⁶⁴ com a população de Pudsey, no Reino Unido, a qual tratava do tempo direcionado ao repouso e o que poderia ser feito em termos educacionais, mas, sobretudo, definia a importância da instrução religiosa para os empregados. Segundo Corbin (1995, p.13) o Reino Unido aparece na vanguarda da regulação dos afazeres relacionados ao lazer popular, incluindo “la réglementation des places, des parcs e des autres espaces publics, l’interdiction des combats d’animaux, la surveillance de la boxe, celle des débits de boisson s’accordent [...]”⁶⁵.

O domingo era consagrado como dia de repouso semanal na Inglaterra: “durant le premier tiers du XIX^e siècle, le dimanche constituait déjà l’une des cibles majeures des méthodistes [et] à la fin du siècle, le citoyen auquel il est permis de travailler fait rarement usage de cette liberté” (CORBIN, 1995, p.381, 382)⁶⁶. Contudo, tanto as instituições religiosas como o Estado indicavam o que se fazer nesse dia de descanso, o qual deveria ser usado para as atividades de convívio familiar nas igrejas, a leitura da bíblia, as recreações saudáveis. Observa-se que a reserva do domingo era uma forma de demonstrar a “bondade” dos patrões e o respeito a um dia santo, sendo que as prescrições de conduta em relação a esse dia também podem ser compreendidas como mecanismos da burguesia utilizados com o fito de se evitar qualquer atitude que atrapalhasse o rendimento do trabalho na segunda-feira.

Contrariamente, na França, havia uma repulsa por parte de alguns dos pequenos e grandes produtores-empregadores e comerciantes em relação ao domingo dos ingleses. Nesse sentido, abriam suas lojas e fechavam as segundas, tal como ocorre atualmente e é comum em alguns ramos, como feiras, padarias, docerias, pequenos comércios. Mas o domingo na Inglaterra nem sempre era respeitado quando o trabalho que o ocupava estava voltado aos interesses dos industriais. Marx (2008, v.I, p.306) relata que nas áreas rurais inglesas “às vezes um trabalhador [era] condenado à prisão por ter profanado o domingo, trabalhando no jardimzinho de sua

⁶⁴ “Comité para a redução do tempo de trabalho”.

⁶⁵ “A regulamentação das praças, parques e outros espaços públicos, a interdição das brigas de animais, a vigilância em relação às lutas de boxe, e os acordos relacionados aos estabelecimentos de bebidas”.

⁶⁶ “durante o primeiro terço do século XIX, o domingo já era um dos principais alvos dos metodistas, [e] no final do século, o cidadão que tem permissão para trabalhar raramente faz uso dessa liberdade”.

casa, [mas] o mesmo trabalhador é punido por violação de contrato, se falta ao trabalho, aos domingos [...], mesmo que seja por convicções religiosas”. Ainda em relação aos domingos ingleses controlados pelo Parlamento, seja para o bem social, seja para o bem do capital, havia diversas reivindicações de trabalhadores de peixarias e açougues para a nulidade das jornadas de 10 horas nesses dias, as quais eram correntes em alguns estabelecimentos desses ramos, mas nem sempre observadas pelas autoridades. E isso se explicava pelo fato de certas empresas atenderem “a refinada glotonaria dos hipócritas aristocráticos do Exeter Hall” (MARX, 2008, v.I, p.306), um local de encontros e eventos da alta burguesia londrina.

O trem⁶⁷ nascia na Inglaterra em 1825 e constituiu-se não somente em um meio que contribuiu significativamente com os deslocamentos de produtos e matérias primas à época, mas, no que se refere ao seu uso para o tempo liberado, poderia ser utilizado como um instrumento indireto de controle do trabalhador quando se constituiu como um facilitador das excursões, o que significava uma possibilidade de rompimento com o lazer citadino dos pobres. Trata-se de um fato que as linhas férreas revolucionaram o uso do tempo, pois, com elas, paulatinamente as classes trabalhadoras puderam sentir o gosto de se passar ao menos um dia de descanso e entretenimento fora do local de morada. Se no século XVIII alguns avanços nos transportes e a instalação de meios de hospedagem beneficiavam os poucos que podiam se deslocar a lazer, isso se amplia com as linhas férreas. De Londres a Brighton, o preço da passagem única era de 3 shillings em 1862, cerca de quatro vezes menos que um lugar em uma carruagem. Ao minimizar custos, o trem aumenta os fluxos para algumas cidades que passam a despontar como destinação turística: em 1820 era preciso seis horas para percorrer esse mesmo trajeto em diligências e, durante 1835, 117 mil pessoas fizeram tal percurso. Em 1841 é inaugurada a estrada de ferro e, em 1850, em uma única semana, cerca de 7.300 viajantes se dirigem a Brighton. Não é por outro motivo que, já no início da década de 1840, a família real e a

⁶⁷ Depois da Inglaterra, “as primeiras pequenas linhas foram abertas nos Estados Unidos em 1827, na França em 1828 e 1835, na Alemanha e na Bélgica em 1835 e até na Rússia em 1837” (HOBBSAWN, 2010, p.83). No Brasil, a primeira ferrovia foi inaugurada em 1854, 29 anos depois da primeira estrada de ferro inglesa: trata-se da Estrada de Ferro Mauá, ligando o Porto de Mauá-RJ ao pé da Serra de Petrópolis (Serra Estrela), com extensão de aproximadamente 15 quilômetros. Encontra-se atualmente em estado de abandono, apesar do seu tombamento na década de 1950. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/05/primeira-ferrovia-do-brasil-esta-esquecida-e-abandonada.html>. Acesso em: 23 jun. 2014.

alta burguesia abandonam essa localidade em seus vastos momentos dedicados ao lazer (PORTER, 1995).

Os percursos não eram demorados como antes, considerando que, geralmente, “velocidades de até [...] 96 quilômetros por hora [...] eram perfeitamente praticáveis na década de 1830, e não foram substancialmente melhoradas pelas posteriores ferrovias à vapor” (HOBSBAWM, 2010, p.83). Se o transporte de produtos era a razão de ser das primeiras estradas de ferro, cada vez mais vagões passaram a ser direcionados aos viajantes, além dos trajetos estabelecidos ou estendidos com essa finalidade, haja vista que as viagens da burguesia e os dias de descanso dos trabalhadores (os domingos, nessa época) passaram a ser uma importante fonte de complementação dos lucros. Quanto a isso e, também, às excursões como forma de controle, Porter (1995, p.35) relata que as companhias adotavam tarifas reduzidas aos finais de semana para empresas e associações de trabalhadores que viajavam em grupo, sendo que os organizadores de excursões começam a preparar os serviços “casados”: “en 1840, l’Institut des mécaniciens de Leeds organisa un voyage en train à York comprenant un repas, pour la motié du prix du billet normal”⁶⁸. O trem é útil também para a filantropia de alguns empregadores que, visando resguardar a ordem, utilizam as excursões de um dia para abrandar o duro cotidiano de seus empregados: “[...] pour fêter l’abrogation des lois sur le grain (Corn Laws) en 1846, l’industriel Richard Cobden organisa un voyage pour mille de ses employés (PORTER, 1995, p.35)⁶⁹. Deve-se mencionar que os vagões de terceira classe, ou seja, aqueles acessíveis ao conjunto da população que fazia a economia funcionar, eram conversíveis na década de 1840.

Se o turismo e/ou excursionismo passam a ser práticas possíveis a certas classes sociais, a depender do conteúdo da viagem e do tempo dedicado a elas, a popularização do uso dos trens aos finais de semana impacta no trabalho dos seus operadores, como maquinistas, cobradores, sinaleiros, tal como os eventos do Exeter Hall em Londres. Ao serem responsabilizados por um grave acidente que “mandou

⁶⁸ “Em 1840, o Instituto dos mecânicos de Leeds organiza uma viagem de trem à York incluindo uma refeição, pela metade do preço da passagem normal”.

⁶⁹ “Para festejar a revogação das leis sobre os grãos (*Corn Laws*) em 1846, o industrial Richard Cobden organiza uma viagem para mil funcionários seus”.

centenas de pessoas para o outro mundo” (MARX, 2008, v.I, p.293) na década de 1860, três ferroviários relatam perante o júri que não se tratava de descuido, mas de excesso de trabalho. Nos dizeres de Marx:

Unanimemente [os três acusados] declaram aos jurados que seu trabalho, há 10 ou 12 anos, tinha a duração de 8 horas por dia. Durante os últimos 5 a 6 anos, foi sendo aumentado progressivamente para 14, 18 e 20 horas e, nas ocasiões de maior movimento, **nos períodos das excursões e passeios**, estendia-se muitas vezes a 40 ou 50 horas sem interrupção. Eram homens comuns e não ciclopes (MARX, 2008, v.I, p.293, 294, grifo nosso).

Thomas Cook, o inglês fundador da operadora e agência de turismo com o mesmo nome, aproveitou-se da extensão das linhas férreas e das operações ininterruptas fundamentadas na exploração do trabalho: visualiza a prática adotada pelos industriais-filantropos e, como um membro ativo da religião batista, alia o trem aos passeios direcionados inicialmente ao tratamento de alcoólatras, vício que servia de fuga ao cotidiano nas fábricas, mas, sobretudo, atrapalhava o andamento dos negócios, os bons costumes familiares e o bem estar social. Sua primeira excursão acontece em meados de 1841 e, em 1851, ele é o grande responsável pelo expressivo fluxo de visitantes à Exposição Universal em Londres. Destaca-se, já na década de 1850, como o principal empresário na preparação e venda de viagens pela Europa e pelo mundo juntamente com os concorrentes que começam a aparecer, como o francês Henry Gaze.

As hospedarias e os hotéis surgem como estruturas que têm a possibilidade, em conjunto, de revolucionar as realidades socioespaciais eleitas para o turismo quando esse supera a visitação de um dia, o que vale para as destinações populares e aqueles espaços que se constituem como pontos de encontro da burguesia. Associados aos locais de estadia e aos modais de transporte que se expandem e se modernizam por terra, água e ar (esses após a primeira guerra mundial para fins comerciais), os restaurantes também se materializam com o aumento das viagens e prolongamento da permanência. Conforme explica Boyer, antes de 1790 “a palavra hotel qualificava somente um rico domicílio urbano [...]”. Quanto aos locais para restauração, no século XVIII o viajante devia fazer “encomendas a vendedores de

comidas ou estalajadeiros que forneciam pratos a serem consumidos em casa, em seu quarto alugado ou em sua carroça” (BOYER, 2003, p.76). O turismo individual ou as nascentes excursões do século XIX, se tiveram que contar com improvisos e rusticidade em muitos locais, promoveram o negócio da estadia, do transporte, da alimentação, dos eventos, dos produtos “casados” e do agenciamento. Isso ocorre não somente naqueles países em que as indústrias aparecem primeiro: em realidades que, mesmo sem os processos de fabricação mecanizada-assalariada encontrados na Inglaterra, Estados Unidos e França, sobretudo na segunda metade do século XIX, é possível verificar certos serviços que já conformavam uma hospitalidade-produtiva.

Por exemplo: enquanto ocorria a revolução de 1848 na França e surgia na Inglaterra a lei de 10 horas como dia de trabalho “normal”, no Brasil eram desembarcados 60 mil escravos, mesmo após o decreto de *Bill Aberdeen* de 1845 que significava a necessidade inglesa de abolição da escravidão para se criar e ampliar o seu mercado consumidor externo. Associado a isso, Holanda (1995) explica que o empreendimento industrial brasileiro dependia, dentre outros fatores, do rompimento com a mão de obra escrava e o direcionamento de capitais não mais para esse tipo de “produto” ou meio de produção que não consumia por si mesmo, mas para outros “ramos de negócios”: “a própria fundação do Banco do Brasil de 1851 está, segundo parece, relacionada com um plano deliberado de aproveitamento de tais recursos na organização de um grande instituto de crédito” (HOLANDA, 1995, p.76) para financiar outras e novas formas de produção para além dos latifúndios. O trabalho assalariado nesse país pode ser verificado desde que surgiram as primeiras cidades, envolvendo o pequeno comércio, o artesanato e os serviços públicos, mas ele não significava a forma mais acabada da relação salarial até o final do século XIX e, essencialmente, a produção em sua formatação capitalista em todos os setores.

Para isso, foi preciso a luta de classes e entre as frações da classe dominante (cafeicultores e o nascente grupo dos industriais); o rompimento vagaroso com a dependência imposta de produtos importados (geralmente ingleses); o crescimento da vinda de imigrantes como assalariados nas fazendas de café e pequenos proprietários; a definitiva abolição da escravidão em 1889; enfim, a urbanização. Dessa forma, o capitalismo no Brasil não evolui a partir dos latifúndios e exportação de culturas (cana

de açúcar, café), mas somente quando rompe com o antigo sistema colonial, no entanto, “ao mesmo tempo, é a estrutura agrária [...] que fornece [...] a base política e os fundamentos econômicos ou sociais para a absorção inicial do capitalismo [...] e sua implantação definitiva, como uma realidade histórica interna [...]” (FERNANDES, 2008, p.26).

O que se pretende dizer é que mesmo com o progresso da indústria somente a partir da década de 1880 via empreendimentos como o do imigrante italiano Francisco Matarazzo, conforme aponta Caldeira (1997), e a vinculação das cidades com a economia agrária até o início do século XX, já se podia falar de uma camada média urbana que se expandiria na segunda metade do século XIX formada por comerciantes, padres, artesãos em pequenas manufaturas, assalariados em oficinas e serviços públicos, advogados, médicos, intelectuais, estudantes. É com ela que se inicia a chamada hospitalidade-produtiva de que se fez alusão e é com a revolução industrial brasileira na década de 1930 que ela começa a se firmar. Por ora convém destacar que o “Guide International d’Europe au Brésil & a la Plata”, publicado em Paris em janeiro de 1889, trazia, além de indicações quanto as características gerais do Brasil imperial, incluindo aspectos históricos, geográficos, climáticos, econômicos e de estrutura de comunicações (linhas férreas, principalmente), diversas dicas de passeios e excursões pela então capital imperial, o Rio de Janeiro, e pelas províncias de Pernambuco e Bahia.

Evidencia-se aqui o que ele menciona em relação ao Rio de Janeiro: além do passeio pelo “chemin de fer du Corcovado”⁷⁰, um dos locais aconselhados ao turista é uma visita aos subúrbios da cidade, mais especificamente até “Andahary” (escrito corretamente como Andarahy e, atualmente, bairro do Andaraí), de onde “on prend une diligence de forme assez primitive, dont les départs ont lieu quatre fois par jour en hiver et six fois en été. Elle conduit à l’hôtel Bocage. [...] L’hotêl Bocage [est le] point central de toutes les excursions à faire à la Tijuca”⁷¹. Esse mesmo guia traz um anúncio do “Hôtel A. Bocage”, como uma “Maison française fondée en 1829”, a qual oferecia hospedagem, alimentação e, além disso, agenciava passeios aos arredores

⁷⁰ “Caminho de ferro do Corcovado”.

⁷¹ Guide International d’Europe au Brésil & a la Plata, publié par A Liseau-Boursier, 1889. “Nós pegamos uma carruagem bastante antiga, com saídas realizadas quatro vezes por dia no inverno e seis vezes no verão. Ela vai ao Hotel Bocage [...]. O Hotel Bocage é o ponto principal para todas as excursões que podem ser feitas na Tijuca”.

do hotel. Isso demonstra que, mesmo em um momento em que a industrialização estava sendo gestada em um Brasil-rural, as ramificações dos negócios franceses ou, ao menos, a maneira de empreendê-los em conformidade com os moldes produtivos-comerciais de certos países europeus já se espalhavam como relação social posta para a geração de mercadorias com os serviços ligados à hospitalidade. Obviamente que eles eram pontuais e as formas mais sofisticadas ou mercantilizadas eram restritas aos centros maiores.

Se para além da produção nos limites da fábrica a exploração do trabalhador já podia ser verificada em alguns serviços que despontavam com o “tecido urbano” (LEFEBVRE), tais como aqueles relacionados aos transportes, aos eventos e certamente em alguns meios de hospedagem, são os movimentos sociais e a organização política da classe composta pelos produtores diretos que têm condições de luta diante dessa tendência que faz parte da própria natureza do capital, no entanto, elas são alavancadas na indústria. Assim, o que foi descrito até aqui vai culminar em conquistas por mais horas livres, mas sempre mediante embates coletivos e, portanto, organização política. Em 1848 foi publicado o “Manifesto do Partido Comunista”, escrito por Marx e Engels; em 1858 dá-se a primeira greve no Brasil, a dos tipógrafos⁷²; em 1862, trabalhadores franceses são enviados pelo governo à Exposição Universal em Londres, sendo que integrantes das “Trade Unions” (associações de trabalhadores formadas desde o final do século XVIII em zonas industriais inglesas) estabelecem contato com os franceses e traçam estratégias em comum; em 1864 é criada em Londres a Organização Internacional dos Trabalhadores (denominada, também, de Primeira Internacional, uma junção de organizações sindicais de vários países como Inglaterra, França, Alemanha, as quais, até aquele momento, ao atuarem de forma individualizada, eram frágeis diante dos patrões e do Estado); em 1867, Marx publica o primeiro volume de “O Capital”; em 1871 ocorre a Comuna de Paris e nove anos depois é publicado “O direito à preguiça”; em 1884 é

⁷² Disponível em: http://www.sintet.ufu.br/sindicalismo.htm#ORIGENS_DO_SINDICALISMO_NO_BRASIL. Acesso em: 26 jun. 2014.

sancionada a lei Waldeck-Rousseau⁷³ e em 1895 é criada a “Confédération Générale du Travail”, ambas na França.

Os movimentos da classe trabalhadora se avolumavam e os mecanismos de controle da burguesia e do Estado deviam se expandir, incluindo a preocupação com o lazer popular que deixa de ser pontual e é institucionalizada no final do século XIX em países industrializados, como é o caso, na Alemanha, da “Association centrale des organismes destines au bien-être du peuple [fondée en 1891] par fusion d’organisations patronales e confessionales” (THIESSE, 1995, p.402)⁷⁴. Tal associação, no ano seguinte ao seu estabelecimento, organiza o 1º Congresso do tempo livre, sendo o seu conteúdo voltado ao lazer-ideal. Thiesse (1995, p.403) aponta que um dos participantes defende que o lazer das classes trabalhadoras deve contemplar “[...] lectures constructives, la musique, [...] l’entretien d’un petit jardin ou, à défaut, de plantes d’appartement, les excursions en famille [...], l’assistance aux offices religieux et les visites à la parenté”⁷⁵. *Verifica-se, aqui, não somente aquela inquietação da burguesia e do Estado da primeira metade do século XIX, mas a tentativa, via instituições mais solidificadas, em disseminar a ideia de que as mudanças sociais e o bem estar da população estão centrados na individualidade e não na coletividade que poderia ser revolucionária, sendo que almejar uma possível melhoria era justo e digno desde que pela racionalidade da ajuda, da compreensão e do ajustamento irrestrito e inquestionável às normas das unidades produtivas, de instituições religiosas e da nação.*

Thiesse (1995) relata que a Alemanha cria uma série de organizações desse tipo, as quais servirão de modelo para a formação de um organismo centralizado na década de 1930 e que foi copiado em parte pelo governo brasileiro, do qual faremos menção em seguida. Além das instituições que funcionam por iniciativa patronal e religiosa, são estabelecidas em diversas cidades associações independentes das

⁷³ A lei Le Chapelier, de 1791, enquadrava os movimentos grevistas na França como ilegais e impedia organizações de patrões e assalariados. Essa somente foi revogada com a lei Waldeck-Rousseau em 1884, a qual permitia a organização sindical, mas era, essencialmente, “um meio de controlar a agitação operária impondo-lhe um organismo institucional relativamente controlado após a insurreição da Comuna de Paris” (ALTMAN, 2013).

Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/historia/27926/hoje+na+historia+1884+-+lei+autoriza+criacao+dos+sindicatos+de+trabalhadores+na+franca.shtml>. Acesso em: 26 jun. 2014.

⁷⁴ “Associação central dos órgãos destinados ao bem-estar do povo, fundado em 1891 pela fusão de organizações patronais e confessionais”.

⁷⁵ “[...] leituras construtivas, a música, [...] a manutenção de um pequeno jardim ou, na falta deste, das plantas nos apartamentos, as excursões em família [...], a contribuição com os serviços religiosos e as visitas aos parentes”.

fábricas (as iniciativas patronais), de que são exemplos as esportivas e as musicais. Nas cidades que concentram os assalariados, a partir de 1900 são projetados mais espaços de lazer e comitês de festas “proposant aux populations des festivités ‘saines’ et consensuelles [comme] défilés, [...], retraites aux flambeaux, chars décorés [...]” (THIESSE, 1995, p.402)⁷⁶. No entanto, existe um movimento que se constitui como uma reação e, ao mesmo tempo, organização da classe trabalhadora focada no tempo livre e que se expressa com a criação de associações ligadas à partidos políticos, como é o caso da “Fédération sportive athlétique socialiste” (THIESSE, 1995, p.402).

Mas se o proletariado da indústria tinha acesso restrito aos deslocamentos com fins turísticos na última década do século XIX, a burguesia fazia uso de outros e novos meios de transporte que vão além do conforto dos vagões de luxo. Clubes como o *Ciclist Touring* de 1879, na Inglaterra, e o *Touring Club de France* de 1890 (BOYER, 2003, p.27) são iniciativas de ricos que seriam popularizadas décadas depois em alguns países que efetivaram uma estrutura para tais práticas. Réau (2011, p.18) relata que esses clubes “[...] ont exigé des pouvoirs publics les moyens d’assouvir leurs passions: bicyclette puis automobile. Cet objectif initial se mue progressivement en défense de l’intérêt general’: améliorer les chaussées, régler la vitesse, préserver les monuments [...]”⁷⁷. O interesse geral traduz-se, aqui, em um interesse explícito de classe composta por grupos que tinham liberdade de uso do tempo e recursos para o turismo, mas, ao reivindicarem do Estado o estabelecimento de uma estrutura-suporte mais ampla associada a preservação patrimonial, contribuem fortemente à abertura para outras e novas práticas produtivas e comerciais que não tardariam a chegar. Conforme relata Boyer (2003, p.80), “o Clube [formado pelas classes francesas mais abastadas] desejava difundir este novo turismo, mais livre; ele assumia a missão de redescobrir a França pedalando em estradas que não seriam mais abandonadas”. Nessa época, surgem novos modelos de bicicletas e acessórios, amplamente

⁷⁶ “oferecendo à população festividades ‘saudáveis’ e consensuais, como desfiles, desfiles noturnos com lâmpadas, charretes alegóricas [...]”.

⁷⁷ “[...] exigiram dos órgãos públicos os meios para satisfazer suas paixões: primeiro a bicicleta e, depois, o automóvel. Este objetivo inicial se transforma progressivamente em prol do interesse geral: melhoria da pavimentação, regulamentação da velocidade, preservação dos monumentos [...]”.

propagandeados em publicações do próprio clube desde 1891⁷⁸ e, também, em jornais como o *Le tour du Monde: nouveau journal des voyages*, publicado pela Hachette, em Paris, desde 1860.

Outros e novos efeitos surgem da relação sempre contraditória entre movimentações trabalhistas - práticas elitistas - controle do tempo de trabalho e do tempo liberado - novas forças produtivas: “En juillet 1889, le Congrès Socialiste de Paris adopte l’idée d’un 1^{er} Mai international destine à réclamer la journée de huit heures” (CORBIN, 1995, p.381)⁷⁹. Tal questão já era debatida a tempos e, na última década do século XIX, as reivindicações tomam vulto em escala ampliada: “les pays adoptent les ‘trois-huit’ les uns après les autres (huit heures de repôs, huit heures de sommeil, huit heures de travail)” (CORBIN, 1995, p.381)⁸⁰. Mesmo que as oito horas acabem por se concretizar formalmente somente após mais de trinta anos da realização do Congresso Socialista de Paris, alguns resultados podem ser pontuados ainda nas duas primeiras décadas do século XX: na Alemanha, quase 70% dos empregados em empresas privadas tinham férias pagas em 1908 e isso se aplicava também “en Autriche-Hongrie, en Norvège, en Suisse” (RICHEZ; STRAUSS, 1995, p.495). Na França, mesmo que algumas categorias organizadas politicamente e com ampla participação sindical tivessem férias remuneradas via acordos coletivos desde o final do século XIX, como os ferroviários e funcionários do Estado, somente em 1919 “a duração legal do trabalho [foi] fixada em oito horas, [continuando a ser de] seis dias por semana” (BOYER, 2003, p.102). O que ocorre na França tem como marco de referência para outros países dois acontecimentos: “Le traité de Versailles et la conférence de Washington avaient établi le principe de la journée de huit heures [...]” (CORBIN, 1995, p.403)⁸¹, sendo que tal tratado tutela a criação da Organização Internacional do Trabalho, também em 1919.

⁷⁸ É possível folhear todas publicações, tanto do “Touring Club de France” como o “Le Tour du Monde: nouveau journal des voyages”, na *Bibliothèque Nationale de France*. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/> e <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb32878283g/date.langPT>. Acesso em: 20 nov. 2013.

⁷⁹ “Em julho de 1889, o Congresso Socialista de Paris adota a ideia de um 1º de Maio internacional voltado a demanda pela jornada de oito horas”.

⁸⁰ “Os países adotam os ‘três oitos’ uns após os outros (oito horas de repouso, oito horas de sono, oito horas de trabalho)”.

⁸¹ “O tratado de Versailles e a conferência de Washington tinham estabelecido o princípio da jornada de oito horas [...]”.

Mas, nessa conjuntura favorável ao trabalhador, três questões devem ser consideradas: 1) em 1917 os bolcheviques chegam ao poder na Rússia em um movimento revolucionário que assustou os ideais capitalistas; 2) conforme coloca Boyer (2003, p.99), “[...] na América [...], o tempo livre provinha da produtividade aumentada do trabalho, depois de Taylor e Ford”; e 3) findada a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a retomada industrial na Europa provoca uma baixa nas exportações estadunidenses, sendo que, em 1929, irrompe a grande crise que provoca desemprego e revolta naquele país, além de reações em cadeia em território mundial. No que se refere a Taylor e Ford, ou, mais especificamente, a novos instrumentos de controle do trabalho e do lazer, cabe alguns detalhamentos.

Quando Henry Ford lançou o Modelo T em 1908, os mecanismos de fabricação começaram a mudar, pois o mecânico multi-funções foi sendo adequado a tarefas cada vez mais específicas. Em 1914, com o uso da esteira rolante na unidade de *Higland Park*, Detroit, somente em três meses “o tempo de montagem do Modelo T havia sido reduzido a um décimo do tempo anteriormente necessário, e por volta de 1925 foi criada uma organização que produzia quase tantos carros por dia quantos haviam sido fabricados num ano inteiro” (BRAVERMAN, 1980, p.130, 131). Tratava-se de uma revolução na maneira de se produzir e que logo seria adequada a outros e novos ramos industriais por todo o planeta. Esse novo padrão estruturou-se com o parcelamento e fragmentação do trabalho, chamado de rígido justamente por colocar cada trabalhador em tarefas exclusivas, repetidas, mais simplificadas e vinculadas a outras ações individuais ao longo da esteira, caracterizado “[...] pela mescla da produção em série fordista com o cronômetro taylorista, além da vigência de uma separação nítida entre elaboração e execução” (ANTUNES, 2009, p.39).

Tal configuração laboral não foi assimilada pelos trabalhadores de forma pacífica, uma vez que o ritmo foi intensificado diante da supervisão mais acirrada e a produção foi totalmente separada da concepção, além de que ainda havia forte enraizamento às formas de produção mais artesanais, principalmente na Europa⁸².

⁸² Harvey (1992, p. 121, 123 passim) explica que Taylor, em sua obra intitulada “Os princípios da Administração Científica”, a qual foi publicada em 1911, tratava dos incríveis ganhos de produtividade do trabalho “através da decomposição de cada processo de trabalho em movimentos componentes e da organização de tarefas [...] fragmentadas segundo padrões rigorosos de tempo e estudo do movimento”. Na Europa, a aplicação de tal teoria sofre resistências até a década de 1930, momento em que a competitividade de mercado obrigava cada capitalista

Ford deparou-se com inúmeros funcionários que optaram por abandonar seus postos, convivendo por algum tempo com uma alta rotatividade de empregados. Uma das formas encontradas para motivar o trabalhador, foi o aumento em mais de 100% do salário, de 2,34 para 5,00 dólares por dia em 1914, chamado de salário de motivação. Tal acréscimo “proporcionou à companhia uma grande reserva de trabalho da qual escolher e, ao mesmo tempo, inaugurava novas possibilidades para a intensificação do trabalho dentro das fábricas [...]” (BRAVERMAN, 1980, p.132).

Mas somente os trabalhadores com mais tempo de serviço e submetidos a testes de hábitos morais poderiam aproveitar dos benefícios de um salário superior: “para capacitá-los a passar nesses testes, Ford fundou igrejas e estabeleceu um programa de educação e bem-estar para oferecer orientação moral, ensinar inglês [considerando que muitos deles eram imigrantes], inculcar valores americanos e defender o ‘American Way of Life’” (CLARKE, 1991, p.139). Tal estratégia foi implementada pelo seu Departamento Sociológico com um duplo objetivo: 1) aperfeiçoar o processo produtivo seduzindo o trabalhador para a ideologia da sua empresa e a do capitalismo; e 2) dismantelar as organizações massificadas representadas pelos sindicatos. Nesse sentido, o modelo de produção fordista era apoiado em um marco de referência mais amplo do que a gerência científica de Taylor, uma vez que Ford partia do princípio de que a “produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia [...]” (HARVEY, 1992, p.121). *Ou seja, a produção era muito mais do que uma forma de fabricação racionalizada, mas uma estratégia de controle em relação ao trabalhador que estava para além dos limites da fábrica e, por assim dizer, incluía o seu tempo livre. Tratava-se de algo semelhante às tentativas e práticas de manejo do lazer verificadas na Europa ocidental desde o início do século XIX, mas, agora, pelo viés do próprio capitalismo ou de uma racionalidade a fim de confirmá-lo como sistema ideal.*

a adotar as técnicas mais avançadas de produção e a qual todos acabam enquadrados até os anos 50. Harvey diz que entre as décadas de 20 e 30, as técnicas de Henri Fayol publicadas em 1916 era “um texto mais influente na Europa [pois tinha] ênfase nas estruturas organizacionais e na ordenação hierárquica do fluxo de autoridade e de informação”. Isso ocorre, pois “a indústria de automóveis européia, com exceção da fábrica da Fiat em Turim, permanecia em sua maior parte uma indústria artesanal de alta habilidade (embora organizada corporativamente), produzindo carros de luxo para consumidores da elite, sendo apenas ligeiramente influenciada pelos procedimentos de linha de montagem na produção em massa de modelos mais baratos antes da Segunda Guerra Mundial”.

Acreditando no poder corporativo para manter a demanda e no comando sociológico do trabalhador, Ford aumentou os salários em pleno processo recessivo da economia estadunidense para que, com a manutenção do consumo, o mercado tivesse condições de se reestabilizar. Mas isso não é possível naqueles momentos em que os produtos e serviços não são absorvidos de forma lucrativa e, portanto, estava fora das possibilidades de uma única fábrica, mesmo que consolidada economicamente: “[...] as leis coercitivas da competição se mostraram demasiado fortes mesmo para o poderoso Ford, forçando-o a demitir trabalhadores e cortar salários” (HARVEY, 1992, p.122). Nessa conjuntura negativa, Ford procurou manter a produtividade com um rígido controle disciplinar dos seus empregados, fazendo uso do recém fundado “Departamento de Serviço, com sua força policial particular e sua rede de espiões dentro e fora da fábrica” (CLARKE, 1991, p.140). Enquanto isso, no despontar da década de 1930, muitos eram os empregadores que não mais podiam desprezar as organizações sindicais como Ford buscava fazer, passando a tentar conciliar interesses de produtividade com melhores salários e condições de trabalho. Era o contexto do *New Deal* de Roosevelt, instituído estrategicamente para promover a estabilização política e econômica diante de diversos movimentos trabalhistas surgidos ou intensificados no período da crise estadunidense, os quais questionavam o capital monopolista e o próprio modo de produção da vida social.

Se Ford pretendia a ampliação da taxa de lucros associada à possibilidade de consumo das massas, controlando, não somente o processo produtivo, mas o próprio estilo de vida do trabalhador, o *New Deal* caracterizou-se pelo reconhecimento político daqueles que eram responsáveis pelo trabalho. Já o *Welfare State*, que seria adotado com tonalidades diferenciadas a depender das possibilidades de países capitalistas no pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945) se caracteriza por uma série de políticas de resguardo ao capital representado por oligopólios e monopólios via significativa atuação do Estado no sentido de, por um lado, propiciar certos direitos aos trabalhadores e, por outro, exercer controle em relação a qualquer movimentação que colocasse em cheque o capitalismo. Dessa forma, se o *New Deal* populista supervalorizava os sindicatos e, por isso, inviabilizava a produção e a reprodução dos trabalhadores nos moldes fordistas, sua readequação era necessária ao capital

monopolista: “o sindicalismo tinha de ser despolitizado, reduzido à representação de interesses econômicos específicos e à negociação dentro dos limites de um esquema legalmente regulamentado de acordos coletivos” (CLARKE, 1991, p.143). Isso foi possível nos Estados Unidos com a colaboração e expressiva atuação da Fundação Ford junto ao Estado, apoiada num amplo estudo quanto aos direcionamentos políticos a serem adotados como forma de garantir a expansão do capital. Ou, conforme explica Harvey (1992, p.129), a discussão fundamental da relação sempre contraditória entre trabalho e capital acaba deslocada ou amenizada para ações de controle dos sindicatos, de forma que seus membros colaborassem “[...] com a administração em planos de aumento da produtividade em troca de ganhos de salários que estimulassem a demanda efetiva [...]”.

O que deve ser considerado é que esse controle, agora não mais efetivado por uma ou outra instituição, mas com a tutela ou a atuação direta do Estado, é um movimento que pode ser observado mundialmente, ao qual a luta pela ampliação do direito às férias está relacionada. Na década de 1930, gesta-se a abertura de caminhos para a popularização do turismo em várias realidades, mas ele não se explica somente pela ampliação e barateamento dos meios de transporte associada à conquista por um pouco mais de tempo fora do trabalho. Essencialmente, são as condições sociais e políticas concretizadas pelo poder de organização da classe trabalhadora e o temido “socialismo” que o possibilitam em países como os Estados Unidos.

O gerenciamento ou a gestão é aprimorada dentro das fábricas com o sistema de produção fordista e, paralelamente, verifica-se uma maior rigidez a ser garantida estrategicamente a favor dos operários entre o tempo de trabalho e aquele liberado, sendo esse último objeto de discussões travadas em congressos organizados especificamente para tratar dos lazes da classe trabalhadora: “à Liege em 1930, Los Angeles em 1931, Bruxelles em 1935 [...]” (THIESSE, 1995, p.404). Muito embora as férias pagas sejam abordadas em um artigo específico da Declaração dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas somente em 1948, e tal direito tenha se ampliado efetiva e formalmente no início da década de 1970 com o estabelecimento de três semanas pela Organização Internacional do Trabalho (aos países membros),

anteriormente alguns governos estabelecem políticas nesse sentido e, ao mesmo tempo, buscam expandir as possibilidades de usufruto desse tempo com atividades turísticas.

Por exemplo: a vitória do *Front Populaire* na França, com o líder socialista Léon Blum como primeiro ministro, modifica a situação da classe trabalhadora em alguns quesitos ao garantir educação pública, semana de trabalho com 40 horas e, também, as férias remuneradas: fixou, em junho de 1936, “quinze dias para todos os assalariados após um ano de serviço; a folga contínua deveria ser gozada durante o período chamado ‘férias’, ou seja, no verão, e paga como tempo trabalhado” (BOYER, 2003, p.108). Nessa época, aparecem diversas estruturas que possibilitam tanto a viagem livre ou individualizada, como o enquadramento sociocultural e, portanto, ideológico do tempo livre, incluindo aqueles advindos dos movimentos sindicais, religiosos, de partidos políticos de esquerda e anticapitalistas, bem como das entidades patronais. Para tais instituições “[...] les congés payés constituaient un temps privilégié d’éducation du peuple” (RICHEZ; STRAUSS, 1995, p.513)⁸³ e não deveriam ser dedicadas a nada fazer e a nada aprender. Certamente as opções de aproveitamento das férias que se abriram em 1936 na França estavam limitadas em termos temporais devido a Segunda Guerra Mundial, mas, especialmente, poucas eram as restrições se considerada a atuação de entidades como a Federação Internacional do Turismo Social e o fácil acesso aos centros de férias, campings e chalés mantidos por centrais sindicais, partidos, comitês d’entreprise⁸⁴ ou mesmo aqueles que surgiam sem um conteúdo ideológico, como o Centro Laico dos Albergues da Juventude e os Clubes de Natação (RÉAU, 2011, p.64).

Richez e Strauss (1995) salientam que, no caso francês, a regulamentação das férias pagas não representou um salto imediato no turismo, uma vez que não eram raros os trabalhadores que aproveitavam esse tempo para o lazer citadino e aqueles restritos aos seus lares, ou mesmo para a complementação de renda com trabalhos informais. Contudo, os centros de férias e os meios de hospedagem a baixo custo como os albergues e os campings deram o tom para um turismo de caráter social, o

⁸³ “[...] as férias remuneradas constituíam um tempo privilegiado para a educação do povo”.

⁸⁴ Organização obrigatória na França para empresas com mais de 50 funcionários, a qual deve assumir algumas atribuições econômicas, sociais e culturais de respaldo aos trabalhadores.

qual tem início no final da década de 1930, é interrompido pelos conflitos que ocorrem na Europa e, depois, se estende até o início dos anos 80. Nessa conjuntura, mais incentivos surgem para que os sujeitos partam em férias: as passagens específicas e com desconto exclusivo para tais períodos criadas pela *Société Nationale des Chemins de Fer Français* (SNCF); as excursões e as viagens organizadas e subsidiadas por sindicatos; a proliferação de meios de hospedagem menos custosos diante da demanda que se expandia; os convênios institucionais com hotéis para a prática de preços diferenciados aos filiados de entidades de classe (RICHEZ; STRAUSS, 1995, p.523-533 *passim*).

Mas se a França, nos dois anos em que a frente socialista permaneceu no poder aplicou as leis mais amplas no que se refere ao atendimento dos interesses das classes trabalhadoras inseridas no aparelho estatal, nas fábricas, no campo e em regimes temporários, ela não foi a primeira e seus propósitos divergiam dos governos pioneiros nesse campo, como é o caso da Itália e da Alemanha. O fato é que entre as duas guerras mundiais, diversas atividades de lazer e de turismo passam a não mais se restringir à burguesia, possuindo configurações distintas a depender do país e de sua estrutura organizativa. Mas os contornos políticos devem ser diferenciados e evidenciados: se nos Estados Unidos no pós-1929 assiste-se a uma intervenção estatal imposta pelas condições socioeconômicas e pelo movimento das classes trabalhadoras devidamente organizadas, a qual acaba reformulada no pós-guerra para se preservar a dinâmica capitalista com a participação regulada dos sindicatos via acordos que eram favoráveis antes de tudo ao campo econômico; e se o *Front Populaire* na França pode ser compreendido como um governo contrário à própria forma social capitalista buscando disseminar e subsidiar tais atividades para os proletariados, o caso da Alemanha e da Itália situa-se no polo oposto do posicionamento político, seja ele socialdemocrata, seja ele trabalhista e ligado a uma orientação socialista - a extrema direita é representada pelo fascismo que atua livremente em prol dos interesses dos monopólios e oligopólios. Netto e Braz (2008, p.193, 194) explicam essa questão:

[Nos anos que antecederam a Segunda Guerra Mundial], naquelas sociedades onde as ideias democráticas tinham raízes mais fundas e/ou o movimento operário e sindical não registrou derrotas [como França, Estados Unidos], a nova forma de intervenção do Estado na economia não violentou a democracia política, tal como existia [...]. Nos países onde tais tradições eram débeis (Itália) e/ou onde o movimento operário foi mais golpeado (Alemanha), a intervenção do Estado deu-se conforme a natureza anti-democrática do capital, levada ao extremo pelos monopólios: com a supressão de todos os direitos e garantias ao trabalho e aos trabalhadores [...]. [Nesses casos] o terrorismo de Estado imobiliza e/ou destrói as organizações dos trabalhadores, regula a massa salarial conforme interesses dos monopólios, favorece [...] o grande capital, militariza a vida social e investe forte na indústria bélica [...] de que é o caso exemplar da Alemanha hitlerista.

Em relação a esse domínio do capital, é essencial incluir a intervenção estatal no tocante ao lazer e o ao turismo da classe produtora, a qual se efetiva como estratégia de manutenção de poder e ultrapassa uma simples regulação. Então, se na França há uma expansão considerável das possibilidades para o tempo livre das classes populares, conforme apontado, pode-se afirmar que a Itália e, principalmente, a Alemanha, estavam à frente no que se refere aos subsídios do Estado, mas de forma não democrática: eram os países mais organizados e atuantes de forma direta em relação ao que se compreenderia atualmente por um turismo social: “En Italie, le décret-loi du 1^{er} mai 1925 marque la naissance de l’Opera Nazionale del Dopolavoro’ [...]”⁸⁵ sob o comando do Partido Único Fascista. Na Alemanha, a Associação Alemã dos Trabalhadores do Partido Nazista é criada em 1933 e, além de substituir, coloca os sindicatos na ilegalidade, tal como na Itália. Associada a ela, “Le 27 novembre [1933, en Allemagne], l’organisation des loisirs ‘Nach der Arbeit [...] fut fondée. Quelque temps plus tard, elle s’intitula [...] La Force par la Joie” (RICHEZ; STRAUSS, 1995, p.501, 502)⁸⁶.

Tais instituições, observadas de perto pelo chanceler Hitler e por Mussolini, promoviam e facilitavam o acesso à peças teatrais, excursões aos finais de semana, competições esportivas, viagens de férias, cruzeiros marítimos, sendo que todas essas práticas eram permeadas pela doutrinação política contra o comunismo, a

⁸⁵ “Na Itália, o decreto-lei de 1º de maio de 1925 marca o nascimento da ‘Obra Nacional para depois do trabalho [...]’.”

⁸⁶ “Em 27 de novembro [de 1933, na Alemanha], a organização dos lazeres ‘Depois do Trabalho’ foi fundada. Algum tempo depois, ela passa a se denominada Força pela Alegria”.

socialdemocracia e, mais fundamentalmente, contra a consciência de classe – e era esse o sentido de socialismo que contemplava a socialização dos lazeres dos partidos únicos. Segundo Richez e Strauss (1995, p.503), a “Opera Nazionale del Dopolavoro” italiana serve de modelo para a instituição alemã que funcionava da seguinte forma:

“Kraft durch Freude” [La Force par la Joie] disposait d’un réseau de cent vingt-cinq mille collaborateurs bénévoles. Les Betriebswarte (gardiens d’entreprise), les Blockwarte (gardiens de bloc) et les Zellenwarte (gardiens de cellule) devaient maintenir le contact avec le personal de l’entreprise et les habitants du quartier, faire la publicité et distribuer les billets. Ils étaient aussi chargés d’écarter des voyages ceux qui en étaient ‘indignes et ceux que étaient économiquement privilégiés’. Tout les membres du Front allemand du Travail (environ trente millions en 1939) avaient accès aux manifestations, aux cours, ainsi qu’aux installations de “Kraft durch Freude” [La Force par la Joie] et ils pouvaient participer à ses voyages⁸⁷.

Em tempos de movimentações trabalhistas e de ameaças “comunistas”, organizações como essas servirão a governos populistas como mecanismos complementares para a desarticulação proletária pelo Estado a serviço do capital e da manutenção do capitalismo. No Brasil as ações governamentais no campo de um “turismo social” são gestadas e adquirem o sentido de regulação ideológica com Getúlio Dorneles Vargas. No poder de 1930 a 45 e de 1951 a 54, seu governo foi caracterizado por políticas que buscavam firmar um modelo de Estado de bem estar social com vistas ao desenvolvimento nacional. Conduzido à presidência da república em 1930 por meio de um movimento revolucionário, Vargas concretiza nessa década sua estratégia de aumentar o poder do Estado em aspectos econômicos e sociais.

Tratava-se de uma época em que o crescimento dependia cada vez mais das atividades urbanas, com o aumento das indústrias que, de “3.258 em todo o país em 1907 (empregando 151.841 operários), saltou em 1920 para 13.326 fábricas, com 275.512 operários” (CALDEIRA, 1997, p.256). Se as políticas efetivadas até 1929

⁸⁷ “A Força pela Alegria dispunha de uma rede com cento e vinte e cinco mil colaboradores voluntários. Os guardiões de empresa, os guardiões de bloco e os guardiões de célula deviam manter contato com o pessoal das empresas e com os habitantes do bairro, fazer a divulgação e distribuir os bilhetes. Eles estavam encarregados também de separar aqueles que eram ‘indignos e aqueles que eram privilegiados economicamente’. Todos os membros da Frente de Trabalho Alemã (aproximadamente trinta milhões em 1939) tinham acesso aos eventos, cursos, assim como às instalações da Força pela Alegria, além de poderem participar de suas viagens”.

privilegiavam as atividades agrícolas sob governos representativos das elites cafeeiras, tal situação começa a mudar com o *crash* da bolsa de Nova Iorque e a expansão das cidades, cada vez mais baseada no crescimento industrial. Os movimentos reivindicatórios de grupos urbano-industriais já ocorriam antes do significativo aumento produtivo experimentado na década de 1920, sendo que, desde 1907, já estava vigente a lei geral dos sindicatos, representativa para a organização legal de categorias profissionais.

A ampliação das reivindicações por melhores condições de trabalho das massas estava associada aos novos postos na indústria, a qual foi incentivada internamente a partir da década de 1930 com a desvalorização da moeda e restrições às importações: “o crescimento da produção em 1933, combinado com a violenta queda nos mercados agrícolas, fez com que nesse ano, pela primeira vez na história do país, o valor da produção industrial superasse o da produção agrícola” (CALDEIRA, 1997, p.273). Por essas razões, e como forma de garantir apoio da classe trabalhadora em ascensão, Vargas criou em fevereiro de 1931 o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio: “a ‘questão social’ não deveria ser mais considerada ‘um caso de polícia’; deveria agora ser ‘resolvida’ mediante concessões de parte da nova elite política, antes que as pressões de baixo pudessem forçar mudanças mais básicas” (SKIDMORE, 1982, p.33). Ou seja, para obter apoio para governar, Vargas assume o compromisso com algumas reivindicações das massas, mediante políticas que contemplaram a regulamentação da jornada em 8 horas, direito a férias⁸⁸ e descanso semanal, melhores condições de trabalho e previdência social.

Tais questões já estavam na pauta das organizações de trabalhadores desde o início do século XX e tinham sido objeto de propostas de deputados sem repercussões significativas. É com base em reivindicações não atendidas ou contempladas parcialmente e projetos de lei que tramitavam desde antes de 1930, que o governo revolucionário vai efetivar as políticas de interesse dos trabalhadores para garantir a modernização capitalista do Estado: “entre 1931 e 1934, portanto, é que efetivamente se introduz um conjunto de regulamentos atingindo diretamente o

⁸⁸ Segundo Fortes (2007), já em 1925, todos os trabalhadores urbanos brasileiros passaram a ter o direito a férias pela lei 4.982. Tratou-se de um benefício que antecedeu os outros, como, por exemplo, a jornada de oito horas à toda classe trabalhadora. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/ferias-para-que>. Acesso em: 03 jul. 2014.

processo de acumulação” (SANTOS, 1998, p.87). Importa observar que tais regulamentações aparecem antes no Brasil do que na França e nos Estados Unidos, sendo que nesse último somente 37% dos trabalhadores tinham direito a férias remuneradas em 1937 (RICHEZ; SATRUSS, 1995, p.504). No que diz respeito às leis trabalhistas, três eram os objetivos principais do governo Vargas:

(i) Evitar que os movimentos de trabalhadores se tornassem base de apoio para grupos de oposição que reivindicavam mudanças mais profundas na organização da sociedade; (ii) despolitizar as relações de trabalho, impedindo que as organizações de trabalhadores se legitimassem como instrumento de reivindicação; e (iii) fazer dos trabalhadores um ponto de apoio, ainda que passivo, do regime. Tais objetivos foram alcançados por meio de uma combinação de repressão à oposição e concessão aos movimentos de trabalhadores que apoiavam o regime. Em vez de mobilizar, o regime populista buscou cooptar seletivamente segmentos de trabalhadores em um processo de ‘inclusão controlada’ (MEDEIROS, 2001, p.11).

Isso pode ser verificado pela participação estratégica do Estado nos sindicatos. Pelo decreto 19.770, de março de 1931, a legislação sindical é modificada, sendo feita a diferenciação entre sindicatos de empregadores e de empregados. Além disso, o Ministério do Trabalho passa a ser a entidade governamental responsável para dar legitimidade à instituição sindical e, a partir de 1934, pelo decreto 29.692, tais entidades poderiam “lutar por seus interesses econômicos e demandar, entre outras coisas, **como órgão colaborador do poder público**, a regularização da jornada de trabalho” (SANTOS, 1998, p.88, grifo nosso). O governo traz para si o controle das organizações sindicais atrelando a autonomia dessas instituições aos seus interesses, o que pôde ser viabilizado no plano prático mediante a fidelidade dos trabalhadores e da população que mais dependia do Estado.

Ao efetivar uma política social para garantir os processos de acumulação exigidos pelo capital, o governo aproveita-se da falta de organização política dos movimentos operários e assimila suas questões emergenciais como se fossem do Estado, fato que viabiliza, por um lado, o apoio popular à ordem estabelecida e, por outro, desarticula os trabalhadores no sentido político mais amplo. Apesar de o populismo acatar pedidos dessa classe, tal forma de agir na política promoveu reformas muito diferentes das que poderiam ser ocasionadas com os movimentos

sociais. Vargas fez alianças, rompeu acordos e paulatinamente foi abrindo as possibilidades concretas para se manter no poder. Em 1932 passou a controlar a transmissão de rádio em forma de concessão, privilegiando grupos que apoiavam o governo; em 1935 consegue do Congresso Nacional a aprovação para decretar estado de sítio devido ao golpe de Estado promovido sem sucesso pelos comunistas e, a partir daí, passa a perseguir grupos contrários ao governo; e em 1937 institui o Estado Novo mediante um golpe, anulando as eleições de 1938.

Órgãos estatais são criados e/ou redimensionados para dar conta das políticas pensadas e concretizadas por uma rede de atores que reprimia qualquer manifestação de oposição mais acirrada na arena política do período pós-1937. Tratava-se de instituições que cuidavam da imagem do governo desde o início da década de 1930, como o Departamento Oficial de Publicidade (DOP), criado em julho de 1931 com o objetivo de organizar e controlar as informações. Até 1934 esse Departamento ficou sob o comando do jornalista Salles Filho, quando, em 10 de junho, foi reestruturado e passou a se chamar Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), agora sob a direção de Lourival Fontes, responsável pela organização do Departamento de Turismo da então prefeitura do Distrito Federal (GOULART, 1990).

Importa evidenciar que tal reestruturação é moldada tendo como referência órgãos estatais de controle popular estabelecidos pelos nazistas: segundo Konrad (2006, p.38) “um documento do Ministério do Reich de Esclarecimento Popular e Propaganda, criado em 1933, pelo governo do Chanceler Hitler, e confiado a Joseph Goebbels, serviu de informação e inspiração para a criação de um órgão similar no Brasil”. O Ministério da Propaganda alemão tinha a responsabilidade de evidenciar elementos que promoviam o sentimento nacionalista como a arte e a cultura, ao mesmo tempo em que atuava como órgão de censura. Uma das atribuições desse ministério era a de promover eventos como feiras e exposições, além de organizar movimentações festivas associadas a datas de importância nacional (KONRAD, 2006, p.38). Ao se considerar a atuação de Lourival Fontes no Departamento de Turismo do Distrito Federal à época e o fato de a agência alemã denominada “Força Nacional através da Alegria” ter sido criada sete meses antes da reestruturação do DOP (que

passa a se chamar DPDC), é possível supor que tal instituição também serviu como estímulo para a preparação de algo semelhante no Brasil.

Nessa época, os meios para a promoção da ideologia nacionalista eram variados: rádio, cinema, teatro, lazer em geral. A abrangência e eficácia de tais instrumentos dependem de órgãos estatais mais estruturados e, por isso, em 1938, o DPDC foi reconfigurado e passou a se chamar Departamento Nacional de Propaganda (DNP), abrangendo “[...] a imprensa, o rádio, o cinema e o turismo, [com o objetivo de] difundir informações em âmbito nacional e internacional” (GOULART, 1990, p.57). Sua Seção de Turismo foi reformulada em substituição ao órgão responsável pelo setor, alocado até então na Agência Nacional, instituição vinculada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Tal seção atuava realizando o receptivo de visitantes estrangeiros e distribuindo informativos turísticos de regiões brasileiras, enquanto que a sua Seção de Cinema, além de realizar a divulgação das principais notícias colocadas pelo governo, atuava na censura de filmes e promovia “reportagens e curta-metragens de caráter turístico” (GOULART, 1990, p.57). A crescente atuação do DNP na propaganda do governo e a ampliação da publicidade por meio da mídia escrita vão promover a efetivação de uma instituição mais consistente, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) com status de ministério.

Criado em dezembro de 1939, foi o resultado da fusão do DNP com o Serviço de Inquéritos Políticos e Sociais (SIPS). A seção de Turismo transforma-se em uma Divisão de Turismo (DT), a qual possui papel estratégico, pois a possibilidade ampliada de se conhecer o país era uma forma de fomentar o sentimento nacionalista, tal como na Alemanha e na Itália. A então política nacional de turismo centralizada na DT não contemplava somente a divulgação das atratividades nacionais, pois além de organizar e executar a propaganda do turismo internamente e no exterior, regulamentava e fomentava a atividade:

[Internamente, a DT deveria] dividir o Brasil em zonas turísticas, mantendo correspondência com delegações estaduais que fossem criadas; estimular o turismo interno e manter a publicação ilustrada; fixar diretrizes em matéria de Turismo, Termalismo e Climatismo a serem observadas nas administrações públicas e entidades que se dedicassem a esses campos, coordenando suas atividades [...]. A divisão também fomentava a construção de hotéis, a manutenção dos

existentes e contatava os governos dos Estados no sentido de se construírem novos hotéis em cidades de interesse turístico [...]. Outra prerrogativa da Divisão de Turismo era a organização de exposições [...] (GOULART, 1990, p.72,73)

As ações do DIP eram centralizadas, mas foram estendidas aos estados sob orientação do governo com a criação dos Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIP's) pelo Decreto-lei nº 2557 de setembro de 1940. Tratava-se de uma tentativa de ampliação das atividades do referido órgão por meio de uma descentralização vigiada, a qual se concretizava com os departamentos criados em parte considerável do território nacional. A Divisão de Turismo no Estado de São Paulo, por exemplo, contava com uma assistência técnica que “programava excursões ao interior e aos arredores de São Paulo para empregados da indústria, lavoura, comércio, imprensa e administração, dividindo com outras instituições o patrocínio desses eventos” (GOULART, 1990, p.81). A ditadura brasileira à época não pode ser assinalada como fascista, nazista ou militar, mas como um populismo progressista, ou seja, “[...] um fenômeno político e ideológico, presente com maior força na periferia do sistema capitalista, que se caracteriza pela expectativa de setores populares menos organizados por uma ação salvadora do Estado capitalista” (BOITO JÚNIOR, 2004). No contexto desse populismo, mesmo que tal estrutura governamental para o turismo não tenha contado com o aparato e a organização comparável a da instituição alemã que provavelmente lhe serviu de modelo, fica claro o seu uso para a promoção do nacional-desenvolvimentismo.

Com a renúncia de Vargas em outubro de 1945 e a eleição de Eurico Gaspar Dutra, os DEIP's foram substituídos pelos Departamentos Estaduais de Informação (DEI), os quais estavam subordinados às secretarias de governo dos Estados (GOULART, 1990). O DIP foi extinto antes mesmo da renúncia de Vargas, em maio de 1945, sendo que a Divisão de Turismo passou a funcionar vinculada ao novo Departamento Nacional de Informações, o qual estava ligado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Dutra assume em 1946 e fica no governo até 1950, período em que foi extinto o Departamento Nacional de Informações e a Divisão de Turismo. Mas outras instituições entram em cena: a articulação para a criação do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), Sesi (Serviço Social da Indústria), SENAC

(Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e do SESC (Serviço Social do Comércio) na década de 1940, foi uma forma de atender a interesses estratégicos que partiam de grupos empresariais e do governo, no sentido de capacitar e assistir aos trabalhadores da indústria e do comércio. O SENAI foi criado em 1942, sendo o resultado de “um processo em que o empresariado organizado discutiu com o governo a maneira de financiar e viabilizar a oferta de operários especializados ao mercado de trabalho” (REGO, 2002, p.15).

Quanto às questões relacionadas à assistência social, tanto o Sesi quanto o SESC (instituídos em 1946, como frutos de tal articulação) foram também entidades representativas dos interesses das classes dominantes, uma vez que ambos tinham “a missão de promover a ‘paz social’, isto é, de se contrapor ou atenuar a agitação sindical baseada na insatisfação do operariado com as condições de trabalho e com os salários recebidos” (REGO, 2002, p.15). Desde o início, essas instituições foram pensadas para fornecer estruturas voltadas à assistência, ao lazer e a promoção cultural, além de, no caso do SESC, incentivar o turismo social com serviços de hospedagem, alimentação e entretenimento aos trabalhadores e familiares ligados a empresas de bens, comércio e serviços. É concebido, portanto, para funcionar como braço auxiliar na neutralização das agitações mais vorazes em relação ao processo de acumulação do capital e exploração do trabalho e, por isso, a preocupação dos empresários e do governo com o pleno funcionamento de tais instituições que inicialmente tinham a prerrogativa de servir às classes menos abastadas e a assistência aos mais pobres.

Segundo Boito Júnior (2004), se considerado o caráter das políticas populistas do período Vargas, as quais absorveram os movimentos trabalhistas ou mesmo as organizações sindicais, e estiveram atreladas aos anseios de reprodução do capital mediante trocas salariais resguardadas e/ou reguladas pelo Estado nos períodos posteriores, o Brasil teria experimentado somente um “arremedo do estado de bem estar social”, diferentemente do que ocorreu em países mais industrializados e de economia capitalista avançada, como os Estados Unidos e a França. Mas, se o *Welfare State* foi configurado de acordo com as estruturas democráticas e econômicas de cada país, em linhas gerais caracterizou-se pela atuação do Estado na prestação

de serviços essenciais (educação, saúde, lazer, segurança), na concessão de garantias e regularidade empregatícia e, também, fornecendo infra-estrutura para fomentar a produção e o consumo, além de prover bens essenciais ao capital monopolista. Tal acordo entre capital e trabalho deu abertura ao crédito pessoal como forma de disseminar o estilo de vida estadunidense como algo ideal, promovendo o consumo de bens duráveis e gerando inflação, sendo que essa “tornou-se um instrumento mediante o qual [...] os monopólios succionaram recursos do conjunto da sociedade e garantiram a elevação dos preços das mercadorias que produziam” (NETTO, BRAZ, 2008, p.201).

Foi característica também do curto período chamado de “trinta anos dourados” do capitalismo a extensão das atividades remuneradas pela prestação de serviços, incluindo as financeiras, securitárias (muitas vezes associadas à venda de produtos), publicitárias, turísticas e educacionais, exercidas por um contingente de pessoas bastante diversificado, desde trabalhadores sem nenhuma instrução até os altamente qualificados, dependendo do ramo e segmento de atuação. As medidas adotadas tiveram vigência durante curto espaço de tempo, sendo que o período de crise que ameaça o capital em meados da década de 1970 irá solapar as alianças firmadas e garantidas até então pelo Estado: a diminuição da taxa de lucros diante da irracionalidade estrutural da produção capitalista, bem como a redução do crescimento econômico, impossível de ser mantido tal como nos anos anteriores, fez com que os representantes do capital se lançassem num movimento de ataque ao sindicalismo e ao *Welfare State* nos poucos países em que ele se fez, comprometendo ou fragilizando as conquistas da classe trabalhadora duramente adquiridas desde os processos iniciais de industrialização. Isso ocorreu, pois, conforme explica Mészáros (2006, p.26), a intervenção estatal no que se refere ao bem estar social é sempre “conjuntural” e constitui-se como uma alternativa restrita àqueles períodos de “parada e avanço do capital”, uma vez que nos momentos de retrocesso em que os processos de acumulação são comprometidos, tais mecanismos são questionados e desarticulados, questão essa que será pormenorizada no capítulo acerca do Estado.

O fato é que os progressos advindos da luta de classes e que propiciavam certo resguardo aos trabalhadores, se foram assimilados ou estrategicamente

regulados pelo capital durante os períodos das altas taxas de lucros observadas nos “anos dourados”, passam a se constituir como barreiras diante da conjuntura econômica recessiva em escala mundial: “num certo sentido, a crise foi causada pela inflexibilidade dos arranjos institucionais existentes [sendo que], a chave para se quebrar esta inflexibilidade [era] a remoção da base da resistência trabalhista” (CLARKE, 1991, p.148). A reestruturação dos circuitos produtivos levada a cabo pelo capital é de rompimento com o esquema fordista-taylorista, a partir da adoção de práticas mais descompromissadas com os produtores diretos e com as realidades que lhes servem de suporte, a qual Harvey (1992, p.140) chamou de um novo processo de “acumulação flexível” e que passa a regular a dinâmica de produção-distribuição-troca-consumo desde então. O Estado de bem estar social já havia absorvido a classe trabalhadora em um mero jogo de acordos relacionados ao aumento dos salários e de certas garantias mediante o incremento da produtividade, em um ambiente que arrefeceu, de forma pacífica ou bruta⁸⁹, os movimentos questionadores do capital e do capitalismo e, agora, caberia prosseguir com políticas liberais (chamadas de neoliberais) via uma forte atuação do Estado na liberalização ou rompimento da rigidez que dificultasse a livre expansão do capital.

As características centrais dessa “acumulação flexível” (HARVEY, 1992) são: 1) a negociação sempre restritiva com os movimentos sindicais e a tentativa de desmantelamento de tais organizações com o desenvolvimento e propagação da ideologia do empreendedorismo e da competitividade intra-muros, ligada a fortes investimentos em tecnologias de ponta como forma de sempre avançar no propósito de substituição do trabalhador; 2) o consequente aniquilamento daquele trabalho que oferecia certas garantias, ou seja, “a erosão do trabalho contratado e regulamentado [que] era dominante no século XX, e sua substituição pelas diversas formas de trabalho atípico, precarizado e ‘voluntário’” (ANTUNES, 2013, p.20), aos quais estão associadas as contratações temporárias e por serviços específicos; 3) a facilidade para a desterritorialização da produção e geração de empregos em países ou regiões com

⁸⁹ Ianni (2004, p.238) descreve a geopolítica de dominação estadunidense que consiste na preparação para os investimentos de corporações em território mundial com altas taxas de lucros a partir de uma “[...] vasta e lucrativa ‘indústria do anticomunismo’, começando por vigiar, perseguir e colocar fora da lei partidos políticos, organizações e lideranças que pudessem ser identificados com o socialismo ou o comunismo, a revolução nacional ou a revolução social; ou seja, toda e qualquer proposta ou realização de experiência social alternativa, diferente do capitalismo neoliberal”.

menos intransigência sindical e populações pobres; 4) a expansão dos investimentos em capitais não produtivos (financeiros); 5) a tendência de diminuição ou estagnação de postos de trabalho no setor industrial com o aumento expressivo no de serviços⁹⁰, uma vez que tal setor conforma uma diversidade de pequenos e médios empreendimentos que recorrem “a força de trabalho amplamente não sindicalizada [e criam] novos setores de baixa remuneração, [sendo que as pessoas aí empregadas geralmente são] mais exploradas e oprimidas do que as empregadas nos setores mecanizados da produção” (BRAVERMAN, 1980, p.240); 6) a exigência e o fomento da qualificação do trabalhador (geralmente pelo Estado ou com seus subsídios) para que se atenda as demandas dos ramos empresariais mais tecnológicos e, ao mesmo tempo, a liberdade ampliada para a substituição dos funcionários que por ventura não se adéquam à lógica da empresa naqueles setores onde a qualificação técnica não é pré-requisito operacional. Conforme será verificado nos capítulos posteriores, a integração passiva a esse processo diante da destruição ou desarticulação do papel organizativo-combativo dos sindicatos promove a fusão do tempo de trabalho com o tempo liberado por meios tecnológicos e/ou técnicas de gestão. Assim, não é por outro motivo que Siqueira (2011, p.52) nos lembra que os trabalhadores do início do século XXI podem ser comparados aos proletários dos séculos XIX e XX no que se refere ao tempo dedicado ao trabalho. As diferenças entre a acumulação fordista e a toyotista ou flexível podem ser assim sintetizadas, bem como as consequências desse processo:

A degradação típica do taylorismo-fordismo, que vigorou ao longo de quase todo o século XX, teve (e ainda tem) um desenho mais acentuadamente ‘despótico’, embora mais ‘regulamentado’ e ‘contratualista’. O trabalho tinha uma conformação mais coisificada e reificada, mais maquinal; em contrapartida, era provido de direitos e regulamentação, ao menos para os polos mais qualificados. A segunda forma de degradação do trabalho típica da empresa da ‘flexibilidade toyotizada’ é aparentemente ‘participativa’, mas os traços de reificação são ainda mais interiorizados (com seus mecanismos de ‘envolvimento’, ‘parceria’, ‘colaboração’ e ‘individualização’, ‘metas’ e

⁹⁰ Referindo-se aos Investimentos Externos Diretos (IED), Chesnais (1996, p.185) aponta que “em 1970, o IED no setor terciário representava 25% do IED total nos países capitalistas avançados. Em 1980, essa parcela atingia 37,7% e, em 1990, superava a metade do total, com 50,1%”. Em 2010, o IED mundial no setor terciário chegou a 67% ao passo que no primário foi de 7,4% e no secundário de 25,6%. Disponível em: <http://www.sobeet.org.br/boletim/boletim90.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2014.

'competências'). Ela é responsável pela desconstrução monumental dos direitos sociais do trabalho [...] (ANTUNES, 2013, p.21, grifo nosso).

O fato a ser destacado é que antes da Segunda Guerra Mundial foram estabelecidas condições por movimentos trabalhistas em seus diversos embates com as classes dominantes que acabaram criando campo para certas garantias no emprego, uma significativa atuação do Estado para resguardar as alianças firmadas e, portanto, a solidificação, por um curto espaço de tempo, de um turismo social, principalmente naqueles países que adotaram ou tiveram possibilidades de promover políticas de bem estar social no pós-guerra. Os casos verificados na Itália e na Alemanha nos momentos que antecederam a guerra poderiam ser enquadrados nessa concepção se desconsiderados os mecanismos de censura e de regulação do que se podia fazer no tempo liberado, abarcando desde as peças teatrais até os afazeres nas excursões que estavam sob vigilância de órgãos policiais – tratava-se de um “turismo social” como um regulador imposto e opressivo, conforme apontado. Por isso, conforme relatam Richez e Strauss (1995, p.536), “dans les démocraties occidentales, à la fin des années trente, l'exemple nazi fascinait les spécialistes des loisirs, qui ignoraient sans doute la face policière du système”⁹¹. No caso do Brasil, com Getúlio Vargas, houve uma tentativa nesse sentido, mas com resultados que não podem ser comparados aos dos países citados.

Após a Segunda Guerra e antes mesmo de ingressarmos nos anos 80, período em que foi registrada a expansão do turismo das classes populares com a utilização dos clubes de férias, como é o caso da França, ou mesmo as instalações menos numerosas e comparativamente mais modestas no Brasil como aquelas ligadas ao SESC e ao Camping Clube do Brasil, verifica-se a absorção dessas práticas pelo mercado e, ao mesmo tempo, a anulação ou a diminuição de certas atividades (como o campismo) com a ascensão e expansão dos negócios imobiliários. Mesmo nos países de economia capitalista mais desenvolvida, esse processo fica explícito na década de 1990 e se acentua com o passar dos anos. De acordo com Berodias

⁹¹ “Nas democracias ocidentais, no final dos anos trinta, o exemplo nazista fascinava os especialistas dos lazeres que ignoravam sem dúvida a face policialesca do sistema”.

(2013)⁹², “avec [...] les fermetures de plus en plus nombreuses de centre de vacances à caractère social font qu’aujourd’hui le tourisme social en France va très mal”⁹³.

Especificamente no Brasil, estruturas como as do SESC são geridas não mais como clubes postos estrategicamente para amenizar a luta de classes e fornecer subsídios para o turismo social dos trabalhadores filiados e que não teriam condições de acessar alojamentos mais sofisticados e caros, mas estão firmadas na lógica da competitividade que se acentua perante investimentos de capital nacional e internacional em centros de lazer e hospedagem, tais como os os chamados *resorts*. Esses empreendimentos não foram inventados, mas, de forma contraditória, surgiram espelhados naqueles centros de férias populares compostos por barracas, locais de restauração e entretenimento sustentados por iniciativas religiosas, de partidos políticos, associações de classe e entidades laicas, sendo que, já em meados da década de 1930 na Inglaterra e de 1950 na França, tais centros de atividades populares começam a ser reconfigurados para o puro desfrute do lazer pago e descompromissado de qualquer conteúdo ideológico, a não ser o do consumo. Por isso, Réau (2011, p.20) evidencia que na França “les pratiques populaires du tourisme social des années 1970 sont à rapprocher de celles qui ont lieu dans les clubs de vacances marchands comme le Club Méditerranée”⁹⁴.

Desarticulam-se os meios para o turismo social no momento em que as atividades e os espaços antes desenvolvidos para esse fim são captados por uma lógica empresarial, onde a gestão para a produção e valorização de valor e não mais para o bem estar ou mesmo para o controle popular direto assume o comando das iniciativas e passa a regulá-las. Tais processos estão diretamente relacionados ao prolongamento do que Lefebvre chama de “tecido urbano”, somente exequível nesse momento da sociedade a partir de relações sociais capitalistas: *se em tempos passados o preenchimento do tempo livre duramente e vagorosamente conquistado era regulado e até poderia ser aproveitado segundo preceitos das diferentes classes*

⁹² BERODIAS, Sylvie. Les saisonniers et le rôle de l'Etat dans le tourisme. Paris. 09 dez. 2012. Entrevista concedida a Rodrigo Meira Martoni.

⁹³ “Com os fechamentos cada vez mais frequentes de centros de férias de caráter popular, hoje o turismo social na França vai muito mal”.

⁹⁴ “As práticas populares de turismo social dos anos 1970 são semelhantes àquelas realizadas nos clubes de férias comerciais como o Club Méditerranée”.

sociais, com a ascensão do capital e de um mercado que tende a se universalizar em todos os espaços, a ocupação das horas livres está a seu cargo. Por isso, Braverman (1980, p.237) evidencia o seu caráter “empreendedor”: “mesmo onde é feito o esforço por um setor da população para ir em busca da natureza, do esporte, da arte através da atividade pessoal e amadorista ou de inovação ‘marginal’, essas atividades são rapidamente incorporadas ao mercado”.

Assim, enfatiza-se: para um espaço se tornar turístico ou para que a incorporação relatada por Braverman se concretize são necessárias iniciativas e investimentos aos quais estão vinculados especificidades laborativas, sendo que essas podem se estender e transformar o conjunto das relações socioespaciais. Apreender as configurações de essência desse processo, o qual Lefebvre (2008, p.51) chama de “esquema do tempo e do espaço” requer conhecer *como* ele se efetiva. Para isso, deve-se recorrer às categorias do objeto (turismo) em sua dinâmica atual e em seu poder de penetração potencial e real. Como instâncias constitutivas entrelaçadas e que têm como pressuposto de marcha a forma social capitalista em sua configuração pós-Estado de bem estar social, elas podem compor, se devidamente tratadas, uma ontologia do espaço turístico, a qual, por sua vez, é essencial para responder a questão apresentada inicialmente, qual seja: de que forma o turismo se efetiva como um controlador social? Porém, antes de se recorrer às categorias, é preciso realizar um adendo...

2.4. OBSERVAÇÕES QUANTO AO “SABER” DOMINANTE NO TURISMO

Para fins de delimitação, caracterização e estatística, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) considera quase todas as Atividades Características do Turismo (ACT's) do conjunto instituído pela Organização Mundial do Turismo (OMT)⁹⁵. As ACT's estão atualmente divididas em oito grupos: agências de viagem (incluindo venda e elaboração - operadoras); alojamento (hotéis e similares); alimentação

⁹⁵ Segundo o IPEA (2013), a impossibilidade de obtenção de dados precisos e confiáveis fez com que fossem desconsideradas algumas poucas atividades elencadas pela OMT, tais como o emprego em instituições públicas e os serviços relacionados ao tempo de estadia em residências de temporada.

(restaurantes, serviços ambulantes); cultura e lazer (atividades de entretenimento, recreação, espetáculos e similares); transporte terrestre (rodoviário de taxi, trens turísticos, entre outros), transporte aéreo (regular, taxi aéreo); transporte aquaviário (marítimo de cabotagem, de longo curso, entre outros); e aluguel de transportes (de automóvel sem condutor) (IPEA, 2013, p.07)⁹⁶. Todos os oito grupos foram especificados e subdivididos de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)⁹⁷, a qual identifica e detalha cada uma dessas atividades.

Ao se considerar as projeções de crescimento das ACT's em países e regiões que não passam por conflitos bélicos e que contam com a atuação estatal e empresarial no sentido de fomentar os fluxos turísticos e os investimentos diretos e/ou indiretos geradores de empregos e rendas, têm-se, no conjunto, o que se pode chamar de “saber” dominante no turismo. Faremos menção a esse “saber” a partir do que Lefebvre relata em relação à realidade urbana: conforme o pesquisador demonstra, existe um hiato formado por estudos e propostas que, ao invés de se embasarem nos aspectos prático-reais e ascenderem “ao nível dos conceitos e, mais precisamente, ao nível epistemológico” (LEFEBVRE, 1999, p.17), substituem o conhecimento científico (que somente pode avançar a partir dos diferentes embates epistemológicos) por “um caráter institucional e ideológico”. Tendo em vista que “o conhecimento sempre passe pela epistemologia, o urbanismo contemporâneo parece distante disso” (LEFEBVRE, 1999, p.17). Ao tratar do conhecimento advindo da ciência, sabe-se que Lefebvre faz referência, sobretudo, à investigação preocupada com a dinâmica do real e, portanto, ao método que teria condições de caracterizar o urbano para além de suas balizas aparentes, rompendo com as fronteiras estabelecidas entre as ciências parcelares e, por extensão, com a fragmentação que desconecta os fatos, ou conjunto de fatos, da forma de produção material e imaterial da vida social.

Tal hiato seria um dessaber? É possível dizer que se trata de um desconhecimento promovido e, portanto, estratégico em relação à obliteração de

⁹⁶ Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

⁹⁷ Por exemplo, a seção I, divisão 55 da tabela CNAE 2.0, refere-se a atividade de alojamento, a qual contém o grupo 559 com subclasses que especificam atividades similares a essa divisão, como a 5590-6/01 que refere-se aos albergues. O mesmo ocorre com outras divisões, como a 56 referente a alimentação; a 93 que detalha em subclasses as atividades esportivas, de recreação, lazer e assim por diante. Disponível em: <<http://www.cnae.ibge.gov.br/>>. Acesso em 15 out. 2013.

procedimentos do “método cientificamente correto” (MARX, 2011, p.54) para a apreensão do real, pois, também no caso mencionado por Lefebvre, isso tem um sentido: a manutenção e o aprofundamento da mercantilização das coisas e das relações humanas, defendido como único projeto possível de “inclusão” dos indivíduos ante um entendimento de sociedade como formação natural somente passível de ajustes e reformas, mas nunca de rupturas. O urbanismo, nesses termos, é “parte fundamental das tentativas de estender ao conjunto das atividades sociais os pressupostos, intencionalidades, representações que governam a divisão manufatureira do trabalho, com suas ordens e coações” (MARTINS, 1999, p.09)⁹⁸.

E os estudos no campo do turismo? Se muitas das averiguações referentes ao urbano padecem pelas inversões e/ou meras descrições com vistas à funcionalidade do habitar, circular, trabalhar e se recrear segundo projeções e práticas que devem atender antes de tudo a valorização do valor (ou deixam todos os caminhos livres para isso), é possível afirmar que, no tocante ao turismo, depara-se com uma situação parecida: parte expressiva dos estudos apresentados e as proposições discutidas e aplicadas não têm qualquer referencial ontológico e, do ponto de vista epistemológico, conformam uma teoria descritiva e/ou de caráter altamente subjetivo. Não podendo deixar de partir de referenciais empíricos ou de questões realmente existentes, tais procedimentos ou ficam circunscritos às formas fenomênicas ou estabelecem como embasamento do pretenso decurso analítico o ambiente da lógica-mental-ideal.

Fazendo alusão ao “saber” voltado à operacionalidade e, portanto, com viés tecnicista posto para levar a cabo empreendimentos desde que viáveis economicamente, seus representantes-propositores não passam de produtos do sistema capitalista, “não porque foram selecionados por ele, mas sobretudo porque nunca aprenderam nada além disso” (DEBORD, 1997, p.148). Entidades privadas com finalidade pública para o empreendedorismo e que não deixam de funcionar como reguladores sociais para o capital servem como exemplo, assim como os cursos técnicos e universitários coordenados por certos especialistas focados na gestão sem contestação fazem parte desse seleto grupo confirmativo do mercado turístico orientado à acumulação para a competitividade.

⁹⁸ No prefácio da obra “A revolução urbana”, de Henri Lefebvre.

Paralelamente posicionam-se os pensadores que, de tanto se comprometerem com as “leis da razão [...] ficaram isolados dentro de seus próprios sistemas fechados, tão divorciados da realidade prática quanto um psicótico” (EAGLETON, 1997, p.71). Não raras vezes, o primeiro conjunto de especialistas se embasam nesses últimos ou mesmo em algumas de suas frases feitas, muito embora alguns desses possam questionar os primeiros ao condenarem certas práticas sem chegarem a proposições que sejam combativas para além de um plano ideal estabelecido: são as chamadas revoluções que ficam circunscritas ao plano das ideias. Ouriques (2005, p.69-88 passim) faz um enquadramento da “produção científica em turismo” envolvendo esse conjunto de “saberes”, os quais se deslocam entre o positivismo acrítico e o idealismo, situando autores no viés liberal, do planejamento estatal e do pós-modernismo⁹⁹.

Nosso propósito nesse adendo é evidenciar que a lógica empresarial-produtiva-competitiva própria a um modo de produção que tem a mercadoria como fim em si é resguardada e disseminada de forma direta e/ou indireta, explícita e/ou implícita por um eixo-norteador que é dominante no turismo, sendo que outros detalhamentos acerca de suas “contribuições” socioespaciais serão tratados no capítulo a respeito da ideologia. Essa exposição inicial condiz simplesmente com um princípio de desmistificação daquilo que alguns estudiosos propõem acerca dos espaços turistificados ou de como as atividades poderiam ser planificadas com vistas a uma pretensa harmonização.

Quanto a isso, deve-se salientar que não são poucas as proposições e concretizações voltadas à otimização e operacionalidade das formas e seus encantos. A título de exemplificação e referencial para a posterior análise crítica, é possível citar

⁹⁹ É digno de nota que a corrente liberal confunde-se com a do planejamento estatal, como, por exemplo, a menção de Ouriques a Doris Ruschmann. Tal pesquisadora defende que a sustentabilidade do turismo é possível mediante o ordenamento estatal, a instituição de taxas de visitação e desde que todos os envolvidos no setor estejam dedicados ao aumento regulado dos fluxos, ou seja, a expansão “sustentável para o mercado”. Conforme coloca Ouriques (2005, p.74), para ela, “tudo se resume a uma questão especificamente monetária”. Em relação a “corrente pós-moderna”, Ouriques (2007, p.78) aponta que dentre as suas características centrais, o uso de teorias desconexas e a defesa da possibilidade em se ajustar os capitais utilizados no turismo a partir do conhecimento e do planejamento territorial, são as mais emblemáticas. Tanto uma como outra desconsidera as relações sociais formatadas ou modificadas a partir das configurações da base produtiva. Como exemplo dessa linha, o autor cita Luiz Gonzaga Godoi Trigo, o qual defende a qualidade total a partir do indivíduo-compromissado com um mundo cada vez mais globalizado e conectado, sendo indiferente ou pouco importante a organização política ou coletiva em um campo de atuação (o turismo) que pode ser otimizado pela atuação desse tipo de sujeito. Ouriques (2007, p.83) adverte que Trigo preocupa-se com uma “filosofia do turismo”, não enquanto saber, mas como algo posto para se “vender bem e corretamente”. Na exposição que faz, Ouriques não deixa de mencionar os autores da corrente crítica, como Arlete Moysés Rodrigues e Maria Teresa Luchiari, a qual deve-se acrescentar João dos Santos Filho.

as Normas de Quito, pois as mesmas buscam integrar a preservação histórica e cultural aos benefícios econômicos independentemente da sociedade de classes. Estabelecidas na ocasião da reunião sobre conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse histórico e artístico em 1967, defendem que “os monumentos de interesse arqueológico, histórico e artístico constituem também recursos econômicos, da mesma forma que as riquezas naturais do país” (IPHAN, 2000, p.109)¹⁰⁰. Ainda segundo essas normas, “a afluência turística determinada pela revalorização adequada de um monumento assegura a rápida recuperação do capital investido nesse fim [...]” (IPHAN, 2000, p.115), sendo que o foco em um atributo socioespacial e o aumento da demanda por conta de sua (re)significação podem acarretar a estruturação de localidades-sedes, incluindo obras diversas de infra-estrutura (acessos, saneamento) e de estruturação turística (meios de hospedagem, serviços de alimentação, receptivos especializados).

Tendo em vista que essa produção requer sempre o consumo e vice-versa, ao mesmo tempo em que tais processos dependem da circulação corporificada pela distribuição e pela troca, o desenvolvimento do turismo tem como base o trabalho social estabelecido de modo a sustentar e/ou fomentar as demandas, sendo que, tal como esperam os investidores e o Estado, a circulação precisa ser fomentada pela interação cada vez mais rápida entre os polos produção-consumo. O fato é que há uma diversidade de agentes estatais e privados ocupados com a inserção do patrimônio histórico, cultural e natural como recurso turístico, sendo o planejamento tido como instrumento de formação e aprimoramento dos circuitos, incluindo tanto as atividades características do turismo como as complementares. Seguindo os preceitos do Estado capitalista-desenvolvimentista, o turismo inscreveria os elementos patrimoniais como recursos econômicos e, a partir de uma planificação com vistas à sua preservação e conservação¹⁰¹, garantiria o retorno dos investimentos despendidos via comercialização. Tal modelo faz com que as Normas de Quito compreendam que parte considerável do patrimônio europeu tem a sua permanência e valorização vinculada ao turismo e, também, que a “[...] restauração e habilitação [...] devem ser

¹⁰⁰ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Cartas Patrimoniais.

¹⁰¹ Preservação compreendida como utilidade do bem somente com a manutenção das funções originais; enquanto a conservação associa manutenção e novos usos.

feitos simultaneamente aos que reclama (sic) o equipamento turístico e, mais propriamente, integrar-se num só plano econômico de desenvolvimento regional” (IPHAN, 2000, p.113).

Em relação aos processos de turistificação, nem sempre projetados ou planejados a contento pelo Estado, entram os propositores de ações para um possível estado de estabilidade, os quais precisam ser situados do ponto de vista epistemológico. Trata-se do “saber dominante no turismo”. Citaremos aqui Beni (2003a, 2003b), Molina e Rodriguez (2001) e Krippendorf (2000). De uma forma geral, para esses autores, a prática de um turismo regulado e também diferenciado daquele considerado massificado seria um desafio a ser superado pelo planejamento. Beni (2003a, p.36), por exemplo, aponta que as formas divergentes do turismo tradicional (roteiros pré-estabelecidos conhecidos por “pacotes”, entre outros), se constituem como uma tendência e princípio racionalizador de outros processos, nos quais os turistas adquirem os produtos e serviços não de operadoras internacionais, mas de “pequenas firmas locais”, gerando ocupações para os residentes. Sua proposição de uma espécie de localismo como forma de regulação desconsidera as especificidades dos espaços que podem servir ou não à expansão do capital e, tal como coloca Lefebvre (1999, p.13), “numa extrema confusão, esquece-se ou se coloca entre parênteses as relações sociais (as relações de produção) [...]”.

Nessa confusão, envolvendo outras e novas possibilidades de produção a partir de realidades como se elas fossem movimentadas por uma “cultura”, e não por suas particularidades socioprodutivas que incluem a cultura, Beni aponta que a conformação do que ele chama de “clusters”¹⁰² poderia maximizar os benefícios para os agentes envolvidos no turismo em diferentes escalas ao integrarem serviços diferenciados do ponto de vista qualitativo. Assim, tais “clusters” seriam os elementos competitivos do turismo em um país ou entre países, fortalecendo “[...] o papel das regiões como também o de espaços localizados” (BENI, 2003b, p.155). Para o refinamento ou a otimização desses agregados de serviços ou do turismo em si, o autor sugere invocar o que ele chama de “Sistur”, ou seja, um sistema estabelecido

¹⁰² Compreendido como ‘conjunto’ ou ‘aglomerado’ de atratividades turísticas e uma estrutura de serviços a ela correspondentes em um espaço geográfico delimitado, o qual irá caracterizar o que é ofertado em termos de turismo em um dado país.

para, em termos gerais, buscar a composição ou o ajuste de uma dada realidade. A análise sistêmica empreendida por Beni é conformada por conjuntos organizacionais e ações operacionais, bem como por “subsistemas” de ordem cultural, econômica, social e ecológica.

Beni (2003b, p.62) entende e expõe o capitalismo como “subsistema econômico” ou elemento a ser considerado na dinâmica do “Sistur” e assim o faz pelo viés da economia como matéria ou ciência especializada em elementos da circulação e da distribuição, desprezando a dinâmica central da ordem social: a produção e a teoria do valor-trabalho, advinda da economia política clássica (com Adam Smith e David Ricardo) e explicada no período capitalista como um momento de sociabilidades e espacialidades pela crítica da economia política, com Marx à frente. É possível afirmar, então, que Beni apoia-se na Economia Neoclassica¹⁰³, enfatizando a ideia de fatores de produção ao invés da luta de classes entre produtores-diretos e proprietários dos meios produtivos, mostrando-se como um agente preocupado com o resguardo da racionalidade econômica vigente. Assim, a concepção que possui do turismo é a seguinte:

[tal setor] provoca o desenvolvimento intersetorial, em função do efeito multiplicador do investimento e dos fortes crescimentos (sic) da demanda interna e receptiva. É atividade excelente para a obtenção de melhores resultados no desenvolvimento e planejamento regional ou territorial. Por efeito do aumento da oferta turística (alojamentos, estabelecimentos de alimentação, indústrias complementares e outros), eleva a demanda de emprego, repercutindo na diminuição da mão-de-obra subutilizada ou desempregada [...]. Na estrutura turística deve estar prevista a necessidade de formar continuamente pessoal capacitado, que possa devotar-se à tarefa de oferecer um setor econômico perfeitamente dirigido e atendido por conhecedores do fenômeno. De outra forma, a atividade ver-se-ia seriamente prejudicada pela incompetência e improvisação (BENI, 2003b, p.65-66 passim).

¹⁰³ Especificamente a economia neoclássica-marginalista refuta a teoria do valor-trabalho e defende a teoria do valor-utilidade. Não cabe aqui um enfoque pormenorizado a respeito do assunto, mas somente uma menção à sua fragilidade e superficialidade teórica ao contemplar as preferências individuais como determinantes da geração de valores, desconsiderando que se trata somente de um efeito em relação ao preço ou ao valor de troca, o qual, conforme será analisado é somente uma forma de manifestação do valor. Como teoria de resguardo da ordem burguesa, ela defende não a interação combativa entre classes sociais, mas simples fatores de produção que interagem para um fim: o trabalhador seria um fator e o empresário outro.

Beni projeta-se no final da década de 1990 com a publicação do livro “Análise estrutural do turismo”, o qual foi considerado à época (e ainda hoje)¹⁰⁴ como referência basilar de estudo a outros conservadores e àqueles que desprezavam, desprezam ou mesmo não conhecem outras epistemologias, bem como a finalidade real de sua abordagem, o que corresponde, essencialmente, a um desconhecimento de método. Verifica-se nesse autor um misto acerca da concepção do planejamento-sistêmico: por um lado, seu sistema-mental-ideal considerado “aberto”, converte-se em ponto de partida ou ente essencial para “o processo de controle [do Sistur], feito através do subsistema da superestrutura, que, na realidade e em essência, constitui o instrumento de administração do sistema global” (BENI, 2003b, p.47). Convém esclarecer que Beni aponta a superestrutura como uma “complexa organização tanto pública quanto privada que permite **harmonizar** a produção e a venda de diferentes serviços do Sistur” (BENI, 2003b, p.47, grifo nosso), sendo que tal deformação do termo ou a ênfase ao Estado não pode ser confundida com a formulação marxiana¹⁰⁵. Por outro lado e, ao mesmo tempo, o Sistur é detalhado de forma a atender a sustentabilidade do capital, se apresentando, portanto, como um mecanismo para o planejamento “diminuto” nos dizeres de Mészáros (2007, p.237). Não é por outro motivo que Ouriques adverte que as pesquisas desenvolvidas por Beni têm o propósito de atender aos “interesses empresariais”, sendo que a publicação citada, não é outra coisa senão “um volumoso manual para empreendedores” (OURIQUES, 2005, p.72).

Pode-se dizer que Molina e Rodriguez (2001) fazem uma contextualização em relação ao turismo de forma diferenciada de Beni, reconhecendo as relações de dependência que foram historicamente estabelecidas em países da América Latina frente aos ditames de países de economia capitalista avançada, como os Estados Unidos. É possível verificar nesses autores certa noção em relação à acumulação por espoliação, a qual será tratada adiante, mas, tal como em Beni, o ponto de partida

¹⁰⁴ No site de vendas de uma das maiores livrarias brasileiras, há a seguinte referência a essa obra: “Neste livro está apresentado o que há de mais atual no pensamento e na prática do turismo. Nele se concentra a vasta experiência de um especialista que é pesquisador, político, administrador, incansável viajante e ativo participante de congressos no mundo inteiro. É obra indicada como leitura indispensável para os cursos superiores de Turismo e para Exame Nacional de Cursos (Provão) pela Secretaria de Educação Superior - SESu/MEC/1999, Comissão de Especialistas da área de Administração/Hotelaria/Turismo”.

¹⁰⁵ Conforme verificado, a superestrutura é composta por categorias que estão atreladas dialeticamente à base econômica e, por isso, ao mesmo tempo em que são por ela dinamizadas, retroagem e a movimentam. O Estado é somente um ente constitutivo, junto da educação, da política, da filosofia.

sócio-histórico e espacial é substituído pelas conexões de uma lógica. Molina e Rodriguez apontam que o planejamento elaborado sob bases técnicas fundamentadas pode acarretar melhor fluidez ao turismo sendo que, para eles, o problema seria o enfoque econômico abarcado pelas planificações, o qual, uma vez superado por proposições que deem mais relevância às culturas locais, propiciaria a diminuição de desigualdades ao se estender a aspectos sociais, históricos e de participação política: “[...] Quando o turismo é planejado a partir de uma perspectiva reducionista como, por exemplo, a partir dos aspectos econômicos [...], cria desequilíbrios evidentes nas demais dimensões de uma sociedade [...]” (MOLINA, RODRIGUEZ, 2001, p.10).

A base socioprodutiva com a sua hierarquização posta para a reprodução do capital não é reconhecida e considerada, sendo a economia capitalista tratada como algo que pode contemplar o equilíbrio desde que promova a “mobilidade social”. Para Molina e Rodriguez (2001, p.29), “o desenvolvimento econômico é uma subestratégia de evolução junto ao desenvolvimento social” [...], o que demonstra um desconhecimento no campo da economia política e, assim, da dinâmica de produção e reprodução do capital, bem como dos aspectos socioculturais a ela atrelados. Krippendorf (2000) aproxima-se de Molina e Rodriguez no que se refere a uma noção dos problemas provenientes da sociedade posta para o consumo exacerbado e os desdobramentos concretizados a partir daí. Mas, ao se restringir a receitas de como os sujeitos poderiam se organizar e promover um turismo responsável a partir das proposições de “populações locais [que] vêm se esforçando para, pouco a pouco, ter de volta a soberania no que se refere às decisões importantes [...]” (KRIPPENDORF, 2000, p.101), fica ainda mais estrito à concepção dos autores anteriormente citados. Há em sua concepção um desdém em relação ao feitio dos processos que conformam o capital envolvendo realidades que são chamativas aos seus anseios reprodutivos. Se não é correto equipar Krippendorf a autores com enfoque liberal e conservador, como Beni, verifica-se que a sua contestação está acorrentada à cultura de um sistema. Por isso, faz os seguintes sugestionamentos:

O objetivo principal a longo prazo deve ser o restabelecimento da harmonia do sistema. Mas a harmonia só pode se instalar numa situação de equilíbrio, em que a sociedade, a economia, o meio

ambiente e o Estado se complementem da melhor forma possível; onde a economia volte a se inserir nas relações sociais, e não o inverso, onde ela se coloque, pois, a serviço do homem e da sociedade [...]; onde o Estado, enfim, seja o criador das condições gerais indispensáveis ao nascimento de uma nova harmonia. Todos esses objetivos só podem ser atingidos se conseguirmos refrear e, a seguir, inverter as tendências do desenvolvimento [...] (KRIPPENDORF, 2000, p.33).

É como se a história pudesse retroagir, parar ou ser movida de acordo com a somatória de pores teleológicos individuais que, alinhados e auto-sustentados por uma força subjetiva maior (o Estado democrático) harmonizaria o “sistema”. Tal entendimento, por tratar em separado categorias como Estado, trabalho, economia, ideologia de um todo social por ele desconsiderado, se manifesta como desprezo pelo fato concreto de que “o processo da história é causal [e] não teleológico, é múltiplo [e] nunca unilateral [ou] simplesmente retilíneo, mas sempre uma tendência evolutiva desencadeada por interações e inter-relações reais de complexos sempre ativos” (LUKÁCS, 2010, p.70). Em outras palavras: para Krippendorf o ser individual e não o ser social é que deve ser considerado, sendo que tal orientação teórico-filosófica lhe permite afirmar isso: “ora, um desenvolvimento harmonioso do turismo supõe uma ótica nova, diferente: é preciso revalorizar as profissões de vocação turística e reforçar a participação da população local em todos os níveis” (KRIPPENDORF, 2000, p.157). Essa absolutização da razão provém de formidáveis problemas de ordem ontológica. Por isso, Faria (2011, p.23) acautela que tais sistemas, com “seus esquemas, seus modelos e sua lógica formal são de uma profunda abstração arbitrária, [sendo que a] metodologia [a eles relacionada] move-se no reducionismo formal, [onde] a realidade é simplificadamente organizada em arquiteturas previamente existentes [...]”.

O fato a ser ressaltado é que as colocações dos autores mencionados se fazem referência à produção (a geração de empregos, a economia, a “formação de pessoal capacitado”), passam ao largo de *como*, *onde* e *quando* (a forma social) e em benefício de *quem* ela está posta. E isso equivale a dizer que, *se muito se discute acerca da integração dos sujeitos à hospitalidade quando essa passa a ser mais um ramo produtivo, pouco se pondera quanto às condições em que isso ocorre e de onde vêm as repercussões socioespaciais*. Por fragilidades e limites próprios ao referencial

epistemológico e procedimentos de método, desconsidera-se a antecedência ontológica da produção material e imaterial (o trabalho no capitalismo), enquanto compõe-se um sistema lógico-organicista que, conforme entendem, seria o núcleo central e referencial para resolver contradições. Feito esse alerta, enfatiza-se que o planejamento não deve ser negligenciado. Muito ao contrário: sua validade no tempo histórico se avulta conforme potencializam-se os problemas radicalizados em uma sociedade que interage cada vez mais mediante uma força objetual, mas, ao mesmo tempo, sua potência transformadora somente possui validade para além de modificações nas *formas* se fundamentado na realidade concreta e no enfrentamento ao valor em sua forma mais desenvolvida. Justificaremos isso adiante.

PARTE III CATEGORIAS E MEDIAÇÕES CONFORMATIVAS DO ESPAÇO TURÍSTICO

A geografia histórica do capitalismo tem sido absolutamente notável. Povos dotados de total diversidade de experiências históricas, vivendo em uma incrível variedade de circunstâncias físicas, têm-se unido, às vezes de modo grandioso e por convencimento, mas mais frequentemente mediante o exercício de uma força bruta implacável, em uma unidade complexa no âmbito da divisão internacional do trabalho. As relações monetárias têm penetrado em cada canto do mundo e em quase todos os aspectos da vida social e até mesmo da vida privada. Essa subordinação formal da atividade humana ao capital, exercida pelo mercado, tem sido cada vez mais complementada por aquela subordinação real que requer a conversão do trabalho na mercadoria força de trabalho por meio da acumulação primitiva. Essa transformação radical das relações sociais não ocorreu de modo regular. Ela se moveu mais rápido em alguns lugares do que em outros. Tem resistido mais fortemente aqui e sido mais bem vinda ali. Tem penetrado de maneira relativamente pacífica em um lugar e com uma violência genocida em outro. David Harvey.

Mas, o capital não é coisa [...]. O capital não é a soma dos meios de produção materiais e produzidos. Karl Marx.

[...] Olhou as casas, as igrejas, os palácios e lembrou-se das guerras, do sangue, das dores que tudo aquilo custara. E era assim que se fazia a vida, a história e o heroísmo: com violência sobre os outros, com opressões e sofrimentos. Lima Barreto.

3.1. DO VALOR AO VALOR-CAPITAL

A experiência cotidiana de compra e venda e a orientação pelas manifestações e aparências socioespaciais levam os indivíduos a imaginar que as mercadorias sempre exerceram o papel dominante que possuem atualmente ou que elas são entidades naturais das relações entre os seres. Mas isso não é verídico: as mercadorias ou valores não devem ser confundidos com produtos ou valores de uso. Para isso, uma simples comparação do capitalismo com a estrutura social da qual emergiu demonstra o caráter histórico-processual das mercadorias. Isso quer dizer que se os valores de uso são comuns a todas as formas sociais, os valores correspondem a certo estágio da humanidade, ou seja, eles integram-se aos valores de uso mediante diversos processos de desenvolvimento das forças produtivas sob a ampliação do regime de propriedade privada dos meios fundamentais de produção e das relações daí decorrentes, processos esses que já foram abordados na segunda parte em que se tratou das categorias liberdade e tempo livre. O certo é que para a humanidade alcançar uma forma social mais desenvolvida em que os produtos do trabalho sejam pensados e concretizados para atender ao conjunto social e não a anseios individuais de acumulação, essa deve estabelecer “uma base material ou [...] uma série de condições materiais de existência, que, por sua vez, só podem ser resultado natural de um longo e penoso processo de desenvolvimento” (MARX, 2008, v.I, p.101), o qual, quanto mais se estende, mais contradições gera.

Se nas estruturas sociais que antecedem o capitalismo é possível verificar a produção de produtos e de mercadorias, sendo que essas exercem papel secundário nas interações humanas em âmbito geral, nesse modo de produção os valores de uso definitivamente não são pensados por eles mesmos, mas como valores para a troca. Uma vez apontado que existem diferenças e relações entre *valor de uso*, *valor* e *valor de troca*, é preciso compreendê-las para se chegar à forma mais desenvolvida de valor, o qual pode ser chamado de capital. Marx (2008, v.I, p.58) aponta que a riqueza de qualquer sociedade é composta, independentemente do modo de organização social para a produção, pelos valores de uso que detêm: “os valores-de-uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela”. O

valor de uso refere-se às particularidades dos elementos existentes, os quais, devido às suas características peculiares irão atender as carências e necessidades humanas. Ao mencionar o valor de uso como algo qualitativo e intrínseco a cada ente natural ou artificial, Marx faz a diferenciação com o valor e coloca em evidência esse último, assim como lança luz sobre a mercadoria:

Uma coisa pode ser valor-de-uso sem ser valor. É o que sucede quando sua utilidade para o ser humano não decorre do trabalho. Exemplos: o ar, a terra virgem, seus pastos naturais, a madeira que cresce espontânea na selva, etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria. Quem, com seu produto, satisfaz a própria necessidade gera valor-de-uso, mas não mercadoria. Para criar mercadoria, é mister não só produzir valor-de-uso, mas produzi-lo para outros, dar origem a valor-de-uso social. 'E mais. O camponês medieval produzia o trigo para o senhor feudal, o trigo do dízimo para o cura. Mas, embora fossem produzidos para terceiros, nem o trigo do tributo nem o do dízimo eram mercadoria. O produto, para se tornar mercadoria, tem de ser transferido a quem vai servir como valor-de-uso por meio da troca' (MARX, 2008, v.I, p.63).

Fica claro no primeiro capítulo d'O Capital que, tanto o trabalho como a natureza se constituem como produtores dos valores de uso: "O trabalho não é [...] a única fonte dos valores-de-uso que produz, da riqueza material. Conforme diz William Petty, o trabalho é o pai, mas a mãe é a terra" (MARX, 2008, v.I, p.64). Mas, se o estudo efetivado por Marx focaliza a formação capitalista, os itens centrais de averiguação não são os valores de uso ou a substancialidade das coisas por si mesmas, mas sim os processos que irão projetá-las para a troca, fazendo com que, cada vez mais, os produtos do trabalho e demais elementos da natureza sejam passíveis de comercialização, ou, em outras palavras, sejam detentores de valor. Para além do valor de uso, o que seria o valor?

Quando dois itens são confrontados para que sejam trocados é preciso que se considere uma terceira propriedade que não diz respeito às características particulares de cada um deles (seus valores de uso), mas expresse uma propriedade comum a ambos. Marx (2008, v.I, p.59) relata que "algo comum, com a mesma grandeza, existe em duas coisas diferentes [...]. As duas coisas são, portanto, iguais a uma terceira, que, por sua vez, delas difere". O que iguala diferentes mercadorias produzidas por

distintas atividades de trabalho é o *valor*. “na própria relação de permuta das mercadorias, seu valor-de-troca revela-se, de todo, independentemente de seu valor-de-uso. Pondo-se de lado o valor-de-uso dos produtos do trabalho, obtêm-se seu valor [...]” (MARX, 2008, v.I, p.60).

O valor é, portanto, um atributo social e não natural da mercadoria: “vire-se e revire-se, á vontade, uma mercadoria: a coisa-valor se mantém imperceptível aos sentidos” (MARX, 2008, v.I, p.69). Para se constituírem como valores, é preciso antes que as coisas sejam úteis de alguma forma, mas o fato é que a substancialidade dos valores de uso é reduzida a um denominador comum quando o foco é o intercâmbio, sendo que a economia vulgar olvida “que duas coisas diferentes só se tornam **quantitativamente** comparáveis depois de sua conversão a uma mesma coisa” (MARX, 2008, v.I, p.71, grifo nosso). Como seria possível estabelecer uma relação entre mercadorias ou de mercado (e não simplesmente entre valores de uso) se não houvesse esse algo comum entre coisas diferentes? Marx empreende seu estudo sobre a categoria valor, demonstrando sua paulatina evolução e transformação sucessiva, abarcando:

a) a sua “forma simples, singular ou fortuita”, onde um bem é comparado com outro, manifestando o seu valor em relação a outra mercadoria que lhe é equivalente. Nas relações pautadas pela forma simplificada, a dinâmica social ainda não está baseada pela troca regular, sobressaindo a produção de valores de uso, no entanto, Marx (2008, v.I, p.70) diz que “todo o segredo da forma valor encerra-se nessa forma simples” e isso, em linhas gerais, porque é a partir dela que um determinado produto (A) pega emprestada a materialidade ou o valor de uso de outro (B) para se manifestar como valor, sendo isso possível pelo reconhecimento social de ambos como valores que podem ser intercambiados em proporções diversas. Marx (2008, v.I, p.80) aponta, ainda, que a posição de equivalente (B) (na qual o valor de A é expresso) possui um caráter misterioso por esconder uma relação social, uma vez que todas as mercadorias que se figuram como tal, além de se expressarem como valores parecem ter como origem de suas propriedades as próprias relações com as outras e não o fato de serem produtos do trabalho e de fazerem parte de uma interação social. Por isso, Marx (2008, v.I, p.105) evidencia que “até hoje, nenhum químico descobriu valor-de-

troca [ou a forma de o valor se expressar] em pérolas ou diamantes” e que a posição de equivalente é um *poder social* dado a algo para expressar o valor de outra coisa, o qual irá culminar com a forma-dinheiro como equivalente universal. Nesse sentido, “Marx trata a simples forma da mercadoria como o ‘germe’ da forma dinheiro” (HARVEY, 2013, p.54);

b) A forma simples evolui para a “forma total ou extensiva” onde as trocas passam a ser usuais justamente pelo reconhecimento de mercadorias específicas como entes mensurativos de valor de vários outros produtos. Nessa, um valor de uso firmado como valor não está posto em relação comparativa apenas com outro elemento diferente dele, mas pode estabelecer relação com várias mercadorias que dele diferem. Tal forma “distingue o valor de uma mercadoria do próprio valor-de-uso de maneira mais completa [que a simplificada, pois] na expressão de valor de cada mercadoria, todas as demais mercadorias aparecem apenas sob a forma de equivalente” (MARX, 2008, v.I, p.87, 88). Conforme explica Carcanholo (2011, p.58), nessa forma em que a troca mercantil já é sistemática, “cada vez mais [...] cresce o número de novas mercadorias que aparecem como equivalentes de [outros valores de uso]”, sendo que, justamente por isso, tal forma guarda uma contradição que impõe barreiras à expansão das relações de troca: a cada nova mercadoria que surge, há “material para nova expressão de valor” (MARX, 2008, v.I, p.88), não havendo ainda um equivalente único ou geral e, portanto, as relações de troca ainda são pautadas pelo *desejo do valor de uso* das mercadorias que exercem papel de equivalentes. Carcanholo (2011, p.58), ao exemplificar a relação de troca entre uma mercadoria A e outra B, relata que “o produtor de A quer o valor de uso B [sendo que] para que ele seja atendido, não é suficiente que A seja um valor de uso social, [mas] é necessário que A seja valor de uso para o possuidor [de B]”. Por isso, B é ainda um equivalente restrito a alguns outros produtos, sendo que essa relação somente tem condições de ser ultrapassada quando se desconsidera desse equivalente o seu valor de uso. Isso equivale a dizer que B precisa se constituir em “representante social do valor” (CARCANHOLO, 2011, p.58).

c) A forma extensiva é alcançada e superada pela “forma geral” em momentos socioespaciais em que algo é reconhecido como único equivalente ou medida de valor

universal, representando os valores de todas as mercadorias por meio de uma relação de igualdade entre elas, ou seja, pelo valor. Se, tanto na forma simples como na extensiva “assumir uma forma de valor é, por assim dizer, negócio privado de cada mercadoria [...]” (MARX, 2008, v.I, p.88), na geral isso não ocorre, pois está posto socialmente o equivalente universal no qual cada mercadoria tem que se expressar: “daí ser esta a forma que primeiro relaciona as mercadorias, como valores, umas com as outras, fazendo-as revelarem-se, reciprocamente, valores-de-troca” (MARX, 2008, v.I, p.88). Diferentemente da forma simples em que um dado valor de uso pode se expressar tanto como valor relativo ou equivalente, aqui “a forma equivalente fica aderida exclusivamente em uma única mercadoria específica, determinada” (CARCANHOLO, 2011, p.63). A forma geral tem no dinheiro esse equivalente socialmente reconhecido, perante o qual todas as coisas são mensuradas.

O valor é ele próprio um processo ao qual não deixam de estar conectadas as suas formas iniciais, mas seu desenvolvimento tende a transfigurá-las diante da forma mais avançada, a qual tem o dinheiro como um fluído que possibilita a troca generalizada. Nesse sentido, o *valor* e não o *valor de uso* ou as particularidades dos produtos torna-se a mediação predominante nas relações sociais: “[...] a lógica de funcionamento da sociedade (o sociometabolismo), a ação do dia a dia dos agentes, que no início do surgimento mercantil está determinada pelo valor de uso, passa progressivamente a ser dominada pelo valor” (CARCANHOLO, 2011, p.71). *Percebe-se, então, que o valor constitui-se em ingrediente socioespacial predominante, sendo que algo será preferível de ser produzido não necessariamente pelo fato de ser melhor ou pelos benefícios que acarreta, mas essencialmente pelo valor que lhe dá projeção em uma dada realidade.*

Sendo o valor uma grandeza comum a duas coisas diferentes, quem o estabelece? Marx explica que a magnitude ou a grandeza do valor é mensurada pela quantidade de trabalho *socialmente* necessária ou o tempo despendido para a produção de algo ou prestação de um serviço segundo condições tecnológicas e graus de complexidade do trabalho em diferentes períodos da sociedade: o tempo ou a quantidade de trabalho social é aquele demandado “para produzir um valor-de-uso qualquer, nas condições de produção socialmente normais existentes e com o grau

social médio de destreza e intensidade do trabalho” (MARX, 2008, v.I, p.61). Amorim (2009, p.25) chama a atenção de que a teoria do valor-trabalho não diz respeito a “algo essencialmente calculável [e] aritmeticamente previsível”, mas trata-se de um atributo social dado às atividades laborativas mescladas ao momento histórico e circunstâncias socioespaciais das forças produtivas, das quais a principal é o trabalho¹⁰⁶.

Obviamente que a quantidade de trabalho requerida para a prestação de um serviço, por exemplo, é perfeitamente mensurável (unidades habitacionais limpas por camareiras, passeios de gôndola em um dia, pacotes de viagens vendidos por mês) e está associada à qualificação exigida para cada atividade em um todo social, o qual irá atribuir mais ou menos valor a esse ou aquele trabalho. No entanto, a pura mensurabilidade em relação a trabalhos específicos é algo secundário, pois, por ela mesma, explica-se somente “como se produz na sociedade capitalista e não como se produz a sociedade capitalista” (AMORIM, 2009, p.31). A tentativa de uma formulação desvirtuada desse foco como a de Gorz (2005, p.15), para o qual no trabalho imaterial “os padrões clássicos de medida não mais podem se aplicar”, acaba se perdendo em um mero jogo de palavras ao desconsiderar que as interações produtivas nos e para os serviços não passam de formas preservacionistas para a valorização do valor conforme veremos.

A atividade laborativa, independentemente da sua feição qualitativa, acaba tendo por medida o valor do que cria: “a força humana de trabalho em ação ou o trabalho humano cria valor, mas não é valor. Vem a ser valor, torna-se valor, quando se cristaliza [em algo material ou imaterial]” (MARX, 2008, v.I, p.73). Verifica-se, então, que se a magnitude do valor ou a sua grandeza é fixada pelo trabalho social, ele é também algo relacional ou uma “espécie de carimbo que a sociedade estampa sobre [...] cada valor de uso, transformando-o em mercadoria, [inclusive o trabalho]” (CARCANHOLO, 2001, p.36). Justamente por isso, Carcanholo (2011, p.18) alerta que

¹⁰⁶ Por isso, deve-se considerar que a remuneração pelo tempo de trabalho socialmente necessário à produção de algo tem como parâmetro os preços do conjunto de elementos que asseguram a reprodução do trabalhador e da sua família (moradia, alimentação, transporte, entre outras), com particularidades espaciais e temporais. Por exemplo: as necessidades ou padrão de consumo de trabalhadores brasileiros podem ser diferentes dos alcançados pelos franceses; ou as necessidades que se constituíam de uma forma no início do século XX, formatam-se de outra no começo do XXI com a expansão das cidades e aumento das distâncias, encarecimento dos terrenos, novas necessidades de qualificação, entre outras. Para tentar assegurar a fluidez do capital, o Estado estabelece o nível mínimo salarial.

a ação laborativa contempla a magnitude do valor, mas não a sua natureza, a qual diz respeito ao valor “como expressão objetivada das relações sociais mercantis [e capitalistas]”.

Se o valor de uso é uma propriedade intrínseca a uma objetivação humana ou ente natural, o valor é algo conferido ou atribuído a um valor de uso pelo decurso da sociedade que conjuga trabalho e reconhecimento social do seu produto acabado, seja como meio para outra produção ou troca, seja como fim para o consumo. Mas, ao se abordar a categoria valor, deve ser destacado que não pode haver confusão com o valor de troca, mesmo porque esse é somente uma forma de o valor se apresentar. Nessa diferenciação (valor e valor de troca) reside a distância relacional entre valor e preço: uma vez materializado o resultado do trabalho, esse se confronta com uma realidade socioeconômica que pode redimensionar o preço correspondente ao seu valor de origem, ou seja, as situações conjunturais previsíveis e imprevisíveis (como as crises, os períodos de crescimento econômico ou mesmo os momentos políticos favoráveis durante os quais estruturas realizadas pelo Estado acabam sendo vantajosas a alguns grupos que possuem conhecimento privilegiado antes da sua execução¹⁰⁷) irão projetar para mais ou para menos o valor original através dos preços:

[...] os preços de mercado se distanciam, mais ou menos, [dos] preços correspondentes aos valores, fazendo com que o poder original de compra não se efetive exatamente. [Dessa forma] a magnitude do valor de uma mercadoria determina a grandeza da riqueza social que ele representa e mede a riqueza produzida socialmente no instante de sua produção. No entanto, a riqueza que ela representa em cada instante para seu possuidor [...], ao contrário, mede-se pela capacidade que a mercadoria possui realmente e ‘em média’ de, no mercado, apropriar-se de valor sob a forma de outra mercadoria ou de dinheiro (CARCANHOLO, 2011, p.17)

Marx exemplifica as variações de uma dada magnitude de valor fixada pelo trabalho social quando aborda a forma relativa de valor, isto é, quando uma mercadoria tem o seu preço ou valor de troca expresso em outra. Nesse caso, se o valor de uma mercadoria A subir em relação a B, a qual permanece constante, na

¹⁰⁷ Como, por exemplo, a compra de terrenos para especulação em áreas que serão estruturadas para o turismo. Tal questão será abordada adiante.

proporção de troca entre elas, somente com maior quantidade de B será possível adquirir (trocar) a mesma quantidade de A, ou seja, B desvaloriza-se. Com a “determinação quantitativa da forma relativa de valor”, Marx (2008, v.I, p.77) desmistifica duas questões: “a que assevera ser o valor de um artigo regulado pelo trabalho nele contido, e a que afirma ser o valor de um artigo regulado pelo seu custo”.

O valor é determinado pelo trabalho social, mas não regulado por ele, assim como o custo final ou o valor de troca tem fundamento na produção, mas sofre variações no processo de distribuição, troca e consumo. Isso demonstra que, muito embora a magnitude do valor seja proveniente da produção, a flutuação do preço correspondente faz parte de um todo social, onde as relações estabelecidas nesse processo irão propiciar a alguns grupos a apropriação de mercadorias abaixo ou acima dos seus valores correspondentes em momentos que outros indivíduos precisam ou aproveitam para transferir valores ao se depararem com situações onde o preço não tem correspondência efetiva com o valor de origem. Um exemplo é o valor médio dos imóveis no balneário de Caiobá, em Matinhos-PR, local que se caracteriza pelo uso quase que exclusivo de residências temporárias nos períodos de verão. O valor fixado pelo trabalho social permanece nos imóveis, mas o bairro que já possuiu o segundo metro quadrado mais caro do Brasil nos anos 90, perdeu a referência que tinha como destinação devido a proximidade com cidades litorâneas de Santa Catarina que passaram a ser mais atrativas, tanto em investimentos de capital como em relação à estruturação turística. Se uma mercadoria e, nesse caso um apartamento qualquer, detêm grandeza de valor devido ao trabalho social, o seu poder de permutabilidade sofrerá variação de acordo com questões estruturais (como, por exemplo, o redirecionamento dos fluxos) e, também, em relação à oferta e a procura na alta e baixa estação. Nesse sentido, Carcanholo (2011, p.16) explica que “o poder original (determinado diretamente pelo valor); o poder real (que difere do anterior por determinações estruturais do sistema); e o poder efetivo (caracterizado pelo preço de mercado) que flutua no dia a dia [devido a] oferta e [a] demanda”, estão diretamente relacionados, mas não se constituem na mesma coisa quando se aborda o poder de compra de algo. Se o preço tem correspondência com o valor de troca e pode ser

mensurado pela simples lei da oferta e da procura ou da dinâmica da própria forma social, o valor é constituído por relações mais essenciais.

Mas se o valor de uso é considerado mediante o valor (expressão social) que detém e é resultado do trabalho humano, é preciso evidenciar que o ato laborativo tornou-se, com isso, um componente comum a diferentes materialidades e imaterialidades. Se o carácter qualitativo ou “concreto” do trabalho (MARX, 2008, v.I, p.60) é aquele que se caracteriza pela produção de valores de uso, especificando diferentes maneiras de se produzir, o seu carácter “abstrato” (MARX, 2008, v.I, p.60) converge para uma configuração totalmente diferenciada, pois faz desaparecer as especificidades de cada trabalho, justamente por estar direcionado à valorização do valor (conforme veremos adiante) e focados na troca e no mercado. Ao se priorizar as relações de troca entre as mercadorias, cada uma delas é tão essencial quanto o que vale, assim como o trabalho que as corporifica não é mais analisado por sua esfera qualitativa, mas tão somente quantitativa ou abstrata:

Ao desaparecer o carácter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o carácter útil dos trabalhos neles corporificados; desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem-se, todas, a uma espécie única de trabalho, o trabalho humano abstrato (MARX, 2008, v.I, p.60)

A igualdade (o valor) que o mercado atribui a diferentes valores de uso fornece as bases para que se compreenda a indiferença atribuída a processos de trabalho que são distintos. Deve-se observar que Marx aponta a existência de dois lados em uma mesma atividade laborativa, o que não significa duas formas de trabalho, mas essencialmente a configuração que tem mais peso na racionalidade econômica capitalista: nessa, para quem emprega, deixa-se de lado “como é e o que é o trabalho [importando a] sua quantidade, a duração de seu tempo” (Marx, 2008, v.I, p.67)¹⁰⁸. Se é preciso considerar que na mercadoria está embutido o trabalho sob esses dois pontos de vista, o aspecto qualitativo (trabalho concreto) passa a ter cada vez menos

¹⁰⁸ Isso não quer dizer que a qualidade do trabalho seja menosprezada, pelo contrário, ela é uma condição a depender da função, mas, ao mesmo tempo, como qualquer outra mercadoria, ela tem um preço ou valor de troca e esse é o parâmetro estabelecido.

relevância com o desenvolvimento mercantil culminando no capitalismo, ou seja, a difusão das relações mercantis-capitalistas a praticamente todas as realidades socioespaciais promove a redução do trabalho concreto ao seu caráter abstrato. Ao se igualar diferentes produtos pelas proporções quantitativas em que se trocam, igualam-se também diferentes trabalhos, os quais ficam reduzidos simplesmente ao dispêndio de energia física e intelectual dos sujeitos:

Se compararmos o processo de produzir valor com o processo de trabalho, verificaremos que este consiste no trabalho útil que produz valores-de-uso. A atividade neste processo é considerada qualitativamente, em sua espécie particular, segundo seu objetivo e conteúdo. Mas, quando se cogita da produção de valor, o mesmo processo de trabalho é considerado apenas sob o aspecto quantitativo. Só importa o tempo que o trabalhador leva para executar a operação ou o período durante o qual a força de trabalho é gasta utilmente (MARX, 2008, v.I, p.228).

Os processos de produção de valor diferem daqueles focados na produção de valores de uso, pois nas tramas sociais atuais o primeiro acaba por justificar o conjunto da produção a qual estão vinculados todos os sujeitos, seja como produtores, seja como consumidores. Em uma sociedade voltada ao valor e regida por ele, tudo passa a ser medido segundo os parâmetros determinantes do custo e do benefício econômico para terceiros, incluindo não somente as ações privadas, mas também os direcionamentos do Estado.

Como se dá a transformação de valor em capital ou como o valor evolui até se expressar como tal adquirindo esse formato? Deve-se destacar inicialmente que o reconhecimento social do dinheiro como equivalente universal não pode ter seu significado e materialidade associada ao capital, de forma que a acumulação ampliada somente foi possível com a transformação de dinheiro em capital. Marx (1987, p.19) explica que “o dinheiro pode existir, e existiu historicamente, antes que existisse o capital, antes que existissem os bancos, antes que existisse o trabalho assalariado” e, para exemplificar, cita o Império Romano, onde “o sistema do dinheiro [...] encontrava-se completamente desenvolvido apenas no exército, e jamais atingiu a totalidade do trabalho” (MARX, 1987, p.18). Dinheiro, mercadoria, trabalho, valor, entre outras, são categorias, compreendidas como “formas de modos de ser, determinações da

existência” (MARX, 1987, p.21), as quais precisam ser analisadas em seu curso histórico, momento atual e dinâmica relacional em diversas realidades socioespaciais. Em relação ao caráter sempre processual das categorias, Marx demonstra que algumas delas podem ter existência mais simplificada em estruturas sociais que ainda não efetivaram as bases substanciais para que o simples se constituísse em algo concreto ou mais desenvolvido, tal como foi relatado em relação a certas práticas dos gregos e dos romanos que podem se assemelhar ao turismo atual. Referindo-se ao modo capitalista de produção, Marx (1987, p.20) evidencia que:

[Trata-se] da organização histórica mais desenvolvida, mais diferenciada da produção, [sendo que] as categorias que exprimem suas relações, a compreensão de sua própria articulação, permitem penetrar na articulação e nas relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos se acha edificada, e cujos vestígios, não ultrapassados ainda, leva de arrastão desenvolvendo tudo que fora antes apenas indicado que toma assim toda a sua significação [...]. A Economia Burguesa fornece a chave da Economia da Antiguidade, etc. Porém, não conforme o método dos economistas que fazem desaparecer todas as diferenças históricas e vêem (sic) a forma burguesa em todas as formas de sociedade [...]. Como, além disso, a própria sociedade burguesa é apenas uma forma opositiva do desenvolvimento, certas relações pertencentes a formas anteriores nela só poderão ser novamente encontradas quando completamente atrofiadas, ou mesmo disfarçadas.

As categorias apontadas, como dinheiro, mercadoria, capital e trabalho, têm existência e operacionalidade anteriores ao capitalismo, mas adquirem dinâmica mais complexa conformando e especificando no tempo e no espaço essa forma social. A categoria trabalho, conforme pôde ser analisado na segunda parte desta análise, adquire feições próprias de acordo com a mediação de outras categorias que a especifica, articula e desarticula criando condições para modificações no bojo da configuração de um tempo histórico ou conformação socioespacial. Marx também faz referência às configurações sociais que foram ultrapassadas pelo capitalismo, as quais podem ser encontradas em escala reduzida ou “disfarçadas”, carregando consigo as categorias que assim as caracterizam, como, por exemplo, o trabalho voltado à produção de valores de uso comuns ao grupo ou mesmo de mercadorias em que o dinheiro obtido serve principalmente para o atendimento das necessidades pessoais e

não para a aquisição de algo com vistas a se obter vantagens com a sua comercialização ou transformação. Algumas comunidades que ainda vivem em isolamento podem caracterizá-las¹⁰⁹, mas essas não têm expressividade diante do modo de produção predominante, podendo ser alcançadas e desarticuladas, ou mesmo permanecerem à sua margem.

O intuito com tais considerações é evidenciar duas questões que servirão como eixo norteador da análise em relação à categoria capital ou valor-capital em dinâmicas socioespaciais promovidas pelo turismo e, por conseguinte, como mediação de outras categorias: 1) o capital se expressa de variadas maneiras, mas não pode ser confundido com outras categorias, tal como é corrente quando esse é associado ao dinheiro ou a elementos diversos, como bens móveis e imóveis. Da mesma maneira, não pode haver confusão quanto as suas formas de manifestação, culminando no capitalismo como a mais desenvolvida¹¹⁰; e 2) a compreensão dessa categoria somente é possível mediante a percepção de mutabilidade da categoria valor e da preponderância do trabalho abstrato.

Para o presente estudo, importa salientar que “o capital é a potência econômica da sociedade burguesa, que domina tudo [e] deve constituir o ponto inicial e o ponto final a ser desenvolvido” (MARX, 1987, p.22). Com essa passagem evidencia-se que a dinâmica que o capital adquire configurando o capitalismo, se concretamente compreendida, denuncia um economicismo ou objetificação brutal das relações humanas, além de demonstrar que o ideal de harmonização defendido por muitos estudiosos e curiosos do turismo e outras áreas não encontra campo para se

¹⁰⁹ Como exemplo pode-se citar grupos indígenas que vivem na floresta amazônica nos domínios territoriais do Acre, Maranhão, Rondônia, como alguns Awá-guajá que permanecem isolados.

¹¹⁰ Em relação a isso, é preciso alertar que o conceito de capital é distinto do conceito de capitalismo. O capital se constitui historicamente antes de o capitalismo se firmar, sendo possível verificar algumas de suas formas de manifestação mais simplificadas em modos de produção anteriores. Quando Marx (1987, p.22) se refere a algumas sociedades que tiveram certa dinâmica comercial (como os Fenícios), ele aponta o aparecimento do “capital comercial” como uma “forma abstrata, [onde] o capital não é ainda o elemento dominante das sociedades”, posto que é ainda (e somente) o capital advindo da esfera comercial e não produtiva. Mészáros (2006, p.1064) esclarece a questão: “‘capital’ é uma categoria histórica dinâmica e a força social a ela correspondente aparece – na forma de capital ‘monetário,’ ‘mercantil,’ etc. – vários séculos antes de a formação social do ‘capitalismo’ enquanto tal emergir e se consolidar [...]”. Sendo assim, o capitalismo não é uma forma social eterna, tal como entende alguns pensadores como Max Weber, pois as maneiras de manifestação do capital anteriores a sua constituição plena não podem ser com ele confundidas, ou seja, “os antecedentes históricos ‘parciais’ e ‘esporádicos’ do capital [não se constituem] como um sistema onipotente para eternizar o modo capitalista de controle da reprodução sociometabólica da humanidade” (MÉSZÁROS, 2006, p.703). Da mesma forma, o capital continuou a operar em formas sociais pós-capitalistas ou do socialismo real, da qual a então União Soviética serve como exemplo.

estabelecer em seus limites estruturais, podendo tão somente adquirir formas disfarçadas que, ao fim e ao cabo, lhe são funcionais, de que são exemplos o turismo com bases locais e os empreendimentos turísticos “sustentáveis” que serão tratados posteriormente.

Teixeira (1995, p.126) explica que, “a economia política conceitua capital como sendo (1) ora uma soma de valores de troca; (2) ora simplesmente trabalho acumulado. Qualquer uma dessas duas definições que se tome é insuficiente para expressar o verdadeiro conceito de capital”. Ou seja, elas não têm condições de propiciar uma explicação mais abrangente, pois essas são apenas formas que o capital pode aparecer, mas efetivamente, por si mesmas, não são capital. No que se refere ao trabalho acumulado, verifica-se que daí a explicação do que vem a ser capital não pode partir, pois o trabalho concreto, ou seja, sua vertente voltada à produção de valores de uso e diferenciado de acordo com suas especificidades e qualidades, também pode propiciar o acúmulo (ou reserva) de produtos resultantes do ato laborativo. Se o capital estivesse inter-conectado a essa dimensão do trabalho, ele seria uma necessidade eterna do gênero humano, existindo em qualquer estrutura social. Portanto, os produtos do trabalho considerados isoladamente não podem se efetivar como capital.

Mas, com o movimento propiciado pela circulação mercantil é possível encontrar alguns dos elementos que servem a uma primeira aproximação explicativa dessa categoria. Verificou-se que o avanço em relação à produção e circulação simplificada (expressa pela fórmula ou relação social Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria - M-D-M), a qual ocorreu em tempos e espaços diferenciados e com intensidade variada, foi factível mediante o aumento da produtividade para se atender a outros mercados, onde o papel dos comerciantes foi decisivo para a complexificação da circulação e, por extensão, da produção. Sendo o comércio formatado por transações onde os produtos servem não somente como itens de satisfação pessoal, mas como meios para se obter uma quantia a mais com e nesse processo, tal dinâmica é movida pela injeção e retirada de dinheiro da circulação em um movimento ininterrupto, com vistas à sua valorização: “o circuito M-D-M tem por ponto de partida uma mercadoria e por ponto final outra mercadoria que sai da circulação e entra na esfera do consumo

[...]. O circuito Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro acrescido (D-M-D'), ao contrário, tem por ponto de partida o dinheiro e retorna ao mesmo ponto. Por isso, é o próprio valor-de-troca o motivo que o impulsiona" (MARX, 2008, v.I, p.180). Se o circuito que compreende a produção mercantil simplificada (M-D-M) se esgota no gasto de dinheiro em uma dada mercadoria com vistas ao seu valor de uso, o circuito que compreende a compra para se obter uma quantia superior àquela despendida inicialmente tem como foco o valor de troca e, por isso, adquire um movimento sem fim diante da necessidade de expansão dos valores:

Na circulação D-M-D [...] funcionam dinheiro e mercadoria, apenas como modos de existência diversos do próprio valor, sendo o dinheiro seu modo de existência geral, e a mercadoria, seu modo particular ou dissimulado. O valor passa continuamente de uma forma para outra, sem perder-se nesse movimento, transformando-se numa entidade que opera automaticamente (MARX, 2008, v.I, p.184).

Esse movimento constante do valor, que ora está expresso na mercadoria e ora no dinheiro, se refere a *uma forma* de transformação do valor em capital justamente pelo fato de que "o valor originalmente antecipado não só se mantém na circulação, mas nela altera a própria magnitude, acrescenta uma mais-valia, valoriza-se" (MARX, 2008, v.I, p.181). A quantia empregada na compra de algo para a venda com o intuito de um acréscimo de dinheiro obtido com a transação geraria um valor a mais, fazendo com que esse movimento transformasse dinheiro em capital. Já o dinheiro que é movido de acordo com o objetivo de se vender algo para se comprar outra mercadoria (M-D-M) é somente dinheiro, uma vez que esse circuito se encerra com o valor de uso adquirido para uso pessoal, seja em algo material como uma bicicleta, seja na imaterialidade de um serviço: "o dinheiro que é apenas dinheiro se distingue do dinheiro que é capital, através da diferença na forma de circulação" (MARX, 2008, v.I, p.177). Contudo, sabe-se que Marx não trabalha com conceitos fechados, mas com categorias, sendo que ainda não se chegou às questões fundamentais que determinam ou constituem o valor-capital¹¹¹.

¹¹¹ Em relação a isso, Harvey (2013, p.44) lembra que Marx não considera "nenhum conceito como um bloco de construção fixo, conhecido ou mesmo passível de ser conhecido", pois na dinâmica da produção material e imaterial das interações sociais somente é possível efetivar análises que ultrapassem as formas fenomênicas a partir de

Mesmo que haja um movimento sem fim do valor expresso em mercadorias e no dinheiro com a circulação mercantil, o capital resultante dessa dinâmica apresenta-se *somente* “como uma forma particular de uma espécie de capital, o capital mercantil” (MARX, 2008, v.I, p.186). Marx evidenciou as “contradições da formula geral” para a transformação do valor em capital na esfera da circulação ao apontar que, mesmo que mercadorias sejam vendidas por um preço acima do seu valor, tal fato refere-se aos preços, *mas não propriamente à geração de valor*: “a circulação ou a troca de mercadorias não criam nenhum valor” (MARX, 2008, v.I, p.194). Deve-se esclarecer, então, que a chamada *valorização do valor* ou a alteração da magnitude antes aludida por Marx diz respeito ao acréscimo de preço, mas não a criação de valor, tal como o próprio autor complementa quando faz referência ao capital comercial e ao capital usurário (obtido mediante os juros): “[Tanto] o capital comercial [como] o usurário são formas derivadas [mas que], ao mesmo tempo, precedem historicamente a moderna forma básica do capital” (MARX, 2008, v.I, p.195)¹¹². Não é por acaso que Marx e Engels (2007), em “A Ideologia Alemã”, chamam essa forma particular de “capital natural primitivo”, o qual vai perdendo esse caráter com o aparecimento da mercadoria “força de trabalho”.

Essa breve menção fornece as justificativas preliminares para se embasar a afirmação de que o capital, em sua forma moderna, não pode ser compreendido a partir da circulação, pois a expansão dos valores nessa e com essa relação social materializa apenas uma “espécie de capital”. Ou seja, trata-se de uma expressão simplificada e não condiz com a forma concreta do capital, muito embora aí já possa ser verificada a relação social efetivada diante da ânsia de compradores e vendedores ao se relacionarem tendo como pano de fundo o interesse em se auferir algo a mais com os elementos oferecidos no mercado e, também, mediante empréstimos.

O fato é que a compreensão superficial e do senso comum em relação ao capital vem da esfera mais acessível aos sentidos, ou seja, da circulação. Por isso, Marx (2008, v.I, p.206) explica que “juntamente com o dono do dinheiro e o possuidor

categorias, mas não de conceitos e definições fixas, os quais pouco ou nada dizem acerca das determinações de um objeto.

¹¹² Em relação a antecedência do capital a juros e do capital comercial, consultar: MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro III, Volume V. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

da força de trabalho, [é preciso deixar] essa esfera ruidosa, onde tudo ocorre na superfície e à vista de todos [para adentrar] ao local reservado da produção, cuja entrada está escrito: ‘*No admittance except on businnes*’”. Nesse sentido, a abstração das formas de circulação precisa ser desfeita e reconectada à esfera da produção de valores, pois o movimento D-M-D’ pode redimensionar os preços, mas não criar valor e tão pouco o capital em sua formação mais desenvolvida. Diferentemente do capital mercantil, o capital dessa relação é mais complexo e se constitui a partir da produção e não da circulação, muito embora dela dependa: “É [...] impossível que o produtor de mercadorias, fora da esfera da circulação, sem entrar em contato com outros possuidores de mercadorias, consiga expandir um valor; transforme, portanto, dinheiro ou mercadoria em capital” (MARX, 2008, v.I, p.196).

Mas, se há dependência da esfera da circulação para que o valor se expanda, a da produção o reproduz, alterando a sua magnitude. Para essa alteração, ou melhor, para a reprodução do valor é preciso que se encontre “na esfera da circulação uma mercadoria que tem o dom de criar valor maior do que nela está contido. Essa mercadoria peculiar é justamente a força de trabalho” (TEIXEIRA, 1995, p.132). Estando destituído dos meios necessários para adquirir os elementos essenciais à sua manutenção, o sujeito precisa vender a sua capacidade laborativa (física e/ou intelectual) a um comprador que a adquire por um valor de troca previamente combinado e de acordo com um preço médio estipulado pelo mercado: “o valor da força de trabalho é determinado, como o de qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário à sua produção e, por consequência, à sua reprodução” (Marx, 2008, v.I, p.200). Consideram-se, para isso, os preços médios dos itens necessários à sobrevivência do trabalhador, sendo que os atos laborativos mais simplificados são medidos pelos mínimos necessários¹¹³.

Marx (2008, v.I, p.235) relata que “diversos elementos do processo de trabalho desempenham papéis diferentes na formação do valor dos produtos”. Os meios de produção (prédios, computadores) são utilizados (consumidos) pelos trabalhadores a

¹¹³ Como toda mercadoria, o contratante visa comprar a capacidade laborativa pelo menor preço possível, sendo que o seu poder de barganha aumenta quando ele encontra no mercado grupos de trabalhadores sem representatividade política. Por isso, é um fato marcante que todas as categorias profissionais desorganizadas politicamente acabam prejudicadas mediante a ânsia de se pagar o mínimo necessário pela força de trabalho e de se extrair dela o máximo possível. No setor de serviços e, mais especificamente no campo do turismo, isso é algo corrente e marcante.

fim de se gerar novo valor, ou seja, o trabalho levado a cabo por grupos de pessoas cria produtos ou serviços por meio desse uso, sendo que o capital direcionado à aquisição dos meios de produção é chamado por Marx (2008, v.I) de “constante” e aquele despendido com a força de trabalho “variável”. Ocorre que há uma diferença substancial nessa interação, expressa pela própria denominação desses diferentes capitais: os meios de produção são valores de uso resultantes do processo de trabalho que, ao serem utilizados, transferem seu próprio valor de uso ao que é gerado, *sendo que tal transmissão somente é possível mediante a atividade laborativa*. Cada qual tem o seu papel, mas o trabalho empreendido conforme uma finalidade qualquer, “com seu simples contato traz à vida os meios de produção, torna-os fatores do processo de trabalho e combina-se com eles para formar produtos” (MARX, 2008, v.I, p.236). Nessa inter-relação os meios de produção nada geram de valor, ou seja, permanecem constantes. Já o trabalho propicia uma variação no valor, resultante não somente da operacionalização desses meios, mas da sua conservação e atualização para a transferência de valores.

Se um hotel com amplas instalações de lazer e entretenimento é um produto do trabalho, uma objetivação humana, tal estrutura está fixada como uma grandeza de valor pelo trabalho aí materializado e pelas relações sociais mercantis que assim o consideram. Tendo em vista que nenhum empreendimento turístico é instalado pelo seu valor de uso, mas pelo fato de que carrega a materialidade que o projeta para a venda, ou seja, o valor para a troca domina o todo social, duas questões devem ser destacadas quanto à produção do valor-capital: 1) o hotel, por si só, não cria valor algum, pois, como capital constante, somente pode representar uma materialidade ou valor de uso a ser transferido aos serviços quando vendidos; e 2) *para que essa estrutura de hospedagem gere valor é essencial a inserção de trabalhadores que a coloquem em funcionamento e criem condições para a sua continuidade-produtiva*. Importa destacar que essa produção de valor tem como elemento fundante o *trabalho socialmente necessário*, sendo que o *excedente* é resultante de um sobretrabalho para terceiros:

Ao se converter dinheiro em mercadorias que servem de elementos materiais de novo produto ou de fatores do processo de trabalho e ao se incorporar força de trabalho viva à materialidade morta desses elementos, transforma-se valor, trabalho pretérito, materializado, morto, em capital, em valor que se amplia [...]. [Mas], comparando o processo de produzir valor com o de produzir mais-valia, veremos que o segundo só difere do primeiro por se prolongar além de certo ponto. O processo de produzir valor simplesmente dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um equivalente. Ultrapassando esse ponto, o processo de produzir valor torna-se processo de produzir mais-valia (valor excedente) (MARX, 2008, v.I, p.228).

Diante dos limites produtivos do proprietário e perante a atribuição ou papel social do investidor-competidor que pretende expandir os negócios e/ou está comprometido com empréstimos, juros, etc. este não pode visar pura e simplesmente a produção de valores, mas sim a produção de mais-valia ou valor a mais, expressa não pela relação Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro acrescido com a comercialização (D-M-D'), mas sim por Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro acrescido com a produção (D-M-D⁺): "O capital é assim não o dinheiro trocado por trabalho; é dinheiro trocado por trabalho com o objetivo de apropriar-se daquele valor que ele cria no que é pago e acima do que é pago" (BRAVERMAN, 1980, p.349). Nisso consiste a transformação de dinheiro em capital¹¹⁴ ou na forma mais desenvolvida do valor. Detalharemos a mais-valia no campo do turismo no capítulo posterior, mas por ora convém evidenciar que Marx equipara o capital a um vampiro, pois a sua sobrevivência e efusão estão atreladas à exploração do trabalho para a valorização do valor em escala cada vez mais ampliada:

[O] capital tem seu próprio impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais-valia, de absorver com sua parte constante, com os meios de produção, a maior quantidade possível de trabalho excedente. O capital é trabalho morto que, como um vampiro, se reanima sugando o trabalho vivo, e, quanto mais o suga, mais forte se torna (MARX, 2008, v.I, p.271).

O sistema vigente de produção, distribuição, troca e consumo, ao considerar o trabalho como uma mercadoria, "é regido pelo imperativo do valor de troca em

¹¹⁴ Se escravos e servos não precisavam acessar os próprios produtos que criavam por meio da compra, os assalariados precisam produzir além do necessário para quem os emprega e acessar o que é possível do conjunto da produção social com o que recebe ou eventualmente empresta.

permanente expansão a que tudo o mais – desde as necessidades mais básicas e mais íntimas dos indivíduos até as variadas atividades produtivas materiais e culturais em que eles se envolvem – deve estar rigorosamente subordinado” (MÉSZÁROS, 2006, p.67). Ao abarcar todas as coisas como elementos permutáveis para que a produção se expanda e, com ela, a aborção privada de valores, essa forma social somente têm condições de fazê-lo ao generalizar a venda dessa mercadoria especial. Isso explica porque a categoria capital não pode ser derivada da categoria trabalho pura e simplesmente, mas sim do *trabalho abstrato*, pertinente somente à forma social capitalista. E disso resulta, também, que o capital é uma relação social, pois somente pode ser ativado por grupos de pessoas organizadas e articuladas em atividades controladas para esse fim.

Tendo em vista que todo o processo não se dá em um vácuo, mas num mercado que se estabelece imprimindo relações cada vez mais competitivas e de poder, deriva daí uma diversidade de arquiteturas produtivas visando a patamares mais amplos de acumulação. Trabalhadores e contratantes, vendedores e compradores devem se empenhar na produção e reprodução simples e ampliada do capital¹¹⁵, fazendo com que ele se firme nas relações entre os sujeitos e alcance valores de uso que até a bem pouco tempo não se expressavam como valores. Quando grupos questionadores do capitalismo relatam que todas as coisas são operacionalizadas segundo a lógica do capital, é preciso que se compreenda que não se trata pura e simplesmente da lógica do dinheiro ou dos bens, pois essas são somente formas de expressão do valor-capital.

A relação capital-trabalho será, então, sempre contraditória, pois o capital é racional somente para aqueles que dele podem se apoderar em certo tempo e espaço, não fazendo qualquer sentido a maior parte dos sujeitos que o geram e interagem diante dessa força objetiva. Conforme evidencia Marx (2011, p.588), “o próprio capital é a contradição em processo, [pois] procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo,

¹¹⁵ No capitalismo, a reprodução simples compreende o direcionamento da mais-valia ao consumo improdutivo, ou seja, que não integra a esfera da acumulação por parte do empregador (gastos com viagens, serviços gerais, entretenimento, artigos de consumo pessoais); já a reprodução ampliada consiste no reinvestimento de mais-valia em processos produtivos (em capital constante e/ou variável) ou que gerem rendas. Se em todas as formas sociais os indivíduos precisam produzir e consumir, a necessidade de consumo faz da produção um processo de reprodução. Ver: Marx, Livro I, Vol. II, Cap. XXIII. Ou, conforme aponta Bottomore (2012, p.471), “a reprodução compreende [...] a produção e a criação de condições pelas quais ela pode continuar ocorrendo”.

ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte de riqueza”. Para averiguar tal irracionalidade transformada em racionalidade¹¹⁶ é preciso começar apontando as diferenças entre trabalho útil produtivo e trabalho útil improdutivo, retomando, assim, a questão da mais-valia como alicerce tanto para a desmaterialização do capital, como para os possíveis redimensionamentos dos espaços tornados turísticos em conformidade com o grau em que esta “entidade” está imbricada às relações sociais de produção.

3.2. O TRABALHO PRODUTIVO E O IMPRODUTIVO NO TURISMO

Constituindo-se em um forte determinante em relação à liberdade de cada sujeito diante das alternativas de trabalho e de tempo livre, é possível justificar e compreender melhor a afirmação apresentada anteriormente, qual seja: “o capital é a potência econômica da sociedade burguesa, que domina tudo [e] deve constituir o ponto inicial e o ponto final a ser desenvolvido” (MARX, 1987, p.22). Assim, se a prioridade ontológica é a produção material e imaterial a qual embasa a vida social e o capital se constitui como mediação central desse processo nesse momento da sociedade, para uma ontologia do espaço turístico é preciso considerar a sua dinâmica. A partir da diferenciação e relação entre a produção de valor (trabalho abstrato e reconhecimento social) e o processo que efetivamente gera valor-capital (valorização do valor), buscar-se-á traçar seus movimentos e as suas distensões no turismo em escalas geográficas e produtivas diversas.

O fato é que o aumento de turistas associado à potencialidade dos negócios ligados à hospitalidade-produtiva acaba requerendo e fomentando uma estrutura-suporte que pode configurar e reconfigurar realidades, alavancando processos em que tanto a questão do ordenamento do espaço, via políticas públicas, como as condições em que trabalhadores são absorvidos em ACT's são determinantes para a instalação de empreendimentos; afinal, qualquer iniciativa que demande investimentos em capital

¹¹⁶ Tal questão é discutida no capítulo que trata da Ideologia.

constante e variável requer estudos de viabilidade econômica, sendo que sua efetivação é condicionada pelas vantagens próprias a cada realidade. Quais são? Elas abarcam os atributos naturais, culturais e históricos; o preço da terra; a disponibilidade e o valor da mão de obra; a falta de organização política que se revela em trabalhadores submissos e dóceis; os mecanismos de atração de investimentos do Estado, tal como a isenção de tributos; e a possibilidade de se auferir rendas diferenciais, as quais serão tratadas em capítulo posterior. Chesnais menciona que os grupos empresariais ou os empreendedores minimizam os riscos estudando pormenorizadamente não uma ou outra vantagem, mas o conjunto delas associado aos benefícios advindos de ocupações pouco dispendiosas:

No caso do turismo, as vantagens de localização são representadas pela dotação em riquezas naturais (sol, mar, montanhas etc), bem como pelo [...] patrimônio cultural e histórico de um país [...]. Boa parte das atividades ligadas [ao turismo] são intensivas em mão-de-obra; é por isso que as multinacionais do setor obtêm consideráveis vantagens por sua localização em países que combinem atrações naturais com mão-de-obra barata (CHESNAIS, 1996, p.203).

Tais questões são analisadas em escala macro (entre países) e micro (entre estados e municípios), sendo que, uma vez implementados investimentos em conjunto, ou seja, públicos (para atrair empresas ou de sustentação) e privados (em variadas ACT's), as perspectivas de emprego tendem a se ampliar, incluindo os diversos profissionais do lazer e do entretenimento, da administração e dos serviços receptivos (turísticos) e, também, se estendem aos sujeitos inseridos em outras atividades, muitas das quais, a depender da configuração socioespacial, ligadas ao pequeno plantio, a pesca, a produção artesanal e a prestação de serviços por conta própria.

Os produtores-diretos conformam e representam a classe trabalhadora, sendo que a extensão do emprego ou a proliferação do “tecido urbano” (LEFEBVRE, 1999) fazem deles, tal como aponta Abdelnour (2012), “les nouveaux prolétaires”¹¹⁷, os quais definitivamente não se restringem mais aos assalariados principalmente da indústria que, a depender do país até a segunda metade da década de 1970, contavam com mais políticas de bem estar social. Os novos proletários continuam sendo os agentes

¹¹⁷ “Os novos proletários”

que dependem da venda de suas capacidades laborativas como único meio de sobrevivência, mas “dont l'emploi et les protections qui l'accompagnent sont discontinus et incertains [...]” (ABDELNOUR, 2012, p.121)¹¹⁸.

Antunes (2009, p.103) detalha que tais grupos ou “a classe-que-vive-do-trabalho” inclui os assalariados, os trabalhadores da economia informal, os contratados por meio período, os terceirizados, os trabalhadores precarizados dos setores primário, secundário e terciário e, também, os desempregados. Desses, estão excluídos os proprietários e gestores do capital, bem como aqueles que, “de posse de um capital acumulado, vivem da especulação e dos juros”. As abordagens de Antunes (2009) e Abdelnour (2011) atualizam a abrangência da classe trabalhadora e reforçam a nulidade dos representantes do capital (proprietários de meios produtivos de valor-capital e rendas, acionistas e administradores com expressiva remuneração) na efetiva produção da riqueza.

O fato a ser ressaltado é que para crescer e se desenvolver em uma localidade, o turismo demanda uma produção geral que engloba elementos materiais e imateriais, exigindo trabalho socializado em estruturas que *não poderiam funcionar de forma individualizada; não são postas com esse propósito; ou mesmo acabam reconfiguradas no percurso (fechadas, absorvidas, ampliadas)*, questões essas que engrenam a produção e reprodução do valor-capital, conforme esclarece Marx (2001, v.II, p.883): “quando o trabalhador [...] puder acumular para si mesmo, o que pode fazer quando é o proprietário de seus meios de produção, são impossíveis a acumulação capitalista e o modo capitalista de produção: falta para a isso a imprescindível classe dos assalariados”.

A apropriação do que se gera por essa atividade social é o dinheiro que se transforma em capital: seus representantes, uma vez expostos à lógica da concorrência, podem um dia deixar esse posto caso não estejam empenhados em estabelecer estratégias para expandí-lo; assim como alguns integrantes da classe trabalhadora podem passar a representá-lo, desde que obtenham meios que lhes permitam se valer do trabalho excedente alheio e/ou a se relacionarem com outros indivíduos via obtenção de rendas e juros, respectivamente. Conforme destaca

¹¹⁸ “cujo emprego e proteções que os acompanham são descontinuas e incertas”

Lafargue (1977, p.176), o capital assegura o seguinte em todos os cantos que lhe servem e lhe bastam: “[eu] enriqueço o celerado não obstante a sua loucura [e] empobreço o justo não obstante a sua justiça. Dou-me aos capitalistas e partilho-me entre eles; Sirvo-me deles como de um chicote com mil pontas, [mas] todo o acto (sic) que lesa os [meus] interesses é crime e será punido”.

A questão primordial dessa relação é que o valor-capital, para ser gerado e expandido (haja vista que a manutenção é incompatível com o seu movimento), precisa da continuidade ou do cuidado para que a classe trabalhadora continue como classe trabalhadora, possível pela trincheira posta entre os produtores-diretos e os meios necessários para se concretizar e impulsionar a produção. Se, conforme foi apontado, essa é uma questão de princípio e que assegura o capitalismo enquanto modo de produção dominante, diversas surgem conectadas a ela, como o comprometimento de ganhos com necessidades e desejos, desde a moradia (seja locada, seja pelo crédito obtido), o alimento, o transporte, até a busca para se acessar materialidades e imaterialidades diariamente remodeladas e modificadas pelos avanços tecnológicos e pela moda, todos eles dependentes da atividade laborativa posta como mercadoria. Nesse processo nunca uniforme em todas as realidades e dinamizado por vias produtivas-ideológicas, a classe trabalhadora deve contar com grupos sem acesso ao trabalho, não porque esse tende a diminuir, mas por sua vinculação ou subordinação ao capital:

[...]. A grande beleza da produção capitalista reside não só em reproduzir constantemente o assalariado como assalariado, mas também em produzir uma superpopulação relativa de assalariados, isto é, em relação à acumulação de capital. Assim, a lei da oferta e da produção de trabalho fica mantida nos trilhos certos; a oscilação salarial, confinada dentro dos limites convenientes à exploração capitalista; e, finalmente, garantida a imprescindível dependência social do trabalhador para com o capitalista, uma relação de dependência absoluta, que o economista político em casa, na mãe pátria, pode metamorfosear em relação contratual entre comprador e vendedor, entre dois possuidores igualmente independentes de mercadorias, o detentor da mercadoria capital e o detentor da mercadoria trabalho (MARX, 2001, v.II, p.885).

É dessa relação social que provém o que Marx chama de trabalho produtivo e que entra em pauta agora. Molina e Rodriguez (2001, p.54) apontam o turismo como uma “atividade economicamente improdutivo e complementar”, justificando que esse setor apenas absorveria “o excedente da receita gerada nos setores primário e secundário da economia”. Ao explicarem os motivos do estabelecimento de estruturas turísticas em países latino americanos, muitas dimensionadas de acordo com um modelo exportador e focadas, portanto, em fluxos de turistas internacionais, os autores defendem que isso ocorreu pelo fato de que nesses países “não existe tal excedente [dos setores primário e secundário] que permita estimular o turismo” (MOLINA; RODRIGUEZ, 2001, p.54). Com isso, apontam o caráter de desigualdade acentuado por empreendimentos voltados a demandas de poder aquisitivo elevado (o perfil de turista ideal no dialeto do mercado) em espaços caracterizados por enormes disparidades socioeconômicas e, em relação a isso, Molina e Rodriguez conseguem fazer uma descrição.

No entanto, ao relatarem que o turismo é uma “atividade economicamente improdutivo” (2001, p.54), acabam desconsiderando as especificidades da economia política capitalista, ou seja, as relações estabelecidas a partir da sua hierarquização socioprodutiva orientada à produção e expansão de valores a serem acumulados de forma privada. Contrariamente ao posicionamento de Molina e Rodriguez (2001), asseguramos que as atividades características do turismo não somente podem ser produtivas, como tendem a ser cada vez mais produtivas, principalmente em realidades que apresentem vantagens comparativas para o valor-capital, além de que as atividades situadas nos setores primário e secundário também podem ser complementares àquelas integrantes do terciário, a depender dos níveis de produção de excedentes e acumulação com esse setor¹¹⁹.

Deve-se evidenciar que um serviço é oferecido (vendido) e deve propiciar uma transformação para o sujeito que dele usufrui. Caracteriza-se, portanto, por algo realmente existente e desvinculado de uma materialidade no sentido de usufruto do

¹¹⁹ Como exemplificação pontual é possível mencionar o município de Bonito-MS, onde fazendas antes centradas na criação de gado foram redimensionadas com a substituição parcial e/ou total de tal atividade, passando a gerar excedentes com a contratação e/ou reorientação de trabalhadores em serviços de recepção à turistas para mergulhos, passeios, almoços.

seu valor de uso em tempo posterior, sendo que o seu consumo é concomitante à produção e o próprio efeito imaterial do trabalho se constitui como mercadoria:

Quando as camareiras em hotéis ou motéis [...] arrumam camas, realizam uma operação de montagem que não difere muito das ocupações de montagem nas oficinas – fato reconhecido pela gerência quando empreende estudos do movimento e do tempo de ambos nos mesmos princípios – e o resultado é uma mercadoria tangível e vendável (BRAVERMAN, 1980, p.304,305).

O serviço, para ser produtivo, precisa inicialmente estar vinculado àquelas relações particulares estabelecidas entre o empregador e os produtores diretos ou à classe trabalhadora. Por exemplo: para assim se especificar ele depende de algo material (um *resort*) controlado por um empresário, sendo que sua operacionalização (hospedagem, alimentação, entretenimento, manutenção) demanda agentes contratados (com vínculo assalariado ou de prestação de serviços por tempo determinado) com vistas a atender ao seu público-foco. Assim como quando comprou ou arrendou o empreendimento o capitalista adquiriu o direito de usufruir do seu valor de uso e projetá-lo para a troca; no caso da contratação da mão de obra é a mesma coisa. Essa se configura como uma mercadoria a qual será utilizada conforme os direcionamentos de quem a comprou por um período¹²⁰. Os serviços prestados como mercadorias (produção socializada) são produtivos pela relação que encerram, ou seja, ao serem executados precisam necessariamente gerar um valor superior ao que é despendido na forma de salário ou pagamento (capital variável) que fica com o empregador e é utilizado na reprodução simples e ampliada do capital. De forma contrária, se o serviço puder ser executado diretamente e, portanto, sem a intermediação de outros sujeitos (nesse caso o proprietário de uma pequena pousada é o próprio agente executor), mesmo que ele seja útil e gere valor (mercadoria), não é considerado produtivo do ponto de vista do capital:

Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista, servindo assim à auto-expansão do capital [...]: um mestre-escola é um trabalhador produtivo quando trabalha não só para desenvolver a mente das crianças, mas também para enriquecer o dono da escola.

¹²⁰ No capítulo anterior foi abordado como é estipulado o preço do trabalho.

Que este invista seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa de fazer salsicha, em nada modifica a situação. O conceito de trabalho produtivo não compreende apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, de origem histórica [capitalista], que faz do trabalhador o instrumento direto de criar mais-valia. Ser trabalhador produtivo não é nenhuma felicidade, mas azar (MARX, 2001, v.II, p.578).

Por mais que os proprietários de empresas de turismo gostem eventualmente de bem receber, seus empreendimentos precisam ser realizados no mercado. Dessa forma, todo e qualquer investimento não tem como mediação principal o valor de uso, mas esse valor enquanto estrutura indispensável à produção de serviços para a troca¹²¹. Por isso, necessariamente, aquele indivíduo ou grupo que personifica o capital (exercendo o seu papel social e não pessoal) deve “produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o valor conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la, isto é, a soma dos valores dos meios de produção e força de trabalho” (MARX, 2008, v.I, p.220). Mesmo que essa questão já tenha sido colocada, é preciso observar que não se trata da diferença estabelecida entre investimentos de capital ou o chamado custo de produção (capital constante e capital variável) e o preço realizado dos serviços, uma vez que “a categoria preço de custo nada tem a ver com a produção do valor da mercadoria ou com o processo de valorização do capital” (MARX, 2008, v.I, p.43):

Se, para o capitalista, o total despendido para se prestar um serviço de hospedagem, por exemplo, consiste no montante direcionado à compensação e manutenção do hotel (financiamentos, reformas) mais os gastos com materiais de consumo e empregados, lhe foge o fato de que para essa mercadoria atender aos seus propósitos é necessário o processo de valorização do valor anteriormente investido. Para ele, tudo seria custo de produção e o *lucro* resultaria meramente da diferença entre o *capital adiantado* (preço de custo) e o *preço médio de mercado* (valor

¹²¹ Obviamente que grupos empresariais comprem empresas para vender ou terrenos para construir e vender com vantagens, ou mesmo detêm a terra para especular no mercado e obter rendas diferenciais, fato que será discutido no capítulo posterior. Considera-se aqui a utilização do empreendimento como valor de troca e não o próprio empreendimento que também carrega essa possibilidade.

de troca da mercadoria)¹²², referente a prestação de serviços na categoria do seu meio de hospedagem. Mas se o próprio modo de produção capitalista acoberta o fato de que *somente* o trabalho gera valor e promove sua variação concretizando a mais-valia, enquanto o meio de produção tem o seu valor transferido ao preço de venda (ou seja, o capital explora somente o trabalho vivo), é preciso desmistificar a confusão que se faz quando erroneamente se identifica o *capital variável* com o *constante*; o que equivale a dizer que o lucro seria resultante do esforço pessoal do capitalista ou uma relação de todo o capital adiantado com o capital auferido, sendo a intermediação do trabalho simplesmente um *fator* de produção em que o salário entraria como seu equivalente total e a venda originaria a mais-valia. Nada mais enganoso, pois o preço da força de trabalho (o salário) jamais pode ser identificado com o valor que o trabalho produz, além do que a mais-valia não se constitui em “excesso do preço de venda sobre o valor da mercadoria [mas sim em] excesso desse valor sobre o preço de custo” (MARX, 2008, v.IV, p.53).

Isso significa que, uma vez estabelecido o contrato de trabalho legitimado pelo Estado de direito e pela relação contratante-contratado (formal ou informalmente), não há necessariamente injustiça na esfera da troca de trabalho por dinheiro (salário, pagamento), pois o valor dessa força física e intelectual é previamente combinado entre esses dois sujeitos sociais e somente entra em operação após tal acordo. Fundamentalmente o ônus que recai sobre o trabalhador vem do seu posicionamento enquanto classe social, ou seja, enquanto indivíduo que não tem a possibilidade de produzir com seus próprios meios, sendo a sua especificidade de acrescentar valor (o trabalho abstrato) que o coloca em relação com o capitalista e somente ele justifica a sua cota-parte nessa distribuição desigual¹²³.

¹²² Lembrando que “o que determina a grandeza do valor [...] é a quantidade de trabalho socialmente necessária ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor-de-uso [...]” (MARX, 2008, p.61). Mas se daí vem a sua magnitude, não é possível confundir com a sua natureza, tal como evidenciou Carcanholo (2011, p.18). Nesse sentido, o valor original (advindo do trabalho) pode variar por “determinações estruturais do sistema [e por] determinações circunstanciais da oferta e da demanda” (CARCANHOLO, 2011, p.16).

¹²³ A concepção de mais-valia dos autores da economia política clássica, sobretudo, David Ricardo, é diferente da de Marx justamente nesse ponto: para os primeiros o valor a mais é um “resultado da troca injusta do trabalho pelo salário entre trabalhadores e capitalistas: os trabalhadores seriam forçados a vender seu trabalho abaixo de seu valor; o excedente surgiria [nessa] troca” (BOTTOMORE, 2012, p.336). Já para Marx, conforme exposto, não se retira do salário (muito embora essa prática otimize o lucro), mas o valor a mais provém da esfera produtiva ou da valorização do valor anteriormente investido. Portanto, salários “mais justos” não indicam o fim da exploração de um ser sobre outro.

Voltemos ao exemplo: o *valor* unitário da mercadoria-hospedagem é, digamos, de R\$ 400,00, constituído pelo conjunto formado por capital constante (C) + capital variável (V) + mais-valia (M). O *preço de custo* R\$ 150,00 ou C + V seria assim distribuído: R\$ 50,00 que representa a reposição paulatina do capital total fixado na edificação ou capital fixo e R\$ 100,00 com capital circulante, repartidos em R\$ 80,00 de materiais e R\$ 20,00 em salário ou pagamento do sujeito contratado, os quais, diferentemente do capital fixo, têm o valor total integrado ao valor da mercadoria; enquanto a mais-valia seria de R\$ 250,00. Se a unidade habitacional tivesse seu valor igual ao preço de custo (R\$ 150,00), teríamos $M = 0$, o que é impossível na forma social capitalista, “embora o preço de venda da mercadoria possa ser igual ou inferior ao custo, em conjunturas especiais de mercado” (MARX, 2008, v.IV, p.52). Contudo, sendo o valor R\$ 400,00 (preço de custo R\$ 150,00 + mais-valia R\$ 250,00), o preço da diária (ou o seu valor de troca) pode gerar lucro ao capitalista mesmo sendo realizada abaixo do seu valor, ou seja, se negociá-la a R\$ 180,00 (R\$ 220,00 abaixo do valor), ainda assim terá um lucro de R\$ 30,00¹²⁴. Por isso, “quanto maior a parte do valor-mercadoria constituída pela mais-valia, tanto mais amplo o espaço em que [os capitalistas] podem operar preços intermediários, [sendo que] isso explica fenômenos cotidianos de concorrência” (MARX, 2008, v.IV, p.52).

Obviamente que a possibilidade de cada empresa em se manter e ampliar está atrelada a um lucro médio, uma vez que aquela que não o obtém é lançada fora do mercado. Por isso, a garantia de permanência na concorrência capitalista (ou o sucesso do empreendedor) provém de mecanismos para se alargar a mais-valia e, com ela, a acumulação, fato que propicia margem de manobra para se praticar diferentes preços de venda e se auferir lucros suplementares, sendo que esses últimos não provêm necessariamente “da diferença entre os valores e os preços de produção [...] e sim da diferença entre o preço geral de produção regulador do mercado e os preços individuais de produção que dele diferem” (MARX, 2008, v.VI, p.1009). Demonstraremos posteriormente que o campo do turismo é marcado, de uma forma geral, pela possibilidade em se alcançar lucros suplementares diante de estratégias

¹²⁴ Marx (v.IV, p.52) esclarece: “enquanto o preço de venda supera o de custo, embora esteja abaixo do valor da mercadoria, realiza-se parte da mais valia nela contida, obtêm-se lucro. Entre o preço de custo e o valor existe a possibilidade indeterminada de uma série de preços de venda”.

para a minimização do capital variável, aliadas a maximização do valor a mais via extensão e intensidade do trabalho.

Por ora, importa ressaltar duas questões: 1) no processo produtivo se oculta a mais-valia na forma de lucro¹²⁵, uma vez que esse nunca expressa a verdadeira exploração do trabalhador, pois, conforme verificado, supondo que a mais-valia permaneça constante, o lucro pode variar diante da margem de preços que podem ser praticados entre o custo de produção (com alterações no capital constante e variável) e o valor efetivo gerado pelo trabalho social; e 2) a diferença entre a remuneração reposta pelo trabalho necessário (que cria valor) e o valor a mais produzido pelo trabalho no tempo excedente (que valoriza o capital anteriormente investido e nada tem a ver com o salário) explica a mais-valia¹²⁶:

Na parte do dia de trabalho na qual gera o valor diário da força de trabalho [...], o trabalhador só cria o equivalente ao valor dela já pago pelo capitalista, apenas substitui o valor desembolsado do capital variável pelo novo valor criado, e essa criação de valor é mera reprodução. Chamo de tempo de trabalho necessário a essa parte do dia de trabalho na qual se sucede essa reprodução [...]. O segundo período do processo de trabalho, quando o trabalhador opera além dos limites do trabalho necessário, embora constitua trabalho, dispêndio de força de trabalho, não representa para ele nenhum valor. Gera a mais-valia, que tem, para o capitalista, o encanto de uma criação que surgiu do nada (MARX, 2008, v.I, p.253).

Se o trabalho que consiste em mera transferência de valor via salário equivale a 5 horas, para uma mais-valia de 100% o indivíduo deve trabalhar 10 horas, com a

¹²⁵ Conforme verificado, a taxa de lucro pode variar em relação a taxa de mais-valia no processo de produção, pois o preço nem sempre se realiza conforme o valor médio de uma mercadoria, além do fato que a mais-valia está relacionada ao capital variável enquanto o capital constante não cria valor, apenas transfere seu valor ao preço do produto (material/imaterial) via atividade de trabalho. Se a taxa de mais-valia é determinada dividindo-a pelo capital variável ($m' = m/v$), a taxa de lucro determina-se dividindo a mais-valia pela soma entre capital constante e variável ($l' = m/(c+v)$): “dessa proporção segue-se que l' , a taxa de lucro, é sempre menor que m' , a taxa de mais-valia, pois v , o capital variável, é sempre menor que C , a soma de $v+c$, de capital variável e capital constante. A única exceção seria o caso praticamente impossível em que $v=C$, em que o capitalista não adiantasse qualquer capital constante ou meio de produção, mas tão somente salário” (MARX, 2008, v.IV, p.72). Marx evidencia, ainda, que “conhecida a taxa e dada a grandeza da mais-valia, a taxa de lucro exprime apenas aquilo que efetivamente é, outra mensuração da mais-valia, tomando por base o valor da totalidade do capital, em vez do valor da parte do capital, trocada pelo trabalho e da qual a mais-valia deriva diretamente em virtude dessa troca” (MARX, 2008, v.IV, p.65).

¹²⁶ Marx (2008, p.1082) explica que “haverá sempre, necessariamente, trabalho excedente no sentido de trabalho que excede o nível das necessidades dadas”. Contudo, o trabalho no capitalismo é direcionado não para a produção de excedentes sociais, mas para a acumulação de terceiros e isso ocorre de forma mais avançada que na escravidão: ao trabalhador assalariado o consumo do que produz somente é possível mediante o que ganha, enquanto o escravo é sustentado por quem o explora.

tendência de que o trabalho necessário varie para menos a fim de se expandir o excedente ou, caso o tempo total decresça, a intensidade laborativa deve manter ou alargar a taxa de mais-valia. Ao se aterem unicamente ao trabalho que produz materialidades possíveis de serem diretamente estocadas e desconhecem ou desconsiderarem (talvez estrategicamente) o dado ontológico primário (o produzir e o reproduzir-se na forma social capitalista), Molina e Rodriguez não detectam e deixam de explicar o que efetivamente configura o trabalho produtivo nos serviços. Essa especificidade de trabalho, **“cria não só o valor necessário à reprodução da força de trabalho como também a mais-valia, o valor excedente do qual se origina o lucro dos diferentes capitais, os juros, aluguéis e rendas de todos os tipos [...]”** (CARCANHOLO, 2011, p.157, grifo nosso). A diferença é que nos serviços a valorização do valor ocorre simultaneamente à venda ou circulação e o trabalho não consubstancia estoque.

Nesse sentido, as iniciativas ou atividades “empreendedoras” que se valem dessa relação (capital *versus* trabalho) e obtêm êxito em sua concretização de forma ampla, adquirem maior poder de competitividade com a aplicação vertical e horizontal dos excedentes, reproduzindo tal interação social. Verifica-se, então, que a expansão e o aprofundamento das relações capitalistas estão alicerçadas ao trabalho produtivo e não ao trabalho útil improdutivo, pois é a primeira configuração de atividade social que promove o crescimento. Ora, quando se promulga o *crescimento econômico*, trata-se justamente da expansão produtiva para o valor a mais como forma de assegurar os processos de acumulação; sendo que qualquer ajuste pretendido ao se abordar o *desenvolvimento capitalista* está a ele subordinado e pode se firmar em termos sociais, ecológicos e patrimoniais dentro de limites que não comprometam a produção *quantitativa*, constituindo o trabalho útil improdutivo mero apêndice a ser absorvido ou utilizado a favor do capital como vitrine de um mundo impossível enquanto ele permear as relações humanas. Quando Lefebvre (2008) aponta a diferença entre *crescimento econômico* e *desenvolvimento social*, ele pretende dizer precisamente isso, ou seja, o segundo somente é plenamente realizável em uma organização societária voltada ao

crescimento *qualitativo*, onde o excedente do trabalho não seja mais vinculado à *quantidade* e, portanto, a mais-valia esteja suprimida das relações sociais¹²⁷.

Enquanto isso, com o intuito de expandir e/ou intensificar a parte da jornada que produz um valor superior àquele despendido com o produtor direto e com o capital acumulado direcionado ao processo produtivo, o contratante não irá se eximir de tentar pagar o mínimo salarial possível, observando o conjunto do mercado em uma dada escala espacial e situação conjuntural. Isso porque “[...] o salário tem, sobre a magnitude da mais-valia [...], efeito inverso ao da duração do trabalho e ao da intensidade do trabalho: enquanto a elevação do salário reduz a mais-valia, aumentam-na o prolongamento da jornada e o acréscimo da intensidade do trabalho” (MARX, 2008, v.IV, p.73). Frente a esse cenário que, se bem escalonado com a efetiva produção e realização de mercadorias-serviços caracteriza um momento de crescimento econômico, sempre que o preço da força de trabalho estiver abaixo do seu valor a possibilidade de questionamento somente pode ocorrer por categorias profissionais organizadas politicamente conforme abordado, não dependendo da ação individual ou daquele empregado qualificado que se formou na melhor universidade, é fluente em diversos idiomas, empreendedor e receptivo¹²⁸.

Marx (2008, v.I, p.366) explica que a mais-valia pode ser ampliada de forma “absoluta” e/ou “relativa”. A primeira consiste no prolongamento do período de trabalho; e a segunda refere-se às inovações tecnológicas ou técnicas de gestão que contribuirão com a diminuição do tempo socialmente necessário para se que se acentue o excedente¹²⁹. Carcanholo (2011, p.149) relata que a forma absoluta “é resultado da ação de um empresário na sua própria empresa; a outra [relativa]

¹²⁷ Lefebvre (2008, p.150) evidencia que “durante muito tempo identificou-se o crescimento em todas as direções – demográfico, econômico, tecnológico – com desenvolvimento social qualitativo. Ambos foram confundidos, considerando que o crescimento levaria ao desenvolvimento, que cedo ou tarde o quantitativo levaria ao qualitativo. Ora, o quantitativo só conduz ao qualitativo depois de ser colocado em questão e em disponibilidade, após a crise; quer dizer, ponto e limiar críticos”. Compreende-se, então, que o desenvolvimento social nos termos de Lefebvre não é possível no sociometabolismo do capital e, ao se considerar os seus marcos regulatórios e operacionais, o desenvolvimento somente pode estar associado ao crescimento econômico e a expansão do mundo das mercadorias, desde a expansão da venda de carros até a certificação de responsabilidade ambiental na hotelaria.

¹²⁸ Tal indivíduo pode ter um poder de empregabilidade maior, no entanto, está sujeito às leis de flutuação do mercado. Conforme exposto no capítulo anterior, o valor da força de trabalho é nivelado pela sociedade mercantil e seus diferenciais formativos não garantem níveis salariais ou de pagamentos gerais totalmente desproporcionais ao conjunto dos que se encontram no mercado e nos mesmos níveis de qualificação.

¹²⁹ Considerando o fato de que o capitalismo é o modo de produção que mais oculta a exploração do trabalho, não é possível mensurar e separar o que é feito no tempo necessário e no excedente, sendo que a diferença entre o ganho do contratado ou o capital variável e o resultado da produção indica a disparidade que se reflete nas relações socioespaciais.

depende do que ocorre em um conjunto grande de empresas”, ou seja, é determinada de forma mais direta pela concorrência de mercado¹³⁰. Se considerado o campo do turismo, não somente as novas tecnologias (que vão desde os sistemas de reservas encontrados em agências, operadoras, companhias aéreas até as máquinas de *check-in* em hotéis econômicos e aquelas utilizadas para pequenas refeições como as da rede *Ibis Budget*, da *Accor*) são práticas correntes, mas as estratégias de recursos humanos que envolvem a competitividade entre funcionários via cursos para a maximização de vendas, metas x recompensas, treinamentos motivacionais e educação para a qualidade total, efetivam-se como procedimentos para a produção de valor a mais em sua forma relativa. Marx já alertava que existem impedimentos sociais quanto à mais-valia absoluta, os quais automaticamente fomentam a relativa e fazem com que essa última esteja cada vez mais na ordem do dia, uma vez que a ela relaciona-se não “a grandeza extensiva do trabalho, [mas] a [sua] grandeza intensiva” (DAL ROSSO, 2008, p.54). Deve-se observar, no entanto, que não se trata de questões separadas, mas de modos diferenciados e interconectados para a maximização do valor a mais, atadas a aspectos conjunturais do capitalismo e a setores produtivos específicos.

De uma forma geral, os mecanismos de extração de mais-valia e lucros tendem sempre à amplificação, os quais estão diretamente associados à reconfiguração do espaço pelo turismo e esse, por sua vez, pode resguardá-los e promovê-los. A fim de demonstrar e situar isso no âmbito do “sociometabolismo do capital [e do capitalismo como] uma de suas variantes históricas [...]” (MÉSZÁROS, 2006, p.16), pontua-se a partir de agora casos empíricos como forma de exemplificação e contribuição para as inferências (dedutivas e indutivas) quanto a esses processos.

¹³⁰ A primeira pode caracterizar uma composição orgânica baixa do capital (mais capital variável e menos capital constante), enquanto a segunda se efetiva com uma composição alta (mais capital constante e menos variável). A diminuição do capital variável e consequente aumento da composição orgânica pode aumentar a mais-valia em sua forma relativa, ou seja, menos empregados, menos tempo de trabalho necessário e aumento do excedente (mantendo o tempo total inalterado) e maior produtividade ou otimização da valorização de valor com meios mais tecnológicos.

Iniciaremos com o cotidiano de trabalho de um sujeito, o qual denominamos “cortês trabalhador”. Trata-se de um funcionário real¹³¹, empregado em um *resort* de uma rede internacional real instalada nas proximidades de Porto Seguro, Bahia. Aqui, seu nome fictício é “Ilha Intocada”, um dos muitos empreendimentos que se apresentam como “responsáveis” por contar com selos verdes e gerar empregos às comunidades em sua área de abrangência. O “cortês trabalhador”, após concluir o seu curso de graduação em turismo, adquirir experiência em um luxuoso hotel e em uma empresa de eventos em Ouro Preto-MG, foi admitido como “colaborador” do *resort* “Ilha Intocada” e teve, por curto período de tempo, a sua subjetividade sequestrada. Mas como isso é possível? O chamado sequestro da subjetividade somente pode ser compreendido como forma de alienação do trabalhador.

Sendo a alienação¹³² resultante do controle, pelo capital, de todo o processo de trabalho, o sequestro da subjetividade nada mais é do que um dos seus braços operacionais: “a alienação acaba [...] instituindo mecanismos de submissão do trabalhador à lógica da organização produtiva, de tal forma que a subjetividade tornou-se fragmentada na atual sociedade capitalista” (FARIA, 2011, v.3, p.116). Variados são os estratagemas de gestão para o referido sequestro, os quais são postos de acordo com o porte da empresa e a hierarquia em que o empregado está posicionado: ceder um carro de luxo; períodos de férias em cruzeiros¹³³; equipamentos de informática; jantares de confraternização; participação nos lucros declarados; ou mesmo a simples mudança da denominação de funcionário para colaborador, assistente, associado, consultor, a qual tornou-se regra balizadora dos recursos-humanos. A ideia de que a empresa é o lar do empregado e os colegas a sua família, bem como a máxima de que o sucesso da empresa é o seu sucesso, servem bem à prática do sequestro com o intuito de “levá-lo a enfrentar condições físicas e psicológicas de trabalho cada dia mais precárias” (FARIA, 2011, p.116).

Os que podem compreender as relações sociais de produção atuais ficam resguardados de tal sequestro, muito embora sejam calados pelas necessidades de sobrevivência e, principalmente, por conviverem com trabalhadores que têm a

¹³¹ Detalhamento do cotidiano de trabalho elaborado a partir do depoimento do gerente de compras e estoques, o qual preferiu não ter o nome identificado.

¹³² Em relação à alienação, verificar capítulo acerca da categoria ideologia.

¹³³ O chamado “turismo de incentivo”.

subjetividade dominada. Para os que não têm essa possibilidade¹³⁴, o poder empresarial é mais abrangente e penetrante, mas isso não exclui uma possível fuga do cativeiro, a qual *pode* ser promovida pelo grau de intensidade da exploração. No entanto, como alerta Faria (2011, p.116), “ao mesmo tempo em que o resgate do sujeito é possível, o sequestro desencandeia a ‘Síndrome de Estocolmo’, que remete a uma relação afetiva do sequestrado com o sequestrador”¹³⁵.

No caso do “cortês trabalhador”, uma das estratégias da empresa para o sequestro da subjetividade é a moradia no empreendimento, o que, por um lado, o desobriga com os gastos de aluguel, alimentação e transporte e, por outro, oferece a oportunidade de viver em um complexo sofisticado e isolado à beira-mar. A “Ilha Intocada” possui um esquema de gestão que hierarquiza seus funcionários por denominações específicas de grupo e aproximativas com a dos hóspedes como forma de promover a interação entre esses e um nível específico de empregados. Os nomes fictícios de cada segmento, aos quais os funcionários pertencem, são: o grupo do “cortês funcionário” e o do “cortês artista”. Já os hóspedes se enquadram na categoria do “cortês associado”. Os empregados que integram o grupo do “cortês funcionário”, em número aproximado de 250, não moram no complexo. Entram no horário estipulado, trabalham na cozinha, limpeza e serviços gerais, e vão embora ao final do expediente de acordo com a escala que devem cumprir. Os que estão enquadrados nessa categoria ganham um salário mínimo e uma cesta básica, fazem as refeições no *resort* e moram nas cidades e/ou distritos próximos. Além disso, não podem se envolver diretamente com a categoria do “cortês associado”, devendo aparecer o mínimo possível nas áreas em que esses circulam e permanecem, como é o caso das camareiras.

O hóspede quando entra, pagando uma diária restrita às classes sociais mais abastadas, é assessorado diretamente pela categoria do “cortês artista”, em número aproximado de 150 funcionários. Esses ganham em média $1\frac{1}{2}$ salário mínimo, com exceção de um grupo reduzido composto por dez empregados, os quais também são chefes de setores, com salários que variam entre $2\frac{1}{2}$ e 4 mínimos. Além desses, há

¹³⁴ Por exemplo: as faculdades de turismo que se associam a empresários para reestruturar as matrizes curriculares e têm foco na formação para o mercado facilitam e criam caminhos para as ações de sequestro da subjetividade.

¹³⁵ Em relação a isso, verificar a questão do chamado “fetiche da mercadoria” (Marx) e o capítulo que trata da Ideologia.

um grupo superior-gerencial chamado de “conjunto dos quatro”, ocupando funções administrativas e ganhando, em média, seis salários mínimos e participação nos lucros. Importa observar que o assessoramento ao “cortês associado” é realizado de forma interativa, pois aos funcionários que compõem a categoria de “cortês artista”, além de exercerem suas funções específicas (*barman*, chefe de cozinha, *maître*, recepcionista) é exigida a participação em almoços, atividades de lazer e animação. Sendo a “Ilha Intocada” um empreendimento que estimula seus hóspedes a não saírem de suas dependências, pois oferece todas as atividades e refeições em seus limites (*all inclusive*) tal como em cruzeiros marítimos, esse segmento de funcionários é “convidado” a participar do tempo livre dos clientes.

É preciso destacar que o “cortês artista” não é recrutado localmente como o “cortês funcionário”, mas essencialmente em outros estados. A única possibilidade para se enquadrar nessa categoria não é simplesmente pelo trabalho, mas pela moradia no *resort*. Trata-se de uma condição indispensável que serve tanto ao sequestro da subjetividade, como para a extração de mais-valia em sua forma absoluta. Qual é a dinâmica? Nosso “cortês trabalhador” a explicou. Sua função, além de ser um “cortês artista”, é a chefia do departamento de compras. Como chefe, coordena seu setor e outros funcionários, entrando às 08h:00. Ao mesmo tempo em que cumpre suas obrigações, deve sair para interagir com os seus colegas passageiros da categoria “cortês associado”, como servir frutas à beira da piscina. Se as horas laborais eram estipuladas em contrato até às 16h:20, acabam se estendendo até às 18h:00, pois a interação consome o tempo de trabalho exigido pelo setor, o qual deve ser cumprido. Mas o período extra não é computado, seja com banco de horas, seja com pagamento. De qualquer forma, tal interação intensifica a jornada ao mesmo tempo em que a estende.

Mas o “cortês trabalhador” é um “cortês artista” e, por sua posição, mora na “Ilha Intocada” *all inclusive*. Nada melhor que isso para poder fazer *l’heure de l’apéro*¹³⁶ a beira mar ou jantar em um dos seus restaurantes. Ocorre que não se trata apenas de agradáveis opções que se abrem aos funcionários em seus momentos de tempo livre, mas são recomendações expressas do próprio empregador aos seus “habitantes”. Às

¹³⁶ Horário do aperitivo ou *happy hour*.

19h:30 o “cortês trabalhador” deve estar nas áreas sociais com os hóspedes e, conforme a escala desse “tempo livre” para vivenciar a estrutura edênica, o funcionário deve visitar várias partes da “Ilha Intocada”: janta com os colegas de passagem, vai ao teatro e ao clube de dança. Nas atividades recreativas, o “cortês trabalhador” vira animador de palco em peças teatrais para entreter os que compõem a categoria de “cortês associado”. Recomenda-se, para melhor interação, que o “tempo livre” se estenda até às 00h:30. Funde-se o tempo de trabalho com o tempo-liberado. O primeiro invade o segundo e, ao fim e ao cabo, o descanso se restringe das 00h:30 às 08h:00, sendo essa a engenhosa técnica de incremento da mais-valia e corporificação de lucros suplementares.

Nesse contexto de trabalho, ao “cortês artista” que vem de outros estados, resta a opção de se ausentar do complexo somente durante o período de férias, pois as folgas marcadas uma vez por semana não possibilitam tempo hábil para percorrer longas distâncias. Tendo em vista que o empreendimento localiza-se em um local afastado de grandes centros urbanos, até mesmo nos momentos de folga não é vantajoso se ausentar do ambiente de trabalho e, justamente por isso, o termo *ilha* é adequado não somente à estratégia de gestão para “confinar” o turista que compra essa mercadoria-serviço, mas também e, principalmente, para dificultar o movimento dos funcionários para além dos limites do *resort*. O “cortês trabalhador” não conseguiu viver por muito tempo no local de trabalho-moradia, mas durante o período em que esteve lá, jamais pôde se manifestar quanto à exploração que sentia no cotidiano, pois, sobre isso, o “eu subjetivo” isolado do “eu coletivo”, pouco ou nada pode fazer. Movia-se sob comandos enérgicos não somente no tempo de trabalho, mas também no fictício tempo liberado. Considerando que a “Ilha Intocada” é apenas uma extensão ou filial do empreendimento original que serviu de modelo para outros hotéis de lazer que agora atuam como concorrentes em escala mundial e regional e há uma organização da classe empresarial com vistas a nivelar o preço da força de trabalho abaixo do seu valor, poucas coisas podem mudar com uma possível mudança de emprego no mesmo setor e categoria de meio de hospedagem. E os mestres e doutores da qualidade total no turismo, tão preocupados com a gestão, prestam grande serviço à manutenção e revigoração dessas práticas.

Mas deve-se observar que, paralelamente às ocupações formais, as contratações temporárias (muitas informais) para certos serviços nesses empreendimentos são formas alternativas ou complementares de extração de mais-valia. O caso de outro cortês trabalhador (agora terceirizado)¹³⁷ em relação às atividades de entretenimento em um *resort* que conjuga lazer e cursos técnicos no interior de São Paulo aponta o que é comumente praticado em unidades produtivas de hospitalidade assim categorizadas, chamando a atenção para o fato de que as terceirizações de serviços ou daqueles sujeitos que ficam responsáveis pelos momentos lúdicos obedecem as entradas e saídas dos hóspedes, a sazonalidade e/ou aos períodos em que são promovidos eventos, questões essas que ajudam a caracterizar como incertas as ocupações relacionadas ao turismo. Quadros enxutos e, portanto, estabelecidos aquém da medida do que é possível de ser normalmente realizado pelos grupos em questão materializam a intensidade e a extensão do trabalho: geralmente as chamadas “equipes de recreação” são contratadas de forma avulsa, ou seja, são pagas por hora ou por dia e, por isso, quanto mais o trabalho se estende, maior é a remuneração.

Tal mecanismo adotado (não somente por empresas de turismo) faz com que os expedientes citados (intensificação e extensão) sejam forçados pelo próprio trabalhador, tanto para se auferir ganhos um pouco mais expressivos, como para assinalar um possível diferencial de atuação, fato esse que aumenta as chances para trabalhos futuros. Importa evidenciar que o alargamento do tempo não se refere somente as horas diárias, as quais são de no mínimo 12 e podem chegar a 18 nas datas firmadas para as “brincadeiras noturnas” ou encenações de palco (tal como na “Ilha Intocada”), mas contempla a quantidade de dias corridos estabelecidos pelo próprio prestador de serviços recreacionais dentro de um determinado período de atividade estipulado, uma vez que não é possível saber se haverá trabalho na semana seguinte, feriado ou época de férias. Garante-se o que é possível hoje diante da incerteza do amanhã.

A função requer paciência e cuidado no revezamento diário para o atendimento às diferentes faixas etárias: os monitores encarregados pelo

¹³⁷ Dados obtidos a partir do depoimento de um profissional de educação física que prestou serviços de recreação em hotéis de lazer no interior e litoral do estado de São Paulo, o qual também prefere não se identificar.

desenvolvimento de atividades infantis devem receber as crianças, acompanhá-las aos banheiros, ajudar na troca de roupas, levá-las aos locais de alimentação e permanecerem atentos para que não deixem os espaços de recreação. Em relação aos adultos, as atividades nas piscinas e demais áreas de lazer demandam ainda mais atenção, uma vez que não são raros os casos de assédio sexual, os quais vão desde apalpadinhas até convites formais para “passeios”. Dentre os conhecimentos exigidos para a ocupação, estão incluídos aqueles relativos a atrações circenses, encenação teatral, modalidades esportivas e organização de jogos e atividades em salão para os dias de chuva, sendo que a proficiência em outras línguas é também usual.

Se o expediente pode variar de 12 a 18 horas, os momentos de parada fazem parte de alternâncias entre os colegas, mas geralmente são previstas duas por dia: cerca de trinta minutos para o almoço e o mesmo tempo para o jantar. Quando as “brincadeiras noturnas” entram no cardápio de entretenimentos em datas específicas, reserva-se um período de mais trinta minutos para o banho antes das atividades, uma vez que elas podem se estender até as duas horas da manhã. De qualquer maneira, tendo ou não o trabalho noturno, o material utilizado no dia deve ser organizado, de forma que tudo esteja pronto para as atividades do dia seguinte.

O acompanhamento dos hóspedes nos horários de almoço e jantar é uma prática que varia de empresa para empresa. No caso da experiência a respeito do trabalho no hotel de lazer no interior paulista, isso é realizado por um esquema de revezamento entre os monitores-recreacionistas, sendo que aqueles excluídos dessa incumbência devem se dirigir ao refeitório do complexo, diferenciado por sua simplicidade diante da estrutura luxuosa. Mas, se essa prática é usual em algumas unidades produtivas de serviços, em outras se exige o desmembramento entre trabalhadores e hóspedes nos poucos momentos livres dos primeiros, o que inclui os espaços frequentados pelos dois grupos, sendo alguns terminantemente proibidos de serem utilizados pelos funcionários. Além disso, em empresas que separam os locais de refeição, nosso cortês trabalhador terceirizado relatou que há casos em que a comida servida aos funcionários é diferente daquela oferecida aos clientes, uma vez que se aproveita as sobras do “*menu*” do dia anterior. É digno de nota que os alojamentos ou instalações edificadas (e não raras vezes precárias) com a finalidade

de permanência de empregados fixos e terceirizados é também uma estratégia empresarial, afinal, as horas não combinadas podem ser utilizadas a serviço dos empregadores como uma “gentileza” dos contratados.

Se tanto o “cortês trabalhador” como o “cortês trabalhador-terceirizado” personificam tipos de ocupações em empreendimentos hoteleiros com amplas áreas de lazer, outros casos comuns podem ser relatados, envolvendo empresas de porte igual ou menor do grupo “alojamento”. Um complexo de lazer e eventos no estado vizinho (mais especificamente no litoral do Paraná) compete com os anteriormente mencionados em termos estruturais e de engenhosidades gestonárias, muito embora a valorização do valor seja posta aqui mais em sua forma relativa do que na absoluta quando se trata de contratações formais. Além desse, mencionamos outros quatro meios de hospedagem menores na Ilha do Mel (pertencente a Paranaguá-PR), os quais associam a forma relativa à absoluta diante da informalidade ocupacional, além de apontarmos alguns reflexos socioespaciais quando o valor-capital passa a dominar as interações humanas.

Em relação às atividades produtivas no primeiro caso¹³⁸, verificou-se que os serviços de limpeza e manutenção são terceirizados (aproximadamente 40 pessoas); os setores de governança, recreação, recepção, alimentação e manutenção contam com chefes que não possuem remuneração complementar pela atuação; as funções de camareiro(a) e auxiliar de alimentação (cerca de 50 pessoas) contam com salários próximos ao mínimo estabelecido no estado do Paraná¹³⁹; o pessoal com ensino médio e que exerce funções de recepção, caixa e *barman* ganham entre um e dois salários mínimos (totalizando também 50 funcionários) e somente os contratados com nível técnico e/ou superior (aproximadamente 15 nas funções de administradores, nutricionistas e recreacionistas) ganham entre três e quatro mínimos.

A sazonalidade, uma característica da realidade a qual está inserido, não afeta o seu funcionamento, uma vez que os espaços disponíveis para eventos do próprio hotel distribuem a movimentação ao longo do ano com as vendas “casadas” (hospedagem, alimentação, eventos e entretenimento). No entanto,

¹³⁸ Informações obtidas a partir do depoimento de uma operadora de caixa, a qual também preferiu não ter a identidade revelada.

¹³⁹ O salário mínimo neste estado é aproximadamente 35% superior ao mínimo nacional, considerando o ano-base de 2014.

independentemente da lotação, o número de funcionários não sofre variações, inclusive nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro. Justamente por isso, férias não são permitidas nesses períodos, fato comum aos grupos das demais ACT's quando considerado o turismo de sol e mar. Além das 44 horas semanais estipuladas em contrato, exige-se o que é chamado de “seis para um” ou seis dias de trabalho e um de folga, sendo que o máximo de horas extras contabilizadas é o total de duas, remuneradas somente em feriados e, nos demais dias, integram um banco de horas. No caso desse empreendimento, as folgas semanais referem-se formalmente aos domingos, mas a cada funcionário é possível escolher apenas um domingo do mês e as outras três devem ser obrigatoriamente tiradas durante a semana. Quanto aos “folguistas” ou aqueles que cobrem as folgas dos colegas, há uma grande variabilidade de horários, além de não serem raros os turnos ininterruptos. Tais expedientes significam o aproveitamento máximo dos trabalhadores, com ocupações caracterizadas também pela polivalência, ou seja, o funcionário da limpeza pode se envolver na ordenação e preparação das áreas de recreação; o recepcionista pode ajudar na conferência e reposição de frigobar; a camareira pode contribuir na arrumação da sala de eventos e assim por diante.

Se apanharmos um barco a partir de cidades próximas a esse hotel de lazer e desembarcarmos na bela Ilha do Mel, lá também encontraremos empregados multifunções, além dos sujeitos contratados informalmente diante da característica sazonal do turismo local. Essa ilha, um referencial do sul do Brasil, é atualmente uma área de proteção integral delimitada por duas unidades de conservação: uma Reserva Ecológica que abrange 95% do seu território e com restrições de utilização e visitação; e um Parque Estadual que contempla os outros 5%, onde é possível a visita e permanência regulada. É nesse espaço que estão localizados os núcleos de Brasília e Encantadas, os quais servem como portas de entrada e onde estão situadas as principais atividades características do turismo (bares e lanchonetes, restaurantes, pequenas lojas de *souvenirs*, ambulantes, hotéis e pousadas).

Empreendimentos turísticos de iniciativa de residentes, principalmente nos segmentos de alojamento (pequenas pousadas e campings) e alimentação que nada mais são do que residências adaptadas (atualmente em menor número) avizinham-se

a pousadas de pequenos proprietários e a hotéis (também chamados de pousadas ou *resorts*) que, devido às estruturas maiores, exigem mais trabalhadores em épocas de alta temporada. Desde que foram instituídas as unidades de conservação, parte dos habitantes nativos que viviam principalmente da pesca artesanal e lá permaneceram acabaram buscando meios complementares de ganhos, sendo o turismo a principal alternativa. Com aproximadamente 1100 habitantes e somente 98 pescadores restantes em 2010¹⁴⁰, desse total 65% exerciam alguma ocupação relacionada ao turismo, contudo, isso não representou um complemento significativo e a remuneração média mensal permaneceu próxima daqueles que continuaram a exercer apenas a atividade pesqueira-artesanal. Segundo Fuzetti e Corrêa (2009, p.621), os sujeitos que viviam somente da pesca declararam um ganho mensal de R\$ 425,00 em 2009, enquanto aqueles que tinham uma atuação complementar direta no turismo, o montante não ultrapassava R\$ 585,00. Os pesquisadores identificaram também que se a pesca antes do advento das visitas e permanência em larga escala (após a década de 1990) era uma atividade coletiva, agora ela é realizada de forma mais individualizada. Comprendemos que a cooperação foi quebrada não pelo surgimento do turismo como simples força produtiva, mas como potência que modificou progressivamente a hierarquização do trabalho, a qual foi reconfigurada e adquiriu outro sentido para atender não mais ao coletivo, mas a propriedade em sua forma privada como meio para a geração de valor-capital.

É o que se percebe com as pousadas A, B, C e D: seus proprietários não residem na ilha e possuem outros negócios ou profissões, sendo que essas contam com gerentes que *moram* no próprio estabelecimento, tal como na “Ilha Intocada”. São sujeitos que administram os empreendimentos em períodos de baixa e alta estação, em ocupações particularizadas pela polivalência, uma vez que a gestão inclui serviços de limpeza, recepção, reservas, compras, pequenos reparos (ou a contratação de pessoal para esse fim) e atendimento aos hóspedes. Mas, se os empregados-moradores são poucos durante quase todo o calendário, de dezembro até o período de carnaval esses devem buscar os trabalhadores sazonais. A pousada A, que é categorizada como *resort*, por contar com mais unidades habitacionais mantém

¹⁴⁰ IBGE, Censo 2010.

aproximadamente dez “colaboradores”¹⁴¹ na baixa temporada, chegando a contratar temporariamente mais de 40 na alta estação. Tais empregados ficam em alojamentos do próprio empreendimento e, também, em casas ou pequenas pousadas locadas para esse fim. A pousada B estendeu horizontal e verticalmente o negócio: adquiriu outra pousada e abriu um restaurante em um local separado para atender, além dos hóspedes, o público em geral. Além disso, construiu um alojamento próprio para os empregados que vem para a alta estação. Tanto o proprietário da pousada C como o da D, contam também com restaurantes como negócios associados e complementares, sendo que os gerentes multifunções de todas elas administram também esses estabelecimentos. Observou-se que a estratégia de manter os empregados morando nos estabelecimentos é corrente, além de uma alta rotatividade nas ocupações, reclamação essa levantada pelos gerentes-moradores ao afirmarem que parte dos funcionários-sazonais-informais não corresponde a contento às exigências laborais.

Na dinâmica atribuída à Ilha do Mel pelo turismo tem papel relevante as unidades de conservação que o fomentam de forma direta ou indireta: seus corredores delimitados para a circulação a pé ou de bicicleta e o número máximo de visitantes/dia passam a impressão de um espaço “natural” isento de conflitos, de forma que os reflexos socioespaciais da valorização do valor ficam camuflados pelo desenvolvimento “sustentável”, que seria promovido e resguardado pela legislação ambiental e propagandeado ideologicamente, como se esse adjetivo pudesse isentar aquela realidade do “sociometabolismo do capital” (MÉSZÁROS, 2006). Os pequenos estabelecimentos; as normas concernentes às edificações¹⁴²; as restrições que impedem o surgimento de aglomerados habitacionais marginais condizentes com os salários ou pagamentos advindos do turismo; a prática das unidades produtivas maiores em servirem como locais de reprodução dos proletários-sazonais do turismo; e a proximidade de Paranaguá e Pontal do Sul como cidades que fornecem mão de obra na alta estação, colaboram com aquela noção de “turismo com bases localizadas”.

¹⁴¹ Na observação-participante a gerente geral evidenciou que a pousada A não tem empregados, mas sim “colaboradores-associados”.

¹⁴² As quais, segundo relatos locais, tentam ser burladas principalmente pelos empresários que buscam ampliar seus empreendimentos.

Apesar de haver restrições impostas pelo Estado em relação ao uso do solo e proibição de venda dos terrenos aos que não são nativos da Ilha do Mel, o termo de posse é negociado e os negócios associados à turistificação acarretaram a valorização da terra e dos imóveis, sendo que aqueles trabalhadores que venderam suas posses, deixaram a ilha e resolveram voltar em algum momento, somente puderam retornar como empregados com mínimas chances de readquiri-las¹⁴³. Tais moradores tradicionais, uma vez absorvidos total ou parcialmente em serviços gerais, carregamento de malas, reparos, manutenção de estabelecimentos comerciais ou mesmo na prestação de serviços receptivos ou gerenciamento, são postos para gerar valor a mais, de forma direta ou indireta, em especial entre o natal e o carnaval. A possibilidade de produzir algo por meios próprios é restrita pelas normas das unidades de conservação, mas, principalmente, pela relação de assalariamento a qual foram submetidos com o desenvolvimento do turismo, o qual inibiu ou interditou formas de produção e sustento coletivas diante do alicerçamento de relações pautadas pela separação entre meios produtivos e produtores diretos com o fito de valorização do valor, tal como abordado acerca daqueles poucos indivíduos que vivem ou viviam da pesca. Não é preciso dizer que tal convívio determina tanto o trabalho em excesso, próprio à dinâmica do capital, como a falta dele.

Se até aqui se fez uma breve menção entre um espaço turistificado e os vínculos e desdobramentos das relações socioprodutivas postas para a geração de mais-valia, exemplificando essa ilha paranaense, nosso propósito é enfatizar que, para se falar em turismo, é preciso entender que aos capitais atrelados ao setor há características de empregos e ocupações que especificam seus processos de multiplicação. Assim, se até o momento nos restringimos a apontar casos concretos e aspectos do trabalho (precário) concernentes ao grupo “alojamento” em algumas de suas ocupações (como gerências, atividades de recreação ou mesmo funções diversas exercidas por um único sujeito) por se tratar de uma atividade que pode, em conjunto, acarretar substanciais reestruturações em localidades que dele depende

¹⁴³ Conforme depoimento de um empregado em uma pousada da Ilha, ele vendeu sua casa em meados dos anos 2000 por 180 mil reais. O comprador a negociou em 2009 por um milhão de reais.

para serem movimentadas pelo turismo e não somente pelo excursionismo¹⁴⁴, nosso propósito é mostrar que essa realidade faz parte da quase totalidade das vagas de emprego ou mesmo de atividades autônomas ligadas ao turismo.

Em sua pesquisa acerca das modificações do trabalho e suas consequências socioespaciais em Itacaré, Bahia, município que conta com a economia impulsionada essencialmente por esse setor, Meliani (2011) chama a atenção para a carga horária semanal elevada associada ao emprego sazonal e a prática de seis para um. Ocupações como *maître*, gerente de hotel, supervisor de recepção e chefe de bar, são as que mais apresentam rotatividade, no sentido de não propiciaram aos sujeitos permanência duradoura nos meios produtivos de serviços que lhes permitem subsistência. Essas questões, ou seja, as perspectivas de uma atividade no turismo e/ou o emprego associada a baixos ganhos e/ou salários, além de investimentos expressivos de capital nacional e internacional em ACT's como hotéis *resorts* e hotéis-residências para tempo compartilhado (*time sharing*) redefiniram as relações de trabalho (coletivos e artesanais até a década de 1980) e geraram em Itacaré os “espaços valorizados como os locais de visitação e hospedagem [e, paralelamente], as encostas e baixadas ainda desvalorizadas, onde habita a maioria da população local, excluída dos lucros do turismo” (MELIANI, 2011, p.189).

Alguns supõem que os fatos citados podem ser eliminados nos marcos regulatórios da formação social capitalista, justamente por desconhecerem a elasticidade do capital no sentido de utilizar variadas frentes para se alargar ou dilatar; sendo corrente, também, a compreensão de que a exploração do trabalho poderia ser minimizada ou ajustada para níveis ideais nos países periféricos via qualificação profissional, o que deveria integrar um conjunto de procedimentos com vistas ao aprimoramento gest n rio do turismo segundo referências de projetos e ações públicas e privadas dos chamados países desenvolvidos. Verifica-se isso nas colocações de Trigo (2014)¹⁴⁵ que, ao apontar, com toda a razão, as calúnias e fantasias expostas a respeito do turismo no Brasil pelo Ministério encarregado do setor

¹⁴⁴ A diferença entre um e outro é posta para se auferir dados e não em relação as atividades empreendidas: o excursionista permanece na localidade por um período inferior a 24 horas e o turista vai além.

¹⁴⁵ TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. “Você vive em um país perfeito para viajar”. 02 jan. 2014. Blog de Luiz Trigo. Disponível em: <http://luiztrigo.blogspot.com.br/2014/01/voce-vive-em-um-pais-perfeito-para.html>. Acesso em: 29 jul. 2014.

em vídeos publicitários intitulados “você vive em um país perfeito para viajar” veiculados em 2014, relata que, no quesito turismo, “melhoramos em vários pontos nos últimos vinte anos, mas ainda estamos há uma distância imensa de padrões de qualidade internacionalmente respeitados [pois, dentre outras coisas] a formação profissional é pobre” (TRIGO, 2014).

O referido autor enfatiza a necessidade do planejamento, a primordialidade do comprometimento das políticas públicas com o bem estar social e as habilidades requeridas da mão de obra para que o país seja projetado a patamares qualitativos equivalentes aos de destinações internacionais; mas despreza que o desenvolvimento do turismo se fundamenta em ocupações particularizadas pelas características descritas anteriormente, assim como o fato de que isso independe do profissional em si, mas é uma questão da economia política capitalista potencializada em seu estágio atual com os seus novos ramos e arranjos produtivos postos para se gerar valor a mais. Justamente por atuar no sentido de colocar a academia a serviço do mercado e, portanto, da mais-valia, além de ignorar as análises que situam suas especificidades em uma forma social e historicamente constituída, Trigo condena toda e qualquer organização política e de classe, defendendo que “se almejamos um turismo respeitado neste país, temos que lutar pela qualidade técnica e holística de nossos estudantes e profissionais [ao mesmo tempo em que é um engano] insistir em algo que é arcaico, inútil e que não resolverá os nossos problemas que é a regulamentação de uma série de profissões ligadas a viagens e turismo [...]” (TRIGO, 2012)¹⁴⁶. Com a profundidade analítica que quase alcança o conteúdo de algumas revistas semanais brasileiras, o autor trata o turismo como um elemento que, se devidamente otimizado em sua funcionalidade sistêmica, poderia trazer contribuições econômicas e sociais independentemente das relações contraditórias assentadas em uma sociedade de classes regida por um poder objetal, situando a atividade subjetiva do esmero profissional como se fosse alguma coisa independente da sociabilidade permeada pelo movimento do capital, assim como as ações do Estado e suas planificações.

¹⁴⁶ TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. “Regulamentação” do turismólogo – enganos e engodos. 19 jan. 2012. Blog de Luiz Trigo. Disponível em: <http://luiztrigo.blogspot.com.br/2012/01/regulamentacao-do-turismologo-enganos-e.html> Acesso em: 29 jul. 2014.

Não é por outro motivo que a França é apontada por Trigo (2014) como um dos países “*top ten* da área” e, portanto, como território detentor de um “turismo respeitado”. Escapa às suas observações o fato de que a absorção dessa prática como meio de acumulação geralmente opera de forma mais incrementada nos chamados países desenvolvidos ou de economia capitalista avançada, sendo que as relações de trabalho estabelecidas pelo e para o capital associadas às estratégias para a eliminação do trabalho vivo é que efetivamente servem como regras balizadoras a serem adotadas ou adaptadas no processo desenvolvimentista-capitalista daquelas realidades que almejam alcançar os mesmo níveis quantitativos e qualitativos (para os excedentes privados) em diferentes setores produtivos. Assim, é possível invocar novamente o exemplo dos clubes de férias como iniciativas partidárias, comunitárias, religiosas e patronais apropriados e transfigurados em suas funções originais pelo mercado, tal como apontou Réau (2011) a respeito do *Club Méditerranée* no início da década de 1950 e que se constitui atualmente como a maior rede de hotéis de lazer mundial, exportando, também, mecanismos para a extração do valor a mais, os quais, por sua vez, acabam tendo maior aceitabilidade em realidades configuradas pela falta de emprego e naquelas em que as relações mercantis mais simplificadas são situadas como marginais ou contrárias ao progresso diante das transformações prometidas e forçadas pelo capital.

Trata-se de uma obviedade que a organização territorial que favorece o turismo francês e a sua estrutura receptiva não podem ser equiparadas à brasileira, haja vista que a constituição desses países é díspare pelos movimentos sociais e políticos próprios às suas condições históricas, assim como é preciso considerar que diversas decisões e ações definidoras e redefinidoras de nações como o Brasil foram e são tomadas segundo interesses forâneos (ou de nações capitalistas desenvolvidas) associados às elites internas e ocultados por uma democracia restritiva ao voto, fato que concretiza desproporções e disparates socioespaciais. Mas se há nuances consideráveis, o *fundamento* da organização da produção material e imaterial da vida social para o capital é o mesmo, sendo que suas relações devem ser observadas no campo do turismo ainda que Trigo situe a França como um referencial em seu “*top ten*”.

Inicialmente deve-se salientar que o levantamento estatístico do INSEE (Institut National de la Statistique et des Études Économiques de la France) atribui às atividades turísticas uma graduação concernente à intensidade de um uso mais ou menos voltado a essa finalidade. Por exemplo: os hotéis, as estações de esqui, as agências de viagens e os serviços de recreação seriam 100% turísticos; as atividades ligadas à restauração (restaurantes, bares, cafés) seriam fortemente turísticas; e as esportivas seriam medianas. Além disso, a esses equipamentos são associados os atrativos locais, bem como aqueles na área de abrangência das bacias hidrográficas, definindo as regiões mais ou menos turísticas em função dos “types d’espaces”, como montanhas, praias, espaços rurais e urbanos, entre outros. A partir dessa diferenciação é possível estabelecer de forma mais exata o número de empregos formais gerados especificamente pelo turismo, sendo que essa é uma preocupação comum a outros institutos de pesquisa como o IPEA, no Brasil, e que teceremos considerações adiante.

Importa observar que os grupos que mais geram ocupações nesse setor são os de alojamento e restauração e, em relação aos empregos informais, “le recensement de la population est une source qui permet d’estimer l’emploi non salarié pour les seules activités considérées comme 100 % touristiques” (INSEE, 2012)¹⁴⁷. Contudo, como adverte o próprio INSEE, as estimativas acerca dessas ocupações não retratam a realidade anual, uma vez que se janeiro é o período do recenseamento, esse mês é também marcado pelas contratações temporárias em estações de inverno e pela minimização dos quadros em regiões litorâneas. Mesmo reconhecendo a sua importância para a economia da França ao exemplificar o caso da região do Midi-Pyrénées, o INSEE (2012) assegura que “les emplois dans le tourisme, qu’ils soient saisonniers ou non, sont moins qualifiés, plus souvent à temps partiel et moins souvent en CDI [Contrat à Durée Indéterminée] que la moyenne”¹⁴⁸. Assim, algumas pistas no

¹⁴⁷ “O recenseamento da população é uma fonte que permite avaliar o emprego não assalariado exclusivamente para as atividades consideradas como 100% turísticas”.

¹⁴⁸ “Os empregos no turismo, quer sejam sazonais ou não, são menos qualificados, mais frequentemente em tempo parcial e com menor frequência regidos por contratos de trabalho em tempo indeterminado [CDI] do que a média”. Disponível em:

http://www.insee.fr/fr/themes/document.asp?reg_id=7&ref_id=19247&page=six_pages/6p_n145/6pages_n145page2.htm. Acesso em: 30 jul. 14.

sentido do que já foi apontado quanto ao trabalho precário são colocadas por esse instituto de pesquisa.

Embora as ocupações nos centros urbanos maiores sejam menos influenciadas pela sazonalidade, os balneários, os vilarejos situados em regiões montanhosas ou mesmo as pequenas comunidades rurais têm movimentação fortemente associada às estações e/ou períodos de férias, fato que contribui para que parte expressiva dos empregos disponibilizados em atividades características do turismo sejam caracterizados pela temporalidade diminuta. No que se refere especificamente aos empregados sazonais, toma vulto as discussões quanto à ingerência social (mas não para o capital) dessas contratações, as quais têm se firmado como meio de minimização de custos para atender as exigências temporais e de lucros para a competitividade sobretudo nas empresas de pequeno porte, as quais têm expressiva participação na dinâmica do turismo francês. Dethyre (2007, p.74) explica que “parmi les deux millions d’emplois connus et reconnus dans le secteur du tourisme, beaucoup sont de caractère saisonnier - au moins 25% - avec une tendance à l’accroissement”¹⁴⁹.

O empregado por temporada pode estar amparado por um contrato chamado de “sazonal” que é uma espécie de acordo de trabalho por tempo determinado, reconhecido legalmente na França como um tipo de *Contrat à Durée Déterminée*¹⁵⁰ (CDD), muito embora não possua as mesmas particularidades desse último, pois, ao trabalhador regido por ele, não é dado o direito, por exemplo, de recebimento de 10% da remuneração bruta ao fim do período tal como aquele regulado pelo CDD. Por não contemplar garantias mínimas, esse tipo de vínculo entre patrão e empregado é apontado por movimentos encabeçados pela classe trabalhadora e organizações sindicais como algo ainda mais precário que o CDD e, se inicialmente ele era comum aos postos de trabalho totalmente ligados ao turismo, sua extensão às ocupações desse setor e a outras atividades correlatas ou não (como museus, postos de combustível, bancos) é vista como uma maneira de minimização de custos com o trabalho vivo, por isso a tendência à sua dilatação. Conforme apontado nas duas

¹⁴⁹ “Dentre os dois milhões de empregos conhecidos e reconhecidos no setor de turismo, muitos são de caráter sazonal - ao menos 25% - com tendência a aumentar”.

¹⁵⁰ “Contrato com Duração Determinada”.

edições (2010 e 2012) do *Forum Social des Saisonniers* em Aubagne, “le contrat saisonnier [dans le tourisme] sert de laboratoire à la précarisation du travail [parce que] le gestionnaire confronté à des contraintes de gestion dira: “On fait rentrer la lame là où on pense encontrar le moins de résistance”¹⁵¹.

Segundo Dethyre (2007, p.69), se existem contratações formais, mesmo que temporárias ou em tempo parcial, diversas são as dificuldades para se auferir informações confiáveis quanto ao trabalho no turismo “[...] notamment en raison du travail au noir dans les hôtel, cafés et restaurants [...]”¹⁵², questão essa constantemente salientada pela Confédération Générale du Travail (CGT)¹⁵³. O fato é que a informalidade (sazonal ou não) acentua a possibilidade de se estender os períodos laborais, favorecendo a geração de mais-valia em sua forma absoluta, além de que a concretização desse “laboratório da precariedade” condiz também com a intensificação laboral. Alguns fatos que colabaram com esse processo foram apresentadas no *Fórum Social des Saisonniers*: 1) os contratos sazonais favorecem os empregadores por serem carentes de normatização jurídica, sendo que geralmente empresas menores nem sempre respeitam o Código do Trabalho, o qual estabelece, para ocupações assim caracterizadas, a média de 44 horas semanais podendo chegar a 48 no máximo, tempo de parada de 11 horas após dois dias trabalhados, repouso semanal; 2) 60% dos contratos com tempo de duração estipulada duram menos que um mês e não há garantias de recondução de um ano para o outro; 3) mesmo que tais acordos por si só abram margem para a precariedade nas ocupações do turismo, isso é potencializado pelo fato de que 65% dos funcionários não conhecem o Código do Trabalho e, para tentar garantir uma vaga na mesma empresa ou em um concorrente local na próxima temporada, se submetem às condições estipuladas pelos empregadores; 4) os contratos que deixam de ser assinados são correntes e as horas suplementares não pagas prejudicam em média 25% dos trabalhadores nessas condições; 5) cerca de 77% dos indivíduos declaram que o emprego sazonal não é uma escolha, mas a única alternativa que acaba se impondo como forma de

¹⁵¹ “O contrato sazonal no turismo serve como um laboratório para a precarização do trabalho, pois perante limitações administrativas o gestor dirá: nós inserimos novamente a lâmina onde pensamos encontrar menos resistência”.

¹⁵² “[...] particulièrement en raison du travail informel em hotéis, cafés e restaurantes [...]”.

¹⁵³ Confederação Central do Trabalho. Trata-se da central sindical francesa.

sobrevivência. Uma enquete realizada pela *Jeunesse Ouvrière Chrétienne* (JOC)¹⁵⁴ em 2010 e distribuída nesse Fórum Social, aponta que os sujeitos que precisam recorrer a trabalhos dessa natureza pela falta de emprego e/ou de contratos com tempo indeterminado (CDI), procuram auferir ganhos para suprir os meses em que não encontram ocupação, fato que, associado às regras para a acumulação a serem seguidas pelos contratantes, também favorece a extensão de horas e dias sem pausas, conforme denuncia Dethyre (2007, p.74):

La saison est courte pour le tourisme estival, ce qui pousse les employeurs à tenter de réaliser le plus gros chiffre d'affaires durant cette période [...]. Les organisations syndicales dénoncent, par exemple, le fait que des 'établissements' de 'front de mer' emploient des jeunes mal payés accomplissant plus de cent heures de travail par semaine¹⁵⁵.

Isso significa 16 a 17 horas se forem incluídos os sábados, ultrapassando até mesmo o tempo de trabalho dos recreadores terceirizados anteriormente citados (quando não são realizadas as “brincadeiras noturnas”) e equiparando-se ao cortês trabalhador da “Ilha Intocada”, situações que, reunidas, nos faz lembrar das difíceis condições de vida dos trabalhadores nas indústrias inglesas de meados do século XIX denunciadas por Marx, Engels, Lafargue, entre outros. A diferença, no entanto, é que nesses casos trabalha-se mais. Por se tratar de pequenas empresas, Génisson¹⁵⁶, um membro da Confédération Général du Travail (CGT), explica que “[...] 8% des employeurs seulement logent les saisonniers, et pas forcément dans des conditions enviables”¹⁵⁷. Se em unidades produtivas maiores no Brasil, principalmente do grupo alojamento e mais especificamente em hotéis de lazer, verifica-se a prática do oferecimento de dormitórios *ainda* não pagos, tanto a locomoção como o local para repouso devem ser considerados nas despesas semanais nas belas regiões francesas marcadas pela sazonalidade, lembrando que os preços são inflacionados em épocas

¹⁵⁴ “Juventude Operária Cristã”.

¹⁵⁵ “A temporada é curta para o turismo de verão, o que leva os empregadores a tentar realizar o maior volume de negócios durante esse período. As organizações sindicais denunciam, por exemplo, o fato de os ‘estabelecimentos’ litorâneos empregarem jovens mal remunerados executando mais de cem horas de trabalho por semana”.

¹⁵⁶ Em comunicação no 2º Fórum Social dos trabalhadores sazonais.

¹⁵⁷ “Somente 8% dos empregadores disponibilizam alojamento aos empregados sazonais, e não necessariamente em condições de dar inveja”.

de alta estação. Por conseguinte, a JOC enfatiza que a precariedade do trabalho acaba se estendendo à moradia para aqueles sujeitos que migram em busca de emprego, uma vez que alternativas como a locação conjunta ou a permanência em barracas ou *trailers* em áreas de camping são usuais.

Na França foi registrada uma movimentação de 83 milhões de turistas estrangeiros em 2012¹⁵⁸, sendo a atividade responsável por 7,33% do Produto Interno Bruto nesse mesmo ano, além de que quase 8% dos empregos formais do país em tempo parcial e integral são registrados em suas atividades características. Conforme já foi relatado, a maior parte das ocupações está nas pequenas unidades produtivas de serviços, sendo que a média de trabalhador por empresa é de 3,6 pessoas¹⁵⁹. Em pesquisa do INSEE a respeito do custo da mão de obra na França, considerada cara diante de países da União Européia como a Bélgica, a Suécia e a Dinamarca, evidenciou-se que tal custo aumenta com o tamanho da empresa diante das obrigações legais concernentes aos contratos formais de trabalho.

Mas, considerando que isso não se aplica à parte expressiva dos empreendimentos turísticos, verifica-se que a média salarial no setor é mais baixa que o conjunto da economia, mesmo ao se levar em conta as ocupações formais e em tempo integral: a título comparativo, o Comitê Regional de Turismo da Bretanha¹⁶⁰ declarou em documento publicado em 2014 que “les activités touristiques sont plutôt faiblement rémunératrices: le salaire horaire net moyen s’établit à 9,38 €, contre 11,50 € pour l’ensemble des salariés de la région en 2007”^{161/162}. A partir de dados do INSEE (os quais também baseiam o documento anteriormente citado), constata-se que na região do Midi-Pyrénées¹⁶³, se a totalidade dos salários correspondiam em 2009 a

¹⁵⁸ Disponível em: http://www.insee.fr/fr/themes/tableau.asp?reg_id=0&ref_id=NATTEF1353; Acesso em: 28 jul. 2014.

¹⁵⁹ Dados retirados do observatório informativo do “Turismo na França (Veille Info). *Tourisme en France - 2013-2014: poids et impacts économiques*. Disponível em: <http://www.veilleinfotourisme.fr/tourisme-en-france-en-2014-poids-et-impacts-economiques--92345.kjsp>. Acesso em: 30 jul. 2014.

¹⁶⁰ BRETAGNE. Comité Regional du Tourisme: Gref Bretagne, Abril, 2014. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Synth%C3%A8se%20COEF%20versionfinale%20light%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Synth%C3%A8se%20COEF%20versionfinale%20light%20(2).pdf). Acesso em: 28 jul. 2014.

¹⁶¹ “As atividades turísticas são sobremaneira menos remuneradas: o salário médio por hora líquido é estabelecido em 9,38 €, frente a 11,50 € para o conjunto dos salários regionais em 2007”.

¹⁶² O salário mínimo líquido na França em 2007 era de 6,63 € por hora ou 1.005,37 € por mês, considerando 35 horas de trabalho semanais.

¹⁶³ *Emplois salariés dans le tourisme: un poids localement important*. Disponível em:

http://www.insee.fr/fr/themes/document.asp?reg_id=7&ref_id=19247&page=six_pages/6p_n145/6pages_n145page2.htm. Acesso em: 30 jul. 2014.

média de 1884 € por mês, no turismo esses eram de 1427 €. Diante desses fatos, Berodias (2012)¹⁶⁴, uma recepcionista em contrato sazonal em um centro de férias da *Électricité de France* (EDF)¹⁶⁵, chama a atenção não somente para a precariedade, mas para a tendência à precarização, uma vez que se os ganhos menores são geralmente acompanhados de horas laborais mais extensas e intensas em atividades do setor de turismo, quando se trata dos contratos sazonais os pagamentos costumeiramente são mensurados conforme o mínimo legal (de 7,47€ líquido “por hora em 2014”¹⁶⁶), quando não ficam abaixo desse patamar diante da falta de contratos. Soma-se a isso o fato de que fica difícil saber se haverá trabalho ao fim de uma temporada e, se houver, por quanto tempo ele estará garantido.

Berodias esclarece ainda “que l’Etat contribue à la précarité de l’emploi, car il ne prend que peu en compte la réalité du travail saisonnier”¹⁶⁷: instituições estatais apresentaram ao longo dos últimos anos diversos relatórios sobre a precariedade do emprego com foco nas ocupações sazonais, tais como “Le rapport Gaymard sur la pluriactivité”, de 1994; “Le rapport Anicet Le Pors sur les saisonniers”, de 1999; “Le rapport Simon sur le logement”, de 2005; “Le rapport Vansonn sur les emploi en montagne”, de 2011; além de que diversos estudos produzidos regionalmente foram publicizados apontando tanto a realidade como possíveis formas de amenização, contudo, “depuis plus de 25 ans, concrètement, il n’en est réellement rien ressorti pour l’amélioration de la vie et des conditions de travail des saisonniers, alors qu’en 25 ans le nombre de saisonniers a augmenté” (BERODIAS, 2012)¹⁶⁸. Contratos que prevêem um período mínimo de trabalho de quatro meses e a continuidade das contratações de uma temporada à outra (gerando garantias como seguro-desemprego) e o pagamento do mínimo legal por horas laborais alongadas prejudicam as contas públicas, os negócios e a competitividade no turismo e, por isso, nada ocorreu no campo da

¹⁶⁴ BERODIAS, Sylvie. Les saisonniers et le rôle de l’Etat dans le tourisme. Paris. 09 dez. 2012. Entrevista concedida a Rodrigo Meira Martoni.

¹⁶⁵ Empresa estatal de produção e fornecimento de energia da França.

¹⁶⁶ *Smic (salaire minimum interprofessionnel de croissance) en France*. Disponível em: <http://www.les-horaires.fr/pratique/smic-horaire.php>. Acesso em: 31 jul. 14.

¹⁶⁷ “O Estado contribui com a precariedade do emprego, pois ele pouco leva em conta a realidade do trabalho sazonal”.

¹⁶⁸ “passados mais de 25 anos, concretamente, nada realmente surgiu para melhorar a vida e as condições de trabalho dos empregados sazonais, então em 25 anos o número dessas ocupações aumentou”.

legislação no sentido de reconhecer tais especificidades laborais e respaldar os indivíduos que delas dependem.

É preciso considerar, no entanto, que o Fórum Social des Saisonniers é uma iniciativa de intelectuais e trabalhadores em atividades características do turismo que, tanto expõe essa realidade como busca lutar contra esse processo em conjunto com centrais sindicais como a CGT, a qual organiza caravanas em épocas específicas do ano com a finalidade de reunir trabalhadores, não somente para chamar a atenção para os seus direitos (mesmo que mínimos quando contratados de forma avulsa), mas, mormente, para promover a consciência de classe. Na última edição do Forum Social foi colocado o seguinte questionamento: “Les [...] salariés du tourisme enrichissent la France en devises et en profits et sont la source de bonheurs et de plaisirs pour les vacanciers de tous budgets. Mais qui le reconnaît? Comment cette plus-value est-elle partagée?”¹⁶⁹ A flexibilidade que marca as ocupações e que não é questionada nos cursos de turismo com foco em uma formação cada vez mais tecnicista e operacional (os quais são correntes na França a mais tempo do que no Brasil), contraditoriamente acaba impondo barreiras à qualificação profissional que depende de recursos e tempo (os quais são escassos pelas próprias condições de trabalho), mas também promove a precariedade em nome do empreendedorismo.

Assim, enquanto certos sindicatos¹⁷⁰ de trabalhadores na hotelaria e gastronomia no Brasil operam institutos de capacitação profissional divergindo de sua finalidade essencial e, paralelamente, integrantes do chamado “saber dominante no turismo” apontam que a organização política é um disparate ou, como defende Trigo (2012), algo “arcaico”¹⁷¹ e desnecessário frente à dedicação individual, é possível

¹⁶⁹ “Os assalariados do turismo enriquecem a França em divisas e lucros e são a origem de alegrias e prazeres para os turistas de todas as classes sociais. Mas quem os reconhece? Como essa mais-valia é distribuída?”

¹⁷⁰ Como exemplo aponta-se o Sindehotéis (Sindicato dos trabalhadores no comércio hoteleiro, meios de hospedagem e gastronomia de Curitiba e região) que criou o IPPA (Instituto Profissionalizante Paraná Aliança). Conforme anúncio no jornal (Ano VIII, 94ª edição, maio, 2013) desse sindicato, o seu instituto de capacitação “oferece cursos de qualificação e requalificação profissional para o trabalhadores (sic) de hospedagem e gastronomia e demais pessoas interessadas em ingressar neste ramo. A partir da Convenção de Trabalho 2011/2012, os trabalhadores que fizerem um curso de qualificação profissional pelo SINDEHOTÉIS/IPPA ou pelo Sindicato Patronal têm garantido um adicional de 2% sobre o seu salário base!”. Convém ressaltar que a estrutura do IPPA funciona no mesmo endereço do sindicato e também que são oferecidos cursos nas próprias empresas interessadas em qualificar seus funcionários. Com esse exemplo, verifica-se que o sindicato não atua mais contra os processos de maximização das formas de mais-valia, pelo contrário, as incentiva e relega a segundo plano a missão de promover a consciência de classe do trabalhador.

¹⁷¹ Faço referência à postagem em seu blog anteriormente citada, na qual argumenta que “[...] os novos profissionais, egressos dos bons cursos técnicos ou superiores, em geral conseguem se inserir na sociedade e no

afirmar que na França empreende-se uma busca para a conscientização de certas condições que tem promovido o debate e algumas movimentações, as quais não são fáceis de serem travadas no âmago dos artifícios expansionistas do capital. Mas não se trata somente da França, do Brasil, ou ainda de países como a Tunísia ou o Marrocos, nos quais, segundo o Forum Social, os salários praticados em atividades características do setor são em média de 3€ por hora: o que foi apontado até aqui é uma prática corrente em escala mundial, fato exposto em um documento preparado pelo *Bureau International du Travail* (secretaria permanente da *Organização Mundial do Trabalho, em Genebra, Suíça*)¹⁷², e que foi apresentado e discutido no Fórum de diálogo mundial acerca do setor de hotelaria, restauração e turismo no final de 2010.

Ao relacionar a ascensão de desembarques internacionais à maior regularidade e acessibilidade ao transporte aéreo em todo o mundo a partir de 1950, além do barateamento de certas destinações, o relatório enfatiza que o setor tornou-se cada vez mais “fragmentado”, mas, ao mesmo tempo, monopolizado em certas atividades. Isso se explica pelo fato de que se há, principalmente na hotelaria, grandes grupos empresariais atuando em todo o mundo (cerca de dez, comandando diversas marcas, como o *IHG* do Reino Unido com as bandeiras *Holiday Inn*, *Crowne Plaza Hotels & Resorts*, entre outras, e a francesa *Accor* com o *Ibis*, *Mercure*, *Novotel*, *Motel 6*, *Budget*), existem diversas pequenas e médias empresas que compõem essa realidade e competem em patamares inferiores, podendo ser absorvidas a depender dos espaços e níveis concorrenciais em que atuam. Importa ressaltar que, segundo o relatório, tais conglomerados ou grandes empresas hoteleiras que contam com mais de 6 mil estruturas e cerca de 150 mil empregados formais contratados por cada grupo em todo o mundo, não representam mais de 20% da mão de obra empregada no setor de turismo, uma vez que cerca de 80% dela está em unidades produtivas menores

mercado, seja como empreendedores ou profissionais, no setor público, privado ou no terceiro setor. Para isso não é necessário regulamentação [...]”. Passa ao largo de sua análise que o empreendedor deve se esmerar para representar o capital e quem efetivamente o produz e o reproduz no campo do turismo geralmente conta com as mais difíceis condições de trabalho. Marx (2001, p.851) nos lembra que “ao progredir a produção capitalista, desenvolve-se uma classe trabalhadora que, por educação, tradição e costume, aceita as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes”. Assim, podemos compreender que Trigo é um pensador a serviço do capital, contribuindo ativamente com o seu progresso.

¹⁷² *Développements et défis dans le secteur de l'hôtellerie-restauration et du tourisme: programme des activités sectorielles*. Genève, Novembre 2010.

Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_dialogue/---sector/documents/meetingdocument/wcms_162208.pdf. Acesso em: 25 jul. 2014.

(BIT, 2010, p.08), as quais conformam diversos serviços associados à hospitalidade-produtiva.

Nesse sentido, se o conjunto de ACT's que compõem esse tecido socioeconômico (com grandes, médias e pequenas empresas, além daquelas iniciativas formais e informais que lhes servem direta e/ou indiretamente) possui importância relevante em termos de empregos e ocupações geradas, essas “[...] se traduisent souvent par un travail en dehors des heures normales et par des horaires de travail irréguliers sous la forme de postes fractionnés, de services de nuit ou de week-end, ou de travail pendant les périodes de congé” (BIT, 2010, p.14)¹⁷³. A essas características do emprego no turismo que são simplesmente peculiaridades profissionais, deve-se considerar, essencialmente, as condições que são expostas também pelo relatório do BIT: “La prédominance du travail en astreinte et des emplois occasionnels, temporaires, saisonniers et à temps partiel va de pair avec un manque de sécurité, des salaires relativement bas (fréquemment inférieurs à la moyenne nationale) [...]”¹⁷⁴.

Em uma situação de precariedade ainda mais acentuada estão os trabalhadores-imigrantes, aos quais a informalidade está associada à irregularidade de permanência, conferindo-lhes não somente ganhos mais baixos, mas submetendo-os a condições extremas de trabalho, principalmente em economias capitalistas centrais ou em segmentos que, dadas as circunstâncias, podem se valer dessa possibilidade. Considerando que o aproveitamento de suas capacidades laborativas é uma forma de reduzir custos e maximizar ainda mais a produção de excedentes absolutos, “en 2005, les hôtels et restaurants de pays d’Europe comme l’Allemagne, l’Autriche, le Danemark et la Suisse employaient beaucoup de migrants (environ 30 pour cent en Suisse et 27 pour cent en Allemagne)” (BIT, 2010, p.39)¹⁷⁵. Outra questão destacada no documento é em relação ao trabalho infantil, o qual acompanha os números da informalidade no setor, estimando-se que em todo o mundo “entre 13 et 19 millions de personnes âgées

¹⁷³ “[...] se traduzem frequentemente em um trabalho fora dos horários normais e em horários de trabalho irregulares sob a forma de turnos divididos, de serviços noturnos ou aos finais de semana, ou de trabalho durante os períodos de férias”.

¹⁷⁴ “A predominância do trabalho que exige a disponibilidade para atendimentos de urgência e dos empregos ocasionais, temporários, sazonais e em tempo parcial estão atrelados a falta de seguridade, a salários relativamente baixos (frequentemente inferiores a média nacional) [...]”.

¹⁷⁵ “Em 2005, os hotéis e restaurantes de países da Europa como a Alemanha, a Austria, a Dinamarca e a Suíça empregavam muitos imigrantes (cerca de 30% na Suíça e 27% na Alemanha)”.

de moins de 18 ans exercent une activité liée au tourisme. Elles représentent de 10 à 15 pour cent de la main-d'oeuvre de ce secteur [...]”. Além disso, “On estime que 2 millions d’enfants dans le monde sont les victimes de l’exploitation sexuelle à des fins commerciales” (BIT, 2010, p.14)¹⁷⁶.

Quanto ao turismo sexual, nunca haverá precisão em termos quantitativos ao se considerar que: 1) as intermediações envolvendo menores são enquadradas como crime; e 2) existem restrições que variam de país para país no que se refere a comercialização sexual ou a condenação àqueles que contratam tais serviços como forma de inibir os agentes intermediadores principais de uma “atividade” em que a geração de capital promove e é promovida também pelo tráfico de pessoas. Mas trata-se de uma realidade que, no Brasil, pode ser verificada em diversas realidades constituindo-se, na segmentação de mercado, como um “tipo” de turismo. O jornal *Le Monde*, na ocasião da Copa do Mundo de 2014 apontou Fortaleza, no Ceará, como “*ville carrefour du tourisme sexuel*”, contemplando maiores e menores de idade. No artigo assinado por Bourcier (2014), há uma entrevista com um morador local que relata essa questão como um negócio que beneficia diversos intermediários ou agenciadores, desde empresas hoteleiras a taxistas: “Personne ne disait rien quand dans les années 1990 un vol direct Milan-Fortaleza de la compagnie Varig alimentait le marché du tourisme sexuel. Encore aujourd’hui, hôtels et taxis servent de relais et les autorités ferment les yeux”¹⁷⁷.

No que se refere ao trabalho infantil, verifica-se que isso não é algo marginal ou mesmo velado, mas fato corrente principalmente em países que conjugam significativas desigualdades sociais e destinações turísticas consolidadas, com turistas e investidores em turismo nacionais e estrangeiros. Assim, parte do sururu comercializado em restaurantes e quiosques de Recife, em Pernambuco, é fruto da mão de obra de crianças, da mesma forma que os caranguejos servidos em João Pessoa podem vir dos “meninos do mangue”, menores que se arriscam para capturá-

¹⁷⁶ “Entre 13 e 19 milhões de pessoas com menos de 18 anos exercem uma atividade ligada ao turismo. Eles representam de 10 a 15 % da mão de obra desse setor [...]. Estima-se que 2 milhões de crianças no mundo são vítimas de exploração sexual com fins comerciais”.

¹⁷⁷ Ninguém dizia nada quando nos anos 1990 um voo direto Milão-Fortaleza da Varig alimentava o mercado do turismo sexual. Ainda hoje, hotéis e taxis servem de intermediários e as autoridades fecham os olhos. BOURCIER, Nicolas. *Le monde. Fortaleza, ville carrefour du tourisme sexuel*. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/coupe-du-monde/article/2014/06/14/>. Acesso em 15 jul. 2014.

los e vivem nas piores condições na comunidade de Porto do Capim na capital paraibana (OJEDA, 2013)¹⁷⁸. Quanto a essas questões, trata-se de um dos mecanismos da acumulação por espoliação de forma direta, a qual será tratada no próximo capítulo.

Aqui vale ressaltar que o turismo, por ter como uma de suas matérias primas a beleza paisagística, nem sempre deixa à vista dos turistas os desdobramentos socioespaciais que se firmam com as estratégias postas para que as suas atividades características tornem-se cada vez mais produtivas. Assim, antes de mencionarmos algumas das belezas de Porto Seguro-BA, recorremos a outras características do trabalho no turismo no Brasil. Mesmo recebendo 5,67 milhões de estrangeiros em 2012¹⁷⁹ (ou seja, dezesseis vezes menos que a França) e praticando preços mais altos do que aqueles encontrados em países europeus (como França, Alemanha, Holanda, Itália, entre outros) em atividades do setor, os sujeitos ocupados em ACT's (assalariados/contratados) nesse país têm remuneração marcadamente menor. Embora isso não surpreenda haja vista as vantagens comparativas de um e de outro e suas diferenças estruturais em relação às condições sociais de produção, é digno de nota que isso significa aos capitalistas uma combinação favorável: mais pessoal com menos capital variável e valor a mais também em sua forma absoluta, muito embora não se pode esquecer, tal como evidencia Marx (2008, v.VI, p.1083), que “[...] a possibilidade de ampliar sempre o processo de reprodução [do capital] depende não da duração do trabalho excedente e sim da produtividade deste e do grau de eficiência das condições de produção em que se efetua”.

De acordo com o IPEA (2013), nas pesquisas realizadas a partir do estabelecimento do Sistema Integrado de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor de Turismo (SIMT), o qual foi formulado com o apoio do Ministério do Turismo (MTUR), buscou-se minimizar os erros de números superestimados referentes às ocupações nas ACT's que supostamente estavam relacionadas diretamente ao atendimento a turistas. Por exemplo, no grupo dos Transportes Terrestres, o qual

¹⁷⁸ Ambos os artigos, de Igor Ojeda, estão disponíveis em: <http://reporterbrasil.org.br/trabalho infantil/>. Acesso em: 17 jul. 2014. O primeiro: “Crianças catam sururu que abastece quiosques e restaurantes do Recife”. O segundo: “Meninos do Mangue”.

¹⁷⁹ Disponível em: <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/numero-de-turistas-estrangeiros-no-brasil-bate-recorde-em-2012>: Acesso em: 29 jul. 2014.

envolve, dentre outros, o transporte rodoviário em taxi, não é possível delimitar se os usuários são turistas ou não, assim como nos itens alimentação, cultura e lazer. Por isso, ao desenvolver o SIMT, o IPEA elaborou o chamado “coeficiente turístico” que consistiu em uma pesquisa por telefone em aproximadamente 8 mil estabelecimentos¹⁸⁰ integrantes das ACT’s em 1.200 municípios brasileiros, entre 2004 e 2005, para a verificação dos atendimentos realizados exclusivamente a turistas. Em 2010, a pesquisa foi refeita abrangendo uma amostra de 18,7 mil estabelecimentos, sendo consideradas válidas 9.355 respostas (IPEA, 2013)¹⁸¹.

As informações obtidas compuseram uma base referencial para o tratamento estatístico do trânsito e consumo realizado por esse público (turistas) a partir de dados secundários provenientes da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), ambos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e, também, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo possível apreciar com maior probabilidade de acerto as ocupações que têm existência vinculada ao turismo, preocupação essa que é a mesma do INSEE.

O texto para discussão intitulado “Ocupação do setor de turismo no Brasil: análise das ocupações nas principais ACT’s nos estados, regiões e Brasil” publicado em fevereiro de 2011 e o 4º Relatório anual sobre a ocupação formal e informal publicado em março de 2013, ambos do IPEA, consideraram as informações da RAIS e da PNAD referentes a 2008 e 2011, respectivamente, levando-se em conta o chamado “coeficiente turístico”. Aos dados secundários levantados, aplicava-se o coeficiente por ACT, por mês e por região obtidos pelas pesquisas por telefone. E a

¹⁸⁰ Segundo o IPEA (2011) a amostra contemplou doze mil estabelecimentos, mas somente 7.770 responderam a pesquisa. É preciso considerar, também, que o IPEA alerta para as amostras pouco expressivas em alguns estados com grupos de ACT’s onde há menor número de estabelecimentos, fato este que pode provocar maiores imprecisões nas estatísticas.

¹⁸¹ O IPEA (2013) adverte que os dados obtidos nessas pesquisas devem ser relativizados, pois para muitos estabelecimentos não ficou clara a noção de turista, ou seja, aqueles que viajam para tratamento de saúde, por lazer e motivos religiosos. O desconhecimento do montante de atendimentos realizados exclusivamente a turistas por parte dos entrevistados também foi uma dificuldade em relação a precisão das informações. A metodologia adotada para a segunda pesquisa passou por alguns ajustes, tais como a retirada do sub-item transporte de carga; de uma ACT existente antes de 2010 denominada “Auxiliar de Transporte” (a qual envolvia concessionárias de rodovias, terminais ferroviários, entre outros); e do transporte urbano. Ao mesmo tempo, a ACT Transportes foi dividida em Aéreo, Terrestre e Aquaviário, sendo que os estabelecimentos consultados por telefone foram levantados junto ao Cadastro de Empresas e Estabelecimentos (CEE), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Em relação aos ajustes metodológicos que não cabem serem analisados aqui, consultar: IPEA. Texto para discussão: Aspectos metodológicos do Sistema Integrado de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo (SIMT), de Patrícia Morita Sakowski.

diferença é considerável: se o total de empregos formais no conjunto de ACT's divulgados pela RAIS em 2010 (utilizados pelo IPEA) foi de 1,7 milhões, aplicando-se o coeficiente esse número foi corrigido para 890 mil, ou seja, praticamente metade.

As duas publicações citadas contemplaram as ocupações formais e informais, envolvendo tanto os trabalhadores assalariados como aqueles que desenvolvem serviços por conta própria ou não possuem registro empregatício, os quais podem desenvolver atividades ligadas à venda de *souvenirs*, hospedagem, comercialização de alimentos, serviços de guias de turismo¹⁸². Em dezembro de 2008, 1.873.278 pessoas estavam ocupadas em ACT's no Brasil em relação a 82.198.724 de todos os outros setores da economia, ou seja, 2,28% dos trabalhadores. Desse número, 794 mil ou 42,4% dos empregos eram formais e 1,079 milhão ou 57,6% eram informais. Em dezembro de 2011, havia quase 2,078 milhões de pessoas nas ACT's, sendo 946,7 mil em empregos formais (46%) e 1,131 milhão em informais (54%). O crescimento de ocupações em três anos foi de 9% com mais de 204 mil novos postos de trabalho em todo o país (Tabela 1).

No que se refere ao grupo “alimentação”, convém salientar que participam restaurantes, bares, lanchonetes, casas de chá e sucos, além de serviços ambulantes de alimentos e bebidas. Verifica-se que essa ACT teve quase quatro vezes mais ocupações do que a segunda da lista (alojamento) concernente aos dados de 2011 e é a atividade com maior número de trabalhos informais. Isso está relacionado ao sub-item “ambulantes”, o qual inclui aqueles que trabalham por conta própria e também os indivíduos ou grupos que controlam o trabalho nesse tipo de prestação de serviço, contratando temporariamente e sem vínculos empregatícios. De uma forma geral a informalidade impera, exceto nos grupos “alojamento”, “transporte aquaviário”, “transporte aéreo” e “aluguel de transportes” (em 2008); e “alojamento”, “agências de viagens”, “transporte aéreo” e “aluguel de transportes” (em 2011).

¹⁸² O IPEA (2011; 2013) adverte nos dois documentos citados que, para se estabelecer um panorama estatístico geral, não é possível ter como base somente as informações da RAIS, uma vez que esta “só levanta dados relativos ao emprego formal, deixando de fora a maior parte das ocupações do turismo, que é de natureza informal [...]” (IPEA, 2013, p. 12). Para as ocupações informais, mesmo com amostras pouco expressivas do PNAD em alguns estados, seus dados foram necessários para se estipular uma relação entre os trabalhos formais da RAIS e os informais que integram as ACT's e foram detectados pela pesquisa em domicílio (IPEA, 2013). Além disso, e considerando que muitas prestações de serviços e empregos no turismo estão relacionadas aos períodos de férias e estações climáticas, o IPEA (2013, p.29) relata que o CAGED apresenta “coberturas de admissões superiores [...] às dos desligamentos, situação que acaba superestimando a geração de emprego mensal”.

Tabela 1

Ocupações nas Atividades Características do Turismo em 2008 e 2011, considerando o total e os empregos formais e informais.

| ACT's | Ocupados em 2008 e porcentagem em relação a todas as ACT's | Ocupados Formais em número e % da ACT | Ocupados Informais em número e % da ACT | Ocupados em 2011 e porcentagem em relação a todas as ACT's | Ocupados Formais em número e % da ACT | Ocupados Informais em número e % da ACT |
|-------------------------------|---|--|--|---|--|--|
| Alimentação | 996.089 (53,2%) | 287.594 (28,87%) | 708.495 (71,12%) | 1.128.296 (54,3%) | 374.641 (33,20%) | 753.655 (66,80%) |
| Alojamento | 268.670 (14,3%) | 195.696 (72,83%) | 72.974 (27,1%) | 300.251 (14,5%) | 224.870 (74,89%) | 75.381 (25,10%) |
| Agências de viagens | 90.093 (4,8%) | 44.813 (49,74%) | 45.280 (50,25%) | 104.417 (5,0%) | 56.206 (53,82%) | 48.211 (46,17%) |
| Transporte Terrestre | 390.343 (20,8%) | 190.760 (48,86%) | 199.583 (51,13%) | 402.697 (19,4%) | 197.959 (49,15%) | 204.738 (50,84%) |
| Transporte Aquaviário | 7.829 (0,4%) | 4.146 (52,95%) | 3.683 (47,04%) | 6.998 (0,3%) | 3.350 (47,87%) | 3.648 (52,12%) |
| Transporte Aéreo | 50.017 (2,7%) | 45.252 (90,47%) | 4.765 (9,52%) | 61.871 (3,0%) | 59.935 (96,87%) | 1.936 (3,12%) |
| Aluguel de Transportes | 31.678 (1,7%) | 16.042 (50,64%) | 15.636 (49,35%) | 37.169 (1,8%) | 20.284 (54,57%) | 16.885 (45,42%) |
| Cultura e Lazer | 38.559 (2,1%) | 9.726 (25,22%) | 28.833 (74,77%) | 35.814 (1,7%) | 9.540 (26,63%) | 26.274 (73,36%) |
| TOTAL | 1.873.278 (100%) | 794.029 (42,38%) | 1.079.249 (57,61%) | 2.077.513 (100%) | 946.785 (45,57%) | 1.130.728 (54,43%) |

Fonte: IPEA, 2013.

Nota: dados trabalhados pelo autor.

Se considerarmos que o grupo “transporte terrestre” não pode ser considerado totalmente turístico por incluir sub-itens como transporte rodoviário de táxi, serviços de

transporte de passageiros com a locação de automóveis com motorista, transporte rodoviário coletivo de passageiros com itinerário fixo intermunicipal, interestadual e internacional, entre outros (CNAE)¹⁸³, os grupos que mais empregam (Alojamento e Alimentação) são os que mais dinamizam o turismo e promovem as reestruturações laborais e espaciais. Quanto as quatro ACT's que mais abriram postos de trabalho, deve-se observar a participação das regiões e dos estados (Tabela 2).

As ocupações informais sobressaem na ACT Alimentação em todas as regiões e, especificamente no Nordeste, é possível notar que as atividades assim caracterizadas dominam também as ACT'S Transporte Terrestre e Agências de viagens, uma vez que o turismo receptivo a lazer tem forte influência nessa região (muito embora a Sudeste tenha um número mais expressivo de ocupações, primeiramente formais e depois informais, ao contrário da Nordeste). Além disso, em termos proporcionais, o Sul tem mais relevo nas contratações formais do que o Nordeste se considerado o fato de que essa região possui uma população de 53,59 milhões (2009) e nove estados, enquanto a Sul tem apenas três estados e 27,38 milhões de habitantes (2010), além do fato de àquela ser mais procurada como destinação. As ocupações informais na região Nordeste devem ser associadas também aos investimentos públicos no turismo por meio de mega-projetos, com o intuito de fomentar uma infra-estrutura “[...] territorialmente concentrada, obedecendo a um padrão internacional de urbanização turística” (CRUZ, 2001, p.77).

O Programa para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur-NE), o qual teve como fundamento o Projeto Costa Dourada (nos estados de Alagoas e Pernambuco) e instituído pela Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo) em conjunto com a Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) na gestão de Fernando Collor de Mello, em novembro de 1991, foi uma política pública que se estendeu a todos os estados nordestinos, além do norte de Minas Gerais, tendo como objetivo principal a implementação de infra-estrutura básica (construção e recuperação de acessos, saneamento, criação de unidades de conservação, entre outros) como forma de atrair investimentos turísticos e aumentar a competitividade dos estados com o setor.

¹⁸³ Classificação Nacional de Atividades Econômicas.

Tabela 2

Participação por região das Atividades Características do Turismo que mais empregaram em 2011

| ACT's Região | Alimentação | Alojamento | Agências de Viagens | Transp. Ter. |
|---|---|--|--|---|
| Centro-Oeste MS,MT,GO,DF | Total 80.113 Formal: 26.433 Informal: 53.680 | Total 21.809 Formal: 15.905 Informal: 5.904 | Total 8.815 Formal: 5.035 Informal: 3.780 | Total 20.687 Formal: 11.464 Informal: 9.223 |
| Nordeste MA,PI,CE,RN, PB,PE,AL, SE,BA | Total 272.618 Formal: 55.267 Informal: 217.351 | Total 79.561 Formal: 56.177 Informal: 23.384 | Total 21.437 Formal: 9.232 Informal: 12.205 | Total 65.552 Formal: 17.887 Informal: 47.665 |
| Norte RO,AC,AM, RR,PA, AP,TO | Total 88.591 Formal: 14.067 Informal: 74.524 | Total 15.593 Formal: 9.584 Informal: 6.009 | Total 3.938 Formal: 2.098 Informal: 1.840 | Total 20.949 Formal: 6.724 Informal: 14.225 |
| Sudeste MG,ES, RJ,SP | Total 569.054 Formal: 228.340 Informal: 340.714 | Total 129.360 Formal: 103.845 Informal: 25.515 | Total 49.711 Formal: 30.974 Informal: 18.737 | Total 244.642 Formal: 131.915 Informal: 112.727 |
| Sul PR,SC,RS | Total 117.920 Formal: 50.534 Informal: 67.386 | Total 53.928 Formal: 39.359 Informal: 14.569 | Total 20.516 Formal: 8.867 Informal: 11.649 | Total 50.867 Formal: 29.969 Informal: 20.898 |

Fonte: IPEA, 2013.

Nota: dados trabalhados pelo autor.

De acordo com o aumento expressivo de empreendimentos, o programa atingiu seu objetivo. Conforme aponta a BSH *Travel Research* (2013, p.08)¹⁸⁴ (e somente para levantar dados referenciais), entre 2011 e 2013 a referida região recebeu a maior parte dos hotéis do país depois da Sudeste, sendo que, das 154

¹⁸⁴ A BSH International é uma empresa de assessoria e consultoria em empreendimentos hoteleiros fundada em 1989 e com sede em São Paulo-SP. Empresas como a espanhola "Sol Meliá" e a portuguesa "Tivoli" foram inseridas no Brasil pela BSH.

empresas (entre hotéis, pousadas e *resorts*) inauguradas nesse período, 41 estão no nordeste e 67 no sudeste. Ocorre que o número de empregos formais gerados diretamente (3285 e 3491, respectivamente) demonstra que os hotéis de lazer demandam mais mão de obra do que aqueles classificados como econômicos ou medianos, os quais são implantados em maior número no sudeste ou centros urbanos de uma forma geral. Recorrendo a estatísticas anteriores, entre 2008 e 2010 o relatório da BSH *Travel Research* (2011, p.08) mostra que a região Nordeste contou com 33% das inaugurações de empreendimentos hoteleiros, ao passo que a Sudeste ficou com 30%, a Sul com 13%, a Norte com 20% e a Centro Oeste com 5%. Nesse período, a Nordeste também foi a que mais gerou ocupações (Graf. 1).

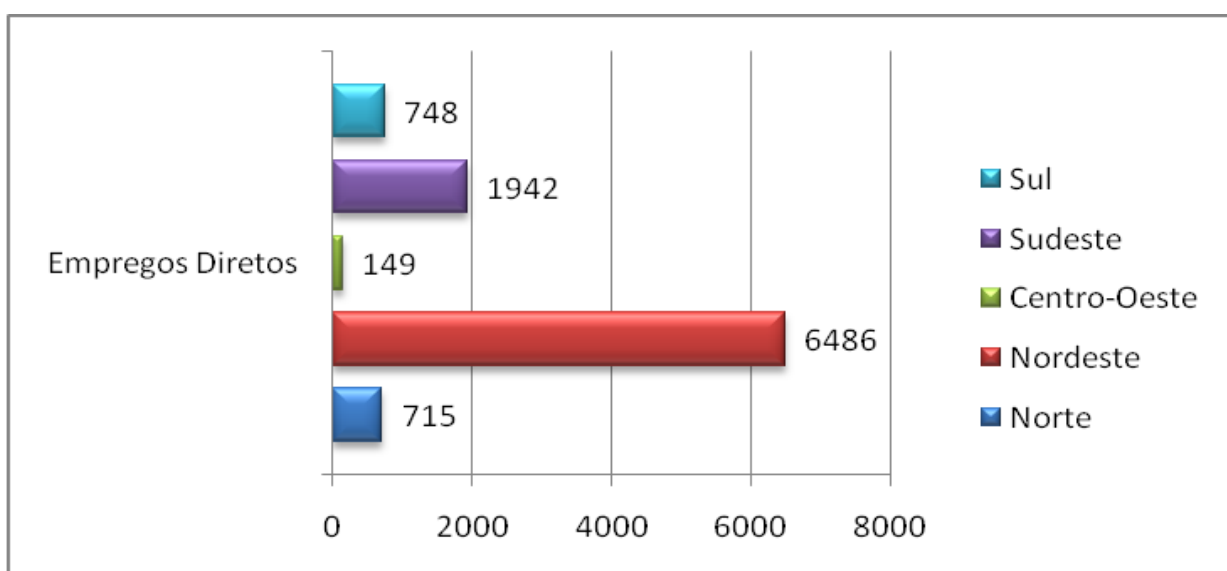


Gráfico 1 - Empregos formais e diretos gerados na categoria Alojamentos nas cinco regiões do Brasil em 2010.

Fonte: BSH *Travel Research*, 2011.

Nota: dados trabalhados pelo autor.

Importa observar que as construções de hotéis do tipo *resort* foram e são efetivadas mais costumeiramente nessa região e, tendo em vista que as políticas públicas de turismo sempre priorizaram os turistas com perfil de consumo mais elevado como um dos principais instrumentos para alavancar o crescimento do setor,

tais empreendimentos vão de encontro à propaganda política de geração de empregos do Ministério do Turismo, uma vez que possuem amplas estruturas de lazer e demandam uma quantidade considerável de trabalhadores diretos e indiretos. Não é por outro motivo que o Plano Nacional de Turismo 2013-2016 (2013, p. 04)¹⁸⁵ explicita que um dos objetivos do governo “é o de estabelecer mecanismos que garantam estabilidade e a confiança para a obtenção de licenças, autorizações, concessões e demais exigências do Estado para a instalação e operação de empreendimentos turísticos no país”. Especificamente os *resorts*, geralmente instalados em regiões pobres e onde fábricas não chegaram ou tiveram influência periférica, são tratados como estruturas que marginalizam outras formas de sociabilização e, por isso, não são raros os observadores do turismo que, ao mesmo tempo em que defendem a oportunidade de empregos para as populações das áreas próximas sem se aterem às suas condições, criticam a falta de regulamentação estatal, tal como Coriolano e Almeida (2007, p.11): “Apesar de o Estado oferecer toda a infra-estrutura de instalação [e] conceder isenção fiscal, não se exige nenhuma contrapartida substancial [dos investidores em *resorts*], exceto pela geração de empregos, nem sempre oportunizados, em favor das comunidades [...]”.

Deve-se considerar e relativizar também a colocação desses autores quando afirmarem que essas instalações de hospitalidade-produtiva são “enclaves” que independem do comércio local e, portanto, não o “dinamiza” (CORIOLANO, ALMEIDA, 2007, p.11). Isso até pode ocorrer diretamente, mas não indiretamente, pois, a depender da localização em relação a uma cidade ou distrito e dos serviços prestados em suas dependências, os *resorts* e as ACT’s do grupo alojamento de uma forma geral, demandam a constituição de uma estrutura-suporte viabilizada pelo Estado, sendo essa determinante para o fomento de outras ACT’s como “alimentação”, “transporte terrestre”, “agenciamento” (receptivo), “transporte aquaviário”, além daquelas atividades não características do setor.

Outra questão a ser levada em conta é que a dinâmica do turismo difere em conformidade com a escala geográfica, os atributos locais tragados como recursos a serem direta ou indiretamente comercializados, os empregos gerados e a instalação

¹⁸⁵ Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo>. Acesso em: 23 nov. 2013.

de empreendimentos que irão dar suporte e, ao mesmo tempo, incentivar a demanda; contudo, a maior diversificação de atividades produtivas não relacionadas ao setor em âmbito local e regional irá fazer com que as ACT's tenham menor influência na configuração e reconfiguração dos processos produtivos e, portanto, nas formas de sociabilização e espacialização.

Nesse sentido, localidades ou cidades que se firmam, sobretudo como destinações, acabam experimentando substanciais transformações ligadas às atividades características do turismo, fato que tem relação direta com as especificidades das ocupações e suas respectivas remunerações. A partir das principais ACT's e da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego, é possível traçar um panorama geral dos pagamentos aos sujeitos que possuem vínculo empregatício ou são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e compará-los com a nacional, além das atividades mais masculinas e/ou femininas e seus respectivos ganhos (Tabela 3).

Se a média salarial mensal brasileira, segundo dados do IBGE/CEMPRE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Cadastro Central de Empresas) foi de R\$ 1943,16 em 2012¹⁸⁶ e de R\$ 2026,00 no primeiro trimestre de 2014¹⁸⁷, de todas as ocupações elencadas, apenas as de “gerente de hotel”, “gerente de turismo” e “turismólogo” tiveram remuneração um pouco acima da média tanto em 2012 como no início de 2014, exceto as contratações de mulheres na ocupação de “turismólogo”. Todavia, se considerarmos que os contratos definidos segundo a classificação de “turismólogo”¹⁸⁸ são ínfimos e inexpressivos diante das outras ocupações, com apenas

¹⁸⁶ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/cadastroempresa/2012/default.shtm>. Acesso em: 29 jul. 2014.

¹⁸⁷ Disponível em: <http://www.amcham.com.br/estudos-e-pesquisas/indicadores-brasil/brasil-registra-aumento-do-salario-real-no-1o-trimestre-de-2014-4126.html>. Acesso em: 29 jul. 2014.

¹⁸⁸ É preciso observar que se a ocupação de turismólogo foi inserida na CBO em 2012, tal profissão não é regulamentada e, por isso, não há exigência de formação em curso superior de turismo para a atuação. A lei que a reconheceu (12.591, de 18 de janeiro de 2012) vetou os artigos que tratavam da exigência do diploma e do registro em órgão representativo de classe. Por isso, se ao administrador ou ao geógrafo, por exemplo, a CBO aponta que é necessária a formação em nível superior e o registro nos respectivos conselhos, a ocupação de turismólogo pode ser exercida por pessoas com qualquer formação, nível médio ou alfabetizado com certa experiência, sendo que a família 1225 da CBO é a mesma tanto para o turismólogo como para um diretor de produção e operações de alimentação. Deve-se salientar também que, se há algumas poucas contratações ou concursos em serviços públicos (secretarias municipais e estaduais, faculdades e universidades, p.ex), elas são inexpressivas em relação à massa de ocupações que integram as ACT's, motivo pelo qual o IPEA desconsidera o emprego em instituições públicas como uma ACT, assim como o INSEE. Se for considerado que contratações de turismólogos praticamente inexistem, tal como apontado com os dados do CAGED, deve-se questionar a informação da CBO em seu “relatório de família” de que “o mercado tem exigido curso superior em nível de bacharelado na área de turismo e/ou hotelaria

5 vagas ocupadas por homens e 10 por mulheres no período, além do fato de que os “gerentes de turismo” enquadram uma ocupação genérica (podendo atuar nas áreas ligadas a alojamentos, transportes, viagens e atividades recreativas conforme a CBO) e também com poucas contratações (30 para homens e 32 para mulheres), somente os gerentes de hotéis ficaram acima da média nacional. Verifica-se, no entanto, que a ocupação formal que mais paga no conjunto das ACT's no Brasil supera um pouco a média dos salários no Marrocos e Tunísia apontados no 2^{eme} *Forum Social des Saissoniers*, ou seja, cerca de R\$16,24 por hora (ou 5,36€), considerando 44 horas semanais e é expressivamente mais baixa que a média em atividades diretamente ligadas ao turismo na França, por exemplo.

Ouriques (2005, p.130) observa que, “além de pagar salários inferiores à média nacional, as ocupações turísticas caracterizam-se ainda por estarem nas posições mais baixas da pirâmide salarial brasileira”. Tendo em vista que o salário mínimo em janeiro de 2014 foi de R\$ 724,00¹⁸⁹, todas as ocupações do setor com exceção de “gerente de hotel”, “gerente de restaurante” (masculino), “organização de eventos” (feminino), “turismólogo” e “gerente de turismo” tiveram vencimentos abaixo de dois mínimos. Nota-se que a maioria das vagas de emprego nas ACT's é ocupada por pessoas do sexo feminino (destaque em vermelho na tabela 3), sendo as que mais contrataram foram: “camareiro de hotel” (com forte perfil feminino); “recepcionista de hotel” (com certo equilíbrio entre homens e mulheres); “garçom” (com mais da metade das vagas direcionadas aos homens); “cozinheiro geral” (com forte perfil feminino); “recreador” e “motorista de carro de passeio”; mas, quanto a essa última, é preciso observar que se trata de uma ocupação fraca como atividade característica do turismo. Todas as contratações citadas são pautadas por uma média salarial que fica em torno do mínimo nacional (1,27 salários mensais).

[...]. Sabe-se que a hotelaria (nos poucos cargos administrativos) dá preferência aos graduados em administração e não em turismo; as agências de viagens à sujeitos com experiência nesse mercado; um órgão ambiental responsável por unidades de conservação, por exemplo, a biólogos ou geógrafos. Resta aos turismólogos competir com indivíduos de qualquer formação (indicados ou não) no conjunto de ACT's ou em qualquer outra atividade, desde que não demande formação superior e registro em conselho.

¹⁸⁹ Disponível em: http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo.htm. Acesso em: 31 jul. 2014.

Tabela 3

Ocupações em atividades características do turismo, salários e contratações no Brasil considerando os seis últimos meses anteriores a julho de 2014.

| Grupo ACT | Código CBO | Ocupação | Salário Masc. (R\$) e contratações nos últimos 6 meses de 2014 | Salário Fem. (R\$) e contratações nos últimos 6 meses de 2014 |
|--------------------|------------|---------------------------------|--|---|
| Agências de viagem | 3548-15 | Agente de viagem | 1256,00 / 1059 | 1210,00 / 2043 |
| | 5114-05 | Guia de Turismo | 863,00 / 161 | 840,00 / 79 |
| Alojamento | 1415-05 | Gerente de Hotel | 2859,00 / 356 | 2148,00 / 290 |
| | 1415-20 | Gerente de Pensão | 1049,00 / 18 | 589,00 / 32 |
| | 5133-15 | Camareiro de Hotel | 818,00 / 2099 | 810,00 / 26523 |
| | 4221-20 | Recepcionista de Hotel | 925,00 / 5464 | 904,00 / 5727 |
| Alimentação | 5134-05 | Garçom | 841,00 / 38051 | 806,00 / 16857 |
| | 1415-10 | Gerente de Restaurante | 1517,00 / 2095 | 1381,00 / 1472 |
| | 5132-05 | Cozinheiro Geral | 929,00 / 30495 | 826,00 / 66942 |
| Cultura e lazer | 3548-20 | Organizador de eventos | 1552,00 / 315 | 1613,00 / 448 |
| | 3714-10 | Recreador | 993,00 / 2279 | 888,00 / 9486 |
| Transp. terrestre | 5111-10 | Comissário de Trem | 926,00 / 77 | 910,00 / 128 |
| | 7823-05 | Motorista de carro de passeio | 1122,00 / 21654 | 1083,00 / 543 |
| Transp. aéreo | 5111-05 | Comissário de voo | 1308,00 / 123 | 1361,00 / 176 |
| Transp. aquaviário | 7827-25 | Marinheiro de esporte e recreio | 1195,00 / 44 | Dados não existentes |
| Outros | 1225-20 | Turismólogo | 2136,00 / 5 | 1652,00 / 10 |
| | 1415-25 | Gerente de Turismo | 3046,00 / 32 | 3113,00 / 30 |

Fonte: CAGED/Salariômetro/CBO/MTE 2014.

Nota: dados trabalhados pelo autor.

Mas, tal como já foi enfatizado, o que prevalece no turismo é a informalidade, principalmente quando se considera empreendedores menores em realidades dinamizadas por um mercado concorrencial (e não de monopólios ou oligopólios), o que nos leva a afirmar que os pagamentos podem ser ainda mais baixos ou, se alguns não o são, ficam comprometidas as garantias, tais como o seguro desemprego, contribuição previdenciária, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), questões essas que devem ser somadas às jornadas não reguladas e extensas, além dos malabarismos necessários para se complementar os baixos ganhos com o uso do tempo livre para se exercer alguma outra atividade. Por isso, Antunes (2013, p.17) registra que “se a informalidade não é sinônimo direto de condição de precariedade, sua vigência expressa, com grande frequência e intensidade, formas de trabalho desprovidas de direitos, as quais, portanto, apresentam similitude com a precarização”. Quanto ao emprego sazonal no Brasil, geralmente ele integra os vigorosos números das ocupações informais, sendo que isso é corrente em todos os espaços movimentados por ACT's que dependem dos fluxos alavancados por períodos de férias, feriados e estações climáticas.

Se os dados apresentados não passam de referências para a explicação dos processos que os cimentam e, por si mesmos, pouco ou nada dizem, é preciso realçar que o turismo é apresentado pelo Estado e pelo meio empresarial a partir de estatísticas focadas nos quantitativos de empregos e gastos ou como sinônimo de crescimento econômico e inserção social; mas, comprova-se que assim ele o é por constituir-se em um setor ímpar na extração de mais-valia (absoluta e relativa), adicionando grupos de trabalhadores às ações empreendedoras que se valem dos mínimos salariais, de ocupações sazonais e da desorganização classista para fomentar a produção. Não é por outro motivo que Harvey, ao relatar o processo de reestruturação produtiva de Baltimore (Maryland, Estados Unidos) devido ao desemprego estrutural promovido pelas fábricas automotivas que desterritorializaram seus parques para o México na década de 1980, e a ascensão do setor de serviços com a criação de arenas culturais, a revalorização do centro urbano e a construção de um parque hoteleiro voltado a eventos, chama os funcionários desse setor de “pobres empregados” (HARVEY, 2009, p.168).

Uma vantagem no campo do turismo para a classe empresarial é que a citada desterritorialização da produção não precisa ser necessariamente empreendida, uma vez que se as indústrias buscam países com menos intransigências sindicais, tais barreiras ao mais valor tem pouca vivacidade em um conjunto de atividades empreendidas em sua maioria por jovens, mulheres e crianças com ínfima organização política e norteados, não raras vezes, por ideias como as de Trigo (2012). As inversões, sejam verticais ou horizontais, nacionais ou internacionais, locais ou regionais, preocupam-se com a existência desses contingentes que devem ser inseridos sem resistências ou, quando elas surgem, o discurso do emprego e do empreendedorismo é enfatizado e celebrado como fator ímpar para melhorias socioespaciais.

Todos esses predicados do turismo ajudam a explicar a participação de capitais espanhóis, portugueses, italianos e franceses na hotelaria, residências compartilhadas, condomínios de segunda residência e demais estruturas para o “bem receber” no Brasil e, mais especificamente, no Nordeste. Por exemplo: há quase dez anos, o jornal *Diário do Nordeste* noticiou que “de um total de 39 empreendimentos estrangeiros ao longo do litoral cearense [...] registrados na Junta Comercial do Ceará [...], 14 têm como endereço o Município de Jijoca de Jericoacoara” (LIMA, 2005)¹⁹⁰, maiormente a antiga vila de pescadores que assim subsistiu até os anos 80, tornando-se uma das praias mais procuradas e seletas nos anos 2000, tal como diversas outras pequenas comunidades que foram descobertas por turistas-aventureiros e, à reboque, vieram os capitais do turismo a fim de promover o desenvolvimento local via geração de valor a mais¹⁹¹.

O caso de Porto Seguro-BA, região de influência do *resort* “Ilha Intocada” é emblemático e esclarecedor do ponto de vista dos espaços assim qualificados. A projeção da localidade como destinação a partir da década de 1980 e o declínio de atividades rurais (como a cacauicultura), concretizou uma migração expressiva para o município com vistas a um emprego nas ACT's que surgiam. A absorção de uma

¹⁹⁰ LIMA, Fábio. Jericoacoara é uma das principais áreas de investimento. *Diário do Nordeste*. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/jericoacoara-e-uma-das-principais-areas-de-investimento-1.495288>. Acesso em: 01 ago. 2014.

¹⁹¹ A praia de Jericoacoara fica a cerca de 23 quilômetros da sede, o município de Jijoca de Jericoacoara, o qual está a 280 quilômetros de Fortaleza-CE.

massa de mão de obra em atividades formais e informais por pequenas empresas prestadoras de serviços ligados à hospitalidade, associados aos atributos socioespaciais (praias, antigas edificações) reconfigurou Porto Seguro em curto espaço de tempo. De acordo com Ramos (2002, p.50) seu núcleo urbano contava com 5.742 pessoas e o rural com 40.562 em 1980, sendo que em 2000 a população era de 79.557 e 16.108 respectivamente. Em 2010, conforme dados do IBGE, a população urbana passou para 104.090 e a rural para 22.680, com um total estimado, em 2013, de aproximadamente 141.000 habitantes.

A produção, antes centrada em atividades artesanais relacionadas ao cacau, à pesca ou mesmo a um turismo incipiente amparado por trabalhos úteis improdutivos e, portanto, gerador de um capital pouco desenvolvido (serviços de hospedagem por conta própria, cessão de locais para camping, entre outros) foi alterada em sua base por meio da reestruturação laborativa, que teve como princípio as oportunidades de emprego e o empreendimento de atividades informais em conjunto com programas governamentais de infra-estrutura, como o Prodetur-NE. Esse processo, que foi relativamente rápido em Porto Seguro, é composto pela gestação e expansão também acelerada de um espaço periférico denominado Frei Calixto (mais conhecido por “Baianão”) e habitado em sua maioria por trabalhadores em ACT’s; e um espaço estruturado para os visitantes e turistas, onde interagem e concorrem empreendimentos associados ao patrimônio histórico e natural do município. Os espaços de produção são planejados, delimitados, definidos, divulgados e resguardados de acordo com a possibilidade (ampliada de alguns e reduzida de outros) em se gerar valor, valor-capital e rendas, contando com recursos públicos que irão alicerçar toda uma infra-estrutura necessária e indutiva a investimentos de toda ordem.

Ao mesmo tempo, aos grupos responsáveis por operacionalizar tais estruturas restam os espaços direcionados à reprodução, os quais crescem à margem da urbanização turística e do patrimônio representativo de Porto Seguro acompanhando a geração de empregos e ocupações diretas e indiretas no turismo. Carentes de planificação e recursos acabam ocultados, na medida do possível, pelo fato de serem o reflexo socioespacial concreto das relações sociais pautadas pelo valor-capital, em

uma realidade inventariada para reproduzi-lo diante de suas “vantagens comparativas”. Trata-se de uma contradição que a “conscientização turística” e o “planejamento” limitado (ou mesmo com bases locais, do qual trataremos no capítulo posterior) não têm condições de resolver, uma vez que estão imbricadas à operacionalidade produtiva da geração de empregos e/ou ocupações formais e informais, as quais são determinantes para o desenvolvimento-capitalista local e regional. Nesse caso, enquanto o centro comercial é bem dimensionado e funciona essencialmente no período da noite, a estrutura geral e de suporte do “Baianão” é precária e deve atender a parte expressiva dos moradores, uma vez que, em 2002, quase 65% da população urbana vivia em seus limites.

Consideradas as configurações gerais das atividades produtivas no turismo, bem como os seus possíveis reflexos socioespaciais de que são exemplos a Ilha do Mel e Porto Seguro, é preciso ressaltar que junto aos empreendimentos postos para a valorização do valor convivem iniciativas que são até mesmo funcionais a eles, tais como outras ACT's que têm existência e permanência vinculada ao trabalho do produtor direto. O capital não necessariamente extingue outras formas de socialização para a produção, “apenas” não permite que essas tenham domínio em realidades que favoreçam a sua reprodução e, por isso, enfrenta possíveis resistências ao mesmo tempo em que se impõe como relação social. Verifica-se nos espaços turistificados uma mescla de iniciativas: umas empenhadas na produção de valor-capital ao lado de outras que, por limitações estruturais, estão circunscritas à geração de valores, as quais podem ser alcançadas pelas relações que estruturam as primeiras, seja no seio delas próprias, seja pela absorção por aqueles que foram capazes de incrementar a geração de capital ou auferir rendas. *Por isso, deve-se observar que a consideração corrente e geralmente crítica de que as coisas e serviços são cada vez mais transformados em mercadorias pode se constituir em um ponto de vista ou expressão pouco representativa ou vazia em termos de conteúdo, caso não se estabeleça as formidáveis diferenças entre os empreendimentos que geram valor e aqueles que estão postos para a reprodução do capital. Ao se reconhecer os papéis de um e de outro, anula-se o sentido único que se dá à “mercadoria turismo”.*

Mas reside aí, também, a nem sempre fácil análise dos espaços tornados turísticos, uma vez que a intensidade dos processos de estruturação das ACT's (ou reestruturação pelas ACT's) pode ter chegado a patamares mais intensos do ponto de vista produtivo (do valor-capital), mas mantêm uma paisagem (forma) peculiar, a qual expressa uma “autêntica” destinação, o que caracterizaria a Ilha do Mel, por exemplo. Questão análoga é aquela apontada por Harvey (2009, p.103) em relação ao reduto étnico-cultural de Chinatown, Nova York, EUA, o qual “parece uma comunidade voltada para manter a distinção e a identidade culturais [em um ambiente em que o visitante ou o turista] despreza por completo as outras práticas e relações trabalhistas altamente exploradas e com frequência ilegais [...]”. Se o valor-capital acentua não somente as *diferenças* valorizadas dos e nos espaços com vistas à comercialização, mas também (e de forma automática) as suas desigualdades próprias à sociedade de classes, tais disparidades devem ser desviadas ou camufladas em “trajetos de confinamento”, envolvendo a história, a cultura, a religião e demais particularidades das destinações. É no sentido dessas observações que Lefebvre chama a atenção para o fato de que nos espaços apropriados pelo turismo a reprodução das relações sociais de produção não estão circunscritas somente ao ambiente laborativo das unidades produtivas de serviços hospitalares, mas ela conta com o auxílio do próprio espaço assim configurado e particularizado, servindo-lhes de resguardo:

Os lugares de lazeres [...] são dissociados da produção, a ponto dos espaços de lazeres parecerem independentes do trabalho e “livres”. Mas eles encontram-se ligados aos setores do trabalho no consumo organizado, no consumo dominado. Esses espaços separados da produção, como se fosse possível aí ignorar o trabalho produtivo, são lugares da recuperação. Tais lugares, aos quais se procura dar um ar de liberdade e de festa, que se povoa de signos que não tem a produção e o trabalho por significados, encontram-se precisamente ligados ao trabalho produtivo. É um típico exemplo do espaço ao mesmo tempo deslocado e unificado. São precisamente lugares nos quais se reproduzem as relações de produção, o que não exclui, mas inclui, a reprodução pura e simples da força de trabalho. Tudo isso se lê nesses espaços, mas com dificuldades, pois o texto e o contexto estão embaralhados (como num rascunho) [...] (LEFEBVRE, 2008, p.49, 50).

Se o tempo é o momento da sociedade que entremeia espaços suscitando ou acentuando “desenvolvimentos geográficos desiguais” (HARVEY, 2009, p.107 e

HARVEY, 2013, p.478), espaços esses que se particularizam pelo travamento de interações, ora mais abertas e ora mais combativas, diante dos imperativos do capital em defraudar trabalho excedente, ao mesmo tempo em que constitui bases mais promissoras aos investimentos que reproduzem tais relações e inquerem rendas, Lefebvre (2008, p.47) alerta que, diante de suas contradições e violências geradas aqui e ali, “o modo de produção capitalista deve se defender num ‘front’ muito mais amplo [...]”, não somente com a reprodução nas empresas ou novas unidades produtivas de valor a mais em substituição às que se tornaram obsoletas ou desapareceram, mas essencialmente com a reprodução dessa forma social incitada pelo espaço. Isso significa que, *quanto mais se ampliam os corredores e os destinos turísticos, maiores as chances de a produção de valor-capital exercer autoridade em relação ao todo social e, ao mesmo tempo, via formas bem acabadas e em muitos espaços propícios a se esquecer o cotidiano-laborativo (como forma de se reproduzir para o trabalho), o turismo manifesta-se como um importante mecanismo de manutenção, revigoração e naturalização da formação social capitalista.*

Obviamente que os registros empíricos atrelados à inferência de que os produtores-diretos no turismo são “pobres empregados” (no acertado jargão de Harvey) trata de uma condição geral nesse ramo dos serviços, de forma que cada caso em particular deve ser compreendido de acordo com tais pressupostos e suas configurações sócio-históricas e espaciais. Averiguar o quanto e como as categorias (trabalho, espaço, ideologia, Estado) constitutivas de realidades ou pontos no espaço estão mediadas pelo valor-capital envolve, dentre outras coisas, a análise dos processos que o corporificam e, portanto, a diferenciação entre os vários agentes, contemplando aqueles que efetivamente representam e, portanto, se apropriam do capital, os que o produzem e, ainda, aqueles que somente aparentam representá-lo: empreendimentos que operam com poder de monopólio ou oligopólio e são detentores de altos lucros somente podem assim se caracterizar pelo trabalho socializado, como se mencionou diversas vezes, mas, ao mesmo tempo, esses podem ampliar a geração de valor a mais remunerando bem um número reduzido dos seus funcionários. Trata-se de um dos expedientes utilizados para o sequestro da subjetividade e fidelização do trabalhador, o qual é colocado como exemplo para os demais: “as formas mais

avançadas de disposição do trabalho se caracterizam por uma organização hierárquica e formas de especialização que estratificam a classe trabalhadora e criam uma camada social de administradores e supervisores que dirigem – em nome do capital – as operações cotidianas de trabalho” (HARVEY, 2013, p.79).

Em relação às pequenas iniciativas empresariais (as quais caracterizam o turismo receptivo de lazer), seu poder de inovação e expansão, via contratação de mão de obra, é orientado por expedientes parecidos em relação às primeiras, com a particularidade de que nessas a informalidade-direta é uma alternativa mais exequível enquanto a participação de uma “camada social de administradores” é bastante reduzida. Nesses casos, aqueles proprietários que têm condições de se apoderar do excedente produzido por seus funcionários e, para isso, podem impor informalmente horas laborais excessivas ou associar formalmente a garantia do emprego à polivalência e intensidade (sempre à mercê do mercado concorrencial), tais unidades produtivas (ou poderes de monopólio dos meios de produção) se configuram por se valerem do trabalho produtivo e podem ser consideradas como “saudáveis” para “contribuir” com o turismo local, regional e nacional, além de se apoiarem em critérios necessários para investimentos horizontais, verticais e gastos improdutivos. No conjunto, estão as empresas características do turismo (formais e/ou informais) que não têm condições de produzir um valor excedente e o preço obtido com a realização de um serviço não é suficiente para a acumulação, mas simplesmente para manter uma estrutura no que se refere ao pagamento de impostos, aluguel, juros. Por isso, Carcanholo (2011, p.137) relata que em casos como esse, o seu proprietário pode ser considerado ele próprio “um trabalhador explorado pelo sistema, [pois] o valor do qual não se apropria termina sendo apropriado como lucro por outros capitais”. *Ou seja, os circuitos turísticos têm a mercadoria como mediação, mas o poder de acumulação reside não somente em formas administrativas eficientes ou na capacidade empreendedora tão propagada ultimamente: ele está na possibilidade ampliada de se transformar dinheiro em capital.* Entretanto, se tais categorias são fundamentais na constituição do espaço turístico, elas são mediadas por outras que materializam a concentração e a centralização do capital, consubstanciando processos os quais muitos dos chamados planejadores também pensam poder regular com a força das ideias.

3.3. OUTRAS FORMAS DE ACUMULAÇÃO: ESPOLIAÇÃO, RENDAS, MONOPÓLIOS E A QUESTÃO CONTRADITÓRIA DAS PROPOSIÇÕES DE TURISMO COM BASE COMUNITÁRIA

Antecedendo, associada ou paralelamente aos processos de reestruturação com vistas à reprodução ampliada, pode ser verificada em diversas realidades a chamada acumulação por meio da espoliação. Em *O Capital* (2001, v. II) Marx relata que, dentre os variados mecanismos que permitiram a impressão e capilarização de relações efetivamente capitalistas após o século XV, os atos firmados na fraude, na violência e na privação de direitos relacionados à própria condição humana devem ser evidenciados: o cercamento de terras e expulsão de pequenos camponeses; a desintegração de organizações de trabalhadores baseados na propriedade comum; o aniquilamento da propriedade privada do produtor direto; a pilhagem e instituição da escravidão na América; e a dívida pública, são questões marcantes.

Mas sabe-se que as práticas que expropriam seres humanos daqueles recursos mais básicos a uma vida digna não fazem parte do passado. Atualmente, tais expedientes são empreendidos ora por grupos que personificam o capital e ora pelo Estado desenvolvimentista-capitalista, estrutura que opera essencialmente em prol de seus credores¹⁹² e acaba, via mecanismos legais e democráticos¹⁹³, auxiliando ou atuando na desestabilização, desarticulação e dissolução de dinâmicas baseadas em processos produtivos que porventura limitem à valorização do valor. Por isso, Harvey (2010, p.120) evidencia que “a acumulação ‘primitiva’ ou ‘original’ já ocorreu, e seu processo agora tem a forma de reprodução expandida (embora mediante a exploração do trabalho vivo na produção) em condições de ‘paz, prosperidade e igualdade’”.

¹⁹² Marx relata que a dívida pública foi implantada primeiramente na Holanda, mas foi em Gênova e Veneza que a venda do Estado foi gestada. Trata-se de uma das “alavancas mais poderosas da acumulação primitiva” (MARX, 2001, p.868). Sabe-se, mais hoje do que ontem, que a compra de títulos de governos pode ser uma prática menos arriscada do que investimentos em unidades produtivas e, ao mesmo tempo, deixa o Estado sob os ordenamentos dos principais credores via manutenção da dívida com vistas à confiança do mercado. Os principais credores da dívida federal brasileira são bancos, fundos de investimentos, grupos estrangeiros e fundos de pensão. O aumento dela pode promover a ampliação da carga tributária e a redefinição do papel do Estado em consonância com interesses privados, uma vez que se privilegia o pagamento de juros ao invés de investimentos em áreas como educação, atendimento médico-hospitalar, lazer. Por isso, é extremamente atual a seguinte colocação de Marx (2001, v.II, p.868): “a única parte da chamada riqueza nacional que é realmente objeto da posse coletiva dos povos modernos é a dívida pública”.

¹⁹³ Se a grande mídia e o Estado (em termos gerais, conforme será verificado no último capítulo) são campos de domínio da classe que exerce o poder econômico, não é possível haver democracia devido a desigualdade interposta no desenvolvimento das diferenças humanas, além da ideologia interligada às tramas reprodutivas do capital e disseminada por tais estruturas.

Existem, portanto, novas vestimentas da acumulação por espoliação, as quais servem de acessórios à produção e reprodução do valor-capital ou vice-versa. Em Beberibe, município do estado do Ceará, Mendonça (2004) relata as investidas de uma imobiliária e de um grileiro contra a comunidade tradicional-pesqueira da Prainha do Canto Verde, a qual, resistindo às tentativas de loteamento daquele espaço, passou a conviver com conflitos que se alternavam ora na justiça e ora na ação de capangas contratados para realizar estragos em habitações e bens públicos, como forma de ameaça. Santos Filho (2001), ao expor a difícil situação de uma comunidade próxima, chamada Batoque e pertencente à Aquiraz, denunciou que as intimidações, agressões e tentativas de suborno por parte dos “coronéis do turismo” a líderes comunitários, acusados de serem contrários ao progresso, são ações correntes não somente no litoral cearense, mas em todos os espaços onde há contendas movidas pela ânsia empreendedora. Em que pese o desconhecimento de Souza e Bahl (2013)¹⁹⁴ acerca das diferentes dinâmicas do valor rumo ao valor-capital, a pesquisa desenvolvida pelos autores descreve algumas ações espoliatórias a partir da implantação de oito *resorts* nos estados da Bahia, Sergipe, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, São Paulo e Santa Catarina, os quais estão sendo averiguados pelo Ministério Público Federal devido a problemas sociais e ecológicos gerados, tais como: a restrição de acesso à praias por públicos que não são seus hóspedes; a inobservância corporativa em relação à legislação ambiental; e, também, à inoperância do Estado no que se refere à fiscalização.

São variadas as formas de acumulação pelo caminho da espoliação no campo do turismo, mais ou menos perceptíveis onde há as chamadas vantagens comparativas para a instalação de ACT's e que se estendem a diversas realidades, como é o caso da indústria das cédulas falsas em Buenos Aires, na Argentina: quadrilhas ligadas direta e/ou indiretamente a políticos, banqueiros, juízes e à própria polícia atuam única e exclusivamente por conta do turismo, comercializando notas que,

¹⁹⁴ Para os autores, baseados em uma epistemologia marcadamente idealista e a serviço do mercado, a questão do poder é tratada a partir de variadas definições e conexões lógicas e não como categoria, portanto, fica segregada da totalidade das relações socioespaciais e das conexões reais. Por não considerarem o sujeito como um sujeito social ou um ser ativo frente a um momento histórico, Souza e Bahl (2013, p.557) são imperativos em suas considerações em prol da equalização e harmonização das relações na forma social capitalista: “[...] que os tomadores de decisões [...] assumam suas responsabilidades, exerçam seus poderes e cobrem para que todos os atores atuem efetivamente de forma harmônica respeitando todas as partes”.

cada vez mais, fazem parte das operações em taxis, lojas de *souvenirs*, casas de câmbio e podem ser encontradas até mesmo em caixas eletrônicos¹⁹⁵.

No entanto, deve-se considerar que a espoliação pode ocorrer por vias legais e indiretamente, fruto das contradições inerentes a uma sociedade que compete não por avanços tecnológicos e organizativos para o atendimento das necessidades humanas frente a recursos finitos, mas por variadas maneiras traçadas e definidas pelo capital, a fim de submeter coisas tangíveis e intangíveis às relações sociais que garantam a sua perpetuação. Ocorre que, se até o momento enfatizamos esse sociometabolismo com e no turismo, trata-se de um processo que não contempla somente os expedientes adotados em unidades produtivas com vistas ao valor a mais ou aos investimentos na forma de dinheiro para a sua reprodução. A essa interação agrega-se e combina-se uma questão da qual já fizemos menção, qual seja: as rendas.

Em relação ao objeto da presente pesquisa, compreendemos que a capitalização do espaço com especificidades portadoras de valor turístico (o valor de uso mediado por sua produção ou transformação social, enquanto valor para fins privados, e a possibilidade de alguns em pagar por isso) provém de capitais rentistas e não somente daqueles que buscam lucros situados (real ou potencialmente) acima da média de outros ramos produtivos. Esses capitais, ao encontrarem ou elegerem realidades que possuem bases naturais, culturais, históricas ou estruturais para que o trabalho abstrato seja organizado, visualizam que desses mesmos meios é possível obter diferentes formas de renda. Convém pormenorizar essa concretização inerente à organização socioespacial capitalista.

Ao estudar a renda fundiária, Marx esclarece que o seu objetivo não é focá-la segundo as tramas reprodutivas feudais, onde já existia e de que era exemplo o pagamento pelo camponês ao arrendador com o seu trabalho¹⁹⁶, mas tratá-la

¹⁹⁵ Verificar documentário da *National Geographic Channel* intitulado “Capitais do Delito” - Buenos Aires. Produção e direção de Ian Bremner. Conor Woodman. 53 min. 2011.

¹⁹⁶ Marx (2008, v. VI, p.1045-1058 passim) relata que “a forma mais simples da renda fundiária é a renda em trabalho: durante parte da semana, o produtor direto, com os instrumentos [...] que lhe pertencem de fato ou de direito, lavra o terreno de que dispõe de fato e, nos outros dias da semana, trabalha nas terras do solar senhorial, para o proprietário de terras, gratuitamente. Aí, a coisa ainda está meridianamente clara – renda e mais-valia se identificam. Aí, a forma em que se expressa o trabalho excedente não-pago é a renda e não o lucro”. As outras formas de renda são aquelas oriundas do pagamento em produtos e do pagamento em dinheiro. Sobre essa última, Marx relata que ela dissipa a primeira, pois o pagamento de renda deve vir de um valor a mais criado com a

“enquanto parte da mais-valia produzida pelo capital [que] cabe ao proprietário da terra” (MARX, 2008, v.VI, p.823), sendo que à noção de “terra” deve-se incluir outros elementos do espaço, como a água e edificações. Sua análise contempla, portanto, a forma mais desenvolvida da categoria renda, possível não somente pela propriedade privada, mas pelas relações sócio-produtivas geradoras de valor a mais. A renda equivale, então, a uma taxa a ser paga pelo uso, seja para a reprodução do produtor-direto com a locação de um imóvel, por exemplo; seja para a reprodução do capital, constituindo-se, ao mesmo tempo, em uma barreira à sua livre expansão naquelas unidades produtivas que, para assim se constituírem, precisam considerar que ao trabalho excedente que operacionaliza meios e possibilita mais-valia é necessário acrescentar a parte destinada ao pagamento de renda, tal como um tributo ou juro cobrado de um capital fixado em algo. Não é preciso dizer que tal empecilho não pode ser eliminado nos limites regulatórios do capitalismo, uma vez que se constitui em seu principal pilar de sustentação, mas é necessário considerar que tal impedimento pode ser tomado como vantagem por capitalistas que buscam produzir excedentes com mobilidade, ou seja, sem fixar capital em certas localizações. De uma forma geral, a resignificação da renda diante das relações sociais de produção capitalistas pode ser entendida “[...] como um pagamento suplementar permitido aos proprietários de terra para preservar a santidade e a inviolabilidade da propriedade privada em geral” (HARVEY, 2013, p.463).

Verifica-se, então, que nessa quadra da história renda é distinta de lucro e depende dos processos que o materializam, envolvendo, tanto aqueles que estão aptos a se valer de frações dos resultados laborativos-sociais reprodutores do capital com a renda advinda de uma ou mais propriedades postas para esse fim, como os que se apropriam do valor a mais por deterem os meios de produção essenciais e potencializam ou garantem a acumulação por meio de rendas. Em “O Capital” (2008, v. VI) Marx especifica diferentes categorias de renda fundiária (incluindo a de terrenos

produção que se efetiva tendo como base a terra arrendada. Nesse caso, não se pode confundir renda com mais-valia: aquela fica dependente da concretização desta.

para edificações)^{197/198}, as quais são descritas a seguir, a fim de serem readequadas para se referenciar suas possíveis formas no e com o turismo.

A chamada renda de monopólio perpassa todas as outras formas a que faremos menção, sendo caracterizada pelo poder de alguns indivíduos em “dispor de determinadas porções do globo terrestre como esferas privativas de sua vontade [...]”. (MARX, 2008, v.VI, p.824). O monopólio não é assinalado aqui como controle em relação a um ramo produtivo qualquer ou grandes extensões de terra no meio rural e urbano, mas a uma porção do espaço (natural/modificado) que se diferencia com mais ou menos ênfase das demais, sendo que esse relevo traduz-se em garantia de poder ao seu proprietário. A possibilidade de assim se auferir renda, explica Harvey (2013, p.451), seria mais expressiva em áreas povoadas do que propriamente no arrendamento para a agricultura, uma vez que “as localizações de prestígio e status criam todos os tipos de possibilidades para realizar rendas monopolistas [...]”. Para que esse poder seja relegado aos sujeitos, a capacidade de acumulação se impõe, sendo, portanto, o Estado, empresas e capitalistas os seus principais representantes. Quanto aos dois últimos, deve-se considerar que há uma tendência ao “aumento contínuo de suas rendas e do valor monetário crescente de suas propriedades com o

¹⁹⁷ Marx (1818-1883) tem como ponto de partida de sua análise as observações e estudos em relação à renda fundiária de autores expressivos da economia política clássica como Adam Smith (1723-1790) e, principalmente, David Ricardo (1772-1823).

¹⁹⁸ Das quatro formas de renda, excluímos da análise a renda absoluta. Essa seria possível em ramos produtivos em que as inovações tecnológicas são mais lentas ou são pouco avançadas para a otimização dos processos. Mas não é somente isso: tendo em vista que a concorrência de mercado (em uma situação normal de demanda) tende a nivelar a composição orgânica do capital nas unidades produtivas de um determinado ramo, desde que possam se apoderar de mais-valia para inovar e assim contribuir com a equalização entre produção de valor, preço de produção e taxa média de lucro, “a propriedade fundiária impede que assim se nivelem os capitais empregados na terra e se apodera de parte da mais-valia que de outro modo entraria nesse nivelamento que dá a taxa geral de lucro; é o que se dá quando a produção precisa da terra, seja para a agricultura, seja para a indústria extrativa. A renda representa, então, parte do valor, mais particularmente da mais-valia das mercadorias, a qual em vez de caber à classe capitalista que a tirou dos trabalhadores, pertence aos proprietários que a extraíram dos capitalistas” (MARX, 2008, v.VI, p.1020). A possibilidade dessa renda ou o controle por proprietários de terra no emprego da mais-valia de forma a favorecê-los ao invés do ramo produtivo causaria o aumento do preço do produto, mas essa mesma renda cessaria no momento em que a agricultura (ou algum de seus ramos específicos) se atualizasse, “deixando os proprietários de terra assumirem as rendas monopolistas, se puderem” (HARVEY, 2013, p.454). No campo do turismo e, mais especificamente em atividades características como hotéis de lazer, a própria configuração da prestação de serviço nessas empresas as caracterizam pela baixa composição orgânica do capital em relação ao capital social médio, o que teria semelhança e poderia gerar lucros excedentes a serem convertidos em renda absoluta. Mas é preciso um levantamento empírico quanto a existência e o poder de proprietários de meios de hospedagem que os arrendam em um determinado espaço, bem como, se haveria alguma possibilidade de interferência do pagamento de renda em relação ao impedimento do aumento da composição do capital, haja vista as especificidades de uma atividade que demanda capital variável.

progresso do desenvolvimento econômico, [uma vez] que embolsam o resultado produzido pelo progresso social sem qualquer interferência de sua parte [...]” (MARX, 2008, v.VI, p.829).

Com isso, se o capitalista (não rentista) se arrisca em processos produtivos adiantando capital a ser valorizado em um ambiente com mais ou menos concorrência, o arrendador pouco se expõe em termos comparativos, exigindo compensações por seus ativos. Além disso, ao capital empregado na obtenção de rendas é preciso levar em conta a possibilidade de valorização fundiária sem emprego de trabalho ou transformação nos limites da propriedade, a qual seria resultante da atividade social que transforma o espaço como um todo, seja com obras públicas, seja com injeções de dinheiro privado na vizinhança. Mas, considerando que o valor de um dado monopólio “depende por inteiro de condições econômicas que não se subordinam à vontade [de quem o detém]” (MARX, 2008, v. VI, p.825), o próprio processo de valorização em algumas áreas pode desqualificar outras, demandando do rentista possíveis readequações de propósito do bem ou a venda para outros fins, a depender de sua capacidade para assim continuar a acumular e/ou a pagar juros referentes a um capital adiantado e direcionado à obtenção de rendas. Importa observar que as particularidades da propriedade como localização, potencialidade produtiva e/ou construtiva e projeção futura de valorização irão fazer com que se sobressaia um monopólio perante outro.

Ao citar tais questões, especificam-se outras duas formas: a renda diferencial I e II. Quanto à primeira, sua possibilidade se acenta nas especificidades naturais da área a ser arrendada, a qual propiciaria um resultado diferente ao se aplicar a mesma quantia de capital em outro espaço, com as mesmas dimensões, para se desenvolver a produção agrícola. Além disso, a questão da localização a integra e constitui-se como seu facilitador, a qual, por um lado, tenderia a ser anulada ou amenizada diante da criação de “mercados locais [ou da facilidade promovida pelos] meios de comunicação e transportes [e, por outro, frisada] ao [se] formar grandes centros de produção [industrial]” (MARX, 2008, v.VI, p.869). A segunda forma ou renda diferencial II é determinada pelas proporções de investimentos de capital no solo, os quais são resultantes da distribuição desigual de mais-valia entre os arrendatários ou

capitalistas-produtores, seja com investimentos diretos, seja com o acesso ao crédito. Harvey (2013, p.458) observa que a renda diferencial II pode ser “convertida” em I, pois investimentos no solo e em meios de comunicação podem “igualar” áreas até então com condições diferenciadas de produção.

Marx (2008, v.VI, p.1026) aponta que se a terra aparece “com o fim de reprodução ou de extração e o espaço [é um] elemento necessário a toda produção e a toda atividade humana, [a] propriedade fundiária cobra o seu tributo nos dois domínios”. Nesse sentido, a renda tende a crescer na medida da expansão da produção no campo e nas cidades como processo decorrente do aumento populacional, além de que os capitais fixados em unidades habitacionais, edificações para indústrias de bens e empresas de serviços não requerem somente aluguéis, mas eles estão empenhados em obter vantagens em prazos mais longos e a praticar preços de monopólio se assim puderem. Ao se considerar as rendas diferenciais, uma questão a ser evidenciada é em relação à renda suplementar, possível pelo lucro assim adjetivado. Marx a exemplifica de forma bastante objetiva ao ponderar as vantagens pelo uso de quedas-d’água frente à máquinas a vapor em um mesmo ramo de produção: considerando que há um valor médio de mercado para um dado produto que sai das unidades produtivas (diante do tempo de trabalho socialmente necessário e das condições sociais médias de produção), aquelas que utilizam a força d’água conseguem minimizar custos e comercializar seus produtos por esse valor médio, o que lhes possibilita a mais-valia suplementar. Nesse caso, “a maior produtividade evidencia-se na circunstância de precisar de menor quantidade de capital constante [...] para produzir a mesma quantidade de mercadorias [e] de menor quantidade de trabalho vivo, pois a roda hidráulica prescinde de aquecimento” (MARX, 2008, v.VI, p.857). No caso de o capitalista ser o arrendatário, o proprietário do recurso transfere esse benefício a si, o que lhe possibilita uma renda suplementar que se traduz em preço de monopólio.

Observadas certas nuances, no turismo essas características gerais dos capitais rentistas também são correntes. Por considerar o poder de monopólio associado à localização e aos atributos socioespaciais que irão se constituir não como fonte de lucro, mas como base essencial para a sua concretização, é possível dizer

que quando se fala em potencial de atração para o turismo ou simplesmente potencial turístico, os cenários que projetam possibilidades de rendas é que irão fomentar as aquisições, investimentos, contendas e reservas de espaços com vistas a negociações futuras; sendo que essas ações, por sua vez, se valem do desenvolvimento de relações sócio-produtivas geradoras de valor a mais e da planificação promovida pelo Estado.

Abordando as possíveis variações no campo do turismo, o preço e a renda de monopólio podem se concretizar nos limites de uma propriedade privada, mas geralmente são provenientes de atributos conformativos de um circuito privilegiado, tanto em termos de particularidades patrimoniais (sócio-históricas e naturais) como em ações ou estruturas públicas, beneficiando assim os sujeitos com propriedades mais bem situadas. Centros de antigas cidades “revitalizados”, preservados e voltados ao turismo, unidades de conservação, praias, montanhas, podem se firmar como atributos que irão especificar a renda diferencial I no setor e, sem se constituírem em poder de monopólio diretamente a não ser pelo Estado, assim a particularizam de forma pontual (em cada propriedade) e em relação a proximidade e/ou viabilidade de acesso aos atrativos. Trata-se da fertilidade do solo convertida em atributos próprios ou de vizinhança, confundindo-se, nesse quesito, com os privilégios de localização. Se exemplificarmos uma unidade de conservação como monopólio do Estado e supondo que tenha grande visibilidade e movimentação turística, tal poder poderá desencadear outros, seja em seu entorno, seja em seus limites com as chamadas “parcerias” para a administração e valorização do valor em áreas abertas ao público.

Mencionamos que não é possível tratar separadamente as rendas diferenciais I e II, além de que essa última poderia ser “convertida” na primeira conforme apontou Harvey (2013), no entanto, ao se considerar o turismo, isso não procede em termos gerais. Investimentos de capital focados no fomento ao turismo de eventos ou ao entretenimento em parques temáticos, por exemplo, podem “igualar” espaços no que se refere a estruturas, mas isso não se aplica quando se abarca os elementos irreprodutíveis ou que especificam uma determinada realidade quanto ao seu patrimônio material e/ou imaterial. Em casos como esses, as diferenças entre capitais aplicados em busca de rendas e/ou valor-capital (diretamente por investidores privados

e indiretamente pelo Estado) pode ser circunstancial em termos de restauração, preservação, projeção midiática e viabilização de acessos ao anular a localização nesse sentido, mas não em relação às particularidades que irão constituir a possibilidade da renda diferencial I. Por outro lado, tais especificidades podem não ser passíveis de renda diferencial I, frente à inexistência de aplicações de capital em localizações ainda não “descobertas” ou alcançadas e naquelas avaliadas como improváveis de propiciar taxas de retorno satisfatórias.

Ainda, quanto a essas formas de renda (localização, atributos, diferenças de aplicação de capitais) e a conversão em renda suplementar, é preciso considerar que, diferentemente das unidades produtivas que utilizam recursos que minimizam o capital constante e o variável, praticando o mesmo preço de mercado para assim obter um lucro extra frente àquelas que não têm essa possibilidade (de acordo com o exemplo de Marx em relação à roda d'água), no turismo, o capital variável (as formas de trabalho e emprego) possui forte implicação nos aspectos produtivos, conforme abordado em capítulo anterior, mas a possibilidade do lucro suplementar aqui é reforçada não somente com a diminuição dos custos de produção, mas essencialmente com a distinção entre um e outro espaço e os capitais envolvidos em sua preparação e/ou readequação para a estadia e/ou visita.

Se a renda suplementar existe pelo lucro suplementar e ambos firmam-se nas qualificações do espaço permitindo tanto ao capitalista como ao arrendador (os quais podem ser e mesma pessoa) cobrar preços de monopólio daqueles que têm possibilidades de pagar por eles, as buscas em se estabelecer aproveitando-se de tais diferenciais como forma de certificar a exclusividade, são garantias essenciais aos negócios turísticos. Por isso, o poder de monopólio direto (na propriedade) ou indireto (em termos de localização estratégica) se traduz em esforço de distinção: seja com a construção de um parque temático; seja com a incorporação de um hotel em meio a uma área de preservação ambiental ou comunidade tradicional, a ser administrado por uma “bandeira” reconhecida nacional e/ou internacionalmente. Quanto a isso é possível evocar novamente os oito empreendimentos expostos por Souza e Bahl (2013), envolvendo tanto o desrespeito a processos de licenciamento ambiental como

as tentativas para assegurar praias privativas como diferenciais, assim como as lutas na Prainha do Canto Verde e na comunidade do Batoque.

Deve-se enfatizar que os processos de configuração e reconfiguração socioespacial, aos quais estão atreladas as formas de renda, fazem com que os rentistas compreendam o retorno que obtêm como uma espécie de juro sobre o capital investido e não como resultado de relações sociais, as quais se fundamentam na propriedade em sua forma privada; no jogo entre unidades produtivas que competem na proporção do poder individual em elevar as taxas de retorno dos capitais investidos; e, conseqüentemente, por aqueles sujeitos destituídos da propriedade até mesmo em suas necessidades básicas de habitação, tal como afirmou Laing Newman citado por Marx (2008, v.VI, p.1025): “para os proprietários de imóveis, a miséria é mais rentável do que jamais o foram, para a Espanha, as minas de Potosi”. Assim, não se trata de simples fatores entre capital investido e obtido que materializariam a renda, mas sempre das interações humanas produtivas e distributivas historicamente determinadas e que medeiam as condições materiais e imateriais da vida. A título comparativo, para os antigos senhores de escravos a compra de um negro era um direito a uma propriedade que “não lhe parecia obtida por meio da instituição da escravatura como tal, e sim pelo ato comercial de compra e venda” (Marx, 2008, v.VI, p.1028). Tal como ontem, para os capitalistas e rentistas, tudo não passa do direito a uma propriedade advinda da pura meritocracia, anulando-se a especificidade histórica capitalista, ou seja, a escravatura era natural na cabeça dos conservadores do passado, assim como essa formação social continua a ser na dos sujeitos liberais da atualidade.

Se as rendas diferenciais I e II estão associadas a realidades mais ou menos turísticas, a considerar as suas condições, simbolismos apropriados ou a serem alcançados pelo mercado e os investimentos de capital nos limites de uma propriedade, deve-se retomar que o espaço é uma produção coletiva e não individual, de maneira que a renda diferencial II pode não ter expressividade se considerada de forma pontual ou em ambientes onde a produção do turismo é desfavorecida frente a outras atividades, como, por exemplo, a chegada de uma empresa mineradora a uma cidade que até então poderia se projetar diante dos atrativos situados em seu

entorno¹⁹⁹. Mas, se partirmos do princípio de que as qualificações socioespaciais para o turismo podem gerar tanto a renda diferencial I como a suplementar e, para que elas se constituam em sua forma mais acabada, há a dependência de unidades produtivas gerando valor-capital, é preciso considerar que as políticas públicas²⁰⁰, estando elas mais ou menos associadas à investimentos privados, podem se inscrever como incentivadoras do que se chama mais-valia fundiária.

Conforme relatou Cruz (2001, p.77), os projetos turísticos desenvolvidos no Nordeste (como o Parque das Dunas-Via Costeira, implementado em fins da década de 1970, no litoral sul de Natal, no Rio Grande do Norte; o projeto Cabo Branco iniciado no final de 1990, no Estado da Paraíba; o Costa Dourada, abrangendo os estados de Pernambuco e Alagoas e que fundamentou o Prodetur-NE; o Projeto Linha Verde, na Bahia), foram ações do Estado efetivadas com a intenção de incentivar a introdução de capitais para a formação de estruturas receptivas (como pousadas, hotéis, agências), arcando, para isso, com infra-estrutura (acessos, saneamento, restauração patrimonial) em áreas urbanizadas e, também, naquelas até então isoladas, abarcando vilas de pescadores e pequenas comunidades.

A questão é que tais melhorias promovidas com o fundo público abriram caminho para as negociações com as populações tradicionais, acompanhadas por inversões; o que beneficiou alguns capitalistas focados em rendas no momento em que houve a valorização da terra, sem que esses nada fizessem. Diante dessa questão, atrelada ao poder mais ou menos acentuado do monopólio, instrumentos de captura de mais-valia podem ser implementados pelo Estado como política de compensação, tais como o Imposto Predial e Territorial Urbano com alíquotas maiores para terras paradas ou impostos que tratam pontualmente a especulação no caso da alta repentina de preços; mas, por um lado, tais ações são duramente combatidas pelo

¹⁹⁹ Catas Altas-MG, a cerca de 130 quilômetros da capital do estado, é emblemática em relação a isso. A fim de apaziguar os danos causados em sua área de expansão situada nos limites desse município, em 2007 uma mineradora financia uma universidade pública para elaborar um “projeto de desenvolvimento turístico” e, assim, promover uma imagem de conciliação no sentido de que a atividade de mineração não retiraria de alguns habitantes locais as possibilidades de se prestar serviços turísticos por conta própria e, de alguns outros, a de se auferir rendas e lucros. Em meio a diversos conflitos sociais e impactos ambientais causados pelas cavas de exploração de minério de ferro, verifica-se que o uso estratégico da universidade pela mineradora não conseguiu legitimar os interesses empresariais junto à população, a qual não consegue deter o ímpeto expansionista dos negócios ligados a área pelo fato de ser essa a principal atividade geradora de empregos na região, ao menos até o momento em que as jazidas puderem ser exploradas.

²⁰⁰ Em relação ao Estado e suas ações, é feita uma abordagem em capítulo posterior.

capital e, por outro, consideradas as especificidades de localidades em que o valor de uso tinha projeção maior que o de troca até o momento em que as possibilidades de valorização do valor (o trabalho assalariado-contratado) e as rendas passam a regular as relações sociais, a própria dificuldade de manutenção da propriedade pode promover a venda. Se o papel do Estado e suas contradições – a taxação de capitais rentistas em prol de populações tradicionais que acaba voltando-se contra um possível propósito social no momento em que redimensiona o preço e incentiva a negociação – devem ser objeto de pesquisa em casos empíricos particulares, pode-se afirmar que, ordinariamente, as ações do poder público se restringem a criar um ambiente saudável aos negócios.

Como forma de exemplificação das questões apontadas e das repercussões de programas governamentais como o Prodetur-NE, um retorno à vila de Jericoacoara (a qual já se fez menção diante dos investimentos de capital internacional em meados dos anos 2000) pode esclarecer algumas questões. Sendo referenciada, ainda hoje, de acordo com o que era até o final da década de 1980 - uma vila de pescadores com praias paradisíacas, lagoas, falésias e dunas móveis - Jericoacoara está circundada, desde 2002, por um Parque Nacional com o mesmo nome, promovendo a noção do que se chama de “turismo com bases locais”, seja pela restrição à pavimentação asfáltica entre a vila e a sede do município ou a inexistência de postes de iluminação pública, seja com os postos de trabalho abertos aos residentes, que acabaram tendo como alternativa principal ou complementar de sustento as atividades características do turismo que se impuseram. Mas, se no início dos fluxos turísticos irregulares o diferencial era justamente a preservação atrelada ao isolamento, a possibilidade de renda diferencial I foi acentuada com investimentos do Estado para incentivar o turismo e, ao mesmo tempo, buscar manter uma paisagem tradicional, fato que associou a forma I (especificidades e localização) com a II (investimentos privados e públicos).

Uma vez criada a expectativa de obtenção de rendas nessa localidade, via incremento das atividades características do turismo, as quais carregam como especificidade uma distribuição expressivamente desigual dos resultados da produção, essa mesma desigualdade arraiga-se no espaço potencializada pelo poder de

monopólio e pelos seus diferenciais. Dessa forma, o isolamento e o exotismo de uma população tradicional foram absorvidos como mercadoria, concretizando mobilidades socioespaciais discrepantes veladas pelo próprio espaço com ares de liberdade e de festa, tal como evidenciou Lefebvre (2008), mas também por ações do Estado revestidas do discurso que preza pelo bem comum e por medidas que promovam uma cidadania limitada aos desígnios do capital.

Se em 2005 os investimentos estrangeiros eram significativos e o crescimento regulado pelo Parque Nacional, que envolve a vila, serviria tanto como empecilho à expansão de construções como à conservação da biodiversidade (o que pode potencializar a renda diferencial I e os lucros suplementares), essa mesma regulação fez com que a mercadoria-terra, anteriormente negociada por preços abaixo dos valores redefinidos pelo turismo, se erigisse como barreira à própria população local. Algumas famílias atraídas e iludidas por possíveis ganhos e melhoria de vida em um primeiro momento, não têm mais possibilidades de se apoderar do valor transferido, restando-lhes uma ocupação formal ou informal no turismo e/ou a moradia em um local menos nobre. Em matéria da Folha de São Paulo, publicada cinco anos após a criação da unidade de conservação, apontava-se justamente o resultado dessa dinâmica: “com a especulação imobiliária, pequenos terrenos e casas mais próximas da praia hoje são avaliados em ‘milhão’ ou centenas de mil euros. Por outro lado, nativos foram para a periferia e alguns se amontoam em pequenas favelas” (2007).

Quanto às condições desses nativos ou mesmo daqueles que migraram em busca de trabalho, frente a essa transformação preservacionista promovida pelo turismo “planificado” (ou com diversos outros predicados atribuídos pelo Estado e por capitalistas), a matéria também fez menção ao citar o caso de um menor com dificuldades para sobreviver nos limites do vilarejo: “Para viver e trabalhar lá é necessário pagar caro. Guia turístico desde os 12 anos, Manuel Vanaldo Ferreira, 17, decidiu morar em Jeri, de onde levava os turistas para a sede de Jijoca, a uma distância de 22 km de areia. Desistiu por causa do aluguel” (2007)²⁰¹. Em relação aos possíveis mecanismos de captura de mais-valia fundiária, que poderiam ser direcionados pontualmente aos empresários beneficiados por essa atividade social, o

²⁰¹ Especulação estrangeira provoca especulação imobiliária em Jeri. Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff3012200713.htm>. Acesso em: 01 ago. 2014.

que se verifica é uma inversão: o Estado é quem contribui, por meio de uma série de incentivos fiscais, com o fomento da valorização do valor, sendo que a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano por dez anos em benefício de investidores e proprietários de meios de hospedagem com mais de 25 unidades habitacionais em Jericoacoara, conforme relatado por Molina (2007, p.107), é emblemática em relação ao papel do Estado. Não se trata de um caso específico ou isolado, mas sim de uma rotina adotada como forma de turistificar espaços até a pouco tempo remotos ou retirados.

Ora, se com o fundo público potencializa-se a possibilidade de rendas que somente podem ser concretizadas com vantagens via poder de monopólio de qualidades especiais do espaço, sendo esse monopólio, por sua vez, um reflexo da distribuição desigual dos resultados produtivos, a contradição que se abre é que aos espaços qualificados pelo turismo com recursos públicos, quanto mais o setor avança de forma planejada e até mesmo regulada para se manter os atributos locais, mais barreiras são criadas às populações tradicionais diante dos preços redimensionados; fato que não depende de um ou outro empresário e da boa vontade de um ou outro morador ou gestor estatal preocupado com o processo, mas é uma dinâmica própria às relações sociais de produção capitalistas. Pelo fato de a forma de propriedade privada ser posta como algo santificado, natural e inalterável, qualquer ação do Estado no sentido de restringi-la alavanca sérios embates (a propriedade estatal, por exemplo), tal como apontaremos adiante com as unidades de conservação categorizadas como reservas extrativistas.

Harvey (1980, p.156) explica que “uma vez institucionalizada a renda, ela pode aparecer de várias maneiras”, ou seja, os capitais rentistas podem se valer da terra, de empreendimentos ou de imagens que se tornam monopólios. Em relação à terra e às construções voltadas à hospitalidade-produtiva, sabe-se que tais capitais precisam das diferenciações socioespaciais somadas a investimentos, podendo compor essa dinâmica alguns capitalistas que se caracterizam pela fixação por um *tempo* determinado, mas pela não-fixação ao *espaço*. O conjunto de hotéis de lazer ou complexo denominado Costa do Sauípe, localizado no litoral norte da Bahia e pertencente a Caixa de Previdência do Banco do Brasil (Previ), com pequena

participação da Odebrecht S.A., foi inaugurado no final do ano 2000 como forma de obter rendas acima de juros mediante a produção de serviços alavancada por quatro empresas arrendatárias à época: *Renaissance Costa de Sauípe Resort*; *Super Clubs Breezes Costa do Sauípe*; *Sofitel Suítes & Resort Costa do Sauípe* e *Sofitel Conventions & Resort*; e *Costa do Sauípe Marriott Resort & Spa*. Entre 2007 e 2008, saíram a *Sofitel*, pertencente a rede francesa *Accor* e que administrava dois empreendimentos, e a estadunidense *Marriott*, com outros dois hotéis, um com bandeira do mesmo nome e o outra com a marca *Reinassance*. Em 2009 foi a vez da jamaicana *Super Clubs Breezes* deixar o complexo. Conforme relato de Moser (2009)²⁰², “os contratos com essas bandeiras previam remuneração a elas mesmas quando os hotéis fechavam no vermelho”, fazendo com que a Previ mudasse de posição diante da insatisfação com os retornos em seu papel de arrendadora, passando a administrar todos os hotéis por meio da empresa *Sauípe S.A. Holding*, enquanto busca vender o empreendimento²⁰³.

Esse caso é somente um perante a prática corrente de incorporadoras ou grupos de investimentos imobiliários e turísticos que, para construírem complexos e hotéis e os repassarem à administradoras nacionais e internacionais, se valem dos diferenciais de localização, preço da terra e incentivos fiscais. Nesse caso específico, Andrade (et. al. 2002, p.10) relata que diversos conflitos sócio-ambientais foram registrados, como os danos ocasionados pelas obras do sistema de esgoto do complexo com o “aterramento de lagoas naturais”, bem como aqueles ocorridos em seu espaço de abrangência, incluindo a “‘privatização’ de uma área de restinga na praia da Barra de Sauípe para a instalação de equipamentos turísticos” e a especulação imobiliária, que alcançou comunidades diante do crescimento das atividades características do turismo e obras públicas.

Os capitais que estabelecem raízes com vistas ao lucro a ser obtido com a construção para a venda de empreendimentos podem se organizar pelo chamado sistema de condomínio ou condo-hotéis, com unidades habitacionais adquiridas por

²⁰² LIMA, Samantha. Fundo de pensão retira rede de resorts da Costa do Sauípe. Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1408200923.htm>. Acesso em: 01 ago. 2014.

²⁰³ Em matéria do Estadão, de 2011, Gonçalves aponta que o plano da Previ é reestruturar o complexo para vendê-lo. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,costa-do-sauipe-registra-o-1-lucro-de-sua-historia-imp-,714542>. Acesso em: 01 ago. 2014.

peças físicas e jurídicas em busca de rendas e onde não entram as administradoras hoteleiras, para as quais interessam mais os contratos de gestão que as autorizem “adquirir [por um tempo] os valores de uso anexados ao capital incorporado na terra [com o objetivo] de ‘remuneração por serviço’ [...]” (HARVEY, 2013, p.502). São capitais volúveis que podem propiciar renda a outros capitais se puderem auferir taxas de mais-valia satisfatórias, caso contrário, se valem do fato de o capital fixado não ser de sua propriedade e buscam outra localização. Diante de uma interação que, não raras vezes, resulta em luta entre frações de uma classe - capitalistas e rentistas - quando a rentabilidade não é a esperada ou as taxas de retorno sobre o capital não se materializam tal como o previsto, verifica-se, paralelamente, que nem sempre a possibilidade de lucro significa renda satisfatória, tal como o complexo da Previ. O fato é que muitos são os capitais empenhados nessas duas formas de acumulação com o turismo e, para isso, basta verificar ao número de inaugurações de complexos hoteleiros em que a incorporadora ou construtora contratada por um grupo de investimento nada tem a ver com a gestão. Das 19 empresas de alojamento (hotéis de escala superior, econômicos, medianos e resorts) abertas na região nordeste em 2011 e listadas pela *BSH International* (2013), seis apresentavam os nomes dos proprietários/incorporadores e das operadoras, sendo que em nenhuma delas o proprietário era o gestor.

Quanto à possibilidade de rendas por imagens ou símbolos, a criação do programa Estrada Real para o reaproveitamento dos antigos caminhos do estado de Minas Gerais como rotas turísticas é representativo. Estabelecido no início de 1999 como uma política pública do governo estadual, em 2003 a responsabilidade do programa foi repassada a um dos integrantes do seu Conselho Consultivo, o Instituto Estrada Real (IER), apresentada como entidade da sociedade civil sem fins lucrativos e pertencente à Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG). Com o conselho desativado e o IER responsável por todos os encaminhamentos, tal instituto passou a levantar e direcionar recursos para campanhas mercadológicas de roteiros com alguns poucos remanescentes dos séculos XVIII e XIX e inseridos atualmente em trechos de estradas estaduais e federais com expressivo tráfego de veículos pesados, oferecendo considerável perigo aos turistas que se aventuram por eles de bicicleta ou a pé.

Mesmo sem algo definido e estruturado, a referida entidade criou um símbolo figurativo das antigas estradas e passou a oferecê-lo a grandes, médias, pequenas e micro empresas como marca que agregaria valor a produtos e serviços, sendo o seu uso regulado pelo pagamento de royalties ao IER²⁰⁴.

Diante desses fatos e mais propriamente do sociometabolismo da valorização do valor e dos capitais rentistas, é possível afirmar que se a espoliação refere-se a apropriação indevida e fraudulenta, não é possível desmembrá-la dessa dinâmica em que a liberdade é do e para o mercado e a igualdade existe somente como letra morta. Em uma formação social onde uma força objetual regula as relações, a espoliação permeia e tende a se infiltrar cada vez mais nos poros da sociedade, ou, conforme explica Harvey (2010, p.144), “a acumulação do capital tem de fato um caráter dual. Mas os dois aspectos, o da reprodução expandida e o da acumulação por espoliação, se acham organicamente ligados, entrelaçados dialeticamente”. Considerando que tais práticas flexionam-se acompanhando tanto as brechas ou especificidades de cada realidade socioespacial como os ciclos econômicos²⁰⁵, é preciso averiguar quais os outros caminhos abertos à acumulação via espoliação, bem como certas propostas e ações que surgem como enfrentamento.

Sabe-se que os bens e serviços produzidos são concretizações individualizadas e desarticuladas em seu conjunto devido à desordem intrínseca ao mercado, a qual se corporifica pela orientação e promoção constante à produção, que deve ter os seus resultados necessariamente absorvidos lucrativamente; caso contrário, a acumulação ampliada pode ser comprometida gerando reações em cadeia. A propensão à diminuição da taxa de lucros, associada a possíveis restrições impostas à exploração do trabalho por segmentos organizados²⁰⁶, impulsionam os concorrentes a aumentar a composição orgânica do capital, ou seja, a diminuir os postos de trabalho com a adoção de tecnologias mais avançadas e a intensificar o trabalho de grupos diminutos nos limites de cada setor e unidade produtiva. Tendo em vista que a

²⁰⁴ Em relação ao Programa Estrada Real, verificar: MARTONI, Rodrigo Meira; VARAJÃO, Guilherme F. D. C. Caminhos Opostos: turismo nas Estradas Reais de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2009. 120 p.

²⁰⁵ O ciclo diz respeito às alterações do conjunto das atividades econômicas em um dado período de tempo, envolvendo a prosperidade, a recessão, a depressão ou crise e a retomada ou recuperação.

²⁰⁶ Os quais se configuram de diferentes maneiras a depender do setor, da localização geográfica e do tempo histórico. Mas é possível afirmar que as organizações de trabalhadores foram desarticuladas pelo movimento expansionista do capital, principalmente após a década de 1970, fruto de rearranjos produtivos. Tal questão foi abordada na Parte II.

lucratividade não é uma opção, mas um dever, tais expedientes são adotados inicialmente por um conjunto reduzido de empresas, que geralmente possuem maior capacidade de acumulação via aumento da produtividade do trabalho. Mas, se a reprodução ampliada depende do trabalho social, as primeiras iniciativas de aumento da composição do capital fazem com que a mais-valia em sua forma absoluta decresça enquanto o lucro aumente, situação essa que perdura durante o período em que não há a ação paralela do conjunto de empresas concorrentes.

Ocorre que a lei da acumulação e a tentativa individual para se manter e aumentar a taxa de lucros faz com que outros empreendimentos adotem princípios semelhantes para não serem abatidos pela concorrência, sendo que a generalização imposta pela totalidade anula ou opera contra cada caso em particular, ou seja, abre margens para a equalização e posterior minimização do lucro geral²⁰⁷. Pode culminar com essa dinâmica a redução de salários e/ou a eliminação de postos de trabalho em alguns setores, os quais acabam por comprometer a manutenção de outras atividades produtivas e improdutivas (do ponto de vista do capital). Ao mesmo tempo, a inadimplência pessoal e empresarial se estende e se intensifica, sendo que a tentativa de realização de produtos e serviços com preços acima de seus valores não é mais possível, situação essa que pode se limitar “a um setor, a um território ou a todo um complexo territorial de atividade capitalista” (HARVEY, 2010, p.125).

Mas os momentos de crise possuem os elementos que, também de forma contraditória, irão reanimar o movimento econômico e reestabelecer as taxas de lucros: aqueles que se veem diante de possibilidades criadas pela desvalorização de ativos, falências e baixas comerciais e têm condições de tirar proveito dessa situação são inseridos ou realocados no mercado em posição vantajosa, pois acabam se beneficiando nas transações de valores de uso abaixo dos seus valores, o que inclui bens móveis e imóveis. Por meio desse poder ampliado, arrebatam expressivos contingentes de desempregados que precisam vincular-se novamente aos meios produtivos e, ao negociarem salários e/ou pagamentos a preços inferiores aos valores

²⁰⁷ Os paliativos ou as soluções gerais que podem neutralizar por um tempo tal tendência incluem a super-exploração do trabalho ou aumento de taxas de retorno sobre o capital; a queda no valor de matérias primas (menos capital constante); a baixa salarial via pressões de um exército de reserva; o aumento de preços ou pressão inflacionária; a desorganização política da classe trabalhadora. Contudo, tais expedientes não são suficientes para contê-la ou revertê-la em prazos longos, perante a qual (assim como a lei geral da acumulação) os pores teleológicos individuais não têm qualquer poder.

de cada atividade, têm possibilidades de aumentar as taxas de mais-valia e, também, a lucratividade. Daí vem a recuperação e um novo ciclo da dinâmica capitalista, pois, conforme apontam Netto e Braz (2008, p.163), “deixadas à sua lógica, das crises capitalistas só resulta o próprio capitalismo”.

Em linhas gerais, observa-se que as crises nessa forma social são sempre de sobreprodução associada a um momento de subconsumo ou falta de correspondência vantajosa ou lucrativa entre o montante produzido e o consumido; sendo que o aumento relativo de preços, a tendência em se minimizar o capital variável, a necessidade de acumulação de cada investidor e a busca incessante de instrumentos para a contenção de custos são questões que operam irracionalmente em seu conjunto e se voltam, em seu curso normal, contra os produtores diretos e, em um dado momento, envolvem toda a sociedade. Se nos períodos anteriores à década de 1970 podia-se falar em crises cíclicas, ou seja, em tempos de duração aproximativos entre um evento e outro, foram elas que criaram campo para o capital monopolista se constituir e se expandir mundialmente desde o final do século XIX, fomentando de forma cada vez mais marcante, a partir dos anos 70, o que Mészáros (2009) chama de “crise estrutural do capital”²⁰⁸.

Conforme explica Ohlweiler (1986, p.101) a crise que perdurou de 1876 a 1896 ocasionou uma “grande convulsão social e uma profunda reestruturação do sistema capitalista, que se caracterizou pela concentração e centralização do capital [...]”²⁰⁹. Tal processo, que paulatinamente se firmou em escala mundial, foi resultante de combinações produtivas com o estabelecimento de trustes, *holdings* e formação de cartéis, os quais deram sustentação a uma nova configuração empresarial (desde então corporativa) que, associada ao capital bancário, passou a exercer considerável poder em relação aos encaminhamentos do Estado, de empresas e das organizações

²⁰⁸ Tal crise ultrapassa em muito os limites de tempos cíclicos e firma-se com a incontornabilidade do capital em se expandir, caracterizando-se pela tendência à precarização e intensificação do emprego; minimização da taxa de utilização de produtos e serviços em escala mundial; direcionamento expressivo do fundo público para salvar empreendimentos capitalistas que ruíram, ao mesmo tempo em que a privatização de serviços essenciais é levada a cabo quando o Estado cria as condições propícias para o valor-capital (principalmente nos chamados países em desenvolvimento). A designação “país desenvolvido” está atrelada ao seu poder de produção e consumo, dos quais depende o metabolismo social do capital. Por isso, Mészáros (2009, p.73) enfatiza que “o conceito de economia é radicalmente incompatível com a ‘economia’ da produção do capital [...]”.

²⁰⁹ A concentração refere-se ao poder de acumulação via controle do trabalho e extração de excedentes, o que possibilita reproduzir o capital em suas relações amplas, alcançando outras empresas existentes, ampliando a atividade desenvolvida ou expandindo verticalmente. Já a centralização do capital diz respeito ao estabelecimento de alianças ou a união de capitais, por meio de *trustes*, cartéis, *joint-ventures*, *holdings*.

de trabalhadores. Três questões citadas por Lenin (1985, p.88), que tiveram início no chamado estágio imperialista do capitalismo (a partir do século XX) e foram intensificadas conforme o seu avanço em diversas realidades, merecem destaque: ao invés “da exportação de mercadorias, a exportação de capitais assume uma importância muito particular; [concretizam-se] uniões internacionais monopolistas de capitalistas que partilham o mundo entre si; [e efetiva-se] um termo da partilha territorial do globo entre as maiores potências capitalistas”.

A aviação comercial é um exemplo e a dificuldade de operação de novas empresas ocasionadas por *dumping* pode ser relatado. A Webjet, no início de suas atividades em 2005, não conseguiu taxas de ocupação em suas aeronaves superiores a 35% devido as estratégias tarifárias das duas maiores. Após ser vendida para os grupos Águia e Jacob Filho (ambos detentores de diversas empresas de turismo e de transporte terrestre interestadual) já em 2006, devido a dificuldades financeiras ocasionadas pelas ações concorrenciais, foi oportunamente comprada em 2007 pela operadora CVC e reestruturada, chegando a ocupar em 2009 a posição de 3ª maior companhia aérea do país com 27 aeronaves. Considerando que em longo prazo a estratégia de *dumping* não havia surtido efeito e que a TAM já havia anunciado a fusão com a chilena LAN Airlines no segundo semestre de 2010, formando o LATAM Airlines Group, a Webjet foi comprada em 2011 pela *holding* VRG Linhas Aéreas S.A., controladora da Varig, Gol e Gollog. No momento em que o Conselho Administrativo de Direito Econômico homologou a negociação em 2012, a empresa foi fechada, seu nome extinto e 850 funcionários demitidos²¹⁰.

Isso não denota, obviamente, que houve uma retração no capitalismo concorrencial, muito ao contrário, empresas e iniciativas produtivas surgem e sucumbem todos os dias. Significa somente e simplesmente que naqueles espaços onde o capital monopolista exerce influência, via atuação direta e/ou associações com os mesmos e/ou outros ramos de negócios, há um ordenamento ou submissão das pequenas e médias empresas e demais iniciativas a uma espécie de controlador, o qual pode interferir nos preços praticados, nas ações individuais, no nivelamento de ganhos e formas organizacionais, chegando a definir a possibilidade ou não de

²¹⁰ Disponível em: <http://www.portalbrasil.net/aviacao_webjet.htm>. Acesso em: 06 fev. 2014.

atuação e permanência dessas no mercado. Da mesma forma, poucos grupos empresariais podem ter papel expressivo na definição e redefinição do uso do espaço para o capital e/ou as rendas, de que são exemplos as empreiteiras focadas na construção de imóveis de segunda residência em cidades e distritos litorâneos: a fixação de valor em espaços de baixa utilização constante acaba impedindo ou restringindo a geração de valor e de valor-capital em atividades de serviços, principalmente nos períodos em que muitas dessas localidades viram verdadeiras cidades-fantasma, ao mesmo tempo em que propiciam rendas em épocas de alta temporada.

O fato é que formações de oligopólios e monopólios, seja pelo advento de crises, seja pela própria dinâmica concorrencial, não deixa de ser uma forma de espoliação. Conforme apontado, crises em setores específicos podem ser desencadeadas por acontecimentos diversos (como políticos, naturais e empresariais) e, assim, favorecer empresas com capital sobreacumulado ou com bases constituídas para isso. É o caso dos eventos em Nova Iorque em setembro de 2001, os quais, somados à desvalorização significativa do real em fins de 1999 devido a investidas especulativas²¹¹, promoveram o fechamento de operadoras de turismo brasileiras dedicadas à organização e venda de viagens ao exterior, como a Soletur em 2001, maior operadora de turismo à época; e a Stella Barros em 2003, especializada em viagens aos parques da Flórida-EUA. Tal crise no setor abriu margens para a operadora CVC se alavancar, uma vez que estava focada, sobretudo, no mercado de viagens interno.

Criada no início da década de 1970, em Santo André-SP, com o intuito de organizar e vender viagens rodoviárias a lazer para trabalhadores das fábricas automobilísticas do ABC (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul), tal operadora é hoje a maior da América Latina e constitui-se em uma *holding*.

²¹¹ No caso do Brasil, entre 1998 e 1999, banqueiros compraram dólares a preços mais altos e fizeram várias operações de compra e venda no mesmo dia para firmá-lo em uma cotação superior. Na tentativa de segurar a desvalorização do real e evitar a saída de investidores externos, o governo comprometeu parte substancial de suas reservas cambiais injetando dólares no mercado para manter a oferta e, enquanto isso, banqueiros mantinham suas reservas aguardando a desvalorização da moeda. Uma vez que isso ocorreu, os dólares que foram reservados a R\$ 1,35, passaram a ser negociados a R\$ 2,55. Para os exportadores isso é interessante, pois adquirem competitividade, mas para os importadores ou aqueles que contraíram dívidas em dólar tal processo representa a desvalorização de seus ativos, perca de competitividade e falências, tal como foi o caso da Soletur.

Segundo relatório do NEIT (2006, p.41)²¹² a CVC integra, além da operadora que comercializa viagens no atacado e no varejo, outras empresas que foram criadas para administrar eventos, cruzeiros, hotéis e campanhas mercadológicas. O poder de atuação da CVC no conjunto da ACT agências de viagens é significativo²¹³ e sua tentativa constante em minimizar custos inclui tanto a aquisição ou criação de empresas de atuação interligada ao seu objeto e estratégias associativas com empresas aéreas e hoteleiras, como a minimização do capital variável via inovações tecnológicas²¹⁴, abrangendo vendas pela internet e lojas franqueadas.

Em relação às franquias pode-se compreendê-las como uma forma de externalização de custos e, ao mesmo tempo, maior inserção de um nome no mercado, seja com novos empreendimentos, seja com a chamada conversão à marca daqueles já existentes. No caso da CVC, conforme informações da própria operadora, para o franqueado não há cobrança de *royalties* ou taxas, mas o “empreendedor” deve se responsabilizar pelo estabelecimento e manutenção da agência, sendo que “após descontadas as taxas de embarque, descontos e cortesias concedidas a clientes, cada intermediação de venda possui taxa padrão de remuneração que varia, em geral, de 5% a 12% do valor da venda realizada” (CVC, 2014)²¹⁵. Mas, conforme explica Chesnais (1996, p.203), a abertura para a atuação de franqueados é estratégica não somente no sentido de controle de mercado, mas para propiciar certa blindagem corporativa:

A adoção de formas contratuais de relacionamento, mais flexíveis e menos onerosas do que a instalação de filiais controladas majoritariamente, permite às companhias valorizar [...] seu ‘know-how’ específico, concentrando esforços na normalização e padronização dos produtos ‘personalizados’ e no controle da ‘qualidade’ associada a sua imagem de marca [...]. As multinacionais deixam que os seus parceiros subalternos, os beneficiários da franquia, suportem o peso de todos os investimentos locais e enfrentem os imprevistos das flutuações da demanda.

²¹² Estudo realizado pelo NEIT – Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia da Universidade de Campinas (UNICAMP), sob coordenação de Luciano Coutinho e Fernando Sarti e encomendado pelo Ministério do Turismo. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/neit/index.php/pesquisa/467>>. Acesso em: 05 fev. 2014.

²¹³ Atualmente, a concorrência de operadoras como a Nascimento Turismo (de 1961) e a Agaxtur (de 1953) é pouco significativa diante do porte da CVC.

²¹⁴ Em 2000 a empresa já fazia uso de um sistema denominado Systur, momento em que iniciou as atividades de sua loja virtual. Nesse ano, “o sistema contava com cerca de 670 terminais interligados em todo o Brasil e com capacidade para realizar até 12 mil transações por minuto” (NEIT, 2006, p.44).

²¹⁵ Disponível em: <<http://www.cvc.com.br/lps/franquias/index.aspx>>. Acesso em: 07 fev. 2014.

Paralelamente à abertura de franquias, a compra de hotéis (principalmente no Nordeste e Rio Grande do Sul) associada aos pacotes formulados para agregar: 1) tal hospedagem própria ou por alianças; 2) o transporte conveniado; e 3) os serviços receptivos via parcerias, lhe possibilitou amplos benefícios na “negociação com os fornecedores de produtos turísticos locais, permitindo a apropriação da maior parte do lucro das atividades destes fornecedores pela empresa” (NEIT, 2006, p.48). Ou seja, em casos de controle de mercado em um dado segmento ou em espaços definidos, não é preciso adquirir outros empreendimentos relacionados com a atividade fim, mas deter um número tão expressivo de operações que outras empresas e fornecedores ficam atreladas ou criam certa dependência das atividades de uma única corporação. Nesses casos, não há necessariamente um assalariamento direto e nem é preciso que se efetive tal relação em todos os campos de atuação, pois são os empreendedores individuais em conjunto com pequenas empresas que reproduzem o capital representado majoritariamente pelas grandes iniciativas empresariais. Trata-se de algo análogo ao “trabalho em domicílio” (relatado por Marx no livro primeiro de O Capital) para se atender a grande indústria, o qual se caracteriza por atividades que não tem um limite definido de tempo e onde as leis trabalhistas não penetram. Atualmente a CVC possui cerca de 794 lojas com a sua marca, sendo que aproximadamente 95% delas são franqueadas²¹⁶. Tal fato, somada a desintermediação cada vez mais frequente via compras diretas pela internet, geralmente debilita, por um lado, os agentes revendedores independentes e operadoras com menor poder de negociação e, por outro, cria um ambiente propício tanto para se combater concorrentes como para absorvê-los enquanto os negócios vão bem.

A CVC representa no Brasil uma tendência verificada em escala mundial, principalmente nas ACT's agências, alojamentos e transporte aéreo. Trata-se das fusões e aquisições verticais e horizontais em nível nacional e internacional, bem como as alianças. Por meio dessas estratégias, as empresas têm “o objetivo de ganhar escala e aumentar [o] controle sobre a cadeia de turismo, reduzindo custos e preços

²¹⁶ Em 2013, a CVC registrou lucro de quase 112 milhões de reais e, segundo a *holding*, tal resultado foi possível devido a diminuição de 51% de suas despesas operacionais no final desse mesmo ano. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2014/02/05/agencia-de-turismo-cvc-lucra-r-1117-milhoes-no-ano-apos-lancar-acoes.htm>>. Acesso em 07 fev. 2014.

dos serviços prestados” (NEIT, 2006, p.12). Nesse sentido, alguns exemplos podem ser citados: a mineradora alemã Pressaug AG foi fundada no início da década de 1920 e, após a aquisição de uma empresa de carvão e uma de energia elétrica ainda nos anos 20, expandiu seus negócios até adquirir uma companhia de navegação e logística em meados da década de 1990. Investindo significativamente em transportes turísticos, no final de 1990 adquiriu a maior operadora alemã, denominada *Touristik Union International* - TUI. Em 2000, o grupo TUI-Pressaug comprou a *Thomson Travel*, uma das grandes operadoras da Grã-Bretanha, e, concomitantemente, a maior operadora da Áustria, chamada *Gulet Touropa Touristik*. Adquiriu, também, outras operadoras e agências francesas, como a *Nouvelles Frontières*, a *Aventuria*, a *Marmara* e a *Passion des îles*, além de uma parte da italiana *Apitour*. Mas não foi somente com o crescimento horizontal a partir da década de 1990 que o grupo se constituiu como a maior empresa de turismo do mundo, uma vez que a ascensão vertical também pode ser observada: o agora chamado TUI-AG é composto pela TUI *travel* (abarcando as empresas anteriormente citadas), a TUI *Hotels & Resorts*, a TUI cruzeiros e a TUI *Airlines*²¹⁷.

Quando o então grupo TUI-Pressaug já se caracterizava como uma corporação turística, foi fundado o *Condor & Neckermann Touristik* (C&N) também no final dos anos 90, fruto da fusão de um conglomerado de vendas de viagens no varejo alemão e a divisão de voos fretados da Lufthansa (NEIT, 2006, p.13). Em 2001, a alemã C&N adquire a primeira operadora turística do mundo, a *Thomas Cook*, passando a utilizar o nome *Thomas Cook Group*²¹⁸, o qual, em 2011, tornou-se sócio majoritário da tradicional operadora turística russa denominada *Intourist*, constituindo uma *joint venture*. Nessa época, a chamada VAO-*Intourist* já era uma *holding* com quatro divisões relacionadas a operações turísticas, hotéis, vendas no varejo e atividades de transportes.

Se detalhados os processos das poucas exemplificações mencionadas em relação somente a operadoras turísticas, os quais envolvem capitais bancários e uma diversidade de empresas menores que foram incorporadas, poderá ser verificado que todos eles culminam com a composição de grandes conglomerados, demonstrando

²¹⁷ Disponível em: <<http://..tui-group.com/>> e <http://www.nouvelles-frontieres.fr/>> Acesso em: 07 fev. 2014.

²¹⁸ Disponível em: <<http://www.thomascookgroup.com/>> Acesso em: 07 fev. 2014.

que não é possível pensar o turismo sem considerar o poder direto ou a influência da concentração e centralização do capital, fato que não é tão explícito devido a permanência, em muitos casos, das antigas denominações e da atuação indireta em agências receptivas locais e demais empresas características do turismo. Assim, deparando-se com uma agência *Thomas Cook*, pensa-se em sua origem britânica, mas pouco se sabe de sua atual nacionalidade, assim como a francesa *Nouvelles Frontières* e a russa *Intourist*. O mesmo ocorre com a CVC no Brasil, a qual, desde 2011, não é mais brasileira devido ao controle acionário do grupo estadunidense *Carlyle* com sede em Washington²¹⁹.

As fusões e aquisições alavancam também a chamada desmaterialização do capital, sendo o mercado de ações uma forma de o capital buscar se expandir a partir do rompimento (nunca total) com os valores de uso, envolvendo empresas de serviços, *commodities* (mercadorias do setor primário), indústrias e bancos. Com a chamada “abertura do capital”, aqueles que adquirem tais valores fictícios apropriam-se de cotas-parte que variam para mais ou para menos, mas que se mostram como meras ilusões quando sobrevêm as crises do mercado acionário. Ou seja, paralelamente ao capital físico há o financeiro e, para além das flutuações decorrentes dos processos de produção, distribuição, troca e consumo reais, existem as diversas alterações da esfera financeira que, apesar de irreais, geram desastres reais, uma vez que, tanto uma como a outra, se embaraçam e se influenciam mutuamente.

O grupo *Carlyle*, quando adquiriu a maioria das ações da CVC (63,6%) em 2010 por aproximadamente 700 milhões de reais, sendo a empresa avaliada à época por 1,1 bilhão, tinha o objetivo de abrir o seu capital, o que se efetivou no final de 2013. Na ocasião, tal gestora de investimentos, juntamente com o fundador da empresa (com 36,4% das ações) conseguiu movimentar 621 milhões de reais com os papéis, mesmo com cada ação negociada a 16 reais, preço abaixo do indicado e que deveria

²¹⁹ O *Carlyle Group* é um dos maiores gestores de fundos de *Private Equity* do mundo. Ele investe em empresas que não possuem ações em bolsas de valores por meio do chamado *highly-leveraged transaction*, tipo de transação em que se constitui uma empresa para comprar outra (ou parte dela) e o pagamento da dívida fica a cargo da empresa constituída, onde os próprios ativos da que foi adquirida servem como garantia. Um dos sócios do *Carlyle* é a família Busch e as aquisições mais recentes foram 51% da Scalina, dona das marcas de lingerie Scala e TriFil, e 60% da Tok&Stok. O Estadão aponta que “tudo que envolve a indústria de *private equity* é cercado de sigilo”. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mercados/noticias/fundos-brasileiros-lucraram-o-dobro-do-que-os-dos-eua>>. Acesso em: 07 fev. 2014.

variar entre 18 e 22 reais (GUIMARÃES, 2013)²²⁰. Mesmo assim, segundo a revista Exame (2014), quatro anos após ter se tornado sócio majoritário da *holding* CVC, o grupo *Carlyle* ganhou 3,5 vezes mais em relação ao capital investido inicialmente no momento em que realizou a oferta inicial de ações (IPO - *Initial Public Offering*), uma vez que a corporação estreou na bolsa ao preço de R\$ 2,075 bilhões e o grupo obteve 395 milhões somente com os papéis. Com a oferta de ações secundárias, isto é, quando os sócios vendem suas cotas e o montante levantado não vai para o caixa da empresa, o *Carlyle* se desfez somente de 13,4% de suas ações e o fundador de 11,4%, sendo que o gestor de investimentos financeiros permanece com o seu controle acionário. É digno de nota que meses antes de a oferta de ações ser realizada, tanto o grupo *Carlyle* como o seu fundador queriam que a *holding* fosse avaliada em mais de 6 bilhões de reais como referencial para a abertura de capital²²¹.

Isso demonstra que o capital financeiro adquire proporcionalidade desmedida diante da estrutura produtiva real, fazendo com que se efetive, cada vez mais, “o domínio da especulação sobre a produção [momento em que] o domínio sobre a maioria da humanidade aparece exercido por algo fantasmagórico e abstrato, sem cor nem matéria [...]” (CARCANHOLO, 2011, p.74)²²². Citando uma publicação da Mitsubishi UFJ Securities, Mészáros (2009, p.21) aponta que em 2008 a economia financeira já era três vezes maior que a real, envolvendo “ações, títulos e depósitos”, de forma que, conforme aponta Harvey (1992, p.181), “o sistema financeiro alcançou um grau de autonomia diante da produção real sem precedentes na história do capitalismo, levando este último a uma era de riscos financeiros igualmente inéditos”. Não é por outro motivo que, no final de 2011, uma *holding* com a participação de 35 empresas de turismo foi criada para, além de competir com a CVC, abrir o seu capital. Considerando que tal objetivo não pôde ser atingido devido a divergências em relação ao preço das ações e a sua pouca aceitabilidade no momento, a *holding Brasil Travel*

²²⁰ <<http://economia.estadao.com.br/noticias/neg%C3%B3cios,acoes-da-cvc-iniciam-nesta-segunda-na-bovespa,172357,0.htm>>. Acesso em: 07 fev. 2014.

²²¹ Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mercados/noticias/carlyle-quer-que-cvc-seja-avaliada-em-r-6-bi-em-ipo>>. Acesso em: 08 fev. 2014.

²²² Segundo artigo do Valor Econômico, em fevereiro de 2011, a alemã TUI-AG tentou negociar uma participação na *holding* CVC com o grupo *Carlyle* e o seu fundador. Disponível em: <<http://www.dealmaker.com.br/blog/index.php/2011/05/18/cvc-quer-us-1-bi-em-oferta-de-acoes/>> Acesso em: 07 fev. 2014.

cancelou o seu registro na Comissão de Valores Mobiliários, fato que acarretou a saída de grupos que visavam, sobretudo, rendas a partir de campos não produtivos.

Associado ao plano de terceirizações, franqueamentos e minimização de capital variável com vistas a se ampliar a lucratividade, verifica-se que a meta dos grandes capitais é o exercício do controle, englobando agências, meios de hospedagem e localidades com investimentos e “parcerias” fundamentados nas vantagens comparativas. Atuando no atacado e no varejo, não são poucas as operadoras que buscam segmentar o mercado e oferecer pacotes diferenciados ou planos de viagem personalizados, o que pode significar mais vendas em menos tempo e uma gama de opções bastante diversificada. Tais diferenciais servem como certa garantia de concorrência e permanência no mercado, de forma que a atuação quase monopolística pode conferir a poucas empresas o poder de criar, manter, romantizar ou mesmo desarticular destinações turísticas devido ao fluxo considerável de emissões, como é o caso dos pacotes para Porto Seguro-BA e Gramado-RS.

Contrariamente a esse processo amplo da dinâmica histórica e espacial do capital e, também, em relação à ética atrelada à concorrência de mercado, alguns grupos se estabelecem no sentido de questionar os encaminhamentos corporativos, os seus resultados excludentes e mesmo as iniciativas que causem modificações substanciais em comunidades que contam com atributos que podem ser aproveitados como recursos turísticos via iniciativas locais. Muitos deles, valendo-se ou apegando-se às expressões fenomênicas ou àquelas mais flagrantes próprias da acumulação por espoliação, traçam caminhos que julgam como possíveis para que a permanência ou o estabelecimento de interações humanas sejam pautadas por relações de produção, distribuição, troca e consumo mais simplificadas. Desconsidera-se, portanto, o capital como relação social ao situá-lo meramente como algo físico e palpável.

A citada Prainha do Canto Verde servirá como base explanatória para o aprofundamento e extensão dessa questão. Tal como mencionado, trata-se de uma comunidade tradicional pesqueira que, devido ao seu isolamento até a década de 1970, teve suas relações sociais baseadas em uma forma de propriedade comum ao grupo e entrelaçada à posse dos meios essenciais à produção pelo produtor direto, onde o próprio trabalhador comanda as condições de trabalho. Em configurações

sociais como essa, a produção de valor e tão pouco a de valor-capital não tem dominância no modo como produzem e, por extensão, na formação e desenvolvimento dos sujeitos e de suas interações. Se comparada às comunidades que foram alcançadas ou moldadas por dinâmicas firmadas na produção e reprodução do valor-capital, verifica-se que em termos materiais ou dos meios produtivos há limitações, mas, ao mesmo tempo, essas têm total influência na manutenção de tais relações, afinal, o avanço e modernização do capitalismo depende do domínio das forças produtivas fundamentais pelo capital.

A comunidade que forma a chamada Prainha do Canto Verde, segundo pesquisa de Mendonça (2004, p.75) começou por volta de 1860 “com a chegada de migrantes em busca de uma nova alternativa para a sobrevivência” estabelecendo-se com a atividade pesqueira e pequenas roças. Contudo, em 1976, a população passa a conviver com conflitos decorrentes da tentativa de apropriação fraudulenta de suas terras: “começa, [então], o ataque do grileiro Antonio Sales Magalhães, [tentando vender as terras da comunidade] para a imobiliária Henrique Jorge” (MENDONÇA, 2004, p.76). Em 1979, esse grileiro entra com ação de usucapião na Comarca de Beberibe para normalizar 749,44 hectares de terra e, apesar de a área pertencer à Marinha, o mesmo foi deferido em 1984 (MENDONÇA, 2004). De acordo com os fatos relatados pela autora, conforme havia investidas contra a comunidade, essa respondia de acordo com suas possibilidades, contestando as tentativas de acumulação por espoliação.

Alguns fatos podem ser destacados: em 1988 foi apresentado um projeto pela referida imobiliária para se auferir rendas com a divisão em lotes da Prainha do Canto Verde, objetivo ao qual se mesclava a promoção de investimentos empresariais em turismo e a reserva de terrenos a serem valorizados pelas construções de residências secundárias na vizinhança; mas, já em 1989, foi constituída a Associação dos Moradores com a ajuda do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da arquidiocese de Fortaleza. Tal instituição que prestava auxílio à comunidade na luta pela terra desde 1984, entra com uma ação contra o parcelamento e obtém êxito no processo. No início da década de 1990, um ex-executivo da *Swissair* chamado René Schärer se interessa pela causa comunitária e passa a residir na localidade,

estimulando a organização política da população. Em 1991 foi criada a Fundação dos Amigos da Prainha do Canto Verde (mas constituída oficialmente somente em 2000), com a contribuição de empresários amigos de Schärer. Quatro anos depois, homens contratados pelo grileiro “utilizam de violência destruindo alicerces [e] colocando fogo em barracas de duas famílias” (MENDONÇA, 2004, p.77); ainda assim, no mesmo ano, por meio de manifestações que adquiriram certa visibilidade, a população é beneficiada com uma concessão de terra do governo federal para que um morador tivesse possibilidades de construir a sua moradia, prática essa combatida pela imobiliária.

A comunidade se fortalece ao longo dos anos com a criação de conselhos, movimentações, ações judiciais reivindicatórias e regulamentos acerca do uso e ocupação do solo, além do apoio de organizações não governamentais (ONG's) que passaram a apoiar a causa, tal como o Instituto Terramar. Em relação ao turismo, o conselho criado em 1997 adquire o status de cooperativa de turismo e artesanato em 2001²²³, no mesmo ano em que a via de acesso à comunidade foi asfaltada e dois anos após o fornecimento de energia elétrica. Desde o final da década de 1990, foram realizados cursos na comunidade com a participação do SEBRAE²²⁴ e, a partir de 2000, as apresentações e discussões a respeito do turismo comunitário se fortalecem, sendo que René Schärer ganha um prêmio do SENAC, em 2002, sobre estudos de caso de “turismo sustentável” (MENDONÇA, 2004).

As lutas de classes têm como desfecho a criação de uma Reserva Extrativista continental e marinha (Resex) em junho de 2009, unidade de conservação da categoria de uso sustentável voltada às populações tradicionais, onde o Estado tem a propriedade da terra e a produção (pesca, plantio, criação de pequenos animais, construções, serviços turísticos) é feita de acordo com o plano de manejo que regula o uso da unidade. No entanto, os embates continuaram devido a reivindicação de um empresário que havia comprado cerca de 315 hectares do grileiro Antonio Sales Magalhães, mas que, por conta da Resex, além de não conseguir legalizar as terras, ficou impedido de implementar qualquer projeto que contrariasse os regulamentos

²²³ Não foram encontrados registros de formalização de tal cooperativa.

²²⁴ O SEBRAE é uma instituição em prol do valor-capital e, portanto, resguarda o *status quo* por meio da ideologia do empreendedorismo.

daquela área pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio). Por isso, no mesmo ano de criação dessa unidade de conservação, foi estabelecida outra entidade, denominada “Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde e Adjacências”, a qual passou a combater, com a participação de alguns moradores, a reserva extrativista continental e, por extensão, a questionar as restrições às reformas de casas e a impossibilidade de venda legal dos imóveis.

Segundo tal associação, a reserva “atrapalha o turismo, outra fonte de renda para a comunidade [sendo que] sem pequenas obras ou construções, não há como aumentar o número de pousadas ou ampliar as já existentes”²²⁵. Pode-se observar que as informações acerca da comunidade e do turismo local estão disponíveis em dois sítios na internet com a mesma denominação inicial, sendo que, aquele finalizado como “.org” apoia a Resex continental e, o outro, com terminação “.com”, pertence a associação independente e promove ações no sentido de derrubá-la, inclusive com comissões de representantes enviadas e recebidas em Brasília²²⁶. O conteúdo das páginas já demonstra o ambiente conflituoso na Prainha do Canto Verde, nas quais é possível verificar embates e denúncias, bem como anúncios de empreendimentos e serviços turísticos ligados às duas entidades²²⁷.

Muito embora os conflitos tenham continuidade com momentos de mais ou menos efervescência, de acordo com os encaminhamentos dos representantes de uma e outra instituição, bem como os do Estado, a Prainha do Canto Verde é colocada como “tipo-ideal” de desenvolvimento com bases locais ou de turismo comunitário em todo o país devido ao seu histórico de lutas por um espaço com atributos que lhe dão visibilidade. Não é por outro motivo que Mendonça (2004) entende que tal comunidade serve de exemplo para um “outro turismo” quando comparada a Canoa Quebrada, em Aracati-CE, e a Praia das Fontes, também pertencente à Beberibe, as quais são caracterizadas por práticas turísticas massivas e excludentes.

²²⁵ Disponível em: <<http://www.prainhadocantoverde.com/sobre/>>. Acesso em: 11 fev. 2014.

²²⁶ Em setembro de 2013, um grupo representando a associação independente foi recebida em Brasília pela Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e pelo presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), Roberto Vizentim. Dentre os itens de pauta estavam: a mudança da gestão da Resex; a redefinição de seus limites, abarcando somente o mar; a invalidação de multas aplicadas aos habitantes que reformaram ou construíram novas casas. Disponível em: <<http://www.prainhadocantoverde.com/sobre/>>. Acesso em: 11 fev. 2014.

²²⁷ O sítio na internet da Associação dos Moradores criada em 1989 é: <<http://www.prainhadocantoverde.org/>>; e o sítio da Associação Independente é <<http://www.prainhadocantoverde.com/>>. Acesso em: 11 fev. 2014.

O caso dessa comunidade vem de um debate mais amplo acerca da economia solidária autogestionária, concretizada principalmente pela constituição de cooperativas, mas também de associações e micro ou pequenas empresas, todas elas funcionando como organizações coletivas para a produção, desde que não sejam constituídas para burlar a legislação trabalhista²²⁸. É por meio delas que diversas críticas aos processos de acumulação fraudulenta ou mesmo inerentes ao capitalismo são elaboradas e, ao mesmo tempo, busca-se inserir no circuito econômico os grupos sociais postos na reserva pela tendência ao aumento da composição orgânica do capital em unidades produtivas de bens e serviços. França (et.al., 2008, p.56) explica que tais empreendimentos passaram a ser apoiados pela sociedade civil como forma de criar “trabalho e renda de forma coletiva, identificado como economia solidária ou socioeconomia solidária, [sendo que] sua melhor expressão se dá no cooperativismo popular que passa a se fortalecer de forma paralela ao cooperativismo tradicional”.

Coriolano e Almeida (2007, p.14), ao ressaltarem as iniciativas que surgem como respostas às corporações do turismo ou mesmo ao turismo massivo, as quais “começam a se organizar para a venda de novos produtos turísticos, de novos roteiros, dos mais variados produtos do consumo turístico, ‘nichos’ deixados pelo capital global [...]”, visualizam como tendência e livre alternativa os núcleos de economia solidária. Da mesma forma, Mendonça (2004, p. 03) relata que tais organizações vão ao encontro de uma “nova ordem”, uma vez que é urgente a “necessidade de se pensar o desenvolvimento de um segmento da economia global [o turismo], comprometido com as questões sociais e ambientais e, baseado em princípios éticos [...]”. Em relação à Prainha do Canto Verde, relatada como um caso onde a comunidade teve condições de escolher a sua trajetória, Mendonça (2004, p.167) entende que o seu “projeto turístico de base comunitária [...] tem sido referência para a construção de um modelo que viabiliza a inclusão das comunidades do litoral no desenvolvimento do turismo [...]”.

²²⁸ Segundo França (et al., 2008, p.14), principalmente após a Lei Federal nº 8.949, de 1994, a qual acrescentou ao artigo 442 da CLT em que nas sociedades cooperativadas “não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviço daquela”, a constituição de cooperativas somente para atender empresas de forma terceirizada é corrente. França (et. al., 2008, p.14) relata, ainda, que “as ‘coopergatos’ ou cooperfraudes’ [...] aproveitam-se apenas das facilidades legais, tais como ausência de direitos trabalhistas e vínculos empregatícios e expandem-se em todos os setores, ainda que haja maior destaque para aquelas de transporte alternativo, como vans e táxis, e nos serviços de saúde e limpeza”.

Mas, qual seria o alicerce do discurso e da prática do turismo com bases locais ou comunitário-autogestionário e quais os seus limites? França (et.al., 2008, p.43) relata que, muito embora não tenha sido a primeira, a “Sociedade dos Pioneiros Equitativos de Rochdale estabeleceu, em 1844, as diretrizes fundamentais para o funcionamento das cooperativas modernas”. Situada no noroeste da Inglaterra, Rochdale é uma cidade industrial onde se desenvolveu cooperativas de consumo e de produção baseadas nas experiências do socialista Robert Owen (1771-1858), quando, em 1800, “junto a alguns sócios, havia adquirido de seu sogro [...] uma ampla extensão de terras, dotadas de fábricas de algodão e alojamentos para os seus trabalhadores [...]” (FRANÇA, et.al. 2008, p.43).

Chamada de aldeia *New Lanark*, Owen desenvolveu ali uma comunidade de trabalhadores com melhores condições de vida em comparação aos empregos e possibilidades de consumo dos produtores ligados a indústria, envolvendo alimentação de qualidade, combate ao alcoolismo e um programa de educação infantil. Tratava-se de um espaço com dinâmica própria, mas que somente podia existir por meio de investimentos e acordos com o capital e com o Estado, uma vez que a sua permanência estava ligada a doações, ao que se produzia e aos seus resultados econômicos. Tal cooperativismo se ampliou em todo o mundo e se fundamentou a partir de alguns princípios, apontados por França (et. al. 2008, p.46): a educação para os associados; o pagamento limitado de juros sobre o capital investido (por meio de financiamentos de grupos apoiadores, seus sócios e/ou isenções do Estado); a neutralidade na política e na religião; a receptividade ou “porta aberta” a novos adeptos; as vendas à vista; a distribuição do que é produzido a mais entre os membros; e a ampla participação do grupo nas deliberações.

Ao se constituírem como organizações paralelas e dependentes da forma social dominante, agregavam trabalhadores e os desarticulavam indiretamente no sentido da transformação social a partir do desvio de foco para a defesa de uma causa pontual. Muito embora as iniciativas cooperativistas como as de Owen e a do socialista francês Charles Fourier (1772-1837) tivessem consciência da luta de classes, tais líderes (e suas organizações) eram considerados utópicos justamente por articularem a constituição de comunidades que seriam dinamizadas à parte e, para isso, retiravam

a centralidade dos questionamentos e lutas que deveriam ser levadas a cabo para que, além da produção, os seus resultados fossem também socializados. Mesmo reconhecendo que tais líderes socialistas-utópicos não deixam de atacar e criticar a sociedade existente, Marx e Engels (2009, p.96) ressaltam que “em lugar da atividade social, colocam em ação a sua própria engenhosidade; em lugar das condições históricas da emancipação, condições fantasiosas [...], [sendo que], para eles, o futuro do mundo se resolve na propaganda e na realização prática de seus planos de sociedade”. Ao criarem espaços com novas e outras dinâmicas sociais limitadas, seus idealizadores e membros acabam por rejeitar “[...] toda ação revolucionária [procurando] abrir caminho ao novo evangelho social por meio da força do exemplo, por meio de pequenas experiências que naturalmente fracassam” (MARX, ENGELS, 2009, p.97).

É com referência a esse pensamento e a uma configuração socioespacial ideal que a economia solidária e, por extensão mais ou menos aproximativa, o turismo de base comunitária foi gestado²²⁹, desprezando-se o conhecimento do movimento real e, portanto, deixando de ter como pressuposto como se produz a forma social capitalista. Tal como as primeiras iniciativas de comunidades-cooperativas, essa maneira de organização turística acaba marcada, para muitos, como saída para formas mais harmônicas de interação social. *Ou seja, os pontos de transição para uma sociedade mais desenvolvida, para eles, não se encontram nas condições do tempo histórico, mas na organização social e espacial pontual-ideal que passam a servir como modelos.* Assim, formulam-se projetos e discutem-se redes de participação a partir da identificação de amplos processos de territorialização e desterritorialização descoladas da categoria que adquiriu papel central na dinamização do território ou das relações socioespaciais: o capital e as rendas associadas ao seu movimento.

Deve-se evidenciar e esclarecer que as movimentações e formulações contrárias às dinâmicas que promovem formas variadas de desigualdade entre os seres são válidas e necessárias, mas é preciso situá-las em conformidade com suas bases epistemológicas, uma vez que encontramos proposições que partem das ideias

²²⁹ É preciso considerar que, se os fundamentos da economia solidária incluem o desenvolvimento do turismo a partir de bases locais, nem todas as propostas deste estão atreladas àquela.

e outras que as fundamentam no mundo real. Tratamos aqui das idealistas: não são poucos os sujeitos que, ao não reconhecerem os fundamentos sociais, políticos e econômicos de suas ideias, formulam lógicas que passam a operar por elas mesmas, independentemente da forma sócio-produtiva dominante ou da tendência à reprodução do valor-capital em uma dada realidade. Pretende-se dizer, com isso, que tais discursos não devem ser desprezados, mas como partem de averiguações que têm como referência as formas fenomênicas, as meras descrições pormenorizadas da empiria ou mesmo uma estrutura mental que se movimenta somente pela força das idéias, eles podem se constituir meramente como *pontos de partida* da análise que, a depender do método, poderá reproduzir o concreto-pensado e desmistificá-las. Feitas e retomadas algumas observações, em relação aos chamados “nichos” (CORIOLANO; ALMEIDA, 2007) deixados pelo “capital global” e os referenciados novos modelos para uma “nova ordem” (MENDONÇA, 2004) representada pelo desenvolvimento do turismo com bases locais, é necessário efetivar algumas ponderações.

Primeira: mesmo as propostas de modelos auto-gestionários que fazem a ressalva de não organizar tais instituições para populações carentes, a não ser “que [a] demanda [seja] feita diretamente pelos futuros cooperados” (FRANÇA, et. al. 2008,p.21), a referência que se tem é a de um cooperativismo de acordos, concessões e as chamadas parcerias com instituições que resguardam a relação capital *versus* trabalho (como fundações pertencentes a bancos, o próprio Estado, entidades como o SEBRAE), sendo poucas as iniciativas empenhadas em promover uma educação emancipatória e, portanto, esclarecedora no sentido de levar à compreensão desses grupos a efetiva operacionalidade e as imbricações entre relações sociais – forças produtivas – regime de propriedade dominante. É justamente disso que Marx e Engels (2009) tratam quando fazem a crítica (ou teorização) ao socialismo e ao comunismo crítico-utópicos, uma parte do Manifesto do Partido Comunista que é extremamente atual e retrata com fidelidade para que servem e como atuam, em termos gerais, as organizações pautadas pela chamada economia solidária e o turismo com bases locais.

Ao almejarem uma transformação produtiva e material que não é questionadora da relação dominante entre o capital e o trabalho, dois são os

desdobramentos possíveis: ou são paulatinamente absorvidas ou podem acabar situadas em margens temporal e espacialmente concedidas como “produtos turísticos” diferentes ou exóticos. Por isso, e, contraditoriamente, iniciativas alternativas que não estão permeadas pela crítica e enfrentamento a tal relação, adquirem “um conteúdo forçosamente reacionário [ao mesmo tempo em que preconizam] um ascetismo universal e um igualitarismo grosseiro” (MARX, ENGELS, 2009, p.95). A partir dessa colocação, deve-se esclarecer que os “nichos” de que falam Coriolano e Almeida (2007) não se constituem propriamente nos atributos deixados pelo “capital global”, os quais, uma vez entendidos como potencialidades para o valor-capital e para se auferir rendas, acabariam tragados pelas relações que os reproduzem. Muito ao contrário: tais “nichos” referem-se às manifestações culturais e aos elementos patrimoniais e naturais que não têm possibilidades de promover os alicerces do trabalho em seu caráter abstrato com vistas à valorização do valor e/ou rendas diferenciais, possibilitando tão somente algum tipo de trabalho ou geração de valor (mas não necessariamente de mais-valia) que acabam limitadas pela própria forma produtiva e caracterizadas como precárias em suas estruturas e serviços.

Ao desconhecerem que a centralidade da produção nessa forma social vem do e para o trabalho abstrato e não simplesmente do trabalho, o que significa que não se produz pela e para as necessidades humanas, mas para o incremento do poder das personificações do capital, muitos são os estudiosos que aceitam e naturalizam o precário pregando o ascetismo, ao mesmo tempo em que o situam como virtude da autenticidade e não das limitadas bases produtivas locais, as quais são determinadas pela distribuição geral cada vez mais desigual dos produtos do trabalho social. Assim, cria-se uma conformidade e, ao mesmo tempo, torna-se turva a dinâmica real.

Essa questão do ascetismo pode ser vista em diversas realidades e infelizmente está atrelada ao discurso do turismo comunitário, de forma que outras duas breves exemplificações podem esclarecer a contradição que foi exposta: uma refere-se a comunidade de Barbados, situada no Parque Nacional do Superagui no Paraná; e a outra relaciona-se ao circuito de turismo rural “Dosse Iguassu”, localizado em Capanema-PR ao lado do Parque Nacional do Iguaçu. A primeira, dadas as normativas ambientais do Parque Nacional do Superagui, convive com diversas

restrições para estabelecer uma estrutura de recepção condizente com um ganho mínimo para a manutenção da comunidade. Quanto ao circuito rural “Dosse Iguassu”, verifica-se que se trata de um atrativo secundário e sem grande importância em termos de fluxos se comparado à unidade de conservação ao seu lado. Não é por outro motivo que, tanto essa iniciativa como as discussões que buscam a manutenção da comunidade de Barbados, estão pautadas nas propostas da organização do turismo de bases localizadas e/ou segundo o eixo-referencial da economia solidária²³⁰, enquanto a visitação pública dos parques intensamente visitados (ou com potencial para isso), os quais podem servir como base material para a efetiva reprodução do valor-capital via serviços de transportes, restaurantes, cafés, bilheteria, entretenimento, ficam sob a responsabilidades de empresas como a Cataratas S/A.

Portadora da concessão do Parque Nacional do Iguaçu, tal empresa especializada na exploração turística de unidades de conservação venceu, em 2010, a licitação do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha, em Pernambuco, e, em 2012, foi a vez do Parque Nacional da Tijuca onde está o Cristo Redentor, no Rio de Janeiro. Por meio de um consórcio entre a Cataratas S/A, a Beltour (empresa que tem a concessão do transporte no referido parque) e a Esfeco (a qual arrenda o trem do Corcovado), o grupo teve a concessão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) para prestar os serviços de alimentação (restaurantes e cafés), administrar lojas, estacionamentos e transportes nos limites reservados à visitação²³¹. Isso significa que não se fala em turismo com bases locais ou produção e distribuição comunitária a partir de atributos que interessam ao grande capital ou de diferenciais (turísticos) substantivos. *Nesse sentido, o precário naturaliza-se mediante o discurso da autenticidade e, ao mesmo tempo, a crítica que se atém às dinâmicas em suas formas aparentes dá o tom para as propostas que advogam a favor de um modelo ideal a ser aplicado.*

Diante dessas questões, a seguinte contradição está posta: a teorização ou reprodução ideal das bases reais para o encaminhamento de práticas sociais acaba

²³⁰ É preciso considerar que no caso do circuito rural “Dosse Iguassu”, foi constituída uma associação sem a base referencial da economia solidária, onde agricultores familiares estão à margem ou excluídos do processo. Verificar: CANDIOTTO (2011).

Disponível em: <<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/1870>>. Acesso em: 10 Jan. 2014.

²³¹ Disponível em: <<http://www.h2foz.com.br/noticia/consorcio-cataratas-sa-beltour-e-esfeco-vence-licitacao-do-complexo-das-paineiras-na-tijuca>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

combatida não somente por aqueles que representam o capital, mas pelos próprios espaços turísticos pré-fabricados que criam falsas representações. Duas questões devem ser enfatizadas: a) o que se reserva a diversas propostas e práticas do turismo comunitário, seja nos espaços que se caracterizam pela dança do boi, seja naqueles em que o barreado particulariza a culinária regional, é o que está às margens dos anseios reprodutivos do capital e dos objetivos de rendas diferenciais, sendo que isso não pode ser naturalizado; e b) em muitas das realidades socioespaciais em que iniciativas não reproduzem o capital diretamente (via trabalhos individualizados ou associações coletivas de produção e distribuição), essas podem servi-lo de outras formas, seja com a disponibilização de hospedagem em residências que são comercializadas por uma operadora, seja com o fornecimento de trabalho autônomo de guias locais que devem se associar de alguma forma a um hotel ou agência para garantir clientela.

Segunda: o posto exemplar da Prainha do Canto Verde (e de outras organizações comunitárias) deve ser considerado a partir da produção material local e das relações sociais daí decorrentes anteriormente descritas, sendo que a organização e combate dessa comunidade está imbricada a sua história e, por isso, não pode ser tratada como simples molde para outras realidades. Isso deve ser ressaltado, pois mesmo que seja constituída por membros politizados, trata-se de uma dinâmica em uma totalidade socioespacial, da qual deve ser considerada a natureza e as mediações. Tendo em vista os embates atuais em relação ao uso da terra regulado pelo Estado, verifica-se uma desarticulação que nasce do seio da própria comunidade como fruto de divergências entre diferentes classes e/ou frações de classes sociais, sendo que a reserva extrativista, ao mesmo tempo em que é o pivô de conflitos, determina, dentro de certos limites espaciais e sociais, uma produção baseada no domínio do produtor direto em relação aos meios para alavancá-la, fato que explica o turismo comunitário, bem como as suas limitações em termos de conforto e serviços. Posto que se trata de uma comunidade que jamais estará pronta e acabada e tão pouco pode ser considerada como um “modelo inovador” (MENDONÇA, 2004, p.105) da iniciativa autogestionária, deve-se considerar que a Prainha do Canto Verde é apenas uma das onze praias do município de Beberibe, sendo que em localidades

vizinhas (como a Praia das Fontes e tantas outras) as relações que reproduzem as rendas e o valor-capital operam resguardadas pelas leis e pela ordem do Estado capitalista-desenvolvimentista.

Terceira: trata-se de uma obviedade que cooperativas de turismo, baseadas e organizadas na economia solidária, podem existir e até mesmo sejam ampliadas as iniciativas com esse propósito diante de algumas tendências e perante as necessidades de sobrevivência. As tentativas do conjunto da produção em se minimizar pessoal e, ao mesmo tempo, diminuir o tempo de trabalho necessário para se ampliar o excedente, caracterizam uma forma social onde o capital depende e, ao mesmo tempo, tenta eliminar o trabalho vivo, de forma que diversas são as alternativas apresentadas para a sua crise estrutural que não estão centradas na raiz de suas operacionalidades, mas situam-se em marcos definidos pelo próprio capital e que se traduzem na inserção de números substanciais de sujeitos em atividades relacionadas a tais organizações solidárias. Em relação a isso, Antunes (2009, p.113) explica:

Como mecanismo minimizador da barbárie do desemprego estrutural, elas cumprem uma efetiva (ainda que limitadíssima) parcela de ação. Porém, quando concebidas como um momento efetivo de transformação social em profundidade, elas acabam por converter-se em nova forma de mistificação que pretende, na hipótese mais generosa, 'substituir' as formas de transformação radical, profunda e totalizante da lógica societal por mecanismos mais palatáveis e parciais, de algum modo assimiláveis pelo capital. E na sua versão mais branda e adequada à ordem pretende em realidade evitar as transformações capazes de eliminar o capital.

De forma contraditória, ao serem excluídos pelo capital, busca-se uma inclusão nas dinâmicas e limites do próprio capital e, no caso do turismo, algumas comunidades que produzem valor (ou em que o excedente está associado ao papel do produtor direto) em certas fronteiras geográficas, podem se tornar vendáveis em circuitos mais amplos como formas alternativas ou interessantes de se visitar. *Ressalta-se e justifica-se uma diversidade de ações dos sujeitos sociais no sentido de tentarem suprir as suas necessidades ao buscarem formas de sobrevivência mais apropriadas diante das estreitas alternativas determinadas e deixadas pelo capital; todavia, ao mesmo tempo, questiona-se a inserção acrítica a esse processo levada a*

cabo por influência não daqueles grupos que buscam oportunizar empregos para os residentes, mas, o que é pior, dos que pensam as comunidades organizadas de acordo com a economia solidária como estruturas que podem, a partir delas, promover transformações no sociometabolismo real. Daí que o idealismo, tão difundido atualmente, pode minar as boas ideias atreladas ao movimento socioespacial.

Marx (2001, v.II, p.875) relata que *a propriedade privada do produtor direto e seu consequente domínio, via processo laborativo, sobre uma porção determinada de terra ou em relação a meios produtivos que se caracterizam pela pequena indústria, comércio ou prestação de serviços é um modo de produzir que conviveu e convive com outros, mas “desenvolve todas as suas energias, só conquista a [sua] forma clássica quando o trabalhador é o proprietário livre das condições de trabalho [...] com as quais opera [...]”.* Em seguida, Marx (2001, v.II, p.875) chama a atenção que tal modo de produção:

[...] só é compatível com limitações estreitas e ingênuas à produção e à sociedade. Pretender eternizá-lo significaria, conforme a acertada expressão de Pecquer, ‘decretar a mediocridade universal’. Chegado a certo grau de desenvolvimento, esse modo de produção gera os meios materiais de seu próprio aniquilamento. A partir desse momento, agitam-se no seio da sociedade forças e paixões que se sentem acorrentadas por ele. Tem de ser destruído e é destruído.

Compreende-se que a propriedade sempre será apropriação de algo e/ou da natureza, sendo que a questão é a sua forma (comunal, privada de trabalhadores ou privada de não trabalhadores) (MARX, 2011, p.41 e 2008, v.II, p.874). As discussões em torno da economia solidária e do turismo com bases locais situam a propriedade privada de produtores-diretos como ponto de transformação social, enquanto que tais concretizações somente convivem ou podem existir em espaços bem definidos e regulados, todos eles, pelas relações advindas da produção que valoriza o valor para fins de terceiros. *Ao não situarem o capital como uma relação social no centro das discussões, não são poucos os sujeitos que abordam e criticam os impactos dos grandes empreendimentos e das formas flagrantes de espoliação, mas desconhecem que tal relação brota de um “certo grau de desenvolvimento” daquela produção mesma, a qual é gestada pela propriedade do produtor direto ou daquela que é comum*

a um determinado grupo. No caso do turismo, a colocação de Marx deve ser relativizada de acordo com as particularidades socioespaciais, que se apresentam com maior ou menor potencialidade em promover relações de produção e distribuição mais desenvolvidas do ponto de vista capitalista; mas esse “brotar” do capital pode ocorrer com a simples ampliação de uma residência que passa a servir como pousada, de uma política pública de isenção de tributos para pequenos ou médios empreendimentos, da revitalização do patrimônio em uma localidade, da elevação do preço da terra e seus desdobramentos. Dessa forma, se Marx aponta que a pretensão de eternizar um modo de produzir que não pode ter dominância na dinâmica sócio-produtiva capitalista ultrapassa a ingenuidade e chega a se configurar como mediocridade, deve-se afirmar que querer situá-lo como ponto de mutação para uma nova ordem alcança os limites da sandice.

Com isso, não se pretende dizer que há uma determinação econômica ou que as manifestações culturais devam ser relegadas a segundo plano, mas que essas devem ser consideradas como totalidades de uma complexidade, tal como colocado por Lukács (2012b), e que as *relações sociais de produção gerais* efetivam-se como o fundamento analítico essencial. O perigo dos discursos que apregoam a constituição do turismo comunitário a partir de casos ideais é que, ao se aterem única ou quase que exclusivamente às possíveis formas de consciência que teriam formatado determinadas configurações (e não o contrário), acabam criando um tipo de reacionarismo indireto, ou seja, o que vale é uma forma de inserção cooperativa ou associativa via “nichos” (CORIOLANO, ALMEIDA, 2007), “novos produtos” ou atividades empreendedoras nos circuitos econômicos do turismo, deixando-se de lado ou tratando somente de forma periférica e superficial a relação capital *versus* trabalho.

As discussões acerca do turismo comunitário devem continuar e se estender, mas com base invertida, ou melhor, não a partir do que as pessoas pensam, acreditam ou dos modelos ditos ideais ou sustentáveis, mas de como a realidade opera, questionando-se e combatendo o capital como relação social em todos os campos e espaços, o que inclui os expedientes adotados para a acumulação ampliada, bem como as ações conformativas do Estado e as ideologias que as naturalizam e as resguardam. Se as falsas representações formatadas pelo capital vêm também dos

espaços espetaculares (*resorts*, praias paradisíacas privativas, complexos de lazer e entretenimento sofisticados), as iniciativas turísticas de base comunitária acabam promovendo a falsa representação por meio de organizações socioprodutivas pontuais (controladas pelo produtor direto), as quais são anunciadas como alternativa plenamente aplicável e portadora de elementos transformativos do turismo convencional. Quando foi relatado que Lefebvre (2008, p.47) chama a atenção para o fato de que o capitalismo tende a se perpetuar “num front muito mais amplo”, verifica-se a dimensão a qual o autor se refere. Por esse motivo, é necessário verificar a mediação da categoria ideologia nos processos de turistificação.

3.4. COMPONENTES IDEOLÓGICOS

Em um artigo acerca da mão de obra requerida no setor de turismo e de suas especificidades de qualificação, publicado no último anuário da Revista Exame, um fragmento pode ser destacado:

[...] o Marriot, que opera dois resorts em Costa do Sauípe, a 80 quilômetros de Salvador, enfrentou um [grande] problema. A maioria de seu corpo de empregados foi recrutada numa comunidade que vivia basicamente da pesca. No início da escolha dos funcionários, verificou-se que eles tinham dificuldades para usar sanitários e não costumavam calçar sapatos (IHA, 2007, p.76)²³²

Tal frase, à primeira vista, nada tem de ideológica, mas o que lhe dá esse tom é o veículo de comunicação onde foi impressa e, paralelamente, os comentários complementares, tais como: “parece altamente injusto que a iniciativa privada, além de gerar emprego e pagar impostos, ainda tenha de tirar do próprio bolso para conseguir funcionários com um padrão mínimo de qualificação, ‘afinal, educação é um dos deveres do Estado’” (IHA, 2007, p.76). Muito embora essa simples colocação já demonstre a avidez de uma classe sobre outra, Eagleton (1997, p.22) explica que “não

²³² Aproximadamente um ano após a publicação do artigo intitulado “O desafio da mão-de-obra” (sic), a Marriot deixou de operar os dois hotéis no complexo Sauípe, conforme descrito no capítulo anterior. Disponível em: <http://www.presstur.com/site/news.asp?news=14498>. Acesso em: 11 abril 2014.

se pode decidir se um enunciado é ideológico ou não examinando-o isoladamente do seu contexto discursivo, [de forma que] a ideologia tem mais a ver com a questão de quem está falando o quê, com quem e com que finalidade [...]”. Na primeira frase, se a questão do “problema” para a rede *Marriot* fosse posta com um sentido irônico e publicada exatamente como apresentada em uma revista, digamos, a *Caros Amigos*, todo o teor ideológico seria alterado. O mesmo vale para o trecho que se refere à educação como um dever do Estado, o qual é um fragmento que atende aos interesses específicos da referida matéria, mas não ao posicionamento liberal-conservador do meio de comunicação em questão que vê o seu potencial para ser absorvida pelo e para o capital.

Da mesma forma, uma instituição não pode ser analisada por ela mesma: a criação de um órgão governamental para viabilizar e cuidar do lazer e das viagens da classe trabalhadora, sendo uma das ramificações chamada “excursionismo” e que “combinait les sports de masse, le tourisme distractif et culturel” (RICHEZ; STRAUSS, 1995, p.502), somente remete um viés ideológico quando vinculado ao nome de Benito Mussolini e das intenções de neutralização e/ou cooptação de trabalhadores para o fascismo com a *Opera Nazionale del Dopolavoro*²³³, instituição da qual já se fez menção na segunda parte deste trabalho.

Eagleton (1997, p.22) evidencia que a ideologia “é mais uma questão de ‘discurso’ que de ‘linguagem’”: se há uma diferença gritante em termos ideológicos entre, por um lado, as opiniões da extrema direita ou de um representante do fascismo e, por outro, de um líder da classe trabalhadora marcadamente de esquerda, no que se refere à linguagem isso até pode ser significativo, mas ocupa posição secundária ante o discurso. Tal lugar, obviamente, não pode ser menosprezado sob o risco de se comprometer ou mesmo de se gerar certa confusão com o uso de alguns grupos de palavras, envolvendo diferentes ideologias em campos de estudo específicos e vertentes políticas contrárias. Por exemplo: com a publicação do Relatório Brundtland²³⁴ em 1987, diversas ciências e o senso comum se apropriaram do adjetivo

²³³ Organização Nacional para o tempo livre (tradução nossa)

²³⁴ Trata-se da Comissão mundial sobre meio ambiente das Organizações das Nações Unidas (ONU). O documento busca uma conciliação entre desenvolvimento capitalista e sustentabilidade, o qual somente pode encontrar respaldo na Economia Neoclássica com sua teoria marginalista, mas não no mundo real. Não é por outro motivo que Renato Santos de Souza (2000), ao apresentar a evolução dos debates em relação a questão ambiental, chama tal

sustentável que, por esse documento, foi absorvido e popularizado ideologicamente, sendo que o seu sentido em obras como a de István Mészáros (2007, p.190), que significa o “controle dos processos sociais, econômicos e culturais vitais” somente possíveis com a superação do capital e do capitalismo, é radicalmente diferente daquele utilizado e propagado por indivíduos com a acepção de equilíbrio e harmonia como categorias desconexas das operacionalidades reais da forma social vigente.

Deve-se destacar, também, o papel dos espaços utilizados por grupos sociais e seus representantes, uma vez que esses podem potencializar as ideologias e seus recados como, por exemplo, uma exposição a respeito do golpe de Estado civil-militar de 1964 e os vinte anos de repressão, perseguição e assassinatos no Brasil, a qual acaba tendo mais expressividade em uma praça onde ficou pendurada a cabeça de um “traidor” da coroa portuguesa do que em um *shopping center*. Nesse mesmo sentido, um pronunciamento denunciando o poder de manipulação da informação de uma das principais redes de televisão brasileira possui maior significação quando é feita em horário nobre na própria emissora do que em qualquer outro meio de comunicação²³⁵.

Apesar da abrangência ou dos componentes ideológicos contidos nos discursos e vocabulários, o termo ideologia não pode referir-se a tudo e qualquer coisa sob o risco de comprometer o seu conteúdo, uma vez que “[...] qualquer palavra que abranja tudo perde o seu valor e degenera um tom vazio” (EAGLETON, 1997, p.21). Por isso, evidencia-se que é preciso identificar, utilizando-se de uma bagagem sociocultural, de meios comparativos e de dados circunstanciais, o que é efetivamente ideológico: uma conversa a respeito de mulheres que trabalham como camareiras em hotéis pode não ter conotação ideológica, mas adquire essa marca quando inclui opiniões como aquelas relacionadas aos “vastos” direitos trabalhistas brasileiros que “atrapalham” a operação empresarial quando concedem regalias como licença-maternidade de 120 dias.

conceito de “modelo hegemônico de desenvolvimento sustentável” ou “desenvolvimento sustentável de mercado”. Observa-se no campo do turismo a apropriação e o uso indiscriminado do termo, ou seja, sem que se saiba necessariamente de onde ele provém e, portanto, a que propósitos efetivamente serve.

²³⁵ Refiro-me ao Jornal Nacional que foi ao ar em 15 de março de 1994, ocasião em que o apresentador Cid Moreira leu um direito de resposta concedido judicialmente ao então governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola.

Se a ideologia tem o papel de tragar contingentes para concepções de grupos sociais que detêm mais ou menos poder em certas circunstâncias, ou mesmo servem a interesses individuais que acabam circunscritos aos limites do lar, entre esses polos é preciso levar em conta que “a força do termo ideologia reside em sua capacidade de distinguir entre as lutas de poder que são até certo ponto centrais a toda uma forma de vida social e aquelas que não o são” (EAGLETON, 1997, p.21). Assim, a significação da palavra ideologia e, por extensão, o seu poder enquanto conjunto de ideias está relacionado ao nível de poder de um grupo em questão, seja ele representativo de ações políticas favoráveis ou contrárias a uma determinada situação, ou aquelas travadas no interior de um órgão governamental com as tentativas de se angariar recursos para subsetores específicos, seja aquelas levadas a cabo por grupos feministas ou de enfrentamento ao racismo.

Deve ser considerado que, no campo das lutas ideológicas, os interesses privados permeiam os poros da esfera pública e a dominam em termos gerais, o que se estende à grande mídia. Nesse sentido, uma manifestação do movimento dos sem teto em Porto Alegre-RS ou uma paralisação de motoristas e cobradores de ônibus em São Paulo por melhores condições de trabalho geralmente são expostos com excessos e alarde, ao mesmo tempo em que os investimentos estruturais em áreas básicas, a carga tributária proporcionalmente mais alta para os mais pobres e a manutenção da dívida pública são tratadas sem as necessárias e devidas conexões com os seus agentes fundantes: os credores do Estado. Esses condicionam a vida de milhões, mas o como e o porquê de suas operações não aparecem.

Ainda em relação ao poder da ideologia, pode-se citar um exemplo marcante, o qual, conforme evidenciou Lukács (2010, p.113), comprometeu o pensamento marxiano como “teoria universal do desenvolvimento da humanidade”. Trata-se da análise fatalista que emergiu do marxismo institucional da II Internacional (1889-1914) e foi preservada pelo poder stalinista, chamada por Lukács de “vulgar” pelo fato de ter deturpado tal teoria ao afastar-se do seu conteúdo filosófico (em relação a ontologia do ser social) e do método dialético desenvolvido e invertido por Marx a partir de Hegel (as relações contraditórias da totalidade por totalidades ou complexidades dinâmicas de uma sociedade de classes).

Ao denunciar os negativos desdobramentos dessa corrente, Netto (1981, p.20) explica que ela carrega “a noção de que a dinâmica social abriga uma lógica irrecorrível e que o social constitui uma realidade objetiva cuja estrutura obedece a uma legalidade absolutamente independente da intervenção prática sócio-humana”. Netto denomina esse marxismo transformado em uma ideologia de “funcionalista”, justamente por se valer de fatores que, agindo sob a dominância do econômico como ente fixador dos processos, desfaz o campo de operação dos sujeitos sociais. Nessa vertente de entendimento, a noção de totalidade é anulada: sem ela ou desprezando-se “a relação do simples para o complexo (forma simples de valor, valor, mercadoria) [...]” (FARIA, 2011, p.13) e a sua “interdependência entre [...] diversos aspectos” (MARX, ENGELS, 2007, p.61) envolvendo causalidades e a ação humana que pode desvendar caminhos possíveis *a partir* dos processos de vida reais e do seu conhecimento coletivo (a forma de produção e intercâmbio), a obra de Marx seria um “sistema concluso [e não o que ela efetivamente é, ou seja], o fundamento da ontologia do ser social, [uma] teoria crítica da sociedade passível de correções, ampliações e aprofundamento” (NETTO, 1981, p.29).

Tal questão já foi abordada e, para fins de análise em relação a categoria ideologia, convém apontar alguns motivos e desfechos desse marxismo recortado. Quanto às motivações, Netto (1981, p.19-27 *passim*) relata que o desmembramento do pensamento fundamental de Marx se deu para, 1) “legitimar um evolucionismo sócio-político sustentado pela noção de inevitabilidade da transição socialista”; 2) impedir qualquer contestação ao poder autocrático de Stalin; e, por extensão, 3) suprimir da “crítica teórica as questões referentes ao Estado, à burocracia, à cidadania, à liberdade, à vida cotidiana, etc”, a qual, se efetivada e publicizada, atingiria a casta burocrática denunciando as desigualdades políticas e econômicas criadas por uma elite de funcionários do Estado soviético. Em relação às repercussões, uma foi significativa: alguns grupos, justamente pela leitura restrita das obras de Marx e com o aporte de parte de seus intérpretes, passaram a se valer ou a questionar não a teoria social por ele desenvolvida durante parte substancial de sua vida, mas, sem procurar saber, de fragmentos postos a serviço do socialismo real, ou, conforme explica Netto (1981, p.27), de “um conjunto de representações cuja funcionalidade [era] produzir e

fornecer um sistema inclusivo de normas [para convalidar] uma determinada estratégia política (de poder)”²³⁶.

Isso posto, verifica-se o poder da ideologia ao subverter a teoria marxiana colocando o capitalismo como destruidor de si independentemente das *relações* envolvendo as causalidades (automovimento) em conjunto com os pores teleológicos orientados à sua manutenção e aqueles efetivamente embasados em sua superação. Ao mesmo tempo, se abriu margens para o alastramento de entendimentos e ideologias que veem tal forma social como uma entidade natural, a qual sempre regulou as relações humanas e perante a qual, tal como expressou a ex-primeira ministra britânica Margareth Thatcher, não haveria alternativa.

Mas de onde vem o poder da ideologia? Trata-se somente de um componente da superestrutura que é a expressão de grupos e classes a fim de confirmar ou mesmo questionar a base produtiva e reprodutiva calcada em relações sociais de exploração, bem como os desdobramentos políticos, filosóficos e, nesse caso, das ideias relacionadas ao turismo e à imagem dos espaços assim especificados? Feitas as considerações que propiciam uma iniciação ao que se pretende retomar e abordar – a ideologia e o seu poder *no* e *do* espaço tornado turístico – apresenta-se três abordagens marxianas a seu respeito para se tentar alcançar respostas aos questionamentos apresentados. Evidencia-se que elas acompanham a análise de Marx a respeito do ser social e não são auto-excludentes.

A primeira noção refere-se àquela já apontada quando se abordou a concepção idealista, qual seja, a das inversões que ocorrem tal como em uma “câmara obscura”²³⁷: “les idéologies sont [...] des illusions collectives, des mystifications, des représentations fausses [...] que les hommes se font d’eux-mêmes et que nous recevons toutes faites de la société où nous vivons” (ELLUL, 2012, p.260) ²³⁸. Nesse sentido, as ideologias refletem o subjetivo transformado em objetivo, ou as coisas materiais e imateriais apropriadas pelos sentidos sem se efetivar a interação com seus

²³⁶ Netto (1980, p.19) aponta Kautsky e Plekhanov como teóricos que desenvolveram a base desse marxismo funcionalista.

²³⁷ Marx e Engels se referem em “A ideologia alemã” a câmara escura como metáfora de inversão da consciência, pois o seu funcionamento, o qual é basicamente o da lente de uma máquina fotográfica, consiste em capturar a imagem por um pequeno orifício e projetá-la invertida para que seja gravada.

²³⁸ “As ideologias são as ilusões coletivas, as mistificações, as representações falsas, mas inconscientes, que os homens fazem deles mesmos e que nós recebemos inteiramente da sociedade em que vivemos”.

elementos ou categorias socioespaciais constitutivas e condicionantes. Se nas primeiras relações sociais (o trabalho em família, nas tribos) “a produção das ideias, das representações, da consciência é [...] entrelaçada sem mediações com a atividade material e o intercâmbio material [...]” (MARX, ENGELS, 2007, p.48), com a evolução da humanidade e o desenvolvimento das relações sociais calcadas na divisão material e intelectual do trabalho, a interação dos seres com o seu ambiente acaba cada vez mais mediada por elementos associados a concepções de mundo que não refletem necessariamente a sua práxis, sendo a consciência capaz de “representar alguma coisa sem representar algo real” (MARX, ENGELS, 2007, p.54); e, nesse processo, coloca-se ou apresenta-se caminhos analíticos que fragilizam os laços entre realidade e consciência, mas que não deixam de provocar efeitos reais.

Por exemplo: também sob o discurso de que o turismo é um importante mecanismo de crescimento econômico e inclusão social, foi criado no Brasil, em 1994, o Programa Nacional de Municipalização do Turismo e desenvolvido durante as duas gestões do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Tal política pública contemplou municípios de diversas configurações, desde aqueles que contam com atributos que podem ser comercializados turisticamente ou servir de ponte para a produção de serviços (mercadorias) até os que, além de não contarem com eles, possuem a economia movimentada por setores como os de mineração e papel e celulose, com todas as consequências socioambientais ligadas a tais atividades. Sem disponibilizar recursos para a execução de projetos, um dos principais programas de turismo do governo federal daquele período consistiu na realização de oficinas, arquitetadas de forma que os poucos integrantes com uma visão diferenciada dos técnicos-moderadores eram intimidados e aqueles que mostravam afinidade na elaboração de propostas eram treinados e motivados para empreenderem um turismo “sustentável” em seus municípios, o qual se concretizaria pela força das ideias no que se refere à busca por recursos, a “distribuição de renda” via geração de empregos, a preservação ambiental, a redução de conflitos locais por meio da união e do consenso. Considerava-se, então, não a realidade socioespacial para além da empiria com a produção material e imaterial e a sua devida hierarquização social, mas as boas ideias dos técnicos-mediadores e dos participantes, bem como a motivação e

empreendedorismo pessoal. Verifica-se, com isso, que o falso acarreta repercussões reais e as ilusões constituem-se como eixos norteadores dos indivíduos, os quais são movidos por um cientificismo puro voltado a questões operacionais com vistas à qualidade total pelo e para o mercado, ignorando-se aí qualquer análise ontológica e do movimento real.

É preciso esclarecer que a referência à ideologia como representação falsa não pode ser identificada como errada, pois, por um lado, a falsidade refere-se a parcialidade do fato ou conjunto de fatos e/ou, por outro, em algo que não é verdadeiro justamente por se constituir a partir de um entendimento invertido ou com fundamentação subjetiva (ideal). A parcialidade, nesse caso, se concretiza ao se desconsiderar o Estado como instituição-suporte de relações sociais dominantes, tratando-o conforme as suas formas e funções institucionais, além de ignorar as categorias constituintes do turismo. Já a inversão diz respeito ao que foi mencionado anteriormente: a subjetividade que se move por ela e, portanto, com autonomia. Conforme esclarece Eagleton (1997, p.33), deve-se considerar o falso como algo “inverídico para o caso em questão, [onde há] uma certa proporção entre proposições empíricas e aquilo que poderíamos grosseiramente denominar ‘visão de mundo’, na qual a última leva uma ligeira vantagem sobre as primeiras”.

Por assim dizer, nessa primeira noção em que o idealismo combina-se com o empirismo, o ideólogo ou aquele sujeito que produz a ideologia não deixa de se embasar em verdades e produzir explicações até mesmo convincentes a respeito delas, mas trata-se de verdades parciais. Afinal, para que as ideologias sejam eficazes, elas “[...] devem dar algum sentido [...] à experiência das pessoas; devem ajustar-se, em alguma medida, ao que elas conhecem da realidade social com base em sua interação prática com esta” (EAGLETON, 1997, p.26). Dessa forma, a ideologia como falsa consciência se justifica e opera, pois, “pelo menos uma parte daquilo que chamamos de discurso ideológico é verdadeira em um nível, mas não em outro: verdadeira em seu conteúdo empírico, mas enganosa quanto a seu valor [...]” (EAGLETON, 1997, p.28). Trata-se de algo que possui fundamentação na observação de Marx (2008, v.VI, p.1080) de que “toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas”.

Ao buscar distinguir “tipos” de relações entre o turismo e o território, Knafo (1996, p.72, grifo nosso) defende que “a forma mais acabada de **turismo sem território**, isto é, do turismo que se contenta com sítios e lugares equipados, é o turismo ‘fora do solo’, quase completamente indiferente à região que o acolhe e onde a extensão planejada nada mais é do que um espaço-receptáculo”. Em um nível, tal colocação é procedente e corrobora críticas ao chamado “turismo idiotizante” (SANTOS FILHO, 2005, p.37), pois se sabe que complexos de lazer como parques temáticos, *resorts* e até mesmo corredores turísticos (circuitos municipais, por exemplo) são parcialidades elaboradas para criar certas realidades convenientes a uma estrutura de poder. Mas, em outro nível, trata-se de uma observação falsa, pois se desconsidera que a chamada “extensão planejada” envolve grupos sociais que interagem em atividade de trabalho para que os serviços a elas atrelados sejam realizados (vendidos): havendo domínio em relação ao que será prestado, abrangendo como, sob quais condições e para o usufruto de quem, a interação contraditória entre capital *versus* trabalho configura e reconfigura territórios, compreendidos como todo e qualquer espaço em produção.

O que se pretende dizer é que, não podendo haver separação entre produção (do turismo) e consumo (por turistas) nesses espaços “divorciados”, torna-se sem cabimento a menção de que há um “tipo” de relação do “turismo sem o território”, quando o que existe é uma série de complexidades (trabalho, turismo, capital, ideologia, bens culturais) de uma totalidade (forma social) e o papel da ideologia na alienação dos indivíduos-turistas deve ser considerado e estudado; ao mesmo tempo em que são exatamente esses grupos atrelados ou não a unidades produtivas de serviços (operadoras, agências, alojamentos) que podem propiciar outras e novas dinâmicas às realidades socioespaciais, fazendo-as reflexos desse consumo e confirmando que a produção determina o consumo, mas o inverso também é verdadeiro: “a produção medeia o consumo, cujo material cria, consumo sem o qual faltaria-lhe o objeto. Mas o consumo também medeia a produção ao criar para os produtos o sujeito para o qual são produtos” (MARX, 2011, p.53). Ou seja: não há uma dinâmica do espaço que opera por trás de empreendimentos turísticos (ou um tipo de turismo sem o território), mas existem relações somente possíveis pelos sujeitos em

interação, sendo que essas não são necessariamente alcançadas e compreendidas por eles em seus fundamentos no simples contato com tal ambiente social. Conforme será verificado adiante, a ideologia como inversão ou falsa consciência possui apenas (apenas!) um papel em relação a isso. O fato é que a análise da relação dialética, ou seja, as contradições da unidade ou do todo social e suas determinações (categorias) precisa ser empreendida, caso contrário, a averiguação prende-se a “tipos” específicos ou ideais que se relacionam conforme suas funcionalidades na estrutura idealmente recortada e descolada do pressuposto fundamental – as forças produtivas e o tecido social que as movimentam.

Knafou (1996, p.73) finaliza sua abordagem a respeito do turismo e do território, com a seguinte colocação: “[...] se recusarmos o domínio exclusivo do mercado sobre esta atividade humana [o turismo] que é um importante meio de desabrochamento do indivíduo e se tentarmos colocar um pouco de ordem num fenômeno multiforme, teremos então feito um pouco de progresso”. Tal afirmação²³⁹, que relega a segundo plano uma categoria que é ontologicamente precedente (o produzir e o reproduzir-se), desata a prática social da categoria valor e situa o planejamento embasado em uma lógica-racional-ideal como ente responsável pela instauração de “um pouco de ordem”. Além disso, constitui-se em um posicionamento invertido, o qual, uma vez absorvido para propiciar legitimidade às ações de um poder político, por exemplo, acaba servindo de máscara às reais vinculações e, portanto, limitações desse importante instrumento (do planejamento) pelo e com o chamado “sociometabolismo do capital” (MÉSZÁROS, 2006).

Considerando que as verdades parciais são mais fáceis de serem acessadas, posto que elas condizem com a observação do fato em sua forma mais explícita; além de que os malabarismo teóricos que, com frases chamativas de alto teor subjetivo invertem os papéis (o Estado é quem produz a sociedade civil e não o contrário, os planejadores e promotores territoriais é que dinamizam a sociedade e não o contrário) e podem apresentar exequibilidade geral e pontual (a reforma de uma praça, um projeto de inclusão social via criação de empregos no turismo, a restauração de

²³⁹ O autor trata o “mercado” no sentido da economia (receitas, despesas, gráficos, fórmulas) e não da crítica à economia política (como se produz a sociedade capitalista, envolvendo o capital variável, a teoria do valor-trabalho, etc). O primeiro somente pode ser revelado e exposto enquanto relação estabelecida historicamente por meio da segunda.

edificações, as oficinas de empreendedorismo para o desenvolvimento com bases locais, a delimitação de um circuito gastronômico ou cultural), eles acabam criando e alimentando a ilusão de que planos e projetos transformados em ações amenizam ou mesmo eliminam certas relações intrínsecas ao modo de produção capitalista, tratando-as de maneira tão natural que acabam não sendo pensadas e compreendidas e, por extensão, deixam de ser discutidas e questionadas.

O sentido prático de que fala Eagleton e do qual a ideologia se vale para tratar situações que são sociais como se fossem inatas aos seres ou naturais e, incessantemente tenta dissipar caminhos para análises circunstanciadas, está ligada a blocos de poder e equivale ao que Lefebvre (2008, p.45) chama de “espaço instrumental”, [o qual] permite impor uma certa coesão (pela violência) [quando se faz necessário], quanto dissimular as contradições da realidade (sob uma aparente coerência racional e objetiva), [sendo que] os termos ‘coesão’ e ‘coerência’ significam regulação buscada, pretendida, projetada, o que não quer dizer obtida”. O desdobramento geralmente frustrado para o “bem de todos”, mas exitoso para o proveito de alguns se explica pela própria sociedade de classes e, portanto, pela relação capital *versus* trabalho, fazendo com que mesmo as propostas mais sensíveis e até mesmo conhecedoras de tal relação contraditória não tenham condições de tocar em suas tramas constitutivas e reprodutivas caso não se posicionem em uma condição prática de enfrentamento. E não poderia ser diferente, pois, conforme nos lembra Lefebvre (2008, p.57), “as contradições do espaço não advêm de sua forma racional, tal como ela se revela nas matemáticas. Elas advêm do conteúdo prático e social e, especificamente, do conteúdo capitalista”. Caso não fosse assim, seria possível verificar a resolução absoluta de contradições obtidas com o estudo e a aplicação das alíneas de manuais, como aqueles direcionados ao “turismo responsável” a partir de “políticas locais”.

Uma diferença a ser ressaltada é que existem ideólogos que nem sempre sabem a que interesses está submetido e, a maioria, nessa quadra da história, se movem com total clareza de quem os governa. Esses últimos contribuem conscientemente com a formação de uma falsa consciência para o favorecimento da classe dominante. Frederich Hayek é um exemplo. Tendo suas publicações

financiadas pelas instituições mais reacionárias do planeta, sua colocação comentada por Mészáros (2006, p.197) de que “sem os ricos [...] os pobres que existissem seriam muito mais pobres” busca, por um lado, demonstrar que os interesses da classe dominante são direta e indiretamente estendidos a outras classes e, por outro, apagar o fato de que os representantes da riqueza somente têm condições de sê-lo pela produção socializada e pela forma histórica e social de sua apropriação. Nesse sentido, Hayec é um expoente pensador da parcialidade e disseminação de uma perigosa ideologia, pois trabalha em um nível de abstração que é de fácil apreensão pela experiência cotidiana das pessoas.

Mas existem outros situados do lado oposto em relação a personagens da estirpe de Hayec e empenham-se em apontar uma saída para as desigualdades que impedem o desenvolvimento das diferenças humanas. Alguns que se debruçaram no estudo do turismo e que já foram citados, como Krippendorf e Knafou, servem como exemplo por apresentarem preocupações socioespaciais legítimas, mas invertidas no que se refere às mediações com o ponto de partida²⁴⁰ e, conseqüentemente, em seus resultados práticos. O que se pretende ao mencionar tais pensadores é ressaltar o que foi anteriormente apontado: a ideologia como falsa consciência ou pensamento atrelado a verdades aparentes não pode ser desconsiderada por um instante sequer em sua operacionalidade ou em sua função social, muito ao contrário, ela possui uma significativa influência na prática produtiva e reprodutiva cotidiana, desencadeando ilusões e concepções de mundo totalmente parciais, seja quando partem de sujeitos conscientes de seus papéis em amplos processos de mistificação da realidade, seja daqueles que desconhecem ou pensam conhecer os condicionalismos socioespaciais vigentes e habilitam a consciência pura como auto-produtora das necessárias mudanças.

A *inversão* e as *formas aparentes* geralmente associam-se nos espaços tornados turísticos, ajudando, em seus devidos limites, a delimitar a liberdade dos sujeitos no que se refere à apreensão de suas relações com e no conjunto das

²⁴⁰ A mediação em relação ao ponto de partida refere-se às ideias concebidas e que se autonomizam no processo de abstração, o que não significa a inexistência do ente empírico como referencial de averiguações. Esse será sempre o sinal, tanto para as abstrações desconexas e aquelas que retornam ao real com possibilidades de explicá-lo, tal como coloca Marx quando aborda o método da economia política na introdução dos Manuscritos de 1857-1858, comentado na parte inicial deste trabalho.

objetividades humanas (materiais e imateriais): a primeira por carregar a ideia de que os projetos e programas de incentivo à estruturação do turismo podem contribuir com uma sociedade mais justa, preservacionista e inclusiva ao oportunizar empregos e/ou iniciativas diversas; e a segunda, ao tentar evidenciar os atributos socioespaciais fracionados como se fosse a realidade de todo o espaço. Ambas, compreendidas como resultados de pseudoteorias, pois não têm condições de reproduzir a realidade social no pensamento, acabam tragadas como meios que servem tanto para a legitimação de ações do Estado e da classe dominante (ou frações dessa) à qual o Estado está associado, como para o desenvolvimento do turismo a partir de iniciativas localizadas já experimentadas e “acertadas” (como a citada Prainha do Canto Verde, em Beberibe-CE). Por outro lado, as teorias efetivas que assim podem ser caracterizadas ao darem conta da reprodução ideal de um momento da dinâmica socioespacial, acabam sufocadas por tais representações que confundem a teorização da vida prática real (a qual pode orientar os sujeitos sociais) com aquela (pseudo) teorização para a prática operacional (que é pragmática para a produção nessa e dessa forma social e, portanto, não diverge do valor-capital).

Conforme expõe Eagleton (1997, p.79) “as ideias podem ser consideradas ideológicas porque negam suas raízes na vida social [...]; ou podem ser ideológicas exatamente pela razão oposta – por serem expressões diretas de interesses materiais [...]”. Tal associação entre formas aparentes, inversões e proposições, ligadas ou desligadas da dialética entre base e superestrutura, operam naqueles espaços que podem ser adjetivados como turísticos na razão direta da ascensão do trabalho produtivo nos serviços e dos capitais rentistas. Constata-se isso em realidades tal qual a da cidade colonial mineira de Ouro Preto, localidade que conjuga a *inversão* pelos projetos e programas preservacionistas e a *parcialidade* pela projeção das formas, ou seja, uma ideologia *no* espaço para a ilusão coletiva.

É possível afirmar que tais questões concretizaram-se em Ouro Preto com a evolução das visitas e apropriação do patrimônio como algo que, além de possuir uma significação ou um valor de uso para parte dos seus habitantes e viajantes (certamente a alguns daqueles não vinculados aos chamados pacotes turísticos), acaba alcançado como valor para a produção e reprodução do capital associado às

rendas diferenciais e de monopólio. Mas é preciso observar que se trata de um processo: inicialmente, a categoria patrimônio em sua relação com o valor (e não com o valor de uso ao qual está atrelado o simbolismo ou a significação) não estava desenvolvida devido à quase inexistência de uma dinâmica produtiva via atividades turísticas e transações imobiliárias no momento da realidade socioespacial em questão. Faço referência ao final da década de 1930 quando Manuel Bandeira, ao escrever suas observações no formato de um guia da cidade, coloca que “Ouro Preto é a cidade que não mudou, e nisso reside o seu incomparável encanto”. Em seguida, o poeta apresenta o motivo para essa estagnação mantenedora do barroco: “[...] os prédios novos são exceção em Ouro Preto. Ela conservou, mercê de sua pobreza, uma admirável unidade” (BANDEIRA, 2000, p.34).

Bandeira refere-se ao fato de que a riqueza produzida na então Vila Rica do século XVIII cedeu espaço à pobreza, tanto pela forma como era produzida e distribuída como pelo declínio da atividade mineradora, ficando os monumentos religiosos, casarios e prédios públicos conservados por sua módica fluidez econômica. Iniciada no início do século XIX e acentuada com a mudança da capital em 1897 para Belo Horizonte, somente na década de 1950 tal processo muda de curso, primeiramente com a ativação da fábrica de alumínio canadense Alcan (atual Novelis)²⁴¹ e, algum tempo depois, como cidade-sede de uma universidade federal criada em 1969 e que integrou duas antigas escolas, a de Farmácia (de 1836) e a de Minas (de 1876).

As relações redimensionadas com a atuação da empresa e da instituição de ensino, além da constituição de unidades produtivas menores (de bens, mas principalmente de serviços) como suporte à população que, em 1960, retomou o número do momento de mudança da capital (SIMÃO, 2006), acabaram por reconfigurar as adjacências do antigo núcleo urbano descrito por Manuel Bandeira. Bairros estabelecidos conforme as necessidades de reprodução cotidiana dos sujeitos que se dirigiam a Ouro Preto com a intenção de encontrar meios de sobrevivência surgiram com a mais brutal falta de estruturação. Costa (2011, p.334) observa que a quase totalidade dos morros ocupados e mesmo as áreas um pouco menos

²⁴¹ Desde 2007 pertencente a Aditya Birla Group, com sede em Mumbai, Índia.

acidentadas, como o bairro Saramenha, são caracterizados pela “ausência de planejamento e controle urbanos [...], o que redundou em ocupações e assentamentos precários, de riscos geológicos, além de serem, em sua maioria, áreas com restrito acesso aos serviços urbanos [...]”. Contraditoriamente, nos poucos espaços onde a racionalidade do planejamento das formas está estampada, essa piorou a situação social conforme o crescimento populacional e ampliação do acesso ao crédito, pois mercado imobiliário e preços os fecham aos pobres, os quais são e tendem a ser confinados nos locais mais inapropriados a uma vida digna.

À época dos itinerários poéticos de Manuel Bandeira pela Ouro Preto pouco fluída em termos produtivos do patrimônio edificado, servindo este mais como simbolismo ou *valor de uso* para alguns do que propriamente às relações sociais que fazem de uma coisa *valor*, o movimento modernista já havia realizado uma viagem às antigas cidades mineiras (em 1924) com o intuito de colocar em voga uma identidade da arte genuinamente nacional, identificada por Mário de Andrade anos antes. Com isso, nasce a noção de “cidade histórica’ [como] uma criação da sociedade moderna do início do século XX, [sendo ela um] produto de uma necessidade de afirmação de ‘identidade pelo território’, na forja do Estado-nacional” (COSTA, 2011, p.129). Em 1933, Ouro Preto é enquadrada como Monumento Nacional pelo decreto-lei 22.928 e, em 1938, foi inscrita no Livro de Tombo das Belas Artes, um ano após a criação do órgão federal de preservação, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (SIMÃO, 2006).

Começava, naquele período das andanças de Manuel Bandeira (sendo ele próprio um modernista incentivador da visibilidade daquele patrimônio até então esquecido com a publicação do seu guia turístico), uma preocupação focada no conjunto urbanístico estabelecido no século XVIII, inicialmente por órgãos federais e estaduais e, posteriormente, pelo poder público local e organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a qual, em 1980, inclui Ouro Preto em sua listagem do patrimônio cultural da humanidade. O centro esplêndido impunha-se enquanto os “assentamentos precários” evidenciados por Costa (2011) se corporificavam como resultados não somente das novas dinâmicas das relações sociais produtivas ligadas inicialmente à

fábrica de alumínio, mas, também, ao foco das ações do Estado e instituições nacionais e internacionais nesse “centro histórico” ou no conjunto patrimonial com relevante apelo turístico: o desdém com o entorno se gestava paralelamente aos decretos, inscrições, apreciações, histórias e poesias.

Para o turismo e o mercado imobiliário, conforme já mencionado, o valor de uso, simbolismo ou significação é algo secundário em si, sendo que desconsiderar isso é passar ao largo das reais finalidades das relações entre os seres ou dar maior apreço às questões cognitivas (operacionais e ideais) enquanto se desconsidera as ontológicas. Dessa forma, a interação primordial do patrimônio mundial é com a categoria valor, independentemente de o seu valor de uso continuar a atender fantasias, sonhos românticos, boas e más lembranças. Conforme aponta Marx (2008, v.I, p.115):

Consideram-se meros símbolos os caracteres sociais adquiridos pelas coisas ou os caracteres materiais assumidos pelas qualificações sociais do trabalho na base de um determinado modo de produção, e, ao mesmo tempo se sustenta que eles são ficções arbitrárias sancionados pelo consentimento universal. Era esse o modo de proceder típico do iluminismo em voga no século XVIII, para eliminar, pelo menos transitoriamente, a aparência misteriosa das formas então enigmáticas das relações entre os homens, cuja origem não se podia ainda decifrar.

Sabe-se que o ideário iluminista com a célebre expressão *liberdade, igualdade e fraternidade*²⁴² não teve condições de se realizar em termos práticos, pois os movimentos revolucionários resultaram, sobretudo, na transferência dos privilégios de uma classe para outra, podendo a burguesia firmar o seu poder como representante do capital e, portanto, como classe que resguarda as relações sociais que possibilitam a sua existência e expansão. Tal ideário, baseado no “apelo a uma natureza desinteressada, à ciência e à razão, em oposição à religião, à tradição e à autoridade

²⁴² Mészáros (2007, p.186) nos lembra de que no curso histórico-social as ideias de “‘fraternidade’ e [...] ‘igualdade’ tinham de ser totalmente rejeitadas, frequentemente com indisfarçável desprezo, e a ‘liberdade’ reduzida ao frágil esqueleto do ‘direito democrático ao voto’”. Essa última, deve-se enfatizar, restringe-se pelo próprio poder da ideologia associada a governos democráticos e até aqueles que se dizem representantes da classe trabalhadora, como o PT no Brasil. Contudo, essa liberdade restrita pode se tornar ainda mais frágil quando as relações socioespaciais comandadas pelo capital se veem ameaçadas: “[...] como a história no século XX demonstra amplamente, mesmo as escassas medidas de igualdade formal são com frequência consideradas um luxo inacessível e anuladas sem cerimônia por práticas políticas corruptas e autoritárias, ou ainda por intervenções ditatoriais realizadas abertamente” (MÉSZÁROS, 2007, p.186).

política, simplesmente mascarava os interesses de poder a que essas nobres noções secretamente serviam” (EAGLETON, 1997, p.66). E isso se estende e se aprofunda nos dias de hoje: há uma ideologia que, ao enquadrar e divulgar a preservação do patrimônio enquanto valor de uso ou puro simbolismo acaba por conformar uma consciência falsa ou invertida, situando as boas ideias associadas ao empenho do Estado, da iniciativa privada e de filantropos como a saída para a *resolução* de contradições. Tais discursos e ações preservacionistas, sendo muitos deles com boas intenções e embasados em estudos pormenorizados, desconhecem ou negam as relações sempre e cada vez mais contraditórias das categorias valor (sobretudo valor-capital), rendas, patrimônio e turismo, bem como os expedientes que geram a magnitude da primeira (a exploração do trabalho) e a sua natureza (as relações humanas mediadas pela mercadoria).

Sendo assim, aos ideólogos que desconhecem os condicionalismos sociais reais, “a ideologia [...] relaciona-se com um vigoroso programa de engenharia social, que irá refazer nosso ambiente social, alterando assim nossas sensações e modificando, por conseguinte, nossas ideias” (EAGLETON, 1997, p.67). Dessa falsa consciência aproveitam-se algumas instituições que, por um lado e, nesse caso, visualizam o urbano somente nos limites do núcleo tombado e, por outro, buscam benefícios econômicos diretos e/ou indiretos via preservação e manutenção dos bens patrimoniais. E é justamente da associação dessas ideologias (inversão, formas fenomênicas e de grupos economicamente dominantes) que as obras de restauro e salvaguarda tornam-se realidade, bem como a instalação de mobiliário urbano, os paisagismos, os festivais, os cursos de bem receber e as sessões onerosas de instituições públicas a empresas mineradoras que têm, dentre suas estratégias mercadológicas, a “educação” patrimonial.

Costa (2011) explica essa dinâmica em Ouro Preto: no momento em que a cidade passa a constar na lista da UNESCO no início da década de 1980, as recomendações e conceitos de tal organização são absorvidos por organismos que ele denomina de “arquitetos do mundo” (COSTA, 2011, p.166) tal como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e os Estados Nacionais. Tais “arquitetos”

valem-se dos posicionamentos e ações anteriormente mencionados (estudos, propostas, ações educacionais) com o intuito de preservar e atribuir valor para a troca:

[...] simultaneamente à busca da proteção [pela UNESCO e seu comitê] caminham os agentes diretamente propulsores da 'patrimonialização global', aqui tratados como arquitetos do mundo [...]. Logo, graças à ciência, à tecnologia e à informação (que dão nova forma aos territórios e favorecem conexões mais longínquas que levam ao desenvolvimento das relações internacionais), além da difusão do conhecimento sobre os lugares especiais, que objetivam a preservação das singularidades, o processo de mundialização econômica subsidiada pelas agências multilaterais se apodera de tais singularidades (no caso o Patrimônio Mundial) e mesmo de discursos científicos para se auferir não apenas o lucro, mas a renda de monopólio nos lugares 'construídos' como especiais (COSTA, 2011, p.169).

O trato com os bens patrimoniais tem como referência uma série de recomendações de que são exemplos as cartas, compromissos e recomendações, sendo que as Normas de Quito (sobre as quais já se fez menção) em conjunto com a Carta de Veneza (de 1964) atrelam a conservação à utilidade do bem. As primeiras são mais explícitas em relação às diretrizes sugeridas no que se refere à atribuição não de uma simples finalidade, mas, em última instância, de um finalismo econômico a conjuntos arquitetônicos: observa-se que o item V das Normas de Quito pontua sete questões relativas à “valorização econômica dos monumentos”, enquanto o VII traz mais sete recomendações acerca dos “monumentos em função do turismo” (IPHAN, 2000, p.109-115 *passim*). Costa (2011, p.151) adverte que, tais documentos atrelados a uma listagem do patrimônio em todo o mundo e a atuação de gestores locais para adaptar os “centros históricos” de acordo com tais normativas, acabam servindo como chancela para “o processo simultâneo, relacional e contraditório de uma ‘preservação’ para a ‘mercantilização’ do patrimônio no Brasil [...], necessária à reprodução do capital nas ‘cidades históricas’ através do turismo”.

Um exemplo pontual dessa grande indústria patrimonial afinada com o turismo e os agentes imobiliários (2011) é o Programa Monumenta, no qual Ouro Preto está incluída. Trata-se de uma ação do governo federal que começa a ser gestada em 1995 no contexto do Plano Avança Brasil, sendo o contrato de financiamento com o BID

assinado em 1999. Segundo Costa (2011, p.268) do total de recursos para cada município participante (definidos pelo IPHAN), “70% [são] de aporte federal, aí incluídos os valores referentes ao Contrato de Empréstimo junto ao BID e 30% de contrapartida municipal ou estadual [...]”. A concretização do programa ocorreu pela associação estratégica entre a falta de direcionamentos de recursos do fundo público para o restauro e preservação de bens patrimoniais e pela disponibilidade de financiamento do BID, segundo a lógica de que o mercado constitui-se como o interventor mais apropriado. Deve-se esclarecer que o interesse do referido agente financiador na viabilidade econômica do patrimônio mundial se acentua com o financiamento para a recuperação do centro histórico de Quito, no Equador, após um terremoto em 1988, uma vez que tal conjunto de obras conferiu ao espaço uma nova dinâmica econômica com a participação do mercado imobiliário e de comerciantes voltados, sobretudo, aos fluxos turísticos (POZZER, 2011).

A partir daí, o BID passa a formular mecanismos de contrapartida para a concessão de financiamento que podem ser encontrados no Monumenta, os quais, em termos gerais, constituem-se na formulação de modelos “de políticas públicas que conciliem a conservação do patrimônio, a dinâmica econômica e os interesses imobiliários” (POZZER, 2011, p.53). Nesse sentido, o programa opera visando: 1) a preservação patrimonial necessariamente associada a sua utilidade econômica, sendo que a manutenção do conjunto deve passar a ser auto-sustentada por empreendimentos privados; 2) que se efetive a conscientização do “valor histórico” dos bens atrelada e somente possível pelos novos usos; 3) que as áreas de intervenção constituam-se em unidades harmônicas e de expressivo impacto visual, fomentando a movimentação de turistas. Costa (2011, p.269) aponta, ainda, que essa ação integrada buscada pelo programa com investimentos conjuntos (Estado, investidores privados, BID) focadas no patrimônio e acessos, “se refere mais à atuação de capitalistas e menos à ‘integração’ popular efetiva [...]”, fato que pode ser observado não somente em Ouro Preto, mas nas outras realidades alcançadas pelo BID.

É o caso do bairro Pelourinho e “centro histórico” de Salvador, também inscrito como patrimônio mundial pela UNESCO (1981) e que passou por uma verdadeira “limpeza” social chamada de “requalificação” (BARBOSA, 2001, p.90). Por meio da

restauração, inicialmente de cerca de 400 casarões, o intuito era viabilizá-los para o comércio mediante desapropriações seguidas de indenizações que mal possibilitaram o acesso dos então habitantes do pelourinho a um barraco na periferia de Salvador-BA. Citando uma reportagem do jornal Folha de São Paulo, de agosto de 1994, Barbosa (2001, p.90) expõe a quem serve o processo de cenarização com a afirmação da arquiteta Adriana Castro, ex-diretora do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. Segundo ela, o objetivo era “transformar um bairro decadente, habitado por desempregados, prostitutas e traficantes, numa região que conjugasse preservação histórica e valor imobiliário”.

Entende-se que a palavra revitalização, quando proclamada por órgãos como o IPHAN, o BID e agentes estaduais e municipais do patrimônio, geralmente é sinônimo de realidade socioespacial marcante e livre de conflitos sociais, a qual é um dos resultados do jogo de interações contraditórias que a fazem parecer um ambiente autêntico. A racionalidade para e pela questão econômica traduz-se na irracionalidade para com os sujeitos que se tornam empecilhos ou algo insalubre que deve ser eliminado, não importando a patologia dessa condição. E essa é a forma de promover a circulação de turistas e a produção associada a essa dinâmica. Pode-se afirmar, com isso, que o discurso e as ações preservacionistas associadas ao desempenho dos “arquitetos do mundo” (COSTA, 2011) invertem o entendimento dos sujeitos e os confinam nos circuitos valorizados como valores (e não como valores de uso de onde provém a substância que, no capitalismo, somente vale enquanto ente intercambiável), a partir de um referencial empírico que trata a história e a cultura como elementos estanques, ou, conforme colocam Marx e Engles (2007, p.65), “limita-se a nos oferecer a história das ideias, desconectada dos fatos e dos desenvolvimentos práticos que lhe servem de base [...]”. E essa é a contradição: o turismo histórico-cultural ante a mercadoria “patrimônio” acaba, em termos ideológicos superestruturais ou por uma ideologia *no* espaço turístico, invertendo e fracionando, podendo ser compreendido como prática que contribui cada vez mais com a alienação reificada na razão direta do desenvolvimento ou evolução do mercado turístico firmado na beleza dos cenários.

Tal fato em território mundial advém do que Marx e Engels (2007, p.87) chamam de “a grande indústria”, sendo que essa pode ser metamorfoseada aqui pelo

turismo e pela patrimonialização: “[ela], por meio da concorrência universal, obrigou todos os indivíduos ao retesamento extremo de suas energias. Destruiu, onde foi possível, a ideologia, a religião, a moral etc. e, onde logrou fazê-lo, transformou-as em uma mentira palpável”. Os atributos socioespaciais que ela não almejou incluir ou, ao menos, não alcançou a partir de algumas atividades como o turismo, a significação dos sujeitos ligada a categoria valor de uso, contraditoriamente, pode ter ficado somente na memória. Desligada ou desarticulada a relação valor de uso-valor e, daí, valor-capital e rendas, as belas edificações do século XIX que margeiam a estrada de ferro da Graciosa na Serra do Mar do Paraná ruíram; e o mesmo processo pode ser observado com o conjunto arquitetônico da Central do Brasil entre os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro e muitos outros casos, o que demonstra que a significação (subjativa) não pode fazer de um valor de uso, valor, fato que pode comprometer e compromete uma diversidade de objetividades humanas extremamente marcantes em relação a um tempo histórico e/ou a configuração de um espaço, enquanto requalifica outras.

A “totalidade urbana” de Ouro Preto como “totalidade-mundo” de que fala Costa (2011) significa a preocupação evidente com o patrimônio em escala local sob imperativos de instituições representativas do capital em escala mundial, preocupação essa que serve como mediação entre o turismo e a produção de valor e/ou obtenção de rendas. O segundo propósito não aparece em uma primeira averiguação ou fica difuso nessa ideologia invertida dos grandes projetos e das formas, mas é ele o ente primordial. Com isso, aos responsáveis pela existência do *valor a mais* inseridos também na dinâmica do patrimônio para e pelo turismo, o próprio posicionamento deles na estrutura de classe dos circuitos produtivos os relega aos morros com as formas de habitação mais precárias que, se não poderiam aparecer no guia do poeta na década de 1930 por questões empiricamente impossíveis de se registrar, hoje não aparecem devido aos holofotes no espetáculo patrimonial²⁴³. Para aqueles que têm condições de controlar tal produção e devem se empenhar na geração de excedentes como principio básico da acumulação para a concorrência, fica o “centro histórico” como limite geográfico em que as leis operam visando o cuidado e a proliferação dos

²⁴³ Como exemplo é possível citar o Guia Quatro Rodas publicado pela Editora Abril.

negócios, incluindo a história e a cultura como mercadorias situadas nos trajetos turísticos dos mais variados (gastronômico, religioso, cemiterial). Aos turistas ficam os encantos arquitetônicos e o esvaziamento das relações de produção e consumo em um “autêntico” espaço do século XVIII.

Em “A ideologia alemã”, Marx e Engels apresentam o que se pode considerar como a segunda noção de ideologia: trata-se do conjunto de ideias de classes sociais postos para explicar, fundamentar, defender e justificar suas posições e interesses. Por um lado, e tendo em vista o empenho para se resguardar as relações que fazem de uma classe a classe dominante, Marx e Engels (2007, p.71) explicam que “as ideias dominantes não são outra coisa a não ser a expressão ideal das relações materiais dominantes, as mesmas relações materiais dominantes concebidas como ideias”. No que se refere a essa classe e a teia de interações políticas e econômicas que estão perpassadas por suas conveniências, há de se considerar a atuação das frações de classe, as quais apresentam ou podem apresentar discordâncias e indisposições acerca das ideias gerais em certos momentos, mas essas tendem a arrefecer ou a desaparecer “tão logo surja qualquer colisão prática suscetível de pôr em perigo a classe em si” (MARX, ENGELS, 2007, p.72).

Por outro lado, as ideias que procuram ser esclarecedoras e, ao mesmo tempo, desmistificadoras, conformam uma ideologia que lida com: 1) o combate às expressões da ideologia dominante, o que inclui as verdades parciais e as inversões advindas dos “ideólogos conceptivos ativos da referida classe [...]” (MARX, ENGELS, 2007, p.71); 2) o devido posicionamento de tais ideais em uma estrutura de classes e em uma processualidade histórica e social, uma vez que, sendo as ideias dominantes aquelas que servem a um modo de dominação com especificidades próprias (o capitalismo), elas são postas para que sejam absorvidas por aqueles indivíduos que pertencem a outras classes como um ideal a ser alcançado, o qual poderia ser plenamente realizado pelo esforço pessoal ou pela subjetividade apoiada em si. Tal fato, levado a cabo por instrumentos diversos como os meios de comunicação de massa e a quase totalidade da educação formal, colabora para que os sujeitos não tenham consciência da classe à qual pertencem, mas os fazem portadores de um sistema de ideias relacionado à classe que almejam pertencer, sendo que esse

processo, ao mesmo tempo em que fomenta o desconhecimento acerca das relações que os posicionam como sujeitos de uma classe, instaura a competitividade (para o mercado e não para o desenvolvimento social) como fim último dos indivíduos e de suas objetivações; 3) a reinversão das ideias invertidas que até podem ser combativas frente às ideias dominantes mas, ao se prenderem a projetos pontuais e descolados da forma de produção material e imaterial da sociedade, acabam até mesmo servindo aos interesses das classes que detêm o poder econômico por não tocarem nos aspectos gerais e fundamentais desta dominação. Em relação a isso, já apontamos a exemplificação do turismo com bases locais e as suas conexões com as proposições mais gerais dos socialistas utópicos que embasaram o cooperativismo e o associativismo.

É preciso esclarecer que, tal como a classe dominante, as outras classes sociais são compostas por estratificações, como a “classe média superior” e a “classe média inferior” (HOBSEBAWM, 2010, p.19) e, daí, existem diferentes e conflitantes posicionamentos políticos e ideológicos a depender de sua condição e da sua consciência em relação a ela própria. Pode-se considerar que as diversas ideologias estabelecem vínculos mais ou menos aproximativos com as ideologias mais relevantes em termos de poder daqueles que, ou representam o trabalho, ou são representantes do capital; questões essas que acabam evidenciadas e potencializadas naqueles momentos da sociedade em que se intensificam os conflitos e as crises geradas pelas contradições entrelaçadas às tentativas constantes e sempre renovadas de expansão do capital, o que inclui: a minimização do trabalho necessário e a expansão do excedente, a eliminação do trabalho vivo, a necessidade de realização cada vez mais ampliada dos produtos e dos serviços e todos os processos daí decorrentes. Marx e Engels (1997, p.97) apontam que os dois entes constitutivos da dinâmica socioespacial (as relações sociais de produção e as forças produtivas) em seu movimento contraditório levado a cabo pelos pores teleológicos (incluindo as instituições) frente às causalidades, geraram uma classe “que está condenada a suportar todas as cargas da sociedade sem gozar de suas vantagens [o qual é o pressuposto fundamental para o nascimento de] uma consciência que, naturalmente, pode chegar a se formar também

entre as outras classes, se algumas delas contemplar a posição que aquela se acha colocada”.

Dessa forma, em algumas situações da estrutura socioprodutiva e segundo questões que não necessariamente excluem uma e outra, as classes sociais e suas estratificações podem: 1) absorver os ideais dos movimentos contestatórios em relação às ideias e encaminhamentos das classes dominantes e promover movimentações desde a raiz; 2) fazer da concepção ideológica dominante a sua própria percepção de mundo vislumbrando uma situação individual futura; 3) atuar como ente neutro que, por sua própria neutralidade, acaba contribuindo ou revigorando uma determinada estrutura de poder e a sua ideologia; 4) defender posicionamentos que se traduzem em uma ideologia sem bases concretas do ponto de vista contestatório real e, portanto, é impotente em termos práticos para promover transformações qualitativas; 5) se mover segundo uma ideologia da qual não conhece os fundamentos e defender pontos de vista que não conferem com as configurações de sua classe. Por isso, Ianni (2004, p.308) relata que “as mais diferentes correntes ideológicas [tais como] o africanismo [...], o ecologismo [...]; o neoliberalismo [...], o nazi-fascismo [...] e o socialismo são ideologias mais ou menos abrangentes, umas vigorosas, outras inconsistentes”.

Mas o fato a ser enfatizado é que o “aspecto prático e ativo da consciência de classe, sua essência verdadeira, só pode se tornar visível em sua forma autêntica quando o processo histórico exige imperiosamente a sua entrada em vigor, quando uma crise aguda da economia a leva à ação” (LUKÁCS, 2012a, p.127). Então, quando se fala em classe social, contempla-se o posicionamento dos sujeitos na estrutura produtiva e no conjunto das relações sociais e não conforme as suas possibilidades de consumo e/ou categorias profissionais. Por isso, já nas observações de 1844 nos Manuscritos de Paris, Marx (2010, p.79) relata “que no fim a diferença entre capitalista e o rentista fundiário desaparece, assim como entre o agricultor e o trabalhador em manufatura, e que, no final das contas, toda a sociedade tem de decompor-se nas duas classes dos proprietários e dos trabalhadores sem propriedade”. Tal exame pode

e deve envolver as diferenças relacionadas à genericidade humana no que se refere a etnia, sexo e expressão cultural.²⁴⁴

Convém mencionar, também, que a luta de classes não ocorre somente com o embate de ideias ou mesmo o conflito levado às últimas consequências, mas está embutida, por exemplo, nas concepções ideológicas que expressam e resguardam uma classe em um contrato de trabalho, na fragmentação planejada de um espaço para o trânsito e/ou permanência de turistas, nos conflitos para a criação de uma unidade de conservação. Ou seja, há uma ou mais ideologias no espaço turístico, sendo que, em termos gerais, existe uma relativa a um bloco dominante a depender do desenvolvimento da categoria valor com e no conjunto das ACT's, o qual, por sua vez, poderá gestar, despertar ou enfrentar uma contestatória que se posiciona conforme as interações das categorias trabalho, políticas públicas e consciência de classe.

Portanto, não se pode negar o papel das ideologias *nos* espaços alcançados pelo turismo. O receituário da Revista Exame para o Brasil melhorar os índices de circulação e estadia de turistas estrangeiros, elaborado a partir de “bons exemplos” de países e localidades, é emblemático: segundo matéria de Caixeta (2004, p.22-30 passim), a África do Sul traz como “lição para o Brasil” o fato de as “autoridades locais [evitarem] o contato do estrangeiro com a dura realidade local”; já a Austrália seria um bom exemplo para a gestão, pois “a administração do turismo não está entregue aos políticos, [sendo] gerida de forma empresarial, como deve ser”. Cingapura integra a lista devido à ação articulada de empresários, pois esses “lançaram uma campanha de marketing internacional agressiva [...]”, enquanto no México, “sem imposições

²⁴⁴ Em relação à discussão entre classe e diversidade de gênero (cor, etnia, orientação sexual), as lutas fragmentadas ou dissociadas da concepção de classe social podem cooperar com os ideias e ações das classes dominantes ao renegarem a concepção classista. Por outro lado, a integração de propósitos discutidos a partir da luta pela liberdade tem possibilidades de denunciar e desmistificar a ideologia dominante. Silva (2011, p.56) esclarece a questão: “do ângulo da análise e da luta em torno do reconhecimento da liberdade como valor ético central e das diferenças decorrentes da diversidade de gênero e sexual, sua vinculação à perspectiva classista permitiria o ataque simultâneo de todas as opressões, o que aponta para a radicalização da tomada de consciência da totalidade do processo de alienação e a articulação de todos os sujeitos sociais que resistem e lutam contra os processos de dominação-exploração, negando-se e ultrapassando-se abordagens fragmentárias”. Nesse sentido, se após a abolição da escravatura no Brasil os negros foram deixados à própria sorte e a discriminação racial é um vestígio marcante da subordinação imposta de uma raça sobre outra, o combate ao racismo passa pelo questionamento de uma estrutura social que fez dos escravos e da quase totalidade de suas gerações posteriores um grupo subordinado enquanto classe. Mas é preciso considerar que a discussão em torno dessa questão não é fácil, pois a ideologia dominante trata a liberdade como algo parcial quando desarticula estrategicamente o gênero da classe social e se apresenta como defensora de alguns ideais de grupos específicos como se os debates e propostas em torno somente do gênero representassem a verdadeira emancipação e libertação. Verifica-se isso, por exemplo, em novelas e propagandas ao se tratar de questões raciais descoladas da classe social.

governamentais, autoridades e iniciativa privada desenvolvem parcerias eficientes para incentivar o turismo”. Tais “lições” refletem o modo de ser da classe dominante, o qual pode e deve ser explicado por outra ideologia que, diferentemente, considera as interações contraditórias advindas da desigual divisão social e espacial dos resultados materiais e imateriais derivados da produção.

Muito embora não seja possível deixar de considerar que ao espaço que se quer turístico o ar de liberdade e de festividade, comentado por Lefebvre (2008), é uma das questões principais a serem incorporadas, alguns podem argumentar que existem duras realidades que acabam servindo como atributos a serviço de uma ideologia contestatória que se apropria do turismo como um instrumento, como seria o caso, por exemplo, das visitas às *townships*²⁴⁵ na República da África do Sul. Não deixando de ser uma forma de expor a ideologia do *Apartheid* que teve vigência legal por quase quarenta anos naquele país, uma vez absorvido como mercadoria por agências receptivas, o turismo não deixa de ser uma forma de alienação, posto que, enquanto empenha-se em envolver especificidades socioespaciais como valores e quanto mais esses conformam uma dinâmica produtiva, mais se desfaz a relação entre história, cultura, política, patrimônio e suas fundamentações sociais reais, as quais continuam a operar de outras e renovadas formas.

O fato é que a absorção dessas realidades como mercadorias reifica ou coisifica as relações humanas, seja pela inserção de situações onde o componente ideológico contestatório de certas condições adquire posição secundária diante da necessidade de venda de momentos a serem vivenciados por algumas horas ou dias; seja com a criação da falsa noção de que a filantropia do turista-social pode contribuir com mutações socioeconômicas e incitar a minimização de mazelas socioespaciais (posto que o sujeito-turista é um mero espectador e continuará sendo enquanto for “turista”). Mas tal reificação está atrelada, principalmente, pela aceitação de “nichos” (nos dizeres de Coriolano e Almeida) a serem introduzidos como entes comercializáveis, não importando que eles retratem a miserabilidade e toda a forma de vida que é eticamente inaceitável e, por si mesmos – devido ao tempo da visita ou do trabalho voluntário - não forneçam os elementos necessários a se questionar os seus

²⁴⁵ Trata-se dos espaços separados para a habitação daqueles trabalhadores que não eram brancos, geralmente situados nas periferias de vilas e cidades.

alicerces ou suas raízes sociais. Trata-se, no fim das contas, de uma ideologia contestatória que presta serviço à ideologia dominante quando a mercadoria passa a mediar tais vivências. Tal exemplificação introduz o assunto acerca da terceira noção de ideologia, mas essa segunda, sintetizada por Ellul (2012, p.260) como sendo “des théories élaborées de façon consciente par des hommes ou des groupes pour justifier leur situation”²⁴⁶, não pode ser perdida de vista, assim como a primeira.

Por fim, a terceira concepção contempla as outras duas, mas não somente isso. Se há uma imbricação delas como é possível verificar, deve-se reputar a primazia ontológica dessa última conforme será verificado, o que não significa atribuir menos importância à ideologia como inversão, parcialidade e conjunto de ideias mistificadoras e desmistificadoras associadas a grupos sociais e blocos de poder. Se analisada a sequência de elaboração acerca da crítica ao idealismo e ao materialismo mecânico efetivada por Marx e Engels em “A ideologia alemã” ou mesmo algumas questões que foram anteriormente mencionadas, como a tendência de formação de uma consciência de classe e os inevitáveis embates a ela relacionados, chega-se a uma questão central: apontar a ideologia como um conjunto de ideias responsáveis pela manutenção de relações convenientes a uma classe ou, contrariamente, a possibilidade de superação de tais interações por ideias contrárias, seria sobremaneira idealista.

Em relação à obra “A ideologia alemã”, convém retomar uma questão já tratada para fins dessa explanação; nela, verifica-se que Marx e Engels explicam a concepção materialista da história. Uma parte é intitulada “a ideologia em geral, e a alemã em particular”, sendo essa composta por dois sub-itens, um denominado “História” e o outro “Sobre a produção da consciência”, sendo que, de uma maneira geral, a abordagem trata do processo de formação da consciência atrelado à evolução das relações sociais com o fim de esclarecer os limites do idealismo e delimitar o alcance daquele materialismo que visualiza o ser humano como um “‘objeto sensível’ e não como ‘atividade sensível’ [ou seja], sem conceber os homens dentro de sua conexão social dada” (MARX, ENGELS, 2007, p.69).

²⁴⁶ “As teorias elaboradas de forma consciente por homens ou grupos a fim de justificar sua situação”.

Muito embora a ênfase dos autores recaia sobre a pura subjetividade, eles evidenciam que a consciência e, portanto, as ideologias, não determinam a vida prática real, mas o contrário é verdadeiro. Para que a palavra determinação não adquira significado de fatalismo, Marx e Engels (2007, p.70) explicam que o termo significa, dentre outras coisas, “gérmen” ou “influência ativa que a história anterior exerce sobre a que vem depois dela”, demonstrando que se a história é feita pelos grupos humanos, ela também somente pode ser alterada pelas condições estabelecidas que, ao mesmo tempo, são absorvidas pelos sujeitos sociais. Tal questão já foi exposta anteriormente, mas ela é essencial para demonstrar que há uma ideologia *dos* e não somente *nos* espaços alcançados pelo turismo: quando Marx e Engels defendem que “a classe que exerce o poder ‘objetal’ dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, [aquela que exerce o] poder ‘espiritual’ dominante”, eles fazem referência a tal “poder objetal” como a “expressão ideal das relações materiais dominantes, as mesmas relações materiais dominantes concebidas como ideias [...]”. O que se deve reter aqui é o fato de que se não houvesse relações materiais dominantes, tão pouco haveria ideias ou um conjunto de instituições de respaldo a elas, afinal, são as relações materiais dominantes que acabam formatadas como ideias e não o contrário.

Eagleton (1997, p.84) entende que em “A ideologia alemã”, Marx e Engels tratam a ideologia como uma “especulação idealista”, enquanto n’O Capital, Marx a situa “nas práticas materiais da sociedade” ao desenvolver sua análise sobre o caráter fetichista da mercadoria. No entanto, compreende-se que, já nessa obra de 1845-46, Marx e Engels apontam o efetivo poder da ideologia na vida social permeada e fluída pela mercadoria. Por isso, os autores colocam que “a eliminação [das] noções [idealistas e/ou materialistas mecânicas] da consciência dos homens, é obra das circunstâncias e não das deduções teóricas” (MARX, ENGELS, 2007, p.64) ou de ideologias. Tais circunstâncias são as condições de vida que precisam ser transformadas, sendo que o próprio conhecimento delas como pressuposto para a mudança passa pelo acirramento de tais condições:

São [as] condições de vida, com as quais as diferentes gerações se encontram ao nascer, que decidem, também, se as transformações revolucionárias que se repetem periodicamente na história serão ou não suficientemente fortes para derrubar a base de tudo aquilo que existe; e se não estão disponíveis estes elementos materiais de uma transformação revolucionária total [...] em nada contribuirá para fazer mudar a marcha 'prática' das coisas o fato de que a ideia desta transformação revolucionária já tenha sido proclamada centenas de vezes, conforme aliás demonstra a história do comunismo (MARX, ENGELS, 2007, p.62).

A segunda parte de “A ideologia alemã”, intitulada “A base real da ideologia”, contempla as relações sociais que geravam um “capital natural-primitivo” até aquele que advém da “grande indústria”, sendo esse último somente possível com a ascensão do mercado mundial e da forma de produção e concorrência capitalista nessa mesma escala, muito embora com maneiras de penetração e desdobramentos socioespaciais diferenciados, conforme verificado na análise das categorias trabalho e valor. Mas é das diferentes formas de propriedade que culmina na “propriedade privada pura”, a qual “já se despojou de todo aspecto de essência comunitária e já eliminou toda a influência do Estado sobre o desenvolvimento da propriedade” (MARX, ENGELS, 2007, p.89) e da organização do trabalho vinculada a ela, que surge e adéqua-se o Estado moderno, o direito e a propaganda dos atrativos turísticos de um país, por exemplo. Tais entes que ajudam na manutenção da sociedade civil serão metamorfoseados em função das relações estabelecidas para a produção de mercadorias.

Conforme mencionado, a ideologia que combate e é combatida pela ideologia dominante e/ou por ideologias representativas de grupos meramente reformistas que buscam uma coesão sem se aterem à base produtiva dinamizada pela relação capital *versus* trabalho, todas elas, são essenciais no que se refere à consciência e à inconsciência de classe. Ou seja, há de se considerar as ideologias e as condições que alicerçam a sociedade em um dado momento, averiguando o papel tanto daquelas postas para confirmar e resguardar o capital, como daquelas que expõem suas implicações em relação aos sujeitos que devem fazer de suas vidas momentos voltados para o trabalho abstrato e não do trabalho algo para que se possa viver. Mas a ideologia enquanto poder superestrutural carece sempre de algo essencial,

entendido não como a ligação mecânica entre *base* e *superestrutura*, da qual já se fez menção, mas as “correspondentes relações” em uma determinada forma social, tal como coloca Marx (2011, p.59) na introdução dos Manuscritos de 1857-58 referindo-se a essa dialética como “[...] uma iluminação universal em que todas as demais cores estão imersas e que as modifica em sua particularidade [ou como] um éter particular que determina o peso específico de toda existência que nele se manifesta”. Por isso, Marx e Engels (2007, p.102) declaram que “a transformação dos poderes pessoais (relações) em objetivos através da divisão do trabalho não pode ser supra-sumida ao se arrancar da própria cabeça a noção universal sobre elas [como um “tipo do turismo com o território” via planejamento como quer Kanfou], mas sim fazendo com que os indivíduos voltem a subsumir a seu mando estes poderes objetivos [...]”.

Não é por outro motivo que Eagleton (1997, p.43) denuncia a existência de um “idealismo de esquerda”, o qual “exagera a importância da cultura e da ideologia na manutenção do poder político”. Com isso, pretende-se enfatizar que as tentativas sempre renovadas de se manter um mínimo de nexos sociais dependem da base produtiva e, também, das possibilidades de acesso a elementos materiais e imateriais que mantenham os “novos proletários” (ABDELNOUR, 2012) em uma situação de certo convívio pacífico ante às desigualdades inerentes à forma social capitalista e às quais estão submetidos enquanto classe. As políticas de bem estar social nos poucos países em que o capital abriu certas concessões estratégicas servem como exemplo da relação firmada a partir dos movimentos da base produtiva, demonstrando que “[...] um telespectador dopado não tardará em participar de um piquete se o seu salário estiver ameaçado, ou em tornar-se politicamente ativo se o governo decidir [...] passar uma rodovia em seu quintal” (EAGLETON, 1997, p.48).

Mas, o que seria o fetiche da mercadoria como ideologia que ludibria os seres sociais em suas reais condições e a partir deles mesmos? E como o poder das coisas pode superar o poder dos sujeitos sociais? É n’O Capital que Marx irá empreender o detalhamento do fetichismo, demonstrando que a ideologia “não é mais primariamente uma questão de consciência, mas está ancorada nas operações econômicas cotidianas do sistema capitalista” (EAGLETON, 1997, p.83). E essa é a terceira noção de ideologia assim colocada por Ellul (2012, p.258): “[...] la production des idées, la

représentation du monde extérieur dans un corps social, ne sont pas produites par un mécanisme abstrait ou intellectuel, mais sont liées à l'activité pratique [...]"²⁴⁷.

Uma reflexão a respeito da ideologia *do* espaço tornado turístico e, portanto, enquanto componente da atividade econômica-prática, precisa começar tendo por base referencial a categoria alienação, sobre a qual se fez alusão na exemplificação do turismo nas *townships*: nos Manuscritos de Paris, Marx relata que “a economia nacional” não explica de onde provém a propriedade privada tratando-a como uma forma natural que sempre regulou as relações humanas. Já se apontou que tal forma de propriedade é um componente resultante do domínio do trabalho por um terceiro, ou seja, uma relação entre sujeitos que, não gerando de imediato essa forma tal como se conhece hoje, consiste em uma prática viável desde que exista a produção de excedentes e que a exploração de um indivíduo em relação a outro se amplie em função deles. Portanto, a propriedade privada tem seu gérmen na apropriação dos resultados do trabalho, sendo “ela a expressão mais crassa da submissão do indivíduo à divisão do trabalho, a uma determinada atividade que lhe é imposta [...]" (MARX, ENGELS, 2007, p.76).

Mas há diferenças substanciais das intenções e, portanto, dos processos em que um sujeito ou grupo subjuga o outro, tal como exposto quando se abordou o trabalho escravo na Grécia antiga que tinha como finalidade o tempo livre dos cidadãos e não o lucro. Deve-se considerar, também, que as variadas formas de propriedade (comunal, feudal) coexistiram e culminaram em escala ampliada na forma privada somente com o alargamento da troca e da divisão classista do trabalho. Mas importa retomar aqui que o domínio da atividade laborativa ou do que é material e/ou imaterialmente objetivado faz do elemento resultante algo estranho ao próprio trabalhador ao não lhe pertencer, sendo que esse estranhamento alcança e envolve as relações sociais que posicionam os sujeitos-produtores perante aqueles que usufruem dos resultados dessa produção. O trabalho empreendido para a fruição de outros e, portanto, que não está posto em função do desenvolvimento humano, torna-se somente um “meio [...] da existência individual” (MARX, 2010, p.85) e não um fim em conformidade com as necessidades e possibilidades de desfrute coletivo, ou é

²⁴⁷ “[...] a produção das ideias, a representação do mundo exterior em um corpo social, não são produzidos por um mecanismo abstrato ou intelectual, mas são ligadas à atividade prática [...]”.

meramente um fim para o objeto. Resulta disso “o estranhamento do homem pelo próprio homem” (MARX, 2010, p.86).

Esse estranhamento em relação aos processos, produtos e relações humanas pode ser compreendido como alienação, ou, conforme esclarece Netto (1981, p.74), essa “desenvolve-se quando os agentes sociais particulares não conseguem discernir e reconhecer nas formas sociais o conteúdo e o efeito de sua ação e intervenção; assim, aquelas formas e [...] a sua própria motivação à ação aparecem-lhes como alheias e estranhas”. Sujeitos alienados são, portanto, indivíduos que não compreendem os alicerces ou as raízes sócio-históricas que determinam o seu papel na sociedade, bem como se movem a partir de referenciais fenomênicos ou sensíveis ao toque.

Netto (1981, p.75) salienta que a alienação de que Marx trata nos Manuscritos de Paris “tem todas as possibilidades de se afirmar e desenvolver sem colar-se ou cristalizar-se em coisas”, pois as mercadorias, anteriormente à inscrição do capitalismo como “história universal” (MARX, ENGELS, 2007, p.87), não embasavam as relações entre os seres, ou seja, a quase inexistência da diferenciação entre o sujeito-produtor e sua vida pessoal ligada a tradições e costumes pela forma como produziam e comercializavam, ainda não propiciava condições para essa separação. Na alta e em parte da baixa Idade Média, por exemplo, os trabalhadores estavam submetidos a relações de obediência e subordinação frente a um poder atribuído por Deus à nobres e clérigos, e mesmo aos poderes naturais; sendo que “as relações sociais entre as pessoas na realização de seus trabalhos [revelavam-se] como suas próprias relações pessoais, não se dissimulando em relações entre coisas, entre os produtos do trabalho” (MARX, 2008, v.I, p.99). Mas, havendo domínio ou subordinação, havia alienação.

Já o capitalismo avança “como a [forma] mais pronunciadamente social do desenvolvimento das sociedades de classes [...]” (LUKÁCS, 2010, p.116), no sentido de que as relações entre os sujeitos não deixam de ser interações laborativas em prol de outros, mas são movidas agora pela troca ou estão subordinadas ao poder das coisas, momento em que o conhecimento científico passa a revelar as manifestações e dinâmicas da natureza ou aqueles poderes ocultos que nem por isso deixam de habitar

e se manifestar na mente dos sujeitos. Conforme já mencionado em capítulo precedente, o fato é que esse processo efetiva o rompimento dos vínculos que uniam as individualidades laborativas com as pessoais determinadas pelo nascimento, as quais impediam que um servo se tornasse nobre ou um nobre decaísse à condição de servo. Conforme salienta Marx (2011, p.411), “a apropriação da ‘vontade’ alheia é pressuposto da relação de dominação”: se, no passado, a dominação era pessoal entre, por exemplo, o senhor e o servo, no capitalismo ela é objetual, ou seja, o sujeito perante o valor. Dada essa materialidade prática, estão postas todas as condições para que a alienação se acentue, sendo que Marx irá especificá-la no capitalismo como o “fetiche da mercadoria”, sendo essa um ente que se situa na base, ou seja, é inerente à produção de mercadorias.

Nos Manuscritos de Paris, Marx “não agarra a especificidade dos processos que se desenrolam na sociedade burguesa constituída e [portanto] não distingue ‘reificação’ [...] de alienação ‘tout court’, não discrimina uma espécie do gênero” (NETTO, 1981, p.75). É somente com as análises posteriores acerca da constituição dos sujeitos sociais em conformidade com a organização do trabalho no modo de produção capitalista, bem como pela explicitação das gritantes diferenças dessa forma social em relação às passadas, que Marx terá condições de explicar tal “espécie” de alienação ou o fetichismo que se traduz em relações reificadas. Algumas questões que podem ser percebidas e sentidas no dia a dia por afetar a todos, mas nem por isso são compreendidas em suas operacionalidades sociais, precisam ser destacadas ao se focar o “fetiche da mercadoria”, o que envolve o poder dos produtos sobre os produtores e a forma social vigente construída historicamente e não como algo natural, questões essas levantadas anteriormente e que serão agora especificadas.

Iniciando pela última, já se apontou que para o capitalismo se firmar não bastava a circulação de mercadorias e de dinheiro, mas era imperativo que existisse o trabalhador livre e desprovido dos meios de produção, sendo esse sujeito mantido por si a partir de uma relação de troca desproporcional entre o que produz e o que ganha. Os resultados do seu trabalho são os meios para a sua reprodução obviamente, mas o acesso a eles somente é possível por meio da compra. Se já havia um capital primitivo advindo das atividades mercantis e usurárias, esses se tornam o pressuposto para o

capital emergir com todas as suas forças a partir do trabalhador livre e da propriedade privada, ou seja, é dessa relação social que se conforma o capitalismo:

Se observarmos o dinheiro, verificaremos que pressupõe certo estágio da troca de mercadorias [...]. Com o capital é diferente. Suas condições históricas de existência não se concretizam ainda por haver circulação de mercadorias e de dinheiro. Só aparece o capital quando o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre no mercado vendendo sua força de trabalho, e esta única condição histórica determina um período da História da humanidade. O capital anuncia, desde o início, uma nova época no processo de produção social (MARX, 2008, v.I, p.200).

A análise realizada a respeito da produção do valor-capital com e no turismo detalha esse processo e situa tal categoria conforme o seu desenvolvimento, contudo, importa salientar aqui que tais relações sociais são recentes, tal como pode ser verificado quando se tratou das peculiaridades socioprodutivas no período denominado por Hobsbawn (2010) de “A era das revoluções” entre 1789 e 1848. Convém somente alguns detalhamentos: muito embora a agitação de alguns mercados no século XVIII fosse significativa e a acumulação por espoliação já tinha dado os seus frutos para os países europeus de vanguarda, sobretudo a Inglaterra, é nesse momento da sociedade que o capital gerado na atividade laborativa começava a operar com a revolução industrial e com o fenômeno da urbanização. Por meio de um pouco de estudo de história permeada e somente possível de se constituir como história pelas relações sociais de produção ou aquelas bases necessárias para que os sujeitos possam viver, torna-se claro que o capitalismo como forma social dominante é gestado a partir de certas causalidades socioespaciais que constituem o combustível para mudanças desde a raiz, o que envolve “uma política engatada ao lucro” (HOBSBAWM, 2010, p.64), no caso da Inglaterra, e a figura ativa de indivíduos revolucionários, no caso da França.

Ou seja, tais movimentos ocorreram sob influência direta e indireta da dinâmica econômica inglesa, mas também do parasitismo relutante da nobreza francesa ante as ideias liberais que somente encontraram campo prático com a supressão do *Ancien Regime*. Do ponto de vista geográfico é a partir da Europa ocidental e dos Estados Unidos que tal modo de produção toma forma e passa a

exercer controle e/ou a desarticular e a verter para a sua lógica territórios pautados por dinâmicas produtivas diferenciadas. E a mutação de leis, políticas e costumes acompanha o vigor socioprodutivo daquele capital mais desenvolvido que dali surgia: “na Inglaterra, quando deixaram de queimar feiticeiras, começaram a enforcar falsificadores de bilhetes de banco” (MARX, 2001, v.II, p.869).

A primeira questão a ser ressaltada é que somente o capitalismo possui as efetivas condições para que os valores de uso sejam largamente tragados como mercadorias. Obviamente que mercadorias e dinheiro circulavam entre os fenícios, os gregos, os romanos, mas desconsiderando aqui as díspares características de cada uma dessas sociedades, o fato é que o valor para a troca não penetrava inteiramente as transações e relações sociais. Observa-se, no caso das comunidades escravas, por exemplo, que “o dinheiro e a troca que o condiciona não aparecem ou aparecem muito pouco no interior das comunidades singulares, mas em suas fronteiras, no intercâmbio com outras comunidades [...]” (MARX, 2011, p.56). Se havia aí o papel do dinheiro entre sociedades diferentes, mas não em seu interior, as relações de troca quando passam a mediar o convívio entre os seus membros empreendem substantivas mudanças, pois elas requerem uma divisão do trabalho mais desenvolvida e abrem campo para que produtos sejam feitos ou serviços sejam prestados para satisfazer a necessidade de ampliação do dinheiro. Quando o valor para a troca alcança o valor de uso e o domina, não mais pelo e para o dinheiro, mas pelo e para o capital com o trabalho em excesso, está posta a condição essencial para que a mercadoria permeie as relações sociais. Enquanto valores de uso, nada há de oculto nos produtos do trabalho. Enquanto trabalho qualitativo ou concreto e, portanto, como atividade associada para o bem comum, também não há qualquer mistério no trabalho. Diz Marx (2008, v.I, p.94):

[...] a forma mercadoria e a relação de valor entre os produtos do trabalho, a qual caracteriza essa forma, nada têm a ver com a natureza física desses produtos nem com as relações materiais dela decorrentes. Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Chamo a isso de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção de mercadorias.

Feita novamente a menção de que o capitalismo é uma construção social facilmente discernível de outros momentos gerais da organização socioprodutiva, a segunda questão relaciona-se ao controle dos produtos ou a essa imposição fantasmagórica em relação aos produtores. Do nascimento até a morte, os sujeitos se deparam com os resultados de suas próprias atividades como algo que possui leis próprias, manifestadamente pela necessidade de reprodução das coisas por si mesmas e de relações que configurem o capital. A tais interações todos e todas se enquadram para poder se manter e os questionamentos que tendem a se levantar contra essas relações estranhas é desqualificado por uma ideologia que o situa como relação eterna e universal: “[...] a propriedade sobre o trabalho objetivado [...] é reconhecida como relação jurídica, como condição universal da produção e [posto] como expressão da vontade universal” (MARX, 2011, p.424), naturalizando algo que é social.

Mesmo que os sujeitos, do ponto de vista individual, venham a conhecer os fundamentos dessa condição e da razão de ser dos produtos do trabalho, por si mesmos ou pelo modo em que estão inseridos como representantes do trabalho ou mesmo do capital, eles não podem alterá-las. O papel *social* e não o *pessoal* referente aos dois representantes citados é o que deve ser considerado aqui: de nada adianta o capitalista ter total consciência de que a falta de equivalência entre o trabalho total e a remuneração do seu empregado é uma injustiça se dela ele depende para continuar a personificar o capital. Em se tratando do produtor-direto, a consciência individual é impotente sem as circunstâncias objetivas e a consciência de classe tal como verificamos com o “cortês trabalhador”, mas, mesmo que essa consciência seja concreta, isso não o isenta da relação objetual de compra e venda em seu cotidiano. De uma forma geral, o trabalhador atrelado à universalização de relações reificadas faz com que a ele seja “permitido ter tanto para que queira viver, e [ao mesmo tempo, seja] permitido querer viver para ter” (MARX, 2010, p.142).

Verifica-se que a inovação tecnológica posta essencialmente pela competitividade entre empresas e nações em um sentido macro e dependente do desenvolvimento científico é um fato que envolve uma questão de manutenção e busca incessante pelo poder econômico e político em variados setores. Mas trata-se

de uma concretização somente possível pelo trabalho social. O fato é que estando as forças produtivas sob o comando do capital, o qual não pode sobreviver se não se empenhar em diminuir a parte do trabalho necessário ou mesmo eliminá-lo em um lugar para se criar em outro sob condições mais vantajosas, são os próprios sujeitos sociais que criam os elementos que irão liquidar suas atividades laborativas e, portanto, conforme coloca Eagleton (1997, p.100), “o capitalismo sobrevive apenas por um desenvolvimento incansável das forças produtivas”. Os serviços e, nesse contexto, o turismo, que desponta como setor econômico ou “indústria mundial” em meados do século XX em diversas realidades, é uma das consequências do capital para absorver contingentes e aproveitá-los em frentes de trabalho que particularizam o capital daí advindo.

Em relação a esse poder objetual, uma exemplificação pontual: o turismo de eventos e entretenimento não foi apenas o resultado de uma boa ideia que se viu frustrada pouco tempo depois em Flint, Michigan, EUA, mas foi a condição material criada pela General Motors, em meados da década de 1980, ao transladar sua montadora para o México e demitir cerca de trinta mil funcionários em uma única cidade, situação essa efetivada pela imposição de ascensão do capital (ou a sua própria natureza) a partir das condições mais apropriadas para a extração de valor a mais no país vizinho²⁴⁸. Ocorre que a referida montadora jamais poderia ter sido implantada e operacionalizada somente com a presença e atuação de meia dúzia de diretores. O trabalho social que a gerou a partir de uma massa de mais-valia acumulada e que buscava valorizar-se, criou o capital que ali operou enquanto tal atividade produtiva o atendeu, sendo que essa mesma criação foi quem minou a possibilidade de trabalho dos sujeitos sem que eles nada pudessem fazer: o produto volta-se contra o produtor.

Conforme aponta Eagleton (1997, p.82): “os homens e as mulheres fazem produtos que depois escapam a seu controle e determinam suas condições de existência. Uma flutuação na bolsa de valores pode significar desemprego para milhares”. O que toma a frente é a relação entre coisas quando as interações humanas são determinadas e condicionadas pelos produtos do trabalho, sendo que, uma vez

²⁴⁸ Acerca de Flint, ver documentário de Michael Moore intitulado “Roger e Eu” (1989).

que as mercadorias (materiais e imateriais) escapam pelos dedos dos produtores, essa força deixa de ser reconhecida como resultado de circunstâncias atreladas a projetos humanos. Por isso, Marx (2008, v.I, p.102) relata que no capitalismo “o processo de produção domina o homem, e não o homem o processo de produção”. A naturalização das relações sociais capitalistas associada a universalização desse modo de produção que, para a mente reificada, sempre existiu, faz com que os sujeitos pensem e ajam sem conhecer de onde vem e para onde vão. Circunscritos a um poder objetal, têm suas existências a ele justificadas e, por isso, cada vez mais individualizadas.

Nesse sentido, tal forma de organização social, por ela mesma e com as devidas e necessárias associações com a ideologia dominante (incluindo aí as planificações possíveis vindas de cima para baixo) é mantenedora das ideias que circulam e se aprofundam “cientificamente” nessas leis possíveis, “naturais” e “eternas”. Tais ideias, ao não se aterem ao fenômeno da reificação, ou seja, de que ela é entrelaçada, agarrada ou embrenhada à produção de mercadorias para a ascensão direta e/ou indireta do capital, acabam restritas a uma circularidade descritiva que tem começo nas formas aparentes, alcançam o céu pela subjetividade e retornam à terra acentuando ou deixando as dinâmicas coisificadas em sua livre marcha.

Uma frase popular que é repetida por muitos grupos sociais serve de exemplo da reificação: o dinheiro faz o dinheiro. Ela desconsidera que o trabalho social se impõe entre o dinheiro inicialmente investido para se conseguir mais dinheiro (o dinheiro que é capital) e, quando tal atividade gera acessórios (os quais também podem ser o ponto de partida), como, por exemplo, o dinheiro que produz juros, os ganhos provenientes de rendas ou do capital financeiro, esses são vistos como resultados do empenho individual, mas nunca de interações sociais: “para a economia vulgar, que quer representar o capital como fonte autônoma e de criação do valor, essa forma [D-D⁺] é naturalmente abençoada, pois nela a fonte do juro não é mais reconhecida, nela o resultado do processo capitalista de produção [...] adquire uma existência autônoma” (LUKÁCS, 2012^a, p.213). Se isso já foi relatado quando se abordou as formas de renda, vale ressaltar que tal noção desempenha importante papel para “praxis fetichizada” (KOSIK, 1976, p.15) do dia a dia.

Já foi apontado também que o capitalismo somente pode se manter com novas e outras forças produtivas e, no caso do turismo, ele depende de realidades socioespaciais e de seus atributos concretos. O desfrute de uma praia, o terreno aprazível em uma montanha utilizado para um acampamento, os desejos de ir e vir e de se conhecer novos lugares, culturas e histórias, o prazer de uma noite confortável e de um transporte seguro, a significação de uma cidade e do seu patrimônio para os sujeitos que a vivenciaram ou a vivenciam, tudo isso, enquanto valores de uso, nada têm de misterioso. E o trabalho encarado como fim para as necessidades próprias e do outro (e não como fim para o capital), situado, nesse caso, como expressão da hospitalidade que se faz presente no contato que enriquece a experiência humana, também não carrega nenhum elemento que foge à compreensão. Mas, a absorção de particularidades socioespaciais como mercadorias e, essencialmente, o trabalho como tal, tende a impedir essa relação humana direta de uma forma dupla: as objetividades e os recursos da natureza assim compreendidos e os sujeitos que passam a se mover e são movidos por elas associam-se de forma coisificada, onde as primeiras somente são consideradas em sua significação histórica, cultural ou essencial à vida quando se tornam “veículos materiais [e imateriais]” (MARX, 2008, v.I, p.58) para a troca. Paralelamente, os sujeitos que incorporam valor a valores de uso através do trabalho no turismo movem-se por uma ideologia que se origina de sua própria atividade produtiva reificada.

Ouriques (2005, p.52) aponta que o espetáculo ou a sociedade do *parecer* de que fala Guy Debord (1997) é “o fetichismo da mercadoria potencializado”. Compreendemos que o espetáculo é funcional e essencial ao fetiche enquanto expediente ideológico superestrutural, mas a reificação mesma, conforme apontado, é uma dimensão que está presa às relações sociais de produção enquanto essas forem postas em prol da acumulação privada sem fim, ou seja, da mercadoria. As exemplificações levantadas por Ouriques acerca do turismo em assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Desempregados do Rio Grande do Sul, em comunidades da Índia e nas favelas do Rio de Janeiro, ou mesmo a menção feita em relação ao turismo nas *townships*, significam a tentativa de populações se inserirem de alguma forma na produção com o intuito de serem assimiladas por um mercado

turístico, incluindo aí agências, promotores de eventos, alojamentos, empresas de transporte. A possível assimilação de realidades específicas como valores ou como unidades a serviço da “grande indústria do turismo” irá fatalmente posicioná-las como “organização capitalista [a qual] impinge-lhe os seus ritmos [e] introduz com a sua lógica implacável o relógio-de-ponto e os seus padrões [...]” (NETTO, 1981, p.82).

No caso das comunidades do *Apartheid*, conforme ressaltado, havendo controle sobre o que será feito, há alienação. E havendo todo um conjunto de atividades pelo e para o valor se realizar, há reificação. Ouro Preto e as suas especificidades patrimoniais harmônicas, citada como exemplo de expressão de uma ideologia que associa inversão e ilusão, possui toda uma instrumentalização do turismo já reificada em termos gerais, sendo as formas de ideologia superestrutural os apêndices de todo um aparato socialmente operacionalizado para a chamada hospitalidade produtiva. Isso porque, tal localidade como patrimônio mundial da humanidade associado não propriamente à preservação, mas esta como componente imprescindível do turismo e do mercado imobiliário, está inserida em uma “[...] forma mercantil como forma universal, [sendo que] mesmo quando considerada por si, exhibe uma imagem diferente do que como fenômeno particular, isolado e não dominante” (LUKÁCS, 2012a, p.196, 197).

Haja vista que cada espaço tem a sua configuração, mas o turismo, em termos gerais, é algo universal quando posto como mediação para a produção e reprodução do capital, essa atividade tende a promover relações laborativas-produtivas que se impõem a depender de atributos comercializáveis, tal como mencionado diversas vezes. É possível que alguém leia Eduardo Galeano e vá passear em Ouro Preto podendo fazer uma análise diferenciada dos guias turísticos ao estabelecer conexões reais; assim como, uma visita às unidades de conservação na Ilha do Mel tem sentido muito diferente quando se lê Antônio Carlos Diegues, ao invés de participar daquelas dinâmicas de grupos fragmentadas e pontuais que alguns chamam de “educação ambiental”. Contudo, o individual somente é parâmetro para a análise socioespacial quando se situa em práticas amplas, as quais jamais podem estar desvinculadas da averiguação acerca da categoria valor e do fato de que a produção é a produção capitalista e independe, do ponto de vista individual e não da classe social, daqueles

consumidores mais conscientes. Eliminar isso do campo analítico é alimentar a ilusão de que pode haver um “turismo com o território” no sentido de compreensão da totalidade por tipos ideais weberianos de turismo e de planificação do espaço (o turismo histórico, ecológico, etc). Esse somente conformaria uma prática social para si mesma quando considerada como valor de uso, o que seria possível em uma realidade social particularizada por não inscrever a riqueza como propriedade privada e, portanto, onde os resultados do trabalho também seriam socializados. Ou seja: um espaço que se corporifica tão somente como esperança (valendo-se das palavras utilizadas por Harvey) por ultrapassar o tempo presente ou a “pré-história” da humanidade (MARX).

Com isso, tenta-se apontar uma resposta sempre provisória à questão colocada em relação ao poder da ideologia e de onde ela efetivamente provém: a atividade de trabalho, na qual e perante a qual não se percebe as relações sócio-humanas que operam para que algo possa ser desfrutado, não pelo desfrute, mas pelo objeto, constitui a relação capital *versus* trabalho. Considerar a ideologia dominante ou aquela combativa na dimensão superestrutural é tarefa primordial, mesmo porque essa última pode lançar luz em tal interação, incluindo aí 1) o “espetáculo” que condiz com a ideologia *nos* espaços turísticos; e 2) a naturalização do capitalismo universalizado que faz parte da “investida desistoricizante” de que fala Eagleton (1997, p.62) e que corresponde àquela ideologia que “congela a história [...] apresentando-a como espontânea, inevitável e, assim, inalterável”.

Mas essa compreensão não irá possibilitar um “turismo no território” sem suprimir a relação capital *versus* trabalho naquelas realidades em que tal interação já dá os seus frutos objetivos. A ideologia que emana *do* espaço tornado turístico por novas frentes lançadas por capitais em busca de lucros e/ou rendas e a possível desarticulação de lógicas produtivas mais simplificadas, que até podem persistir e atender a “grande indústria do turismo”, somente pode ser enfrentada ou suprimida por outra organização socioprodutiva. Enquanto isso, o turismo pode ser compreendido como um importante mecanismo de alienação e reificação, tanto pela pelas formas socioespaciais como pela produção. Mas o Estado exerce papel proeminente em todos os processos apontados, cabendo ainda alguns pormenores a seu respeito.

3.5. O ESTADO

Se o espaço é ocupado de forma indevida, é porque faltaram políticas públicas adequadas na área da construção civil, faltou um plano-diretor ou faltaram fiscalização dos órgãos do Estado e meios para fazer cumprir as leis [...]. Se o turismo gera subempregos, é porque falta uma política trabalhista adequada (BARRETO; BURGOS; FRENKEL, 2003, p.35).

Não é bem assim que o Estado opera, tampouco as ações que emanam dessa estrutura em um ambiente “democrático” podem ser compreendidas como alternativas para a resolução ou enfretamento de inúmeras questões inerentes à sociedade de classes. Para além dos posicionamentos que o situam, por um lado, como uma instituição mais ou menos reguladora da natureza anárquica do mercado em todos os espaços e momentos históricos e, por outro, como ente a serviço da classe dominante ou frações dela, o Estado é, antes de tudo, “um derivado necessário da própria reprodução capitalista [...]. Sendo estranho a cada burguês e a cada trabalhador explorado, individualmente tomados, é, ao mesmo tempo, elemento necessário de sua constituição e da reprodução de suas relações sociais” (MASCARO, 2013, p.19).

Dessa forma, ele não é simplesmente um mecanismo de resguardo dos interesses de um grupo específico da burguesia ou de onde políticas a favor da classe trabalhadora podem ser colocadas em prática. Deve-se observar que a categoria Estado está mediada pela categoria valor: “o aparato estatal é a garantia da mercadoria, da propriedade privada e dos vínculos jurídicos de exploração que jungem o capital e o trabalho” (MASCARO, 2013, p.18). Se tais questões já foram de certa forma apresentadas, cabem ainda alguns detalhamentos, mesmo porque, no campo do turismo, o “bom planejamento participativo” advindo das instituições estatais é colocado por muitos dos seus porta-vozes acadêmicos (o saber dominante) e integrantes da burocracia, tanto como algo anterior às categorias constitutivas do espaço (dando-se prioridade ontológica à razão e não às relações sociais de produção), como também um dispositivo de salvação, em uma total inobservância à economia política capitalista. A citação de Barreto, Burgos e Frenkel, anteriormente apresentada, expressa bem essa questão.

Em sua pesquisa sobre políticas públicas, Frey (2000, p.216, 217) aponta que os estudos concernentes às políticas devem abarcar as seguintes dimensões, as quais “são entrelaçadas e se influenciam mutuamente”: 1) a dimensão institucional (*polity*), envolvendo a estrutura política-administrativa; 2) a que contempla os processos políticos (*politics*) e compreende as deliberações acerca de meios e fins das políticas; e 3) a que se refere aos conteúdos das políticas (*policy*) e expressa o perfil de um governo por suas ações concretas nos mais variados campos em que o Estado atua. Ao tratar de tais elementos, o autor faz referência à abordagem da “*Policy Analysis*”, a qual tem como objetivo desvendar questões em relação aos encaminhamentos estatais a partir das relações entre atores e estruturas burocráticas envolvidos na formulação, estruturação e implementação de políticas. As dimensões apontadas seriam aquelas a serem consideradas em pesquisas sobre a atuação do Estado, contudo, Frey (2000, p.220) salienta que essas seriam insuficientes para uma investigação aprofundada, uma vez que muitos dos “estudos tradicionais sobre políticas públicas - baseados em métodos quantitativos - frequentemente são forçados a se limitar a um número reduzido de variáveis explicativas”.

Com o intuito de verificar as possibilidades e as limitações das pesquisas que consideram as dimensões apontadas, Frey (2000, p.215) reconhece que “as peculiaridades socioeconômicas e políticas das sociedades em desenvolvimento não podem ser tratadas apenas como fatores específicos de ‘*polity*’ e ‘*politics*’” justamente pelas particularidades socioespaciais de cada país e, também, que “as disputas políticas e as relações das forças de poder sempre deixarão suas marcas nos programas e projetos desenvolvidos e implementados” (2000, p.219). No entanto, ao relatar essas fragilidades, o autor situa o neoinstitucionalismo como corrente teórica que teria alcance analítico para complementar as averiguações. Isso se justificaria, segundo ele, pelo fato de que a análise política tradicional daria uma importância mais significativa aos processos e aos conteúdos políticos, e menos às questões institucionais. Referindo-se aos países “em desenvolvimento”, Frey (2000, p.231) argumenta que “se nos dedicarmos à análise de sistemas políticos em transformação e com instituições não consolidadas [...] aumenta a tentação de atribuir ao fato

‘instituições estáveis ou frágeis’ importância primordial para explicar o êxito ou o fracasso das políticas adotadas”.

Duas questões trabalhadas pelo autor devem ser analisadas criticamente (ou seja, teoricamente) e em conjunto: a primeira é em relação ao neoinstitucionalismo, vertente analítica que predomina atualmente na Ciência Política; e a segunda compreende as chamadas “instituições não consolidadas” de países “em desenvolvimento”, as quais Frey (2000) se refere também como “democracias não consolidadas”. O neoinstitucionalismo, de maneira geral, defende a ênfase na análise das instituições quase que como entes autônomos nos encaminhamentos das políticas públicas e, ao mesmo tempo, menospreza as relações estabelecidas na dinâmica atual dos processos de produção, distribuição, troca e consumo, ou seja, as relações sociais de produção movimentadas pelas diferentes classes sociais e seus níveis de alcance no interior do Estado:

A forma [categoria] política capitalista, estatal, está intimamente ligada à própria forma-valor [...]. Mas a forma política estatal não se caracteriza a partir [das] instituições, tomadas em sua internalidade, mas sim em sua externalidade, a partir de determinadas formas de relações sociais, cujas categorias são mais fundantes da totalidade social, como a forma-valor (MASCARO, 2013, p.31).

Nesse sentido, uma instituição estatal que trata especificamente do turismo e suas ações ou políticas públicas não é inteligível por si, por seus planos, programas e projetos isolados, mas por sua interação aos processos permeados pela reprodução do valor, envolvendo as práticas turísticas absorvidas como meios para isso, além dos seus desdobramentos econômicos e sociais. Trata-se de um ente que se efetiva de forma “terceira, ‘pública’, assegurando as condições de reprodução do valor, [sendo que é a forma política capitalista] que cria, aproveita, afasta, reforma, transforma ou reconfigura instituições sociais [...], aglutinando-as à forma necessária de reprodução da vida social que vai se instalando” (MASCARO, 2013, p.31). Isso significa que há um desvio analítico no neoinstitucionalismo onde o secundário é tratado como primário. Já a teoria marxiana em relação ao Estado corrige e inverte essa vertente, pois nela as instituições não deixam de ser consideradas como elementos de análise política, mas assim o são no seu devido grau de co-relação com a categoria valor e todas as outras

que conformam a totalidade social. Codato e Perissinoto (2001, p.12), a partir do estudo acerca de obras históricas de Marx, esclarecem a questão:

[Marx] possui uma concepção de Estado que leva em conta a sua dinâmica institucional interna sem, entretanto, abrir mão da perspectiva classista. Dessa forma, ao introduzir, em suas análises políticas, os aspectos institucionais do aparelho estatal capitalista, Marx estaria apresentando uma concepção de Estado ao mesmo tempo mais sofisticada do que a defendida pela perspectiva “instrumentalista” presente tanto na obra de alguns marxistas, quanto, igualmente, de alguns críticos do marxismo, e menos formalista que as interpretações “institucionalistas”.

A vertente “instrumentalista” seria aquela que foca pura e simplesmente as classes sociais, onde não se faz a diferenciação entre o poder de classes e o poder de Estado. Conforme evidenciam Marx e Engels (2007, p.89), “o Estado é a forma sob a qual os indivíduos da classe dominante fazem valer seus interesses comuns”, sendo as determinações dessa classe o eixo-norteador para se compreender os direcionamentos do Estado. Mas, ao mesmo tempo, Marx reconhece que as diversas instituições e suas sub-divisões que formam o Estado possuem um movimento particularizado, sendo que somente a perspectiva “instrumentalista” não abarcaria os elementos necessários para se “compreender sua configuração interna, seus níveis decisórios e as funções que os diversos centros de poder cumprem [...]” (CODATO, PERISSINOTO, 2001, p.10,11). A partir de sua dialética, Marx empreende um exame do Estado capitalista em suas relações contraditórias e dinâmicas, as quais são concretizadas não somente entre a base econômica e o Estado, mas também no aparelho do Estado. Pode-se compreender, então, que o alcance restrito de pesquisas sobre políticas públicas, as quais justificariam a busca de Frey (2000) por diferentes elementos para a análise das ações do Estado, possuem uma fragilidade que não se relaciona tão somente às dimensões envolvidas, mas trata-se uma deficiência de base, ou seja, epistemológica.

Compreendido como instituição-foco de disputas políticas, o Estado é um meio para se fazer valer os interesses dos grupos que assumem seu comando, entretanto, se tais grupos terão o poder efetivo para concretizar o que lhes convém é outra questão. A respeito disso, Codato e Perissinoto (2001) apontam que duas perspectivas

de análise em relação ao Estado precisam ser consideradas: a primeira o abarca de forma mais generalizada e o compreende, conforme mencionado, como instituição posta e dimensionada de acordo com os anseios da classe dominante. Assim, mesmo que o Estado conquiste independência funcional e esteja consolidado como uma estrutura que formalmente represente a sociedade como um todo, o que Frey (2000) chama de “Estado consolidado” ou “democracia consolidada”, isso não significa que tal instituição esteja desvinculada dos interesses dos grupos que personificam o capital: “desse ponto de vista ‘reprodutivo’, o Estado é a ‘forma política’ da sociedade burguesa e o ‘poder de Estado’ identifica-se plenamente com o poder de classe” (CODATO, PERISSINOTO, 2001, p.17).

Já a segunda perspectiva refere-se a uma dada conjuntura histórica e espacial, onde certas questões podem ser objetivadas a contragosto do capital a partir de instituições e recursos estatais, o que explica as relações conflitantes travadas entre grupos políticos que dominam ou buscam dominar partes dessa estrutura, muito embora o Estado não deixe de ser uma formatação atrelada a categoria valor ou forma-valor. Mas, por essa vertente de análise, “[...] o Estado é muito mais do que o exercício de poder por um governo, tendo de incluir todas as possibilidades pelas quais o poder pode ser exercido. Nisso, a estrutura específica das instituições é importante (embora não fundamental)” (HARVEY, 2005, p.90). É a partir dessa perspectiva que se percebe as diversas instituições como meios para o exercício do poder e que se pode “admitir o Estado, de um lado, e a classe, de outro, como realidades distintas e autônomas; [onde] é possível, portanto, pensar o ‘poder de Estado’ como distinto do ‘poder de classe’ e em relação conflituosa com ele” (CODATO, PERISSINOTO 2001, p.17).

A diferenciação entre o “poder do Estado” e o “aparelho de Estado” é verificada nos estudos políticos de Marx conforme relatam Codato e Perissinoto (2001). O “aparelho de Estado” diz respeito às instituições estatais, o que envolve “o judiciário, o braço executivo do governo, a administração e a burocracia, o legislativo, o exército e a polícia, e assim por diante” (HARVEY, 2005, p.90). Nesse contexto existem fragmentações, tais como divergências entre poderes, desacordos ministeriais e de demais instituições, enfim, relações de embate que passam por diversos grupos

componentes das burocracias, tanto horizontal como verticalmente. Já o “poder do Estado” concretiza-se pelas instituições que efetivamente irão conferir o poder de comando ao grupo ou classe que o assume direta ou indiretamente, justamente pelos recursos que concentra e domínio sobre outras instituições. A diferença essencial na estrutura estatal é que há, por um lado, o poder de comando exercido pela classe que possui domínio econômico na sociedade e precisa de tal instituição para a efetivação de seus planos de ação; e, por outro, existe a possibilidade de outras classes ou frações dessas assumirem partes estratégicas dessa estrutura, instituindo direcionamentos que não necessariamente representariam os interesses das primeiras. Por isso, Mascaro (2013, p.24) salienta que “atravessado pelas pressões e pelos conflitos sociais [...], o Estado pode se revelar um opositor de determinadas relações econômicas do capital. Entre a forma-valor e a forma política estatal não há uma decorrência de desdobramento lógico necessário nem de total acoplamento funcional”.

Isso evidencia que há uma enorme distância e diferença entre as ações empreendidas a partir do Estado, que podem contrariar o capital em um dado momento e limite geográfico, e as movimentações que surgem contra o Estado-capitalista. É preciso, no entanto, por a seguinte questão quando tratamos do Estado nessa formação social, seja qual for a forma que ele adquiriu nas últimas décadas (liberal, de bem estar social, neoliberal): se o aparato institucional é um meio para se exercer o poder e é fundamental para a manutenção e expansão do próprio modo de produção, qual seria o limite possível de ação de um grupo que assume os postos de comando do aparelho estatal, mas não representa a classe que domina economicamente? Codato e Perissinoto (2001, p.18) salientam que isso está relacionado à aptidão política do grupo em questão em uma dada condição de momento: “‘o predomínio político’ de uma dada (fração de) classe numa conjuntura histórica específica passa, em grande parte, pela sua capacidade de controlar ou influenciar o ramo do aparelho de Estado que concentra o poder real”.

Isso sugere que efetivamente há a oposição (relacional) entre a dimensão institucional e as classes, mas, mesmo considerando a importância dos estudos que irão focar o âmbito institucional, tal análise não é fundamental, mas complementar.

Isso deve ser salientado, pois uma vez que o “sistema socioreprodutivo do capital” (MÉSZÁROS, 2007) depende do Estado como um importante pilar de sustentação para a valorização do valor, manutenção e expansão das rendas, o desvinculo entre *classe dominante e direcionamentos do Estado* é uma possibilidade efetiva, mas conjuntural e datada, ou que pode envolver somente algumas instituições que o integram em certo período histórico, bem como espaços restritos. Casos específicos dependem de averiguações pontuais, mas é possível citar como exemplo as reformas de base que seriam implementadas no Brasil pelo governo João Goulart no início dos anos 60, as quais foram duramente combatidas pelas forças civis e militares brasileiras orientadas e resguardadas por interesses estadunidenses. Nesse caso, por um curto período, o poder de Estado contrariou o poder de classe, e foi assumido mediante um golpe de Estado. No campo do turismo, os embates apresentados na Prainha do Canto Verde também podem ser tomados como exemplificação, pois parte da comunidade acabou contemplada, no que se refere à manutenção das formas de vida tradicionais e contra a apropriação pelo capital turístico e imobiliário, com a instauração da Reserva Extrativista.

Mas é preciso levar em conta que a dimensão “que os partidos políticos não podem suprir é o capital, não como comando político [...], mas como regulador do metabolismo social do processo de reprodução material que basicamente determina não somente a dimensão política, mas também muitas outras coisas além dela” (MÉSZÁROS, 2007, p.129). Nas próprias análises políticas de Marx, é possível observar que os conflitos entre frações da burguesia, da classe trabalhadora em geral e dos defensores da monarquia (no caso da França em 1848, por exemplo) eram travados na busca pelo domínio da estrutura estatal que concentrava a possibilidade de poder real, sendo que, dentre conturbadas lutas (entre classes e mesmo frações da mesma classe), os grupos que melhor representavam os interesses do capital assumiram tais postos de comando, não havendo maiores problemas em *direcionar* o controle de instituições menos importantes a sujeitos que defendiam interesses contrários como forma de mantê-los sob vigilância assistida.

Por um lado, o domínio das instituições estatais no contexto democrático atual, o qual confere poder a classe (ou fração de classe) que as alcança, pode ocorrer a

partir do poder de convencimento que essa exerce, fazendo parecer, como se fossem seus, os interesses gerais da sociedade. Por outro, é preciso evidenciar que o poder de penetração do capital em um dado grupo que exerce comando nas instituições estatais de relevo é estratégico, caso contrário, pode-se assinalar riscos aos processos de acumulação. Esse fato coloca grupos políticos representativos das classes trabalhadoras em uma posição de acirramento do enfrentamento com o capital depois de assumirem o comando do Estado, ou, de forma contrária, acabam absorvidos diante de uma diversidade de concessões e readequações para a manutenção do metabolismo social por ele regulado.

No que se refere a essa dinâmica regada pela racionalidade econômica vigente, fica clara a distinção entre o domínio da estrutura estatal que pode conferir poder de comando efetivo, ou seja, o “poder estatal”, e o “poder governamental”, de forma que “[...] uma classe (ou fração de classe) determinada pode possuir o ‘leme do Estado’ – isto é, o ‘governo’ propriamente dito – sem, contudo, constituir-se em classe dominante” (CODATO, PERISSINOTO, 2001, p.17). O lapso da análise política é compreender como sinônimos o “poder de Estado” com o “poder governamental”, haja vista que um dado governo pode assumir o “leme do Estado” sem efetivamente estar no seu comando, justamente porque, nesse caso, as instituições que conferem poder real podem estar sob autoridade direta ou indireta da classe ou frações de classe que exerce domínio econômico na sociedade.

Da mesma forma, apesar de a perspectiva analítica do “poder do Estado” ser diferente daquela que contempla o “aparelho de Estado”, as pesquisas que focam a segunda sem efetivar as necessárias correlações com a primeira, deixam de abarcar as relações sociais que a dinamiza e são por ela resguardadas. A questão essencial é levantar, numa perspectiva relacional, dois problemas distintos: enquanto o *aparelho estatal* se particulariza pelas instituições que o estruturam e até pode agir contra a funcionalidade do sistema capitalista em algum momento, o *poder estatal* está relacionado às “relações sociais que são prioritariamente garantidas através das ‘políticas públicas’ promovidas pelo Estado”. (CODATO, PERISSINOTO, 2001, p.17).

As abordagens referentes às políticas públicas de turismo geralmente se concentram na perspectiva institucional e tratam as formas de Estado de maneira

secundária ou sem estabelecer um fio condutor a partir de como a categoria valor opera nas interações que o envolvem, assim como permeiam as políticas²⁴⁹. Por essa vertente reducionista e invertida, o dimensionamento da estruturação pública e suas ações estariam ligadas ao Estado mais ou menos participante, no que se refere a questões econômicas e sociais, apresentando detalhamentos organizacionais e ações diversas também em benefício de classes que não são representativas do capital, tal como no caso mencionado da Prainha do Canto Verde. Mas, se esse enfoque pode ser pertinente a uma situação conjuntural e casos pontuais, ela não nos permite afirmar que o poder do Estado deixou de resguardar e promover as relações sociais reguladas pelo capital. O elemento central a ser enfatizado é que o Estado capitalista, seja ele organizado por uma vertente de poder liberal, neoliberal ou de bem estar social, sempre foi atuante no sentido de garantir os processos de expansão do trabalho social e apropriação privada dos seus resultados, de forma que qualquer movimento político que questione isso estará contrariando o próprio sistema. Com isso, verifica-se que os discursos e ações em busca de equidade (sem jamais alcançá-la, obviamente) também fazem parte das ações estatais para acautelar ou amenizar as divergências que surgem no seio do processo de acumulação capitalista, o que pode ser verificado em diferentes realidades socioespaciais e/ou em períodos históricos específicos.

O fato é que o Estado cumpre o seu papel mediante o fundo público, o qual lhe propicia possibilidade operacional e, por extensão, resguarda as relações sociais vigentes, uma vez que tal fundo é um “*mix* que se forma dialeticamente e representa na mesma unidade, contém na mesma unidade, no mesmo movimento, a razão do Estado, que é sociopolítica, ou pública, se quisermos, e a razão dos capitais, que é privada” (OLIVEIRA, 1998, p.53). O uso do fundo público é que sofre variações de direcionamento, a depender das forças políticas que conduzem o Estado, o que significa que ele está relacionado aos interesses das classes ou de suas frações que detêm o poder real da máquina estatal. Nesse sentido, não pode haver confusão no que se refere à possibilidade (limitada) de autonomia do poder exercido via algumas

²⁴⁹ Como exemplo podemos citar: BENI, Mário. Análise estrutural do turismo. 8.ed. São Paulo: SENAC, 2003 e SALVATI, Sérgio Salazar (Org.). Turismo responsável: manual para políticas públicas. Brasília: WWF Brasil, 2004. 220 p.

instituições do Estado, por meio das quais e em alguns períodos delimitados, verifica-se que certas políticas não correspondem com os interesses da classe dominante. Isso precisa ser ressaltado, pois, muito embora as políticas do *Welfare State* ou *État du bien-être* tenham carga considerável de influência do poder político das classes produtoras, tal forma de Estado jamais rompeu com as relações sociais de produção capitalistas, muito ao contrário, o fundo público redirecionado aos gastos sociais garantiu os marcos regulatórios do atual modo de produção em épocas que esse foi duramente questionado por movimentos intelectuais atrelados às classes sociais dos produtores-diretos. Ou seja, a forma do Estado altera-se para que a forma valor continue a operar.

Mas, passados trinta anos da Segunda Guerra Mundial, as políticas orientadas por rearranjos estatais como o *New Deal* estadunidense e o *Front Populaire* francês, ou mesmo pela teoria Keynesiana, começaram a ser abaladas pela ampliação da internacionalização produtiva e financeira, as quais aparecem como saídas ideais para a manutenção e maximização da lucratividade. Uma vez analisadas as vantagens comparativas de diferentes espaços, a desterritorialização da produção foi e é um fato consumado, tal como já foi demonstrado. Para Oliveira (1998, p.26), tal internacionalização, “ultrapassando certo limite [dissolve] relativamente a circulação nacional dos processos de retro-alimentação”, de forma que o Estado e a sociedade como um todo, ao mesmo tempo em que financiam a produção, não obtêm o retorno, em termos fiscais e salariais, do que é produzido para além dos seus limites territoriais mediante a atuação de filiais.

A adoção das chamadas práticas neoliberais iniciadas com Ronald Reagan e Margaret Thatcher e que alguns compreendem como a diminuição do Estado, nada mais é do que a efetiva participação das instituições públicas na dinamização da acumulação de capital em detrimento das ações do *État du bien-être*. Mészáros (2007, p.73) evidencia que, “[...] o papel do Estado no sistema capitalista contemporâneo é maior do que jamais foi, e isso inclui as duas décadas e meia do pós-guerra em que houve desenvolvimentos keynesianos nos países capitalisticamente mais avançados”. Portanto, o Estado mínimo ou neoliberal não diz respeito, “conforme o discurso da direita, de reduzir o Estado em todas as arenas, mas apenas naquelas onde a

institucionalização da alteridade se opõe a uma progressão do tipo-mal infinito do capital” (OLIVEIRA, 1998, p.44). O Estado sempre foi atuante e a questão do Estado mínimo deve estar atrelada às reorientações de uso do fundo público, que ora pode contemplar mais os gastos sociais, sendo um estado máximo para o bem estar; e ora a “razão do capital”, sendo um estado mínimo para as classes que dele mais dependem. Tanto em uma vertente como em outra, o Estado é o Estado capitalista.

Entretanto, para Oliveira, o fundo público agiria como um “anti-valor” e, portanto, um “anti-capital”, sendo o Estado em sua forma de bem estar social um articulador ideal em prol dos interesses gerais e não uma estrutura focada única e exclusivamente aos processos reprodutivos do capital. Segundo Oliveira (1998, p.40), isso seria possível, pois o poder que o Estado pode conferir aos atores políticos não se restringiria mais à classe burguesa: “a esfera pública e a democracia contemporânea afirmam, de forma mais peremptória que em qualquer outra época da história, a existência dos sujeitos políticos e a prevalência de seus interesses sobre a pura lógica do mercado e do capital”. Em relação a essa questão específica, é necessário apontar duas discordâncias:

- a) se, para Oliveira (1998, p.37), “o desenvolvimento do *Welfare State* é justamente a revolução nas condições de distribuição e consumo, do lado da força de trabalho, e das condições de circulação, do lado do capital” e o estado neoliberal constitui-se como uma “verdadeira regressão, pois o que é tentado é a manutenção do fundo público como pressuposto apenas para o capital” (OLIVEIRA, 1998, p.44), parece que a proposta colocada pelo autor seria um retorno às políticas keynesianas para colocar limites à produção do valor-capital, ou, então, como forma de atenuar a exploração da força de trabalho regulada pelo mercado via atuação direta e indireta do Estado. Ora, se o Estado não fosse um produto das relações sociais vigentes e efetivamente pudesse agir com independência das teias reprodutivas do capital (em termos gerais e não conjunturais), a sua reorientação poderia ser apontada como saída ideal, mesmo considerando os marcos regulatórios do capitalismo. Isso posto, é preciso compreender que a efetivação de políticas sociais tiveram vigência

durante o período de expansão econômica do pós-guerra até meados da década de 1970, sendo que tais ações estão atreladas aos momentos de avanço do capital, mas ficam fragilizadas ou não podem ser concretizadas nos períodos de crise, uma vez que o próprio capital impõe barreiras aos direcionamentos do fundo público que lhe comprometam, tal como esclarece Mészáros (2006, p.25; 26, grifo do autor):

O Keynesianismo, mesmo na sua variedade “Keynesiana de esquerda”, está necessariamente contido na lógica de **parada e avanço** do capital, e dela sofre restrições. Mesmo em seu apogeu, o Keynesianismo representa apenas a fase de avanço de um ciclo de expansão que, mais cedo ou mais tarde, sempre pode ser interrompida por uma fase de parada. Originalmente, o Keynesianismo foi uma tentativa de oferecer uma alternativa à lógica de parada e avanço, pela qual as duas fases seriam administradas de forma equilibrada. Entretanto, isto não aconteceu, e ele ficou preso à fase de expansão, em razão da própria natureza de sua estrutura regulatória de capitalismo orientado pelo Estado. A duração excepcional da expansão do pós-guerra – ela mesma confinada a um punhado de Estados capitalistas avançados – deveu-se em grande parte às condições favoráveis da reconstrução do pós-guerra e pela posição dominante assumida pelo complexo industrial-militar financiado pelo Estado. Alternativamente, o fato de que a fase de recessão corretiva teve de assumir a forma do neoliberalismo insensível [...], deveu-se ao advento da crise institucional do capital (que já não era a manifestação cíclica tradicional) que cobriu toda uma fase histórica. É o que explica a duração excepcional da fase de recessão, até agora muito mais duradoura do que a fase de expansão Keynesiana do pós-guerra e ainda sem dar sinais de exaustão, perpetuada igualmente por governos conservadores e trabalhistas.

Tendo em vista que, ao invés das crises cíclicas o sistema do capital gerou uma crise estrutural e esse fato comprometeu e compromete o uso de parcelas consideráveis do fundo público ao bem estar social, os movimentos sociais e as classes trabalhadoras passaram a ter um enfrentamento direto com capitais produtivos e rentistas sem a intermediação efetiva do Estado “democrático” em questões de ordem social, uma vez que os próprios processos socioprodutivos foram reordenados para fazer frente ao que se constituísse como ameaça ao capital, onde a flexibilização da produção e da mão de obra são exemplos marcantes, bem como a ênfase condenatória dada a qualquer política que se oponha a dívida pública. Nesse amplo reordenamento socioeconômico e

geográfico, em que a acumulação rígida, própria do esquema fordista-taylorista, “avançou” para a flexível e o comprometimento corporativo com o território desvaneceu, a própria estrutura estatal foi reconfigurada para dar legitimidade a tais mudanças que afetaram diretamente a classe trabalhadora. Assim, se pode e deve haver um poder político que questione o capital e a porosidade política aos seus direcionamentos, o Estado por ele estruturado e permeado (no capitalismo ou no socialismo real) não é a esfera, em termos gerais, que irá impor barreiras efetivas à sua lógica. Com possibilidades de certos ajustes aqui e ali a depender dos grupos que assumem o poder do Estado, o capital se impõe, cada vez mais, para que tal estrutura aja como viabilizadora de relações por ele reguladas;

- b) O anti-valor, entendido por Oliveira também como “anti-mercadoria” e que se concretiza via atuação de instituições estatais em ramos específicos (como atendimento médico-hospitalar, educação, mobilidade urbana, lazer), é questionado quando um ramo específico corporativo entende que, a partir dele, é possível gerar valor-capital e rendas. Os processos de privatização e concessões são emblemáticos em relação a isso e é notório que o próprio Estado faz questão de não resguardar serviços essenciais para o bem estar social a partir do momento em que há ameaças ao processo de acumulação. Em nome da competitividade e da qualidade total para a mercadoria se realizar, o “anti-valor” foi redimensionado como valor-capital, ou seja, passou da esfera pública para a privada. Sendo assim, a “esfera pública e democrática [as quais] afirmam a existência dos sujeitos políticos e a prevalência sobre a pura lógica do mercado” (OLIVEIRA, 1998, p.40) deve ser relativizada, pois o fato é que não assistimos nos últimos anos a uma atuação do Estado no sentido de atenuar as formas de exploração do trabalho a partir do oferecimento de “anti-mercadorias” ou a imposição de barreiras às formas de rendas. O movimento foi e é inverso: a lógica do mercado prevalece e é garantida na medida do possível pelo Estado e por uma ideologia que retira o foco dos problemas sociais reais e os situa nos indivíduos, como se esses fossem criações autônomas em relação

ao meio em que se desenvolvem. Mesmo que Oliveira reconheça que o Estado é um Estado de classe, parece que ele trata como secundária a relação entre a base econômica e a superestrutura a ela vinculada, ou seja, prevalece uma análise mais conjuntural (e institucional) do que generalizada.

Tais considerações devem ser levadas em conta, uma vez que as averiguações em relação às políticas públicas de turismo não podem deixar de considerar o Estado e a sua formatação institucional, mas devem desvendar os caminhos instituídos pelos grupos que exercem o poder no Estado a partir das relações sociais de produção que o engendram. Nesse sentido, é preciso observar que o exercício do poder via estrutura institucional pode redefinir os direcionamentos do fundo público dando conotações diferenciadas ao Estado, no entanto, este está conjugado à estrutura de sociedade que o formata e dela sofre limitações, principalmente se for assumido por grupos representativos da classe trabalhadora. Por fim, cabe mencionar que se essas questões apontam um eixo norteador para a análise política evidenciando a categoria Estado em sua formatação atual, bem como os seus limites e possibilidades, a intenção é situá-la como mediação imprescindível das categorias anteriormente abordadas e de alguns casos empíricos que exemplificaram suas dinâmicas.

Considerações Finais

Como se apresentaria a figura do cortês trabalhador inserido na Ilha Intocada sem que se considerasse a mediação da forma capital do valor, além da ideologia que lhe corresponde? Por extensão, como se mostraria o conjunto dos sujeitos ocupados em atividades características do turismo se não nos detivéssemos às formidáveis diferenças entre o trabalho útil produtivo e o útil improdutivo, quando o primeiro efetiva-se como relação social naqueles rincões “descobertos” pelo turismo? No que diz respeito aos espaços denominados “paraísos na terra” pelos agenciadores, meios de comunicação e empreendedores da hospitalidade-produtiva, qual seria a consciência em relação a localidades como a Ilha do Mel e Jericoacoara, por exemplo, se nos valêssemos de suas paisagens sem que nos ativéssemos às tramas que configuram e reconfiguram estas e todas as realidades portadoras das ditas vantagens comparativas (CHESNAIS, 1996), as quais se fixam como verdadeiros mananciais para os capitais em busca de valorização e diferentes tipos de renda? E as cidades-patrimônio, as favelas-espetáculo, as unidades de conservação, as comunidades pautadas pela economia solidária e as praias badaladas, seja no nordeste brasileiro, seja na costa azul francesa? Qual a inteligibilidade a respeito de diferentes porções socioespaciais sem situá-las em uma estrutura específica de produção material e imaterial da vida social e sem recorrer às suas categorias conformativas, as quais podem estar mais ou menos desenvolvidas aqui ou ali?

Em uma total desorientação, os desavisados ou alheios às condições sociais e espaciais do seu tempo e aos seus papéis diante de relações cada vez mais reificadas, fatalmente julgariam tais questionamentos como posicionamentos de “fundo” ideológico. Imbuídos em uma ideologia própria a uma sociedade que erige altares à mercadoria, e, portanto, sem terem o discernimento de *onde* e *como* vêm ao mundo e *para quais finalidades*, tais sujeitos estariam a reboque dos personificadores do capital ou de uma ideologia dominante que considera suas próprias ideias como não-ideológicas, ao mesmo tempo em que enquadra todas as apreciações contrárias ou desmistificadoras de suas instrumentalizações como ideológicas. Mas não é

somente isso. Para os indivíduos norteados pela indiferença entre aparência e essência das coisas e, assim, pela naturalização e eternização de interações que, na verdade, são sociais, históricas e, desse modo, mutáveis, todo pensamento que ultrapasse a “praxis fetichizada” (KOSIK, 1976) e revele as barbáries do operacional para o capital, deve ser taxado pejorativamente.

Com esse propósito, as colocações anteriormente apontadas seriam desqualificadas pelos representantes vorazes dessa ideologia, os quais as reposicionariam prontamente no sentido de ressaltar o que lhes é possível intelectualmente: o cortês trabalhador não seria um funcionário explorado por sua posição social, mas um “colaborador” ou fator de produção, assim como o capital; o trabalho útil produtivo se configuraria como uma “benesse” às populações pautadas pelo trabalho útil improdutivo ou desempregadas via geração de empregos sem adjetivações; as localizações, todas elas, seriam inteligíveis pelas formas a serem “acertadas”, preservadas e/ou separadas; as mazelas sociais seriam tão somente “erros de percurso” a serem amenizados ou resolvidos por uma evolução do “espírito” e dos processos de produção-distribuição-troca-consumo-descarte, além das ações filantrópicas, num total desprezo à economia política capitalista. Esse desdém pode ser traduzido como desconhecimento, é verdade, mas essencialmente consiste em um conjunto de manobras segundo a “premissa de que ‘não há alternativa’ às exigências da autoexpansão do capital [...], impondo desse modo [...] os ditames do tipo mais estreito de determinismo econômico como realização última da liberdade” (MÉSZÁROS, 2010, p.109).

Vivemos em um mundo cada vez mais permeado e orientado pelas mediações de segunda ordem (MÉSZÁROS, 2006) ou por aquele poder objetual embutido nas coisas de que falaram Marx e Engels. Trata-se de relações que, por não responderem às necessidades de produção para o social, causam desdobramentos que tendem a conjugar, cada vez mais, a riqueza com a desigualdade em uma sociedade com avanços científicos invejáveis, mas que não tem como deter o que é excessivo/intensivo/descartável em termos de tempo e quantidade de trabalho e desnecessário ou indesejável ecológica e socialmente, no que se refere aos seus resultados. E não poderia ser diferente quando o valor acrescido para a troca, e não o

valor de uso, torna-se o fim último do empreendimento humano. Há de se observar que, nesse contexto, componentes da classe trabalhadora experimentaram certos ganhos no rastro dos excessos do capital, equivalentes às suas cotas-parte (sempre diminutas) e às custas de lutas centenárias contra todas as formas desmedidas de valorização do valor. Mas é preciso considerar que “tais ganhos [...] eram uma constituinte necessária [...] da dinâmica interna da autoexpansão do capital [...], o que significa, é claro, que o capital nunca teve de pagar um único níquel por [eles]” (MÉSZÁROS, 2006, p.1067). Em relação a isso, ponderamos também que, ao mínimo necessário está atrelada a continuidade da classe trabalhadora como classe trabalhadora, em um tempo tecnológico onde não se pode eliminar algo que é inerente ao tempo histórico: “os incontáveis milhões que tiveram (e continuam tendo) de sofrer, e até de perecer, sob condições [da] ‘ordem ampliada do capital’ [...]” (MÉSZÁROS, 2006, p.193).

Diante da natureza autoexpansionista que depende do poder de monopólio dos meios produtivos para a acumulação privada sem fim (não importa que seja com o supérfluo ou com o “ecologicamente correto”, este último possível em casos pontuais), a “crise estrutural do capital” (MÉSZÁROS, 2006; 2009) que se avulta desde os anos 1970 cria novos requisitos, os quais se impõem de forma ofensiva aos limitados ganhos dos trabalhadores, alusivos a algumas poucas realidades: desterritorializa-se a produção quando as taxas de retorno não são favoráveis; novas frentes de expansão produtiva em setores com baixa composição orgânica do capital e baixos salários são criadas, como é exemplo a ascensão das atividades ligadas à hospitalidade; minimiza-se de forma cada vez mais flagrante o tempo de uso de produtos materiais e imateriais para impelir nova produção e novo consumo; concentra-se e centraliza-se o capital ao mesmo tempo em que se busca fraturar ou absorver para suas finalidades toda e qualquer organização trabalhista que coloque freios em seu ímpeto em minimizar o tempo necessário para expandir o excedente; tenta-se eliminar o trabalho vivo ao mesmo tempo em que o capital dele depende. Tais questões, contraditórias ou que geram contradições, foram mencionadas ao longo deste estudo, mas é preciso salientar que elas formatam um mundo cada vez mais *incerto*, onde essas constantes revoluções burguesas - travadas *por* e *para* tal poder objeto que há muito adquiriu

poder de comando - fazem com que “tudo o que possuía solidez e estabilidade se volatilize [...]” (MARX, ENGELS, 2009, p.57).

Mas não podemos nos esquecer que o mundo é também cada vez mais turístico e, associada esta característica à “entidade” que domina os sujeitos sociais e ao fato do aumento da incerteza das coisas e das interações, Lefebvre (2000, p.448) aponta que se trata conjuntamente de “[...] un monde piégé, [...] le plus piégé des mondes, le monde piège. Ce qui contient se cache dans les recoins, dans les marges. On parle d’art, de culture, et Il s’agit d’argent, de marché, d’échanges, de pouvoir [...]. On parle de beauté, il s’agit d’une image de marque [...]”²⁵⁰. Isso significa que a marcha revolucionária da burguesia (produtiva e não social, mas que leva a ela) somente pode caminhar *pari passu* com a ideologia do neopositivismo, a qual lhe dá forças e busca esconderijos, mas, ao mesmo tempo, ajuda a acentuar suas contradições. Tais ideias consistem no que foi anteriormente citado e se apoiam não somente no senso comum, mas, sobretudo, nas ciências parcelares. Estas formulam teorias acerca de processos que seriam auto-explicados na “hetoregeneidade da superfície” (LUKÁCS, 2012b, p.45), fazendo uso da lógica matemática nas fórmulas estatísticas, que têm os seus resultados tão louvados em si mesmos hoje em dia.

Com isso, tem-se a ciência neopositivista, caracterizada por recusar “toda e qualquer ontologia [e adotar] uma orientação exclusivamente gnosiológica” (LUKÁCS, 2012b, p.60), na qual, por um lado, despreza-se as relações e as mediações entre o objeto de pesquisa e suas particularidades com a formação social vigente (o universal ou a materialidade anterior às objetivações humanas), e, por outro, sustenta-se a “práxis [do] sentido imediato, [de onde] emergem novos métodos de manipulação da vida política [...], social [e] econômica [...]” (LUKÁCS, 2012b, p.46-47 *passim*). Ora, ao se desprezar o ontológico e supervalorizar os procedimentos epistemológicos (e metodológicos) por si mesmos, o neopositivismo somente poderia tomar posse do “idealismo subjetivo”, como ressalta Lukács (2012b, p.60), sendo que disso resulta a “ilusão de que o universal nada mais é que um produto da consciência congnoscente,

²⁵⁰ “[...] um mundo enganoso, o mais enganoso dos mundos, o mundo de emboscadas. Aquilo que está contido se esconde em espaços retirados, nas margens. Falamos de arte, cultura, e trata-se de mercado, de trocas, de poder [...]. Falamos de beleza e trata-se de uma imagem de marca [...]”.

e não uma categoria objetiva da realidade existente em si [e, por isso, que opera independentemente das nossas vontades individuais]”.

Obviamente, o problema não é a prática científica, que promoveu e promove avanços consideráveis, mas, principalmente nas ciências humanas e sociais, a imediatividade utilitária e o tratar todas as coisas em separado do produzir e do reproduzir na formação social capitalista, conformando proposições com alto teor reacionário e ações arbitrárias justamente por serem apropriadas e/ou gestadas para fins de manipulação pelo e para o mercado. Pretende-se dizer que, neste mundo mercantilizado, fragmentado, incerto e turístico, impera a lógica formal, para a qual não importa a totalidade do processo histórico e pela qual o conteúdo equivale à forma, ou, conforme aponta Lefebvre (1991, p.170), na qual o que vale é “a ‘essência’ escolasticamente separada, distinta, abstrata”. Ao se propor uma ontologia do espaço adjetivado como turístico, levantando as categorias e mediações que o corporificam e tendo como pressuposto a forma de produção que consubstancia a vida social, não seria possível deixar de advertir sobre os perigos dessa ideologia (e dessa ciência) neopositivista que busca confirmar e afinar a evolução produtiva independentemente das condições humanas. Para isso, foi preciso situar os autores do turismo adeptos a essa corrente ou ao que Lefebvre (2008, p.98) chama de “utopismo burguês”.

Nesse percurso, nos deparamos com aqueles que, baseados em um idealismo que se pretende combativo, acabam promulgando a emancipação da “cultura” frente às relações sociais de produção - e, por isso, passam longe de sua crítica (teorização). Devido a este desvio analítico, acabam por formular modelos a partir de referenciais empíricos tidos como bons exemplos e/ou caminham segundo princípios lógicos-ideais desgarrados dos movimentos causais acentuados em uma sociedade de classes. Para eles, o Estado seria um ente neutro e harmonizador, desde que “democrático”; o turismo não seria uma atividade produtiva, mas tão somente “complementar” e passível de fomentar a minimização de desigualdades com a promoção do belo e a “valorização” patrimonial; e a ideologia superestrutural poderia modificar a ordem vigente pelo poder da “conscientização”.

Diante da persistência neopositivista e/ou do puro idealismo, chamamos a atenção para o método Dialético e sua urgência na atualidade, assim como para o fato

de que o Materialismo Histórico não se posiciona contra o idealismo ou desconsidera sua importância (tal como no materialismo mecânico), mas, ao apurar “a existência - real, efetiva, eficaz - da consciência e do pensamento [recusa] apenas que essa realidade possa ser definida isoladamente e destacar-se da história humana (social) [...]” (LEFEBVRE, 1991, p.67). Com isso, pretendemos dizer que a práxis no sentido dos pores teleológicos secundários (LUKÁCS), envolvendo a arte, a cultura, os simbolismos que marcam realidades socioespaciais, não é menos notável ou meritória de reflexão, mas apenas que o conjunto de questões que a englobam não possui primazia ontológica - fato este que não pode ser confundido com juízo de valor. O empreendimento para uma ontologia do espaço turístico - a qual depende da epistemologia do Materialismo Histórico e da Dialética como procedimento “cientificamente correto” (MARX, 2011, p.54) para o devido ajuste entre sujeito e objeto a ser conhecido - além de tornar compreensível a práxis social e desmistificar certas questões e proposições, responde de que maneiras o turismo é um controlador social, bem como levanta contradições. Nesse sentido, pode-se cogitar uma “utopia concreta [que] fundamenta-se no movimento de uma realidade cujas possibilidades [são descobertas]” (LEFEBVRE, 2008, p.98).

Quanto às formas de controle, as identificamos como pertinentes a dois sentidos de restrição à liberdade, sendo uma *no* espaço turístico e a outra *do* espaço turístico. A primeira contempla o turista que, para assim se configurar, precisa ter a liberdade de optar entre alternativas que não estão circunscritas somente à sua subjetividade (vontade), mas se tornam acessíveis cada vez mais mediante a possibilidade que cada sujeito tem de pagar por elas: se, entre meados do século XIX e os anos 70 do XX podia-se falar em opções de uso do tempo centradas em uma preocupação (de controle) social atrelada não somente a entidades religiosas e patronais, mas também às organizações sindicais e até a movimentos anti-capitalistas (no caso francês, por exemplo), atualmente o tempo livre e o lazer foram absorvidos pelo capital com novas atividades inventadas e reinventadas para suas finalidades. Dessa maneira, de lá para cá, as alternativas para o tempo liberado aumentaram consideravelmente com os e pelos pores teleológicos, mas, para contar com elas, é preciso levar em conta a questão da liberdade de escolha, a qual não é somente social

ou cultural, mas está fundamentalmente associada à economia capitalista - e, assim, ao papel social que os sujeitos nela ocupam.

Além disso, posta a opção entre alternativas para se conhecer e usufruir de um local turístico, a maneira como este se apresenta é mediada por uma ideologia ligada a ações estatais e privadas voltadas à manutenção ou expansão dos grupos de visitantes e/ou turistas, fato que *ajuda* a potencializar a obliteração das dinâmicas sociais e espaciais pelos sujeitos. Trata-se de um fato que não é linear na sociedade mercante: aqueles espaços parcialmente (ou até momentaneamente) descartados pelo capital (uma favela, por exemplo) são situados e aceitos como “nichos” (CORIOLANO, ALMEIDA, 2007), ao mesmo tempo em que se busca multiplicá-los. Soma-se a isso, as pesquisas “científicas”, descrições e divulgações de realidades como exemplos de “um outro turismo”, as quais acabam postuladas como modelos a serem meramente adaptados. Algumas dessas máximas, que, conforme mencionado, até se julgam como de enfrentamento às formas espoliatórias emparelhadas à expansão do capital, convertem-se em posições confirmativas gerais, pois passam ao largo da discussão fundamental: a relação contraditória entre capital e trabalho e suas repercussões. Isto posto, salientamos que as restrições à liberdade *no* espaço turístico efetivam-se como meios superestruturais (tanto por proposições que fazem apologia ao mercado, como por aquelas que apenas buscam inserções) para a “reprodução das relações sociais de produção” (LEFEBVRE, 2008), conformando diferentes formas de controle *no* e *pelo* espaço com o avanço do turismo em suas mais diferentes tipologias de mercado (ecológico, cultural, patrimonial, de experiência) e em circunstâncias nas quais operam o Estado, monopólios e variados componentes ideológicos.

O segundo sentido é aquele que se constituiu como o foco da presente reflexão, mas que está dialeticamente relacionado ao primeiro. Refere-se ao trabalho e ao seu controle como elemento fundamental de concretização do turismo, e, portanto, da produção socioespacial por esta atividade – e essa seria a restrição à liberdade *do* espaço turístico. A abordagem referente ao trabalho excedente imposto, o qual se traduz em diferentes formas de emprego ou ocupações, é aquele que, frente às tramas socioculturais e históricas alimentadas por produtores diretos, tende a dissolvê-las em porções do espaço dotadas de atributos para a valorização do valor e para se auferir

rendas. Com isso, a turistificação carrega o artefato que abre margens para que o trabalho útil improdutivo dê lugar ao trabalho útil produtivo, propiciando consideráveis *reestruturações*. *Trata-se de mutações somente no campo do trabalho? Entendemos que, sendo a atividade laborativa a base de toda e qualquer mudança diante do ambiente herdado e formatado socialmente, a forma como ela se efetiva e para quem se operacionaliza implica em reestruturações no conjunto das relações socioespaciais, alcançando questões distributivas, de consumo, ideológicas, de relações políticas e decisórias. Reestruturação produtiva, portanto, não tem um sentido que se “fecha” na produção material e imaterial do espaço pelo e para o turismo, mas na forma como ela ocorre e como se estende ao conjunto das interações sociais.*

Assim, em espaços atraentes aos capitais diretos e indiretos do turismo (como o imobiliário), a transladação do trabalho útil improdutivo para produtivo efetua significativas mudanças: 1) atividades antes cooperativas, no sentido lato do termo, se redimensionam como negócios que precisam da produção de excedentes privados para competir ou acabam atreladas aos direcionamentos de outros empreendimentos maiores; 2) investimentos públicos e privados associados à possibilidade de assalariamento ou contratação por período tendem a superdimensionar o valor da terra (a depender da chamada “potencialidade turística” e da especulação ligada ao setor); 3) o preço de produtos e serviços pode adquirir dimensão desproporcional em relação aos ganhos reais dos grupos locais; 4) a depender das vantagens de instalação, outras empresas se impõem como concorrentes, acentuando a tendência da queda da taxa de lucros; 5) serviços e produtos são oferecidos por iniciativas e/ou empresas que geralmente gravitam em torno das maiores e dependem de um fluxo de turistas cada vez mais expressivo para a sua manutenção, sendo que possíveis restrições ambientais podem comprometer a permanência de alguns, enquanto se tornam diferenciais para os lucros e as rendas de outros; 6) o uso de recursos pode ser intensivo diante de demandas imediatas para a concorrência de monopólios; 7) a sazonalidade entremeia o emprego contribuindo com a inexistência de vínculos entre empresa e trabalhador e entre empresa e localidade. Trata-se de um processo movido por uma série de contradições, em que uns enriquecem, muitos são explorados, outros

marginalizados e há ainda aqueles que permanecem em uma situação parecida com a que tinham antes da chamada reconfiguração produtiva.

Sendo as contradições inelimináveis em uma sociedade com papéis distintos em proveito de uma classe, quais as mais gritantes detectadas nessa reflexão quando se aborda a falta de liberdade *no* e *do* espaço turístico?

a) partindo do princípio de que o turismo em uma dada localização seja mediado pela forma capital do valor e, acessoriamente, pelo trabalho do produtor direto (que produz a mercadoria-serviço, mas não em seu formato capitalista), a possibilidade de usufruto de serviços e estruturas é mais blindada, sendo o acesso permitido por aquisições que existem e se justificam para o lucro de terceiros. Como sabemos, o conjunto que compõe a chamada “mercadoria turismo” está, direta e/ou indiretamente, associado a condições precárias de trabalho (fusão do tempo de trabalho com o tempo liberado, sazonalidade, parcialidade, falta de garantias), de forma que o tempo livre de alguns se transforma em tempo de consumo de uma espécie de lazer e entretenimento calcada nessa configuração laborativa, a qual se aprofunda com o crescimento do setor;

b) mesmo que no turismo o empregado esteja muito mais próximo do consumidor do que o operário da indústria, a orientação para que se estampe um sorriso e o referencial lúdico/diferente do espaço (de consumo) somam-se à mente reificada, obstruindo tais particularidades laborativas. Assim, o trabalho precário projeta-se de forma invertida, sendo, não raras vezes, adjetivado como “gostoso”, “agradável”, “aprazível”, “interativo”;

c) se, conforme aponta Marx, o capital é um “vampiro” e os trabalhadores em turismo (mulheres e jovens desorganizados politicamente, indivíduos na informalidade, imigrantes, além de crianças) estão desenraizados de sua classe social e centrados em suas especificidades técnicas (como quer a ideologia científica neopositivista), quanto mais suas atividades são abarcadas como forças produtivas, mais as relações voltadas ao valor a mais irão permear realidades socioespaciais, constituindo-se como corpo social com sangue farto. Para isso, contribui o Estado democrático e de direito, com variados subsídios e sob o discurso da inclusão social, criando ambientes que

podem ser compreendidos como verdadeiras “colônias de férias” para o capital global, tal como adverte Silveira (1999);

d) os espaços tidos como alternativos à ordem vigente, por estarem escorados em pequenas iniciativas e no trabalho do produtor direto ou familiar, são concretizações louváveis que até podem vigorar pontualmente, a depender do histórico organizativo-coletivo, da forma como tendem a produzir e da capacidade de confronto com possíveis investidas do capital. No entanto, eles acabam caracterizados por certa precariedade estrutural que é própria aos comedimentos impostos pelo Estado (como é o caso de comunidades que vivem em unidades de conservação) e, também, às restrições e ataques que aparecem quando homens e mulheres não se organizam em torno e em prol da propriedade em sua configuração privada. Mas, tais organizações socioprodutivas, ao serem situadas como destinações “modelo” para “um outro turismo”, com vistas a uma “nova ordem” (MENDONÇA, 2004), acabam, ao fim e ao cabo, contribuindo para uma consciência invertida e/ou parcial. Recomendações no sentido de ampliá-las, centradas em um “ascetismo universal e um igualitarismo grosseiro” (MARX, ENGELS, 2009, p.95), principalmente quando se louva os citados “nichos”, comprometem sobremaneira a luta contra o capital, pois projeta-se a ilusão de um futuro baseado em um retorno ao passado, além de um contentamento com as sobras. Ao mesmo tempo, as localizações fragmentadas e os circuitos estrategicamente delimitados são postos como autênticas manifestações do todo socioespacial, de forma que a produção e o consumo do lazer e do turismo dependem de renovadas ambientações estéticas, as quais, por sua vez, nutrem a falsa noção de que pode haver equilíbrio em um ambiente global norteado pela valorização do valor e por todos os expedientes acumulativos que dependem desse processo canceroso.

Se é um fato que as contradições e antagonismos não atingem todos os espaços da mesma maneira ou com a mesma intensidade, é um fato também que o turismo não se efetiva somente pela sua inserção como importante mecanismo de reprodução das relações de produção, mas, sobretudo, pela conjugação das interações humanas às possibilidades que devem ser cada vez mais ampliadas para a reprodução do capital. Isso significa que *não há um turismo sem o território ou um turismo com o território em uma dada configuração socioespacial como quer Knafo,*

pois tais colocações se restringem à ideologia como recurso superestrutural e sem relação com a atividade prática produtiva real, ou como se a planificação de um turismo “com o território” pudesse resolver questões de fundamento ou desmistificar uma ideologia que opera na base produtiva sem alterá-la um milímetro sequer. Nesse sentido, poderia-se supor que “um turismo com o território” seria exequível nos espaços definitivamente não turísticos e/ou naqueles pautados pelo trabalho útil improdutivo, sempre em escala reduzida, marginais e/ou associados estrategicamente a escalas mais amplas de produção e de consumo. No entanto, nesses casos, entra em cena a ideologia da parcialidade, tal como abordado anteriormente.

O turismo é somente uma das totalidades da complexidade capitalista e desempenha o seu papel, hoje mais para confirmá-la do que para enfrentá-la. Mas é justamente de suas contradições que brotam os conflitos. *Isso demonstra que a ideologia a ser combatida não é somente a da superestrutura política e “científica”, mas fundamentalmente a do espaço turístico ou aquela associada às interações produtivas reificadas.* Pouco ou nada adianta a busca por melhores salários, assim como recorrer ao Estado e angariar possíveis ajustes ou lutar pontualmente contra tal estrutura, pois dessas frentes somente podem surgir medidas e saídas quantitativas que não atingem o capital global, afinal, estas são controladas pelos seus personificadores mais “competentes”. Compreendemos que possíveis alterações sociais qualitativas vêm, antes de tudo, do acirramento dos processos contraditórios que fatalmente dizimam e/ou exploram milhares de pessoas também nas “destinações eleitas” e, depois, do enfrentamento direto via inquietações e penúrias associadas à busca pela compreensão das relações sociais efetivas. Tal inflamação social, fruto do determinismo econômico, se agrava em âmbito mundial, uma vez que as demandas mais básicas dos produtores-diretos (por educação, moradia digna, lazer, alimento, menos horas laborais, emprego) “já não [podem] ser ‘incorporadas’ ou ‘integradas’ à dinâmica objetiva de autoexpansão do capital” (MÉSZÁROS, 2010, p.114).

Ressaltamos que essa abordagem não poderia se constituir como uma “receita” para um turismo “com o território”, mas essencialmente em uma contribuição ou mais uma baliza para que os sujeitos tenham como se orientar em suas práticas cotidianas, elucidando, por um lado, *como o turismo desenvolve-se enquanto*

instrumento de controle socioespacial, e, por outro, quebrando doces ilusões que são postas para ludibriar a prática concreta. A partir daí é possível compreender o momento das categorias, suas operacionalidades, mutações e mediações que configuram ou podem formatar espaços de vivência, convivência e trabalho. Vislumbramos que a luta *possível* contra o capital e todas as formas que lhe correspondem começa com esse entendimento, mas sob condições antagônicas e contraditórias que são favoráveis às novas frentes de combate ao seu poder regulatório. A organização de fóruns sociais (como o dos *saisonniers* na França) pode ser um primeiro passo, desde que tais encontros sejam expandidos e atrelados a outras organizações representativas dos produtores-diretos, abarcando realidades fortemente dinamizadas pelo capital e, também, aquelas que ainda se projetam como vantajosas à sua reprodução. Como vimos, os itens de pauta podem ser variados (denúncias quanto à acumulação por espoliação, enfrentamento a políticas que nada têm de públicas, lutas por menos horas laborais), mas consideramos como permanente o esclarecimento acerca da categoria educação, o que envolve tanto a desmistificação da instrução reacionária *do* e *para* o capital, como o seu polo oposto, no qual tal estudo pretende se enquadrar.

Mészáros (2006, 2009, 2010) defende que vivemos em “condições históricas para a ofensiva socialista”. Obviamente, como menciona o autor, a necessidade de ascender para uma organização social mais coerente e avançada não diz respeito “à defesa de uma perspectiva agitadora, fácil e ingenuamente otimista” (2009, p.79). Os desafios são enormes, mas, se o que é possível hoje pode parecer não bastar, é preciso esclarecer que se trata de uma *construção* firmada em um mundo concreto que, ao mesmo tempo que a combate, a impulsiona. Encarar contribuir, colocando em evidência a raiz das disparidades que cerceiam o desenvolvimento das diferenças humanas, se traduz em um posicionamento ético. A essa tomada de posição a favor do ser social como um ser não mais regulado pelo poder das coisas se mescla a exposição dos meandros e invenções que a formação capitalista utiliza para se manter, assim como o levantamento e reunião das iniciativas *efetivamente* contrárias aos processos de valorização do valor e focadas na permanente contradição capital

versus trabalho. Tanto esta última, quanto a discussão acerca da categoria educação (no turismo), são encaminhamentos para futuras pesquisas.

Referências

ABDELNOUR, Sarah. **Les nouveaux prolétaires**. Paris: Éditions Textuel, 2012, 139 p.

ACERENZA, Miguel Àngel. **Administração do turismo**: conceituação e organização. Tradução de Graciela Rabuske Hendges. Vol. 1. Bauru: EDUSC, 2002, 348 p.

AMORIM, Henrique. **Trabalho imaterial**: Marx e o debate contemporâneo. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009 (Crítica Contemporânea), 162 p.

ANDRADE, José Célio Silveira; RIBEIRO, Maria Teresa Franco; GÓES, Maria de Fátima Barbosa; VARGENS, Emiliana da Costa. Conflitos Sócio-Ambientais: análise da relação entre o complexo Costa do Sauípe e atores locais. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Meio Ambiente (ANPPAS), 1, 2002, Indaiatuba-SP. Disponível em: http://anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/dimensoes_socio_politicas/Jose%20Celio%20Silveira%20Andrade.pdf. Acesso em: 02 jul. 2014.

ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2009 (Mundo do Trabalho). 287 p.

ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências: informalidade, infoproletariado, (i)materialidade e valor. In: **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013. 447 p. (Mundo do Trabalho).

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARAUJO, Cristina Pereira; SILVA, Sérgio Bernardes da. As duas Porto Seguros. **Revista Lab.Com** (FAU-USP). 2008, p.109-120. Disponível em: <<http://www.usp.br/fau/deprojeto/labcom/en/publications.html>>. Acesso em: 09 dez 2013.

ASSOCIAÇÃO Canto Verde. s/d.

Disponível em: <<http://www.prainhadocantoverde.com/sobre/>>. Acesso em: 11 fev. 2014.

AGÊNCIA de turismo CVC lucra R\$ 111,7 milhões em 2013, após lançar ações. **UOL Economia**. 05 fev. 2014.

Disponível em:

<<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2014/02/05/agencia-de-turismo-cvc-lucra-r-1117-milhoes-no-ano-apos-lancar-acoas.htm>>. Acesso em: 07 fev. 2014

BANDEIRA, Manuel. **Guia de Ouro Preto**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000. 118 p.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. **O despertar do turismo**: um olhar crítico sobre os não-lugares. 2.ed. São Paulo: Aleph, 2001. 101 p. (Série Turismo).

BARRETO, Margarita; BURGOS, Raúl; FRENKEL, David. **Turismo, políticas públicas e relações internacionais**. Campinas, SP: Papirus, 2003. 128 p. (Coleção Turismo).

BENI, Mário Carlos. **Globalização do turismo**: megatendências do setor e a realidade brasileira. 2.ed. São Paulo: Aleph, 2003a, 208 p.

_____. **Análise estrutural do turismo**. 8.ed. São Paulo: Editora Senac, 2003b. 523 p.

BERODIAS, Sylvie. Les saisonniers et le role de l'Etat dans le tourisme. Paris. 09 Dez. 2012. Entrevista concedida a Rodrigo Meira Martoni.

BOITO JUNIOR, Armando. Vargas e a herança populista. **Revista Espaço Acadêmico**. Maringá, nº 39, ago. 2004. Disponível em: [HTTP://www.espacoacademico.com.br](http://www.espacoacademico.com.br). Acesso em: 27 jun.2011.

BOTTOMORE, Tom (Ed.) **Dicionário do pensamento marxista**. Organizador da edição brasileira, revisão técnica e pesquisa bibliográfica suplementar de Antonio Monteiro Guimarães. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, 683 p.

BOURCIER, Nicolas. Fortaleza, ville carrefour du tourisme sexuel. **Le Monde**, França. 14 Jun. 2014. Disponível em: http://www.lemonde.fr/coupe-du-monde/article/2014/06/14/l-envers-du-stade-fortaleza-ville-carrefour-du-tourisme-sexuel_4434941_1616627.html. Acesso em: 20 jul. 2014.

BOYER, Marc. **História do Turismo de Massa**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2003. 168 p.

BRASIL. Plano Nacional de Turismo 2013-2016. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/plano_nacional/>. Acesso em: 10 Nov. 2013.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Tradução de Nathanael Caixeiro. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. 379 p.

BRETAGNE. Comité Regional du Tourisme: Gref Bretagne, Abril, 2014. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Synth%C3%A8se%20COEF%20versionfinale%20li ght%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Synth%C3%A8se%20COEF%20versionfinale%20li ght%20(2).pdf). Acesso em: 28 jul. 2014.

BSH TRAVEL RESEARCH. **Investimentos no Brasil:** hotéis & resorts 2011. São Paulo: BSH International, maio de 2011. Disponível em: <http://www.revistahoteis.com.br>. Acesso em: 28 Out. 2013.

BSH TRAVEL RESEARCH. **Investimentos no Brasil:** hotéis & resorts 2013. São Paulo: BSH International, 2013. Disponível em: <http://www.revistahoteis.com.br>. Acesso em: 28 Out. 2013.

CAIXETA, Nely. Como atrair mais turistas ao Brasil. **Exame**, São Paulo, Ed. 828, nº20, p.22-30, 2004.

CALDEIRA, Jorge. **Viagem pela História do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 351 p.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. O roteiro de turismo rural 'Dosse Iguassu', município de Capanema, Paraná, Brasil: gênese e desenvolvimento. **Revista Geográfica de América Central**. Costa Rica, v. 2, n. 47e, p.1-21, 2º Semestre de 2011. Disponível em: <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/1870>. Acesso em: 10 jan. 2014.

CAPITAIS do delito. Buenos Aires. Produção National Geographic Channel e direção de Ian Bremner. Conor Woodman. Programa Natgeo (53 min.). 2011.

CARCANHOLO, Reinaldo. **Capital:** essência e aparência. Volume I. São Paulo: Expressao Popular, 2011. 169 p.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000. 567 p.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996. 335 p.

CHRISTIN, Rodolphe, BOURDEAU, Philippe. Réveillons le touriste qui sommeille en nous! In: CHRISTIN, Rodolphe, BOURDEAU, Philippe (Orgs.) **Le tourisme:** émancipation ou contrôle social? Bellecombe-en-Bauges, FR: Éditions du Croquant, 2011. p. 07-10.

CHRISTIN, Rodolphe. Le tourisme enfermé. In: CHRISTIN, Rodolphe, BOURDEAU, Philippe (Orgs.) **Le tourisme:** émancipation ou contrôle social? Bellecombe-en-Bauges, FR: Éditions du Croquant, 2011. p.11-45.

CLARKE, Simon. Crise do fordismo ou crise da social democracia? Tradução de Isa Mara Lando. **Revista Lua Nova de Cultura e Política**, São Paulo, no.24, p.117-150, set. 1991.

CORBAIN, Alain. La fatigue, le repos et la conquête du temps. In: _____
L'avènement des loisirs, 1850-1960. Paris: Aubier, 1995. p.363-392.

CODATO, Adriano Nervo; PERISSINOTTO, Renato Monseff. O Estado como instituição: uma leitura das obras históricas de Marx. **Crítica Marxista**, Campinas, nº13, p. 09-28, out. 2001. Disponível em: <http://works.bepress.com/adrianocodato/14>. Acesso em: 05 dez. 2012.

CORIOLOANO, Luzia Neide M.T.; ALMEIDA, Humberto Marinho de. **O turismo no nordeste brasileiro**: dos *resorts* aos núcleos de economia solidária. In: Colóquio Internacional de Geocrítica, 9, 2007, Porto Alegre, UFRS, p.1-19. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/9porto/luziane.htm>. Acesso em: 20 out. 2013.

COSTA, Everaldo Batista da. **Totalidade urbana e totalidade-mundo**: as cidades coloniais barrocas frente a patrimonialização global. 2011. 445 p. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-14032011-104656/pt-br.php>. Acesso em: 26 ago. 2013.

CONSÓRCIO Cataratas S.A., Beltour e Esfeco vence licitação do Complexo das Paineiras na Tijuca. H2Foz. Foz do Iguaçu. 17 fev. 2012. Disponível em: <http://www.h2foz.com.br/noticia/consorcio-cataratas-sa-beltour-e-esfeco-vence-licitacao-do-complexo-das-paineiras-na-tijuca>. Acesso em: 07 fev. 2014.

CRUZ, Rita de Cássia. **Políticas de turismo e território**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2001 (Coleção turismo)

CVC quer US\$ 1 bi em oferta de ações. **Valor Econômico**. 11 Maio 2011. Disponível em: <http://www.dealmaker.com.br/blog/index.php/2011/05/18/cvc-quer-us-1-bi-em-oferta-de-acoes/>. Acesso em: 07 fev. 2014.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008. 206 p.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 237 p.

DETHYRE, Richard. **Avec les saisonniers**: une experience de transformation du travail dans le tourisme social. Paris: La Dispute, 2007, 253 p.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. Tradução de Silvana vieira e Luís Carlos Borges. São Paulo: Boitempo, 1997, 203 p.

ELLUL, Jacques. **La pensée marxiste**. Paris: La Table Ronde, 2012, 346 p.

Especulação estrangeira provoca especulação imobiliária em Jeri. **Folha de São Paulo**. 30 dez. 2007. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff3012200713.htm>. Acesso em: 01 ago. 2014.

FARCY, Jean-Claude. Le temps libre au village. In: CORBAIN, Alain (Coord.) **L'avènement des loisirs**, 1850-1960. Paris: Aubier, 1995. p.299-361.

FARIA, José Henrique de. **Economia Política do Poder**, volume III. Curitiba: Juruá, 2011. 191 p.

_____. (2011). **Materialismo Histórico e Estudos Interdisciplinares**. Curitiba: EPPEO, 2011, 42 p.

FERNANDES, Florestan. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. 3.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978. 345 p.

_____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. (Apresentação de Paul Singer) 5. ed. São Paulo: Global, 2008. 253 p.

FORTES, Alexandre. Férias para quê? Revista de História.com.br. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/ferias-para-que>. Acesso em: 03 jul. 2014.

FORUM SOCIAL DES SAISONNIERS. 1ª edição, 3 a 5 de dezembro, 2010, Centre des Congrès d'Aubagne (Aubagne, Departamento de Bouches-du-Rhône, França). **Vie et travail des saisonniers**: travail, precarité, contrat, logement, transport. (documentos avulsos).

FORUM SOCIAL DES SAISONNIERS. 2ª edição, 30 de novembro a 1 de dezembro, 2012, Centre des Congrès d'Aubagne (Aubagne, Departamento de Bouches-du-Rhône, França). **Vie et travail des saisonniers**: revue/communiqués de presse du 2^{ème} Forum Social des Saisonniers (e documentos anexos).

FUZETTI, Luciana; CORRÊA, Marco Fábio Maia. Perfil e renda dos pescadores artesanais e das vilas da Ilha do Mel, Paraná, Brasil. **B. Inst. Pesca**, 2009, p.609-621. Disponível em: ftp://ftp.sp.gov.br/ftppesca/35_4_609-621.pdf. Acesso em: 08 set. 2013.

FRANÇA, Bárbara Heliodora (et.al.). **Guia de Economia Solidária** - ou porque não organizar cooperativas para populações carentes. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008. 183 p.

FRANQUIAS CVC. s/d.

Disponível em: <<http://www.cvc.com.br/lps/franquias/index.aspx>>. Acesso em: 07 fev. 2014.

FREY, Claus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, v.21, p.211-259, jun. 2000.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 31.ed. Tradução de Galeano de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990 (Estudos latino-americanos, v.12), 307 p.

GERBELLI, Luiz Guilherme; OSCAR, Naiana. Fundos brasileiros lucram o dobro do que os dos EUA. **Estadão**. São Paulo. 27 Jan. 2014. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mercados/noticias/fundos-brasileiros-lucraram-o-dobro-do-que-os-dos-eua>>. Acesso em: 07 fev. 2014.

GONÇALVES, Glauber. Costa do Sauípe registra o 1º lucro de sua história. **Estadão**. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,costa-do-sauipe-registra-o-1-lucro-de-sua-historia-imp-,714542>. Acesso em: 01 ago. 2014.

GORZ, André. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. Tradução de Celso Azzan Júnior. São Paulo: Annablume, 2005, 108 p.

GOULART, Silvana. **Sob a verdade oficial**: ideologia, propaganda e censura no estado Novo. São Paulo: Marco Zero, 1990.

GUIDE International d'Europe au Brésil & a la Plata: contenant les renseignements les plus utiles pour les voyageurs. Paris: A Liseau-Bourcier, janvier, 1889.

GUIMARÃES, Fernanda. Ações da CVC iniciam nesta segunda na Bovespa. **Estadão**. São Paulo. 09 Dez. 2013. Economia & Negócios. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/neg%C3%B3cios,acoes-da-cvc-iniciam-nesta-segunda-na-bovespa,172357,0.htm>>. Acesso em: 07 fev. 2014.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do Espírito**. Parte I. Tradução de Paulo Menses e Karl-Heinz Effen. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992. 271p.

_____. **Princípios da filosofia do direito**. Tradução de Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997 (Clássicos). 329 p.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1992. 349 p.

_____. **Os limites do capital**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013. 591p.

_____. **O novo imperialismo**. 2.ed. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2010. 201 p.

_____. **Espaços de esperança.** Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2009. 382 p.

_____. **A justiça social e a cidade.** São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **A produção capitalista do espaço.** Tradução de Carlos Szlak. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2005 (Coleção Geografia e Adjacências). 252 p.

HOBBS, Eric J. **A era das revoluções: 1789-1848.** Tradução de Maria Tereza Teixeira e Marcos Penchel. 25.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010. 535 p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 220 p.

IANNI, Octávio. **Capitalismo, violência e terrorismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. 381 p.

IHA, Clara. O desafio da mão de obra. **Anuário Exame**, São Paulo, p.76-77, abril, 2007.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN (Brasil). Cartas Patrimoniais. 2.ed. Organização de Isabelle Cury. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000, 384 p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Quarto relatório anual com estimativas definitivas da ocupação formal e informal, a partir dos últimos dados divulgados da RAIS e da PNAD, para o Brasil, região Centro-Oeste e Distrito Federal. Brasília: IPEA, mar 2013. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal>>. Acesso em: 20 Nov. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Ocupação do setor de turismo no Brasil: análise da ocupação nas principais ACT's nos estados, regiões e Brasil. Brasília: IPEA, Fev 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal>>. Acesso em: 15 Nov 2013.

INSTITUT NATIONAL DE LA STATISTIQUE ET DES ÉTUDES ÉCONOMIQUES DE LA FRANCE – INSEE. (França) Disponível em: <http://www.insee.fr/fr/themes/document.asp?ref_id=ip1099®_id=0>. Acesso em: 21 Nov. 13

INSTITUT NATIONAL DE LA STATISTIQUE ET DES ÉTUDES ÉCONOMIQUES DE LA FRANCE – INSEE. (França). Emplois salariés dans le tourisme: un poids localement important. Disponível em: http://www.insee.fr/fr/themes/document.asp?reg_id=7&ref_id=19247&page=six_pages/6p_n145/6pages_n145page2.htm. Acesso em: 30 jul. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE. Disponível em: <<http://www.cnae.ibge.gov.br/>>. Acesso em 15 Out. 2013.

Direito de resposta de Leonel Brizola à Rede Globo: A verdade seja dita. **Jornal Nacional**, Rio de Janeiro: Rede Globo, 1994. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C3FqswEuNUc>. Acesso em: 10 fev. 2014.

KNAFOU, Remy. Turismo e Território: por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, Adyr A.B. **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1996. p.62-74.

KONDER, Leandro. **Marx**: vida e obra. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. **Os trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande do Sul**: um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937-1945). Tese (Doutorado em História Social do Trabalho) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006. Disponível em: <http://cutter.unicamp.br>. Acesso em: 20 jun. 2011.

KOSIK, Karel. **A dialética do concreto** Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Tradução Contexto traduções. São Paulo: Aleph, 2000. 186 p.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. Tradução de J. Teixeira Coelho Netto. Introdução de Marilena Chauí. São Paulo: Hucitec, Unesp, 1999. 131 p.

_____. **O direito a preguiça e outros textos escolhidos**. Tradução de Maria Flor M. Simões. Lisboa, PT: Estampa, 1977 (Biblioteca do Socialismo Científico).

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. 4.ed.Paris: Anthropos, 2000, 485 p.

_____. **Espaço e política**. Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2008. 190 p.

_____. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, 176 p.

_____. **El materialismo dialectico**. Buenos Aires: Editorial La Pléyade, s.d [1939]. 185 p.

_____. **Lógica formal Lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. 301 p.

LENIN, Vladimir Ilich. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. 3.ed. Tradução de Olinto Beckerman. São Paulo: Global, 1985. 127 p.

LIMA, Fábio. Jericoacoara é uma das principais áreas de investimento. **Diário do Nordeste**. Disponível em:

<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/jericoacoara-e-uma-das-principais-areas-de-investimento-1.495288>. Acesso em: 01 ago. 2014.

LIMA, Samantha. Fundo de pensão retira rede de resorts da Costa do Sauípe. **Folha de São Paulo**. 14 ago. 2009. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1408200923.htm>. Acesso em: 01 ago. 2014.

LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. Tradução de Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010. 414p.

_____. **Para uma ontologia do ser social**. Tradução de Ivo Tonet, a partir do texto *Il Lavoro*, primeiro capítulo do segundo tomo de *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*. Roma: Editori Riuniti, 1981. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/32647925/A-Ontologia-do-Ser-Social-Capitulo-sobre-o-trabalho>. Acesso em: 28 abril 2012.

_____. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. Tradução de Rodnei Nascimento. 2.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012a.

_____. **Para uma ontologia do ser social I**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012b.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho. **Ebah**. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAgFAMAC/sergio-pinto-martins-direito-trabalho-2000?part=83>. Acesso em: 05 jul. 2014.

MARTONI, Rodrigo Meira; VARAJÃO, Guilherme Fortes D. Chicarino. **Caminhos Opostos**: turismo nas Estradas Reais de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2009, 120 p.

MARCELINO, Francisco; LUCCHESI, Cristiane. Carlyle quer que CVC seja avaliada em R\$ 6 bi em IPO. **Exame.com**. São Paulo. 05 Mar. 2012. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/mercados/noticias/carlyle-quer-que-cvc-seja-avaliada-em-r-6-bi-em-ipo>. Acesso em: 08 fev. 2014.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política, livro I, volume I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 26.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **O Capital**: crítica da economia política, livro I, volume II. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____ **O Capital:** crítica da economia política, livro III, volume IV. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____ **O Capital:** crítica da economia política, livro III, volume VI. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____ **Manuscritos econômico-filosóficos.** Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010. 191 p.

_____ **O 18 de brumário de Luís Bonaparte.** Tradução e notas Nélío Schneider; prólogo Hebert Marcuse. São Paulo: Boitempo, 2011 (Coleção Marx-Engels). 174 p.

_____ **Para a crítica da economia política** (tradução de José Carlos Bruni, et. al.) 4.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987 (Coleção Os pensadores).

_____ **Grundrisse:** manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Supervisão editorial de Mario Duayer; tradução de Mario Duayer e Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã:** crítica da novíssima filosofia alemã... Organização, tradução, prefácio e notas de Marcelo Backes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 643 p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** 2.ed. Tradução de Antônio Carlos Braga. São Paulo: 2009. (Coleção Grande Obras do Pensamento Universal). 103 p.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política.** São Paulo: Boitempo, 2013, 132 p.

MAX, Altman. 1884: Lei autoriza criação dos sindicatos de trabalhadores na França. **Opera Mundi.** Disponível em:
<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/historia/27926/hoje+na+historia+1884+-+lei+autoriza+criacao+dos+sindicatos+de+trabalhadores+na+franca.shtml>. Acesso em: 26 jun. 2014.

MEDEIROS, Marcelo. **A trajetória do Welfare State no Brasil:** papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990. Brasília: IPEA, 24 p. dez. 2001.

MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda. **Turismo e participação comunitária:** Prainha do Canto Verde, a canoa que não quebrou e a fonte que não secou? 2004. 192 p. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social) Programa EICOS/IP, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MELIANI, Paulo Fernando. **Crítica à estética da mercadoria no turismo:** dilemas da precarização do trabalho na produção do espaço de Itacaré, litoral sul da Bahia. 2011. 297 p. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, 2011

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital.** Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2006. 1102 p.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico:** o socialismo no século XXI. Tradução de Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007. 396 p.

_____. **Atualidade histórica da ofensiva socialista:** uma alternativa radical ao sistema parlamentar. Tradução de Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **A crise estrutural do capital.** Tradução Francisco Raul Cornejo (et.al.). São Paulo: Boitempo, 2009. (Mundo do trabalho).

MOESCH, Marutsschka Martini. **A produção do saber turístico.** 2.ed. São Paulo : Contexto, 2002, 140 p.

MOLINA, Fábio Silveira. Jericoacoara: de vila de pescadores a destino internacional. In: CRUZ, Rita de Cássia (Coord.). **Geografias do turismo:** de lugares a pseudo-lugares. São Paulo: Roca, 2007. p.84 -107.

MOLINA, Sérgio; RODRIGUEZ, Sérgio. **Planejamento Integral do Turismo:** um enfoque para a América Latina. Tradução de Carlos Valero. Bauru: EDUSC, 2001. 165 p.

NETTO, José Paulo. **O Método em Marx.** Curso ministrado em 2002 na pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. 1 DVD (530 min.).

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política:** uma introdução crítica. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2008. 258 p.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e reificação.** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981, 87 p.

NOUVELLES FRONTIÈRES. s/d. Disponível em: <<http://www.nouvelles-frontieres.fr/>>. Acesso em 07 fev. 2014.

OHLWEILER, Otto Alcides. **O capitalismo contemporâneo.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. 136 p.

OJEDA, Igor. Crianças catam sururu que abastece quiosques e restaurantes do Recife. *Repórter Brasil*. 02 jul. 2013. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/trabalho infantil/criancas-catam-sururu-que-abastece-qui osques-e-restaurantes-do-recife/>. Acesso em: 17 jul. 2014.

_____. Meninos do Manguê. *Repórter Brasil*. 04 jun. 2013. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/trabalho infantil/meninos-do-manguê/>. Acesso em: 17 jul. 2014.

OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do anti-valor: a economia política de hegemonia imperfeita**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 231p.

Origens do sindicalismo no Brasil. **Jornal do Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições Federais de Ensino Superior de Uberlândia**. Disponível em: <http://www.sintet.ufu.br/sindicalismo.htm#ORIGENS> DO SINDICALISMO NO BRASIL. Acesso em: 26 jun 2014.

ORGANISATION INTERNATIONALE DU TRAVAIL (OIT). Développements et défis dans le secteur de l'hôtellerie-restauration et du tourisme: programme des activités sectorielles. Genève: Bureau International du Travail, Novembre 2010. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_dialogue/---sector/documents/meetingdocument/wcms_162208.pdf. Acesso em: 25 jul. 2014.

OURIQUES, Helton Ricardo. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. Campinas: Alínea, 2005, 159 p.

POZZER, Márcio Rogério Olivato. **Políticas públicas para o patrimônio cultural na América Latina: a experiência brasileira e a equatoriana e o papel do Banco Interamericano de Desenvolvimento**. 2011. 153 p. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina) – Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-09102012-101928/pt-br.php>. Acesso em: 05 maio 2014.

PORTER, Roy. Les Anglais et les loisirs. In: CORBAIN, Alain (Coord.) **L'avènement des loisirs, 1850-1960**. Paris: Aubier, 1995. p.23-69

PRAINHA do Canto Verde: turismo comunitário e sustentável. Disponível em: <<http://prainhadocantoverde.org/category/geral/>>. Acesso em: 11 fev. 2014.

Primeira ferrovia do Brasil está esquecida e abandonada. **Jornal Nacional**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/05/primeira-ferrovia-do-brasil-esta-esquecida-e-abandonada.html>. Acesso em: 23 jun. 2014.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Tradução de João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho. Lisboa-PT: Gradiva, 2008, 284 p.

RAMOS, Marcelo Viana. **Impactos sócio-ambientais do turismo: a produção do espaço urbano em Porto Seguro**. 2002. 173 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

RANIERI, Jesus. **Trabalho e dialética: Hegel, Marx e a teoria social do devir**. São Paulo: Boitempo, 2011. 171 p.

RÉAU, Bertrand. **Les Français et les vacances: sociologie des pratiques et offres de loisirs**. Paris: CNRS Éditions, 2011.

REGO, Mauro Lopez. **A responsabilidade social como resposta do sistema S ao ambiente institucional brasileiro pós-década de 1990: o caso do Sesc**. 86 p. 2002. Dissertação (Mestrado Executivo) Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br>. Acesso em: 20 jun. 2011.

REY, Alain. **Le petit Robert dictionnaire**. 4.ed. Paris: X-Media, 2011. 1610 p.

RICHEZ, Jean-Claude; STRAUSS, Léon. Un temps nouveau pour les ouvriers: les congés payés (1930-1960). In: CORBAIN, Alain (Coord.) **L'avènement des loisirs, 1850-1960**. Paris: Aubier, 1995. p.491-543.

ROBERT MORAIS, Antônio Carlos. **A valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1989.

Roger e Eu. Michael Moore. Manaus: Warner Bros Entertainment. 1989. 1 DVD (90 min.).

SAHLINS, Marshall D. **Sociedades Tribais**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. 179 p.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Décadas de espanto e uma apologia democrática**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998. 196 p.

SANTOS FILHO, João dos. **Ontologia do Turismo**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2005. 79 p.

Comunidade do Batoque luta e resiste para sobreviver aos interesses dos coronéis do turismo. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 01, 2001.

Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/001/01joao.htm>>. Acesso em: 07 fev. 2014.

SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani. Turismo, integração do território e globalização: considerações sobre o Mercosul. **Revista Paranaense de Geografia**, Curitiba, nº 02, Jul. 1999. ISSN 1413-6155. p.93-104.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 125 p.

SIQUEIRA, André. Jornada sem fim. **Carta Capital**, São Paulo: Ed Confiança, nº646, maio, 2011.

SOUZA, Renato Santos de. **Entendendo a questão ambiental**: temas de economia, política e gestão do meio ambiente. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000. 461 p.

SOUZA, Claudio Alexandre de; BAHL, Miguel. O poder nas relações dos resorts e o Estado – caso de resorts com ações no MPF (Brasil). **Revista de Turismo Y Patrimonio Cultural – Pasos**. Santa Cruz de Tenerife, Islas Canarias, Espanha, v. 11, n.4, 2013. p.547-558. Disponível em: <<http://www.pasosonline.org/articulos/638-114>>. Acesso em 10 fev. 2014.

SINDEHOTÉIS. Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Hoteleiro, Meios de Hospedagem e Gastronomia de Curitiba e Região. Curitiba: ano VIII, 94ª ed. Maio, 2013.

SILVA, Marlise Vinagre. Diversidade humana, relações sociais de gênero e luta de classes: emancipação para além da cultura. **Em pauta**. Rio de Janeiro, v.9, nº 28, p.51-63. dez, 2011. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/2933>. Acesso em: 27 maio 2014.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964. Tradução coordenada por Ismênia Tunes Dantas. 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Pensando com Marx**: uma leitura crítico-comentada de O Capital. São Paulo: Ensaio, 1995.

THOMAS COOK GROUP. s/d. Disponível em: <<http://www.thomascookgroup.com/>> Acesso em: 07 fev. 2014.

THIESSE, Anne-Marie. Organisation des loisirs des travailleurs et de temps dérobés (1880-1930). In: CORBAIN, Alain (Coord.) **L'avènement des loisirs**, 1850-1960. Paris: Aubier, 1995. p.393-423.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **“Você vive em um país perfeito para viajar”**. 02 jan. 2014. Blog de Luiz Trigo. Disponível em: <http://luiztrigo.blogspot.com.br/2014/01/voce-vive-em-um-pais-perfeito-para.html>. Acesso em: 29 jul. 2014.

_____. **“Regulamentação” do turismólogo** - enganos e engodos. 19 jan. 2012. Blog de Luiz Trigo. Disponível em:

<http://luiztrigo.blogspot.com.br/2012/01/regulamentacao-do-turismologo-enganos-e.html>. Acesso em: 29 jul. 2014.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TUI-AG. s/d. Disponível em: <<http://www.tui-group.com/en>>. Acesso em: 07 fev. 2014.

NEIT - NÚCLEO DE ECONOMIA INDUSTRIAL E DA TECNOLOGIA. UNIVERSIDADE DE CAMPINAS (UNICAMP). O turismo no Brasil: panorama geral, avaliação da competitividade e propostas de políticas públicas para o setor. Coordenação de Luciano Coutinho e Fernando Sarti. Campinas: NEIT, 2006, 68 p.

Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/neit/index.php/pesquisa/467>>. Acesso em: 05 fev. 2014

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de Irene Szmrecsányi e Tamás Szmerecsányi. 3.ed. São Paulo: Pioneira, 1983.

WEBJET LINHAS AÉREAS. Portal Brasil. s/d. Disponível em: <http://www.portalbrasil.net/aviacao_webjet.htm>. Acesso em: 06 fev. 2014.